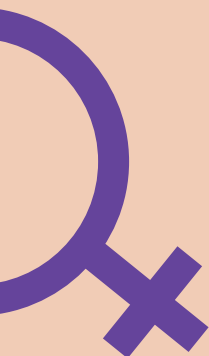


RASEAM

**Relatório Anual
Socioeconômico
da Mulher**

2025

Março 2025 | Ano VIII



Observatório
Brasil
da Igualdade
de Gênero

MINISTÉRIO DAS
MULHERES



Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

RASEAM 2025

Março/2025 ANO VIII

Versão atualizada



**MINISTÉRIO DAS
MULHERES**



Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Cida Gonçalves

Ministra de Estado das Mulheres

Maria Helena Guarezi

Secretária-Executiva

Fátima Cleide Rodrigues da Silva

Secretária Nacional de Articulação Institucional,
Ações Temáticas e Participação Política

Denise Motta Dau

Secretária Nacional de Enfrentamento
à Violência contra Mulheres

Rosane da Silva

Secretária Nacional de Autonomia Econômica
e Política de Cuidados

Kátia Liana Moraes Guimarães

Chefe de Gabinete

Camila Rocha Firmino

Coordenadora-Geral do Observatório Brasil
da Igualdade de Gênero

©2025. Ministério das Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero gov.br/mulheres/observatorio
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Brasília/DF, CEP: 70046-900 Telefone: (61) 2027-3625
E-mail: observatorio@mulheres.gov.br

Acesse as edições do **RASEAM** e o **Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero** em gov.br/mulheres/observatorio
Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher gov.br/mulheres/ligue180

Equipe técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Alessandra Scalioni Brito
Ana Claudia Henriques de Araujo
Daniela Peixoto Ramos
Camila Rocha Firmino
Kamilla Dantas Matias

Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Portarias nº 31, de 19 de setembro de 2023 e nº 40, de 13 de março de 2024:

Ministério das Mulheres

Camila Rocha Firmino - titular
Kamilla Dantas Matias - suplente
Ananda Winter Marques - titular
Letícia Amédee Péret Resende - suplente
Edneide Arruda Pereira - titular
Andreza Silva Xavier - suplente
Simone Cristina Souza - titular
Anita Cunha Monteiro - suplente
Jordana Cristina de Jesus - titular
Giovanna Pinto Lemos da Silva - suplente

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Joana Mostafa - titular
Ana Amélia Camarano - suplente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Dalea Soares Antunes - titular
Barbara Cobo Soares - suplente

ONU Mulheres

Larissa Cervi - titular
Ana Carolina Querino dos Santos - suplente

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Camila Ramos Almeida

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Adriana Marcolino - titular

Patrícia Costa - suplente

Projeto gráfico e diagramação

Fábio Rodrigues

Revisão e edição

Alessandra Scalioni Brito

Ana Cláudia Henriques de Araujo

Camila Rocha Firmino

Kamilla Dantas Matias

Agradecimentos

Agradecemos a todos os órgãos e a todas as instituições que forneceram informações para subsidiar este RASEAM 2025.

Distribuição gratuita

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte.

Normalização bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM / Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. -- Ano 7 (mar. 2025) - . - Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025 -
v.: il.

Anual.
ISSN 2318-5619

1. Mulheres – Aspectos socioeconômicos. 2. Igualdade de gênero. 3. Educação feminina. 4. Mulheres – Atividades políticas. 5. Mulheres – Saúde. 6. Violência contra as mulheres. I. RASEAM – Relatório anual socioeconômico da Mulher. II. Brasil. Ministério das Mulheres.

CDU – 396(81)

Sumário

Apresentação	9
Introdução	10
Referências bibliográficas	14

EIXOS TEMÁTICOS

16

1. Estrutura Demográfica	17
Indígenas e quilombolas	18
Razão de sexo	19
Perfil etário das mulheres brasileiras	21
Taxa de fecundidade	22
Características dos domicílios e mulheres responsáveis por eles	23
Perfil etário das mulheres responsáveis pelo domicílio por espécie da unidade doméstica: o papel das mulheres idosas	26
As mulheres em domicílios particulares improvisados	30
Referências bibliográficas	32
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho	33
Participação na força de trabalho	33
Ocupação e desocupação	35
Mulheres jovens de 15 a 29 anos: estudo, trabalho e cuidado	36
Acesso à creche	37
Informalidade	38
Trabalho doméstico análogo à escravidão	40
Rendimento médio	42
Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios	44
Políticas de incentivo às mulheres em estabelecimentos formais	47
Mulheres com deficiência	48
Domicílios com chefe mulher preta ou parda têm rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor	50
Insegurança alimentar	51
Referências bibliográficas	53
3. Educação para a igualdade e cidadania	54
Alfabetização	54
Educação Infantil e Ensino Fundamental	57
Ensino Médio	61
As desigualdades entre mulheres e homens, raça e deficiência na educação ..	66

Ensino Superior	67
Bolsas concedidas pelo CNPq	72
Referências bibliográficas	74
4. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	75
Incidência de novos casos de HIV	79
Razão de Mortalidade Materna	80
Mulheres e acesso à saúde preventiva	83
Perfil dos nascimentos	84
Acompanhamento Pré-Natal	89
Parto Cesário	90
Acesso a serviços de saúde	92
Dignidade Menstrual	93
Suicídio (Violência autoprovocada)	94
Referências bibliográficas	99
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres	101
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	102
Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	110
Rede de atendimento à mulher	114
Violência letal contra mulheres	115
Mulheres no sistema penitenciário brasileiro	119
Mulheres gestantes e filhas(os) no cárcere	121
Referências bibliográficas	124
6. Mulheres em espaço de poder e decisão	126
Eleições de 2024	126
As mulheres nas eleições de 2024	133
Lideranças partidárias no Congresso	134
As mulheres e os temas sociais	136
Mulheres em demais espaços de poder e decisão	138
Secretarias de Políticas para as Mulheres	144
Referências bibliográficas	146
Lista de sites consultados	146
7. Mulheres no esporte	149
Jogos Olímpicos	149
Jogos Paralímpicos	151
Bolsa Atleta	152

SUMÁRIO ESTATÍSTICO 154

1. Estrutura demográfica	155
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.....	155
3. Educação para igualdade e cidadania	156
4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos	157
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	158
6. Mulheres em espaços de poder e decisão	159
7. Mulheres no esporte	160

TABELAS DOS INDICADORES 161

1. Estrutura demográfica	162
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho	164
3. Educação para igualdade e cidadania	172
4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos	175
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	178
6. Mulheres em espaço de poder e decisão	182
7. Mulheres no esporte	186

ANEXOS 421

Legislação	422
Lista de gráficos	423
Lista de tabelas	432
Lista de base de dados	435



Apresentação

A edição de 2025 do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM é mais um instrumento de apoio à promoção da igualdade entre mulheres e homens entregue pelo nosso Ministério. Com 328 indicadores que descrevem a realidade das mulheres brasileiras a partir de aspectos demográficos, do mundo do trabalho, de educação, de saúde, do enfrentamento à violência, de espaços de poder e decisão e dos esportes; o Relatório torna mais acessíveis informações de diversas bases de dados governamentais ao reuni-las em uma só publicação.

Instituído pela Lei 12.224, de 12 de abril de 2010, e regulamentado pelo Decreto 8.131/2013, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher desde sua primeira edição, em 2013, se consolidou como referência na divulgação de informações quantitativas sobre a realidade das brasileiras.

O RASEAM é uma responsabilidade deste Ministério e reflete o compromisso do governo federal com o fortalecimento das políticas para as mulheres. Se em 2003, respondendo às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; vinte anos depois, avançamos ainda mais com a criação do Ministério das Mulheres.

O RASEAM é fruto do aperfeiçoamento das políticas para as mulheres, pois busca nos registros administrativos e pesquisas estatísticas informações úteis para formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas para as mulheres.

Além disso, as informações divulgadas pelo RASEAM visam servir de ferramenta para estimular a participação social.

Espero que os dados do RASEAM 2025 possam ser utilizados pela sociedade civil e pelos setores público e privado com o mesmo objetivo, que é melhorar a qualidade de vida das brasileiras.

Cida Gonçalves

Ministra de Estado das Mulheres



Introdução

A igualdade entre mulheres e homens é um valor e um objetivo necessário à consolidação da democracia e ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Nesse contexto, o conceito de transversalidade de gênero (ou gender mainstreaming) foi introduzido e reforçado na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995. Trata-se de uma estratégia para promover a igualdade entre mulheres e homens de forma sistemática e contínua nas políticas, programas e práticas de todos os setores e níveis de decisão.

O objetivo da transversalidade de gênero é assegurar que as perspectivas e necessidades das mulheres e meninas sejam consideradas em todas as áreas da vida social, econômica e política, não como uma questão isolada, mas como um princípio orientador para o desenvolvimento e a justiça social.

Um dos objetivos estratégicos da Plataforma é fortalecer os mecanismos institucionais para o avanço das mulheres. Como é o caso do Ministério das Mulheres, essas instituições são responsáveis pela implementação de políticas para as mulheres e pela articulação governamental que garanta que todas as políticas públicas considerem as necessidades específicas de meninas e mulheres.

Assim, para que as políticas públicas sejam planejadas considerando as necessidades dessa parcela da população, a produção de dados desagregados por sexo é fundamental. Essa recomendação consta da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030, 2015), do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, 1994), da Convenção nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração (1951), da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral da ONU (2015), dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (ONU, 1994), Resolução 58/4 (2014) da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), entre outros.

As mulheres, que constituem metade da população mundial, têm sido tradicionalmente ignoradas nos registros históricos e em pesquisas científicas. Essa lacuna de dados é frequentemente atribuída ao enviesamento dos produtores de pesquisas, predominantemente homens.

As mulheres, por exemplo, estão sub-representadas nas pesquisas médicas. Remédios agem de forma diferente no corpo de mulheres e homens e drogas que poderiam funcionar para problemas de saúde das mulheres podem estar sendo descartadas (PEREZ, 2022).

A medicina surgiu fundamentada na suposição de que os corpos masculinos representavam a humanidade e ainda hoje as pesquisas médicas negligenciam a inclusão de “células femininas” – animais e humanas – em suas pesquisas (PEREZ, 2022).

Outro exemplo está no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres, que é sistematicamente excluído do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Pesquisas voltadas para medir questões femininas são frequentemente vistas como específicas, enquanto aquelas baseadas em problemas masculinos são tratadas como universais (PEREZ, 2022).

Assim, olhar para os dados sobre meninas e mulheres é essencial para planejar políticas públicas. É nesse contexto que as Estatísticas de Gênero se destacam. Elas se dedicam a estudar dados desagregados por sexo ou que reflitam as necessidades específicas de mulheres e meninas, sendo essenciais para orientar políticas públicas baseadas em evidências e monitorar o progresso rumo à igualdade de gênero.

O Brasil, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – uma referência mundial em produção de dados estatísticos, demográficos e econômicos –, coleta informações desagregadas por sexo na maioria de suas pesquisas.

Com levantamentos como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), é possível obter informações sobre a população feminina, como composição étnico-racial e etária, rendimento, ocupação, desocupação, alfabetização, condições de moradia, acesso ao saneamento básico, serviços de saúde, religião, entre outros.

Além disso, bases de registros administrativos, como as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Ministério da Saúde, permitem avaliar a participação feminina em disputas eleitorais e compreender causas de problemas de saúde e mortalidade entre mulheres.

Em relação aos dados sobre violência não letal contra as mulheres, a Portaria nº 2.406, de 5 de novembro de 2004, que instituiu o serviço de notificação

compulsória de violência contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), representou um avanço significativo. Esse registro é essencial para monitorar a ocorrência de casos de violência, identificar grupos vulneráveis, orientar políticas públicas de prevenção e enfrentamento, e assegurar proteção e assistência às vítimas.

Reunindo indicadores de diversas fontes, o RASEAM 2025 oferece um panorama sobre a situação socioeconômica das mulheres e as desigualdades que demandam ações do poder público. Seus indicadores também buscam explorar as desigualdades por Grandes Regiões, por cor ou raça, por faixa etária, por localidade urbano e rural, por renda, por existência de deficiência, entre outras.

O capítulo **“Estrutura Demográfica”** aborda a composição demográfica brasileira com ênfase na população feminina. Destaca o envelhecimento populacional, as taxas de fecundidade em queda, e a distribuição por cor ou raça. Nesta edição, o RASEAM traz análises sobre povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, estes últimos pesquisados pela primeira vez no Censo 2022, com dados específicos sobre proporção de mulheres.

No capítulo **“Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho”**, o Relatório analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho e as disparidades de gênero. Apresenta indicadores de participação, taxa de desocupação, informalidade, e diferenças salariais entre mulheres e homens, trazendo indicadores novos sobre o Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de enfatizar os desafios das mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho, que têm maior dificuldade de encontrar trabalho e quando trabalhando recebem salários mais baixos do que as brancas e os homens brancos e negros.

Em **“Educação para a Igualdade e Cidadania”**, o texto examina indicadores de acesso à educação, como taxas de alfabetização, taxa de frequência, taxa de evasão escolar e matrículas, entre outros, com recorte de idade, existência de deficiência e cor ou raça. Em relação ao ensino superior, apresenta dados sobre cursos com mais matrículas femininas e masculinas, sobre o perfil docente e sobre a distribuição de bolsas de pesquisa. Foca nas disparidades de gênero na educação e nos desafios enfrentados por mulheres indígenas e quilombolas. Discute a relevância de políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades educacionais.

O quarto capítulo, **“Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos”**, analisa indicadores relacionados à saúde da mulher, como, por exemplo, da

razão de mortalidade materna, taxas de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, e partos na infância e adolescência e acesso a serviços de saúde e direitos reprodutivos. Também apresenta dados sobre desigualdades regionais e étnico-raciais de mortalidade e de acesso a serviços de saúde. Esta edição traz novos indicadores relacionados à violência autoprovocada e sobre o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, voltado à distribuição gratuita de absorventes e itens de higiene íntima para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas privadas de liberdade.

O capítulo **“Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra Mulheres”** traz estatísticas sobre notificações e atendimento às mulheres em situação de violência, ocorrências policiais de homicídios, feminicídios e estupros, dados do Ligue 180 e sobre as mulheres privadas de liberdade.

No capítulo **“Mulheres em Espaços de Poder e Decisão”** destacam-se a representatividade feminina em cargos políticos e a participação das mulheres em espaços de poder e decisão. O capítulo examina indicadores relativos às eleições de 2024, como, por exemplo, a proporção de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, destacando informações por cor ou raça e por Grandes Regiões. Também apresenta dados sobre a presença feminina em lideranças partidárias, nas centrais sindicais, na magistratura, na diplomacia, nas forças armadas e em cargos de direção, entre outros.

Por fim o capítulo **“Mulheres no Esporte”** aborda a participação feminina nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris, bem como as desigualdades no financiamento e reconhecimento de atletas mulheres.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023. Regulamenta a estrutura da administração pública federal no início do governo de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11351.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.131, de 27 de novembro de 2013. Regulamenta a Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010, que institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8131.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010. Institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12224.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.406, de 5 de novembro de 2004. Institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher no âmbito do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004_rep.html>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683impressao.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CRIADO PEREZ, Caroline. **Mulheres invisíveis: dados desiguais em um mundo projetado para homens**. Tradução de Renata Guerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 100 sobre Igualdade de Remuneração**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1951. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. Pequim: Organização das Nações Unidas, 1995. Disponível em: <<https://www.unwomen.org>>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1979. Disponível em: <<https://www.ohchr.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <<https://sdgs.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <<https://www.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)**. Cairo: Organização das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <<https://www.unfpa.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução A/RES/70/1: Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <<https://undocs.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <<https://unstats.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, [ano da resolução específica]. Disponível em: <<https://www.unwomen.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PARTE I

EIXOS TEMÁTICOS

1. Estrutura Demográfica

O Brasil tem passado, nas últimas décadas, por diversas mudanças demográficas, entre elas, o envelhecimento da população, fruto da redução do número de filhos e da maior expectativa de vida, sobretudo das mulheres.

Por outro lado, povos e comunidades tradicionais têm buscado e conquistado mais espaço social e nas políticas públicas e se autoidentificado mais. Com um perfil etário mais jovem e com maior presença de pessoas até 24 anos, na comparação com a população total, indígenas e quilombolas revelam outros desafios que devem ser considerados na vida das mulheres brasileiras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, a população brasileira¹ foi estimada em 215,6 milhões de pessoas, com 110,3 milhões de mulheres e 105,3 milhões de homens.

Como a maioria da população brasileira é formada por mulheres (51,1%), é importante entender como as transformações demográficas têm afetado a vida delas nos últimos anos.

A distribuição de mulheres por cor ou raça mostra que 55,7% delas se declaravam pretas ou pardas e 43,1% se declaravam de cor branca. Regionalmente temos importantes diferenças na autodeclaração de cor ou raça.

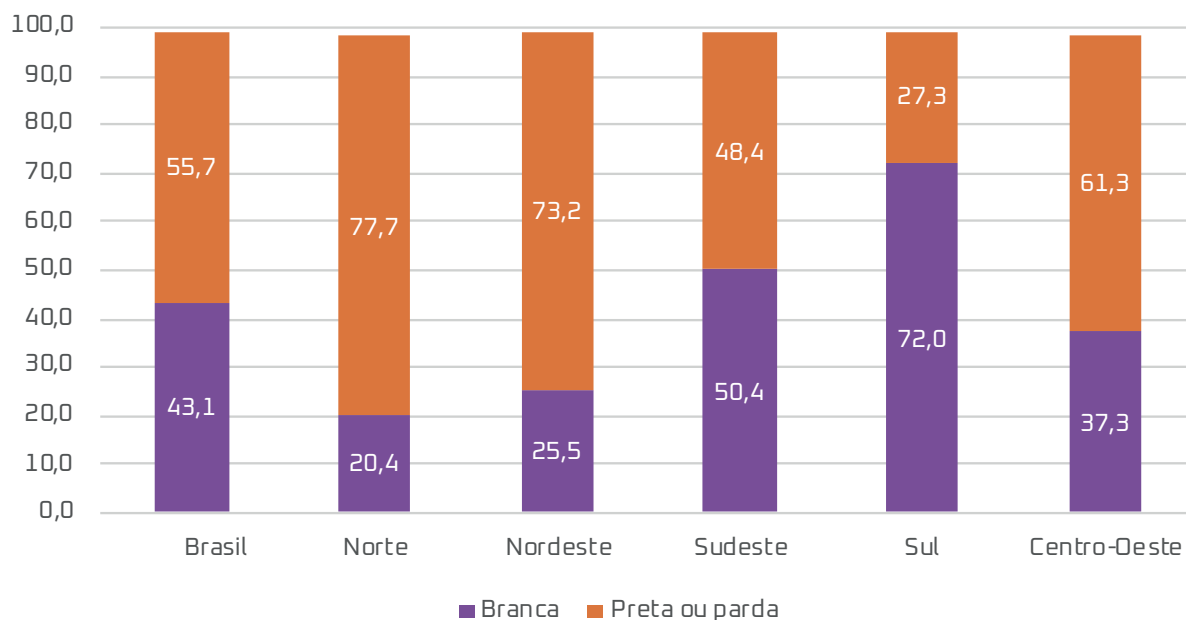
Enquanto as Grandes Regiões Sudeste e Sul possuíam maioria de mulheres brancas, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham mais mulheres pretas ou pardas.

A região com maior proporção de mulheres pretas ou pardas era a Norte (77,7%) e a menor, a Sul (27,3%).

¹ Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que ainda não considera os ajustes devido ao Censo 2022.

GRÁFICO 1

Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. – Ver tabela 1.5.

Indígenas e quilombolas

Com base no Censo 2022, o IBGE pesquisou os povos e comunidades tradicionais²: indígenas e quilombolas³, estes últimos sendo pesquisados pela primeira vez.

No Brasil, havia 1,3 milhão de quilombolas, sobretudo na Região Nordeste (906 mil), ao passo que 1,7 milhão de pessoas se declararam indígenas, com maior peso das Regiões Norte (754 mil) e Nordeste (529 mil).

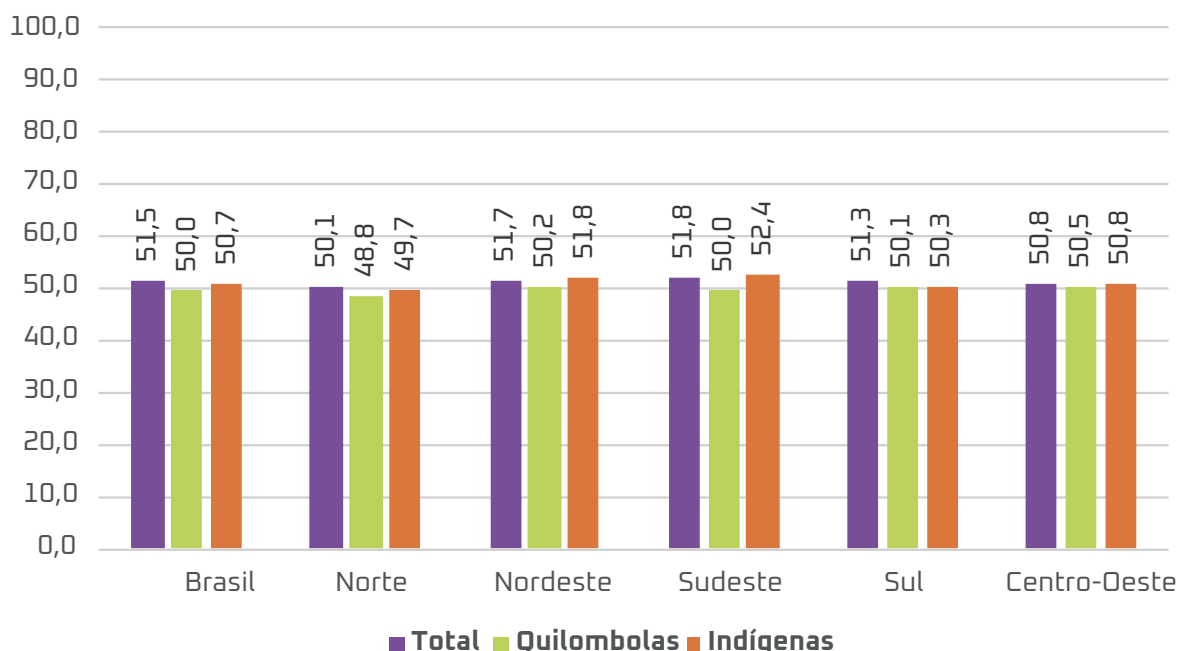
Seguindo a tendência do total da população, quando se considera a população indígena e a quilombola, temos que as mulheres eram maioria em quase todas as Grandes Regiões, exceto pela Região Norte, onde 51,2% dos quilombolas e 50,3% dos indígenas eram homens, e pelos quilombolas da Região Sudeste, no qual a divisão por sexo era meio a meio.

² Os povos e comunidades tradicionais são definidos no Decreto nº 6.040/2007 como grupos culturalmente diferenciados que têm suas próprias formas de organização social.

³ Para o IBGE, que segue normativas nacionais e internacionais, quilombola ou indígena é a pessoa que assim se identifica. Para detalhes dos conceitos e estratégias de coleta do Censo, ver: <<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>>. Acesso em: outubro de 2024.

GRÁFICO 2

Percentual de mulheres na população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo as Grandes Regiões - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 1.19, 1.20 e 1.23.

Razão de sexo

A razão de sexo⁴ no Brasil era de 0,94 em 2022, com base no Censo Demográfico⁵. Logo, para cada 100 mulheres havia 94 homens. Para a população indígena esta razão era um pouco maior, 0,97, ou seja, 97 homens a cada 100 mulheres, ao passo que para os quilombolas era de exatamente 1. A análise da razão de sexo por grupos de idade mostra que, no Brasil, nascem mais homens que mulheres, levando a uma razão maior que 1 entre os mais jovens, e as mulheres vivem mais que os homens⁶ resultando em uma razão menor que 1 entre os mais velhos.

⁴ A razão de sexo é a razão entre o número de homens e o número de mulheres. Se a razão for menor que 1, temos proporcionalmente mais mulheres que homens na população.

⁵ A tabela 1.8 apresenta a razão de sexo para 2023 com base na PNAD Contínua. No entanto, optamos por utilizar o dado do Censo 2022 na análise para manter a comparabilidade entre o resultado da população geral e o da população de comunidades tradicionais. Divergências entre os resultados de ambas as pesquisas podem ocorrer por questões metodológicas e pela diferença temporal.

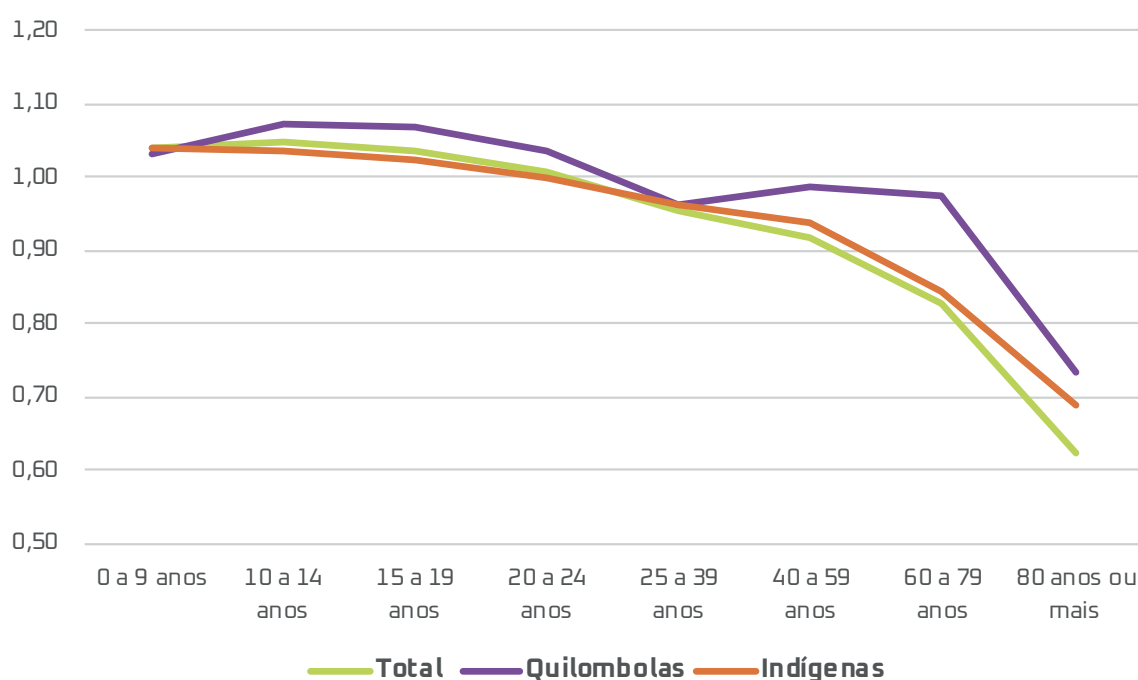
⁶ A esperança de vida ao nascer foi estimada em 76,4 anos em 2023, sendo de 73,1 anos para os homens e 79,7 anos para as mulheres, com base na Projeção da população revista pelo IBGE em 2024. Para detalhes, ver tabela 1.9.

Contudo, podemos observar algumas diferenças quando separamos os povos e as comunidades tradicionais. Ainda que siga a tendência da razão de sexo da população total, entre os indígenas observamos um pouco menos de homens (por 100 mulheres) entre os jovens e um pouco mais de homens (por 100 mulheres) entre os mais velhos, o que faz as curvas verde e marrom se cruzarem, apesar de bem próximas.

Quanto aos quilombolas, observa-se mais homens (por 100 mulheres), na comparação com a razão de sexo da população total, em quase todos os grupos etários, exceto para o de 0 a 9 anos. Destaca-se, além disso, o grupo etário de 60 a 79 anos de idade, no qual a razão de sexo dos quilombolas é 0,97, ao passo que para indígenas e para o total da população está na casa de 0,80, indicando menor presença de homens por 100 mulheres nestes últimos.

GRÁFICO 3

Razão de sexo da população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico

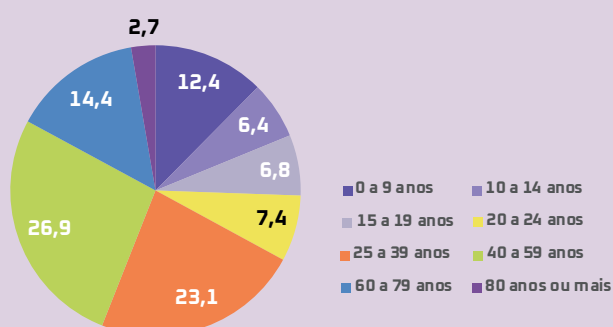
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero – Ver tabelas 1.21, 1.22 e 1.24.

Perfil etário das mulheres brasileiras

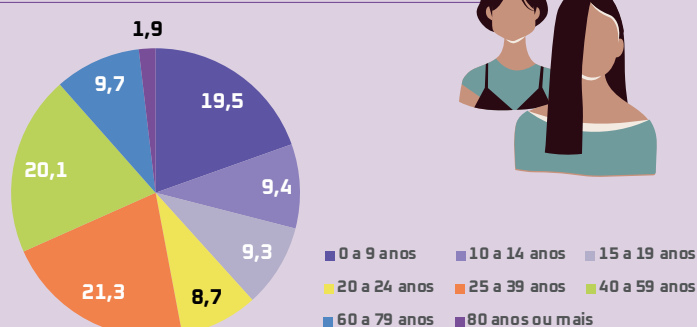
FIGURA 1

Distribuição das mulheres por grupos de idade, total e povos e comunidades tradicionais - Brasil - 2022 (%)

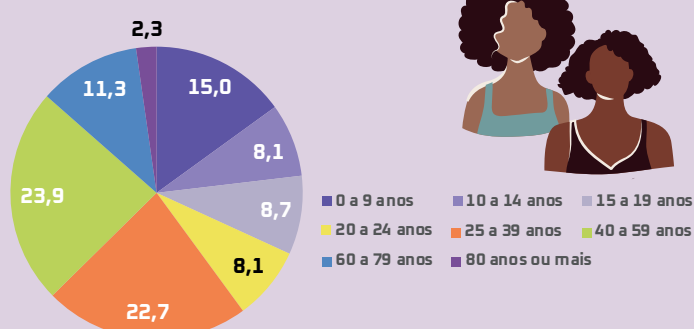
A **população de mulheres no Brasil** se compõe majoritariamente de adultas de 25 a 59 anos (23,1% de 25 a 39 anos e 26,9% de 40 a 59 anos), seguida por crianças e adolescentes até 14 anos de idade (12,4% de até 9 anos e 6,4% de 10 a 14 anos), por idosos (17,1%) e por jovens de 15 a 24 anos (6,8% de 15 a 19 anos e 7,4% de 20 a 24 anos).



O perfil etário das **mulheres indígenas**, por outro lado, é bem mais rejuvenescido. O peso das crianças e adolescentes até 14 anos soma 28,9% (mais de 10 pontos percentuais acima do observado para a população feminina). Enquanto 31,6% das mulheres indígenas tem 40 anos ou mais de idade, este percentual alcança 44,0% entre o total das mulheres brasileiras.



Em relação às **mulheres quilombolas**, seu perfil etário fica no meio do caminho, ou seja, é mais jovem que o do total populacional, mas nem tanto quanto das mulheres indígenas. Neste sentido, 23,2% das mulheres quilombolas tinham até 14 anos de idade, enquanto as quilombolas de 40 anos ou mais de idade somavam 37,4%.



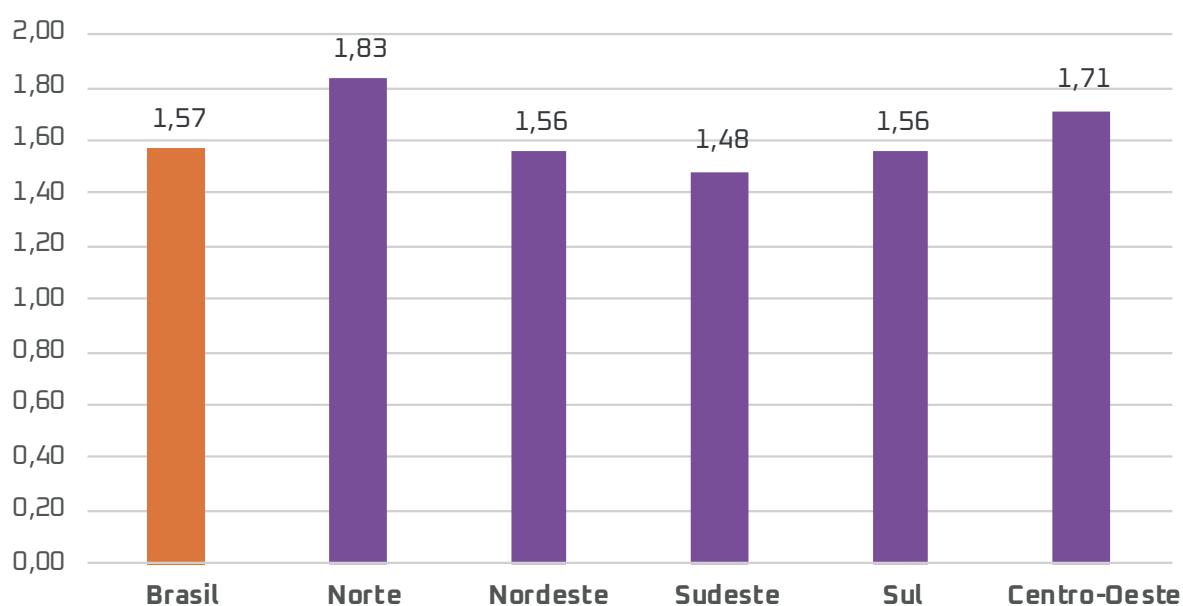
Taxa de fecundidade

Esse padrão mais envelhecido da população brasileira é fruto da redução gradativa da taxa de fecundidade nos últimos anos. Em 2015, a taxa de fecundidade foi estimada em 1,82 filhos(as) por 1.000 mulheres em idade fértil (15 a 49 anos), ao passo que a taxa se reduziu para 1,57 em 2023, abaixo, portanto, da taxa de reposição⁷ da população. Em termos regionais, apenas as Regiões Norte e Centro-Oeste tinham taxa acima da média nacional (1,83 e 1,71, respectivamente), enquanto a menor taxa de fecundidade ocorria no Sudeste (1,48).

Ainda que não divulgada pelo IBGE até o lançamento deste relatório, é esperada uma taxa de fecundidade maior entre as populações indígena⁸ e quilombola, com base no perfil etário mais jovem destas.

GRÁFICO 4

Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação: Estimativas e Projeções, Revisão 2024.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 1.10.

⁷ A taxa de reposição populacional é a taxa de fecundidade necessária para equilibrar a quantidade de habitantes no mundo. Essa taxa é de 2,1, que seriam dois filhos para substituir os pais e a fração 0,1 para compensar o número de pessoas que morrem antes de chegar à idade de reprodução.

⁸ Com base no Censo 2010, por exemplo, a taxa de fecundidade das mulheres indígenas era de 3,88, ao passo que a da população feminina total era de 1,90. Para detalhes, ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

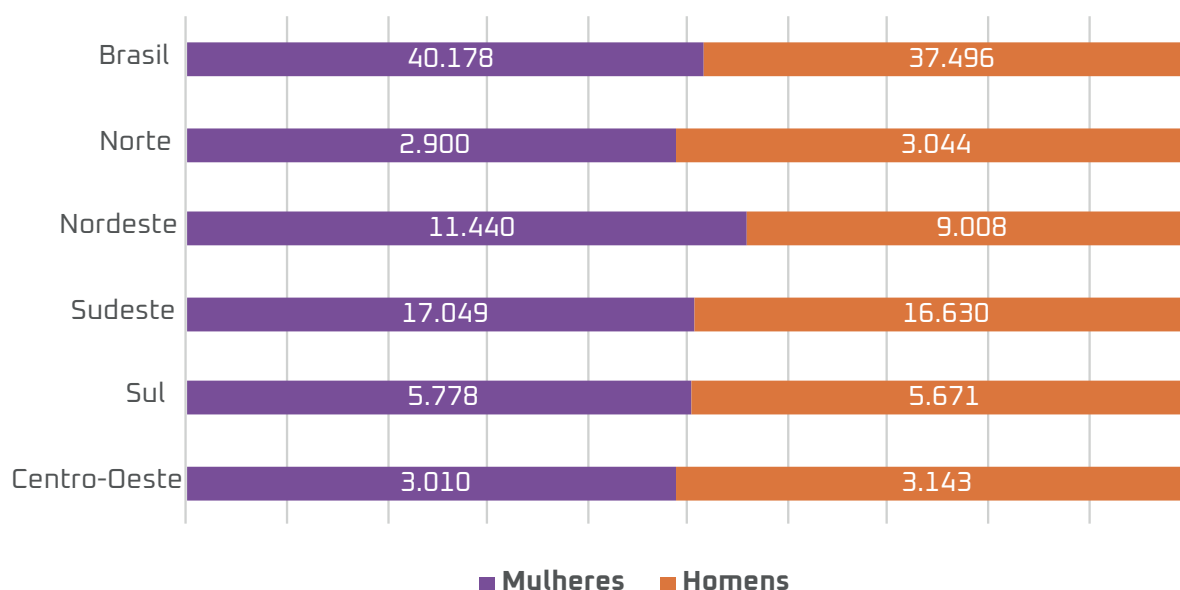
Características dos domicílios e mulheres responsáveis por eles

Em 2023, considerando os domicílios particulares permanentes do País, havia mais domicílios com pessoa responsável do sexo feminino (40,2 milhões) que do masculino (37,5 milhões). A prevalência de domicílios com chefes mulheres passou a ocorrer, conforme a PNAD Contínua, a partir de 2022, quando 37,9 milhões de domicílios tinham pessoa responsável do sexo feminino e 36,3 milhões, do sexo masculino⁹

Em 2023, em termos regionais, homens eram maioria dos responsáveis pelo domicílio apenas no Norte e no Centro-Oeste. Portanto, nas regiões que concentram grande parte da população brasileira (Sudeste, Nordeste e Sul), as mulheres eram quem chefiavam os domicílios.

GRÁFICO 5

Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (em milhares)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

Ver tabelas 1.1 e 1.2.

⁹ Para consultar a série histórica dos domicílios por sexo do responsável, ver tabela SIDRA 6788. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6788>. Acesso em: novembro de 2024.

Neste sentido, faz-se imperativo entender quem são estas mulheres. Dentre as responsáveis pelo domicílio, 57,2% se declaravam de cor preta ou parda, 90,1% viviam em área urbana e 42,4% viviam na Região Sudeste.

Em termos de espécie da unidade doméstica¹⁰, 65,2% das mulheres responsáveis viviam em domicílios nucleares, isto é, aqueles formados pelo casal, com ou sem filhos(as) ou enteados(as), ou ainda constituída por mãe com filhos(as). Os dados apontam que 17,9% dos domicílios com mulheres responsáveis eram unidades domésticas estendidas¹¹ e 15,7% eram unipessoais. Uma pequena parcela destas unidades domésticas era do tipo composta (1,2%), ou seja, formada pela pessoa responsável pelo domicílio e por pelo menos um não parente, seja um(a) agregado(a), pensionista, convivente, empregado(a) doméstico(a) ou parente do (a) empregado(a) doméstico(a).

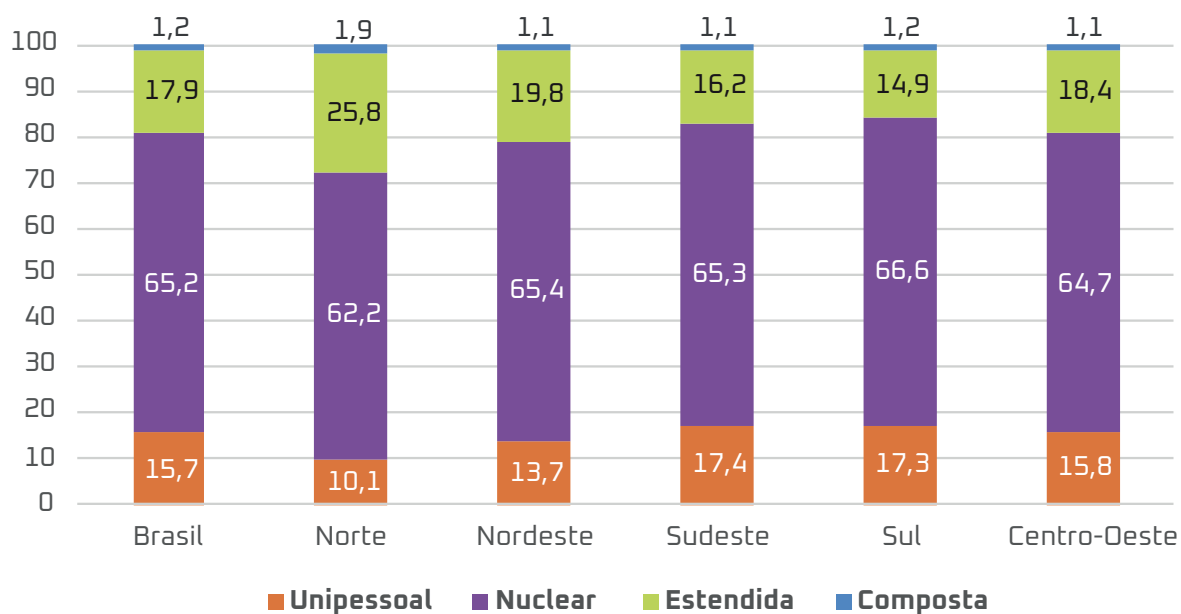
Apesar de a grande maioria dos domicílios com mulheres responsáveis serem do tipo nucleares em todas as Grandes Regiões, algumas diferenças na espécie da unidade doméstica merecem destaque. Na Região Nordeste e, sobretudo, na Norte é maior a proporção de domicílios estendidos (19,8% e 25,8%, respectivamente), o que pode indicar a presença de mais de uma família no mesmo domicílio. Nas Regiões Sudeste e Sul é maior o peso das unidades unipessoais (17,4% e 17,3%, respectivamente), o que pode ter relação com o perfil mais envelhecido da população e o fato de as mulheres viverem mais.

¹⁰ Unidade doméstica é o espaço de convívio permanente de pessoas. A configuração desta unidade pode ser individual, quando a pessoa vive sozinha, ou em grupos, seja por relações de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica. Com base nesse conceito usado pelo IBGE, cada domicílio representa uma unidade doméstica.

¹¹ Unidade estendida é formada pela pessoa responsável e pelo menos um parente, mas que não se enquadra na categoria nuclear, por exemplo, um(a) avô(ó) com netos(as) ou tio(a) com sobrinhos(as).

GRÁFICO 6

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

Ver tabela 1.11.

Perfil etário das mulheres responsáveis pelo domicílio por espécie da unidade doméstica: o papel das mulheres idosas

As mulheres que são responsáveis pelo domicílio se concentram nas faixas etárias a partir de 25 anos de idade (93,7%), mas sobretudo entre 40 a 59 anos (38,2%). No entanto, em mais de ¼ dos domicílios com responsável do sexo feminino, estas são idosas (26,7%).

O percentual de idosas chefiando domicílios chega a 55% nas unidades domésticas unipessoais, ou seja, a grande maioria das mulheres morando sozinhas tem 60 anos ou mais de idade, o que nos faz considerar a importância de uma política de cuidados¹, levando-se em conta diferenças de vulnerabilidade existentes neste grupo de mulheres. Em 2023, eram 3,5 milhões de domicílios unipessoais com pessoa responsável de 60 anos ou mais de idade.

As mulheres idosas correspondiam a quase 40% das responsáveis por domicílios do tipo estendido (2,8 milhões de domicílios), no qual há pelo menos um parente que não se enquadre na organização nuclear, como por exemplo uma avó que mora com netos.

Quase 30% das unidades domésticas compostas eram chefiadas por mulheres idosas (134 mil domicílios). Adicionalmente, elas eram responsáveis por 16,5% dos domicílios nucleares, que são o tipo mais comum de organização domiciliar no País, correspondendo a 4,3 milhões de domicílios em 2023.

TABELA 1
Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

Grupos de idade da pessoa responsável	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	-
15 a 19 anos	1,1	0,7	1,2	1,0	3,0
20 a 24 anos	5,1	3,6	5,6	4,1	15,0
25 a 39 anos	28,8	14,0	36,0	15,8	24,9
40 a 59 anos	38,2	26,7	40,7	39,8	28,9
60 anos ou mais	26,7	55,0	16,5	39,2	28,3

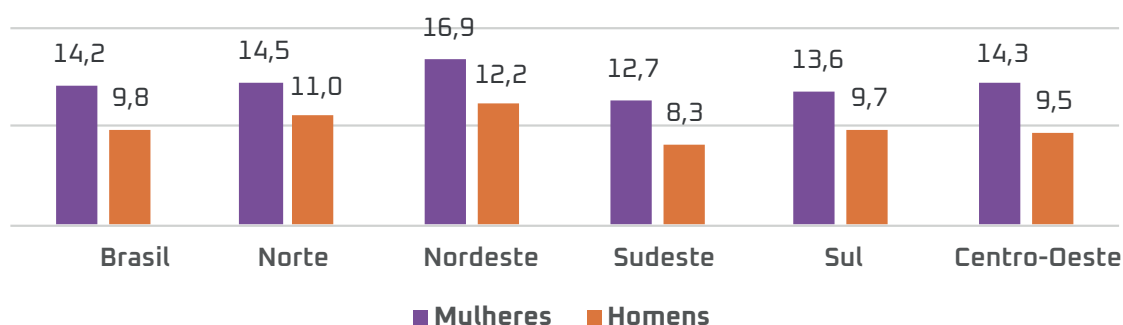
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. – Ver tabela 1.13.

Nota 1: O projeto de Lei n. 2762/2024 que institui a Política Nacional de Cuidados foi enviado ao Congresso em julho de 2024. Para detalhes da proposta, ver: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm
➤ Acesso em: outubro de 2024.

Além da importância de se pensar em como lidar com a relevante parcela dos domicílios com pessoa responsável idosa, também merece atenção a proporção de domicílios cujo responsável é uma pessoa com deficiência (PcD). De acordo com o conceito adotado na PNAD Contínua¹², que considera o grau de dificuldade funcional¹³ para definir a pessoa com deficiência, em 2022 foi estimado que em 14,2% dos domicílios com pessoa responsável do sexo feminino e em 9,8% dos domicílios com pessoa responsável do sexo masculino, esta pessoa era PcD. Portanto, uma proporção maior de mulheres com deficiência é responsável pelo domicílio relativamente aos homens. A Região Nordeste apresentou os maiores percentuais de responsáveis com deficiência tanto para aqueles do sexo masculino (12,2%) quanto para os do sexo feminino (16,9%). Já a Região Sudeste tinha os menores percentuais (12,7% das responsáveis mulheres e 8,3% dos responsáveis homens).

GRÁFICO 7

Percentual de domicílios com pessoa responsável com deficiência, por sexo do responsável, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". – Ver tabela 1.17.

¹² A PNAD Contínua considerou pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

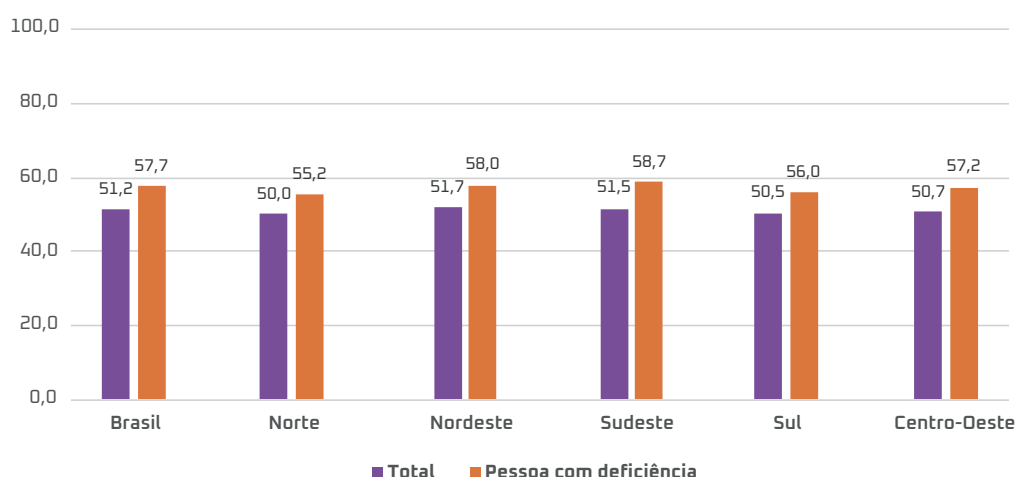
¹³ Conforme o IBGE, "trata-se de um enfoque voltado para a integração social e para as dificuldades que as pessoas com limitações funcionais têm, agravadas pelo meio social no qual vivem em decorrência de barreiras comunicacionais, físicas, normativas ou atitudinais, sem associá-las, exclusivamente, à sua saúde e/ou a uma doença que requerer atendimento médico e/ou reabilitação". Para mais informações, ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

O percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio com deficiência alcança 25% em domicílios unipessoais, ou seja, em 1 a cada 4 domicílios com mulher morando sozinha, esta é PcD. Entre os homens este percentual é menor, mas ainda relevante: 13,9% (ver tabela 1.18). Como o conceito utilizado para definir a pessoa com deficiência é baseado nas dificuldades funcionais (tem muita dificuldade ou não consegue de modo algum), portanto mais amplo que o diagnóstico médico, é esperado que haja correlação entre ser idoso e ser PcD uma vez que pessoas idosas tendem a apresentar maiores dificuldades funcionais. Como vimos, 55% das mulheres que moram sozinhas tem 60 anos ou mais de idade, então é esperado essa configuração domiciliar ser a de maior percentual de pessoa com deficiência.

Considerando o total da população de 2 anos ou mais de idade do País em 2022 (209,0 milhões de pessoas), temos que 18,6 milhões eram pessoas com deficiência: 10,7 milhões de mulheres e 7,9 milhões de homens. Logo, 57,7% das pessoas com deficiência eram mulheres, ao passo que a proporção de mulheres na população desta faixa etária era de 51,2%. Esta sobrerrepresentação de mulheres na população com deficiência ocorre em todas as Grandes Regiões. Isto se deve às mulheres terem uma maior expectativa de vida e estarem em maior peso entre as pessoas idosas, que costumam ter um nível de dificuldade funcional maior.

GRÁFICO 8

Percentual de mulheres no total da população de 2 anos ou mais de idade, por existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

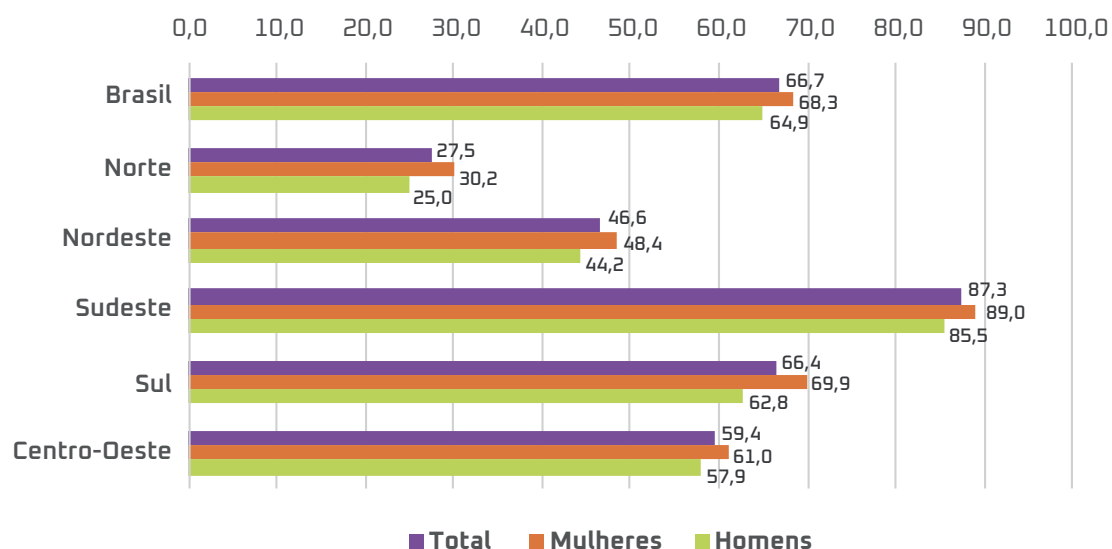
Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". – Ver tabela 1.16.

Outra característica importante dos domicílios que afeta a qualidade de vida das mulheres é o acesso a serviços adequados de saneamento básico. Neste sentido estamos considerando o acesso ao abastecimento de água por rede geral, ao esgotamento sanitário, seja por rede geral ou por fossa séptica ligada à rede geral, além do acesso à coleta direta ou indireta de lixo. Em 2023, 66,7% dos domicílios particulares permanentes do País tinham acesso simultâneo a estes três serviços. Nos domicílios com mulher responsável era um pouco maior este percentual (68,3%) relativamente aos domicílios com homem responsável (64,9%). Apesar de manter a tendência de maior percentual com acesso simultâneo aos serviços de saneamento adequados em domicílios chefiados por mulheres, as diferenças regionais são bem relevantes, o que mostra a desigualdade de acesso ao saneamento adequado entre as mulheres.

Enquanto na Região Sudeste 89,0% dos domicílios chefiados por mulheres tinham saneamento adequado, na Região Norte este percentual era de apenas 30,2%.

GRÁFICO 9

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta ou indiretamente no total de domicílios particulares permanentes, por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. 2. Excluímos domicílios com acesso à rede geral, mas cuja principal forma de abastecimento de água não era a rede geral – Ver tabelas 1.3 e 1.4.

As mulheres em domicílios particulares improvisados

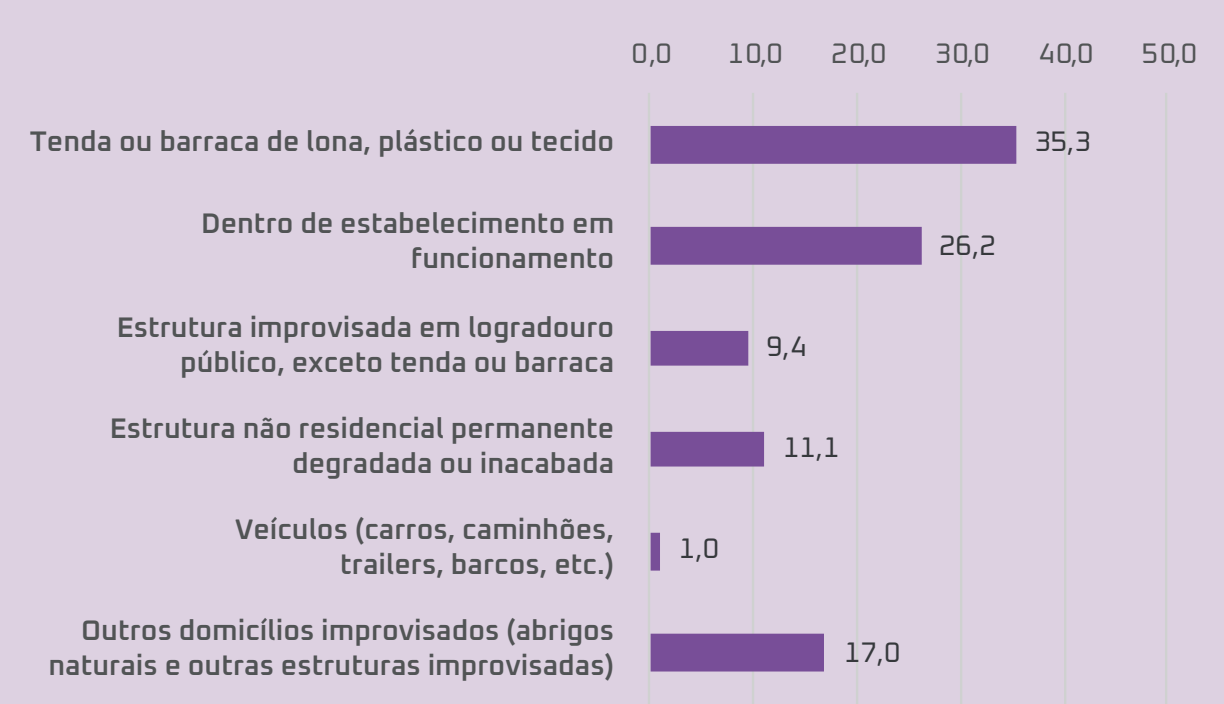
De acordo com o Censo 2022, 160,5 mil pessoas moravam em domicílios particulares improvisados no Brasil, sendo 70,6 mil mulheres, ou seja, 44% do total. Ainda que seja uma parcela pequena da população, é importante entender as condições de moradia dessas mulheres.

Do total de mulheres vivendo em domicílios improvisados, 35,3% moravam em tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido, 26,2% dentro de estabelecimento em funcionamento, 11,1% em estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada, 9,4% em estrutura improvisada em logradouro público (exceto tenda ou barraca), 1% em veículos e 17% em abrigos naturais e outras estruturas improvisadas.

Ainda que com proporções ligeiramente diferentes, os homens vivendo em domicílios improvisados também se concentravam em tendas ou barracas (35,2%), estabelecimentos em funcionamentos (27,7%) e abrigos naturais e outras estruturas (16,5%).

GRÁFICO 10

Distribuição percentual das mulheres que moravam em domicílios particulares improvisados, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 1.25.

Ainda com base no Censo 2022, 837,2 mil pessoas viviam em domicílios coletivos no País: 651,9 mil homens (77,9%) e 185,3 mil mulheres (22,1%).

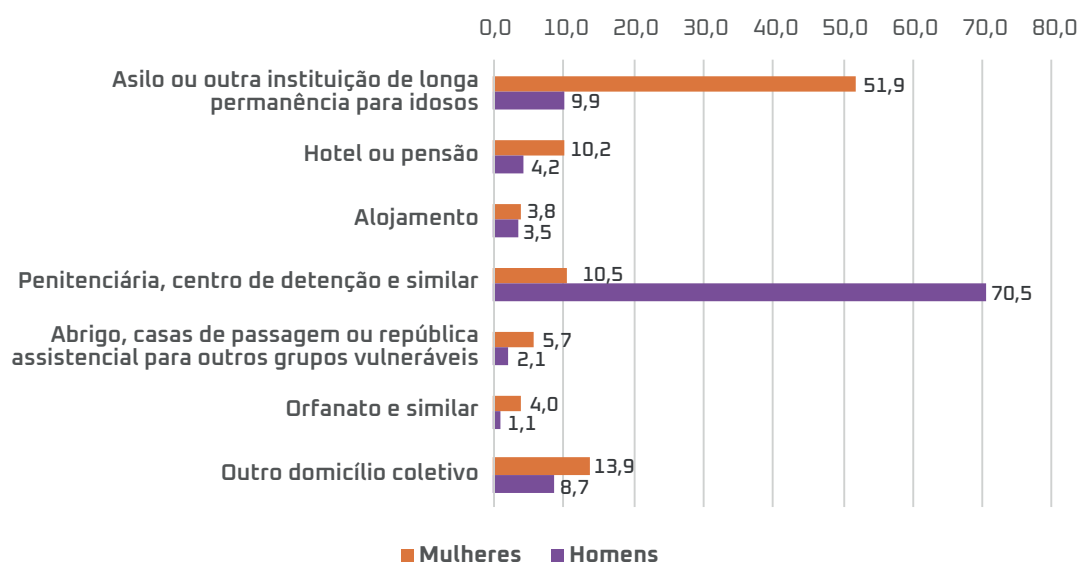
Do total de mulheres que moravam em domicílios coletivos no País, a grande maioria vivia em asilo ou em outra instituição de longa permanência para idosos (51,9%), o que reflete mais uma vez a maior expectativa de vida das mulheres na comparação aos homens, cujo percentual nesta categoria foi bem menor (9,9%).

Entre os homens, o principal local coletivo de moradia era em penitenciária, centro de detenção e similar (70,5%), onde 460 mil homens moravam em 2022, o que decorre das penitenciárias serem bem masculinas.

Destaca-se o maior percentual de mulheres¹⁴ em abrigos, casas de passagem ou república assistencial para grupos vulneráveis que homens, ainda que com percentual bem abaixo dos principais locais (5,7% e 2,1%, nesta ordem).

GRÁFICO 11

Distribuição percentual das pessoas que moravam em domicílios coletivos, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Outro domicílio coletivo inclui abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua, clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar, unidade de internação de menores, quartel ou outra organização militar entre outros. Ver tabela 1.26.

¹⁴ Conforme o Boletim Vigilância Socioassistencial n° 5 da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), as mulheres eram as principais usuárias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço que atende pessoas que passaram por situações de violação de direitos

Portanto, o que se pode concluir do que foi apresentado aqui sobre as mulheres brasileiras é que se faz necessária uma política de cuidados para fazer frente ao envelhecimento da população, sobretudo da feminina, com maior expectativa de vida e apresentando maiores dificuldades funcionais.

Estas mulheres moram mais sozinhas, estão mais em instituições de longa permanência para idosos e, desta forma, estão mais propensas a já usar ou necessitar de serviços de cuidado, públicos ou privados.

Já as mulheres que fazem parte dos povos ou comunidades tradicionais, mais jovens e com grande peso de crianças em idade escolar, necessitam de outras políticas, como as educacionais¹⁵ e de saúde.

Referências bibliográficas

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.762, de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim Mulheres no SUAS**. Brasília: MDS, 2018, v. 5. (Boletins Vigilância Socioassistencial). Disponível em: <<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/Boletim-7-Mulheres-no-SUAS-2-1.pdf>>. Acesso em: novembro de 2024.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

PNAD CONTÍNUA. **Pessoas com deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

¹⁵ No capítulo de Educação deste RASEAM, analisamos como as taxas de alfabetização das mulheres indígenas (84,3%) e quilombolas (82,9%) são mais baixas em comparação com as taxas de mulheres brancas (96,8%).

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

O trabalho e sua consequente remuneração permitem a autonomia econômica de uma pessoa. Conforme dados do IBGE¹⁶ em 2023, a renda do trabalho representava 74,2% do total da renda domiciliar *per capita*, o que mostra a relevância do trabalho na renda das famílias.

Contudo, o acesso ao mercado de trabalho, sobretudo o formal, é bastante desigual entre homens e mulheres. Além de menor participação no mercado de trabalho, maior busca por trabalho, as mulheres tendem a ter remuneração menor, mesmo exercendo as mesmas atividades que os homens.

Neste capítulo vamos, portanto, mostrar indicadores que caracterizam esta desigualdade de gênero no mundo trabalho.

Participação na força de trabalho

A taxa de participação na força de trabalho, que é a proporção da população de 14 anos ou mais de idade que está ocupada ou desocupada, tende a ser historicamente menor entre as mulheres, seja pela entrada tardia delas no mercado de trabalho, ou pela desigual divisão dos afazeres domésticos e do cuidado com filhos(as) ou idosos(as).

No 2º trimestre de 2024¹⁷, com base na PNAD Contínua, a taxa de participação¹⁸ das mulheres era de 52,6%, quase 20 pontos percentuais abaixo da dos homens (72,3%). Mulheres pretas ou pardas tinham participação menor, 51,3%, enquanto as de cor branca, 54,2%.

¹⁶ Ver tabela SIDRA 7429. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7429>. Acesso em: outubro de 2024.

¹⁷ No momento da escrita deste relatório, o último dado disponível da PNAD Contínua era referente ao 2º trimestre de 2024. No entanto, o dado referente ao ano de 2023 também está disponível no conjunto de tabelas desta publicação.

¹⁸ Em relação ao 2º trimestre de 2023, houve aumento na taxa de participação das mulheres (de 52,1% para 52,6%) e dos homens (de 71,7% para 72,3%). Para consultar a série histórica, ver tabela SIDRA 4093. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>. Acesso em: novembro de 2024.

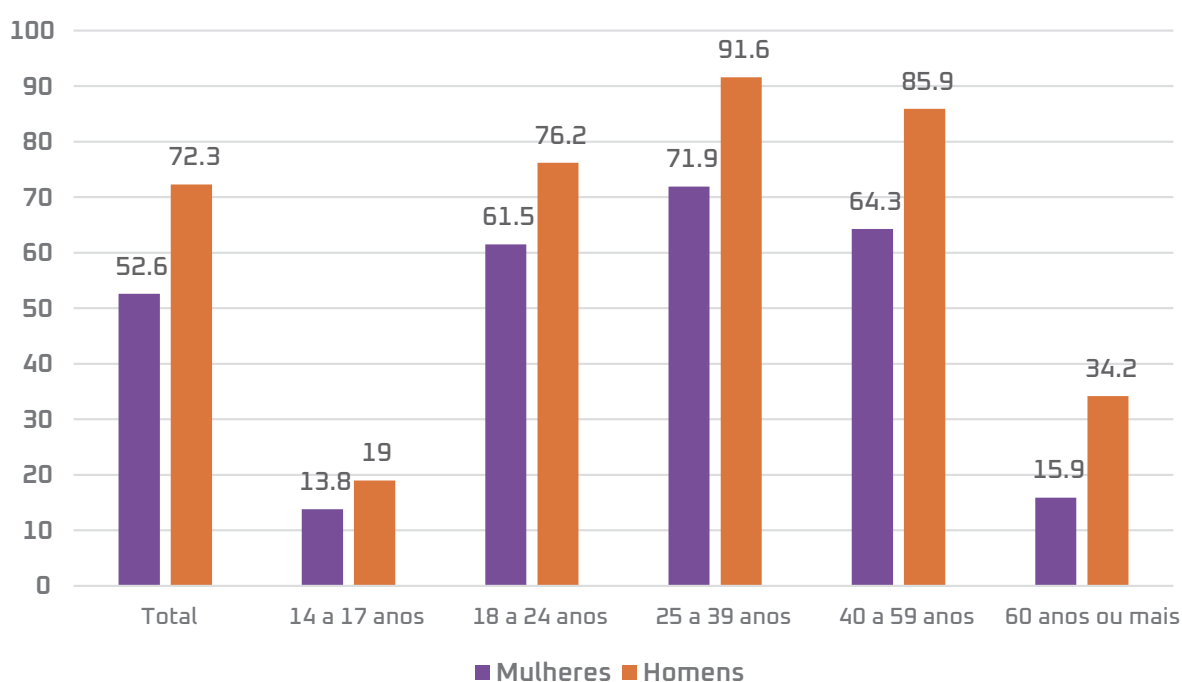
Regionalmente, as mulheres apresentavam taxa de participação menor nas Regiões Nordeste (43,5%) e Norte (48,3%), esta taxa alcançando 58,8% na Região Centro-Oeste.

Por grupos de idade, observa-se que a taxa de participação alcança seu máximo entre 25 e 39 anos: 91,6% para homens e 71,9% para mulheres.

A maior discrepância entre as taxas de homens e mulheres, por um lado, ocorre na faixa de 40 a 59 anos (taxa 21,6 pontos percentuais maior para homens). A menor, por outro lado, ocorre entre adolescentes de 14 a 17 anos (diferença de 5,2 pontos percentuais), grupo etário com baixa taxa de participação por ser uma idade no qual o estudo é obrigatório no Brasil, o trabalho sendo permitido por lei apenas na categoria de menor aprendiz¹⁹.

GRÁFICO 12

Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.4.a.

¹⁹ Para informações sobre a Lei do menor aprendiz, ver: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

Ocupação e desocupação

As mulheres, além de uma participação menor no mercado de trabalho, têm dificuldade maior de encontrar trabalho. A taxa de desocupação²⁰ das mulheres ficou em 8,6% no 2º trimestre de 2024, enquanto a dos homens foi de 5,6%. Mulheres pretas e pardas tinham taxa ainda maior, 10,1%, enquanto as de cor branca, 6,6%.

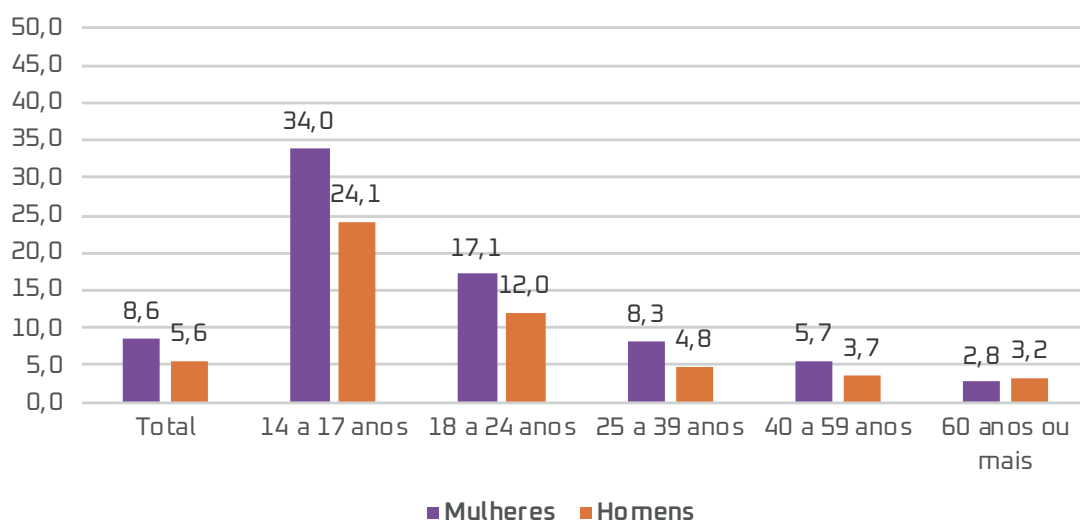
Regionalmente a desocupação entre mulheres era maior no Nordeste (11,6%) e menor no Sul (5,6%).

Apesar de ser uma idade em que o trabalho só é permitido na condição de menor aprendiz, a busca por trabalho entre 14 e 17 anos é a maior: 34,0% das mulheres desta faixa e 24,1% dos homens, o que mostra a necessidade das(os) adolescentes de ajudar com a renda familiar em um momento da vida que deveriam se dedicar aos estudos.

Jovens de 18 a 24 anos são o segundo grupo de maior taxa de desocupação: 17,1% de taxa para as mulheres dessa faixa etária e 12,0% para os homens. Portanto, além de gênero, o desemprego tem idade.

GRÁFICO 13

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 2.6.a.

²⁰ Em relação ao 2º trimestre de 2023, houve redução na taxa de desocupação tanto para mulheres (de 9,6% para 8,6%) quanto homens (de 6,9% para 5,6%).

Mulheres jovens de 15 a 29 anos: estudo, trabalho e cuidado

Os jovens de 15 a 29 anos somavam 48,5 milhões de pessoas no 2º trimestre de 2023, com base na PNAD Contínua. Destes, 24,3 milhões eram mulheres e 24,7 milhões eram homens.

A análise da situação de ocupação e condição de estudo dos jovens brasileiros mostra que 39,4% estavam ocupados sem estudar, 25,5% estavam só estudando, 15,3% estavam trabalhando e estudando e 19,8% nem estavam ocupados nem estudavam.

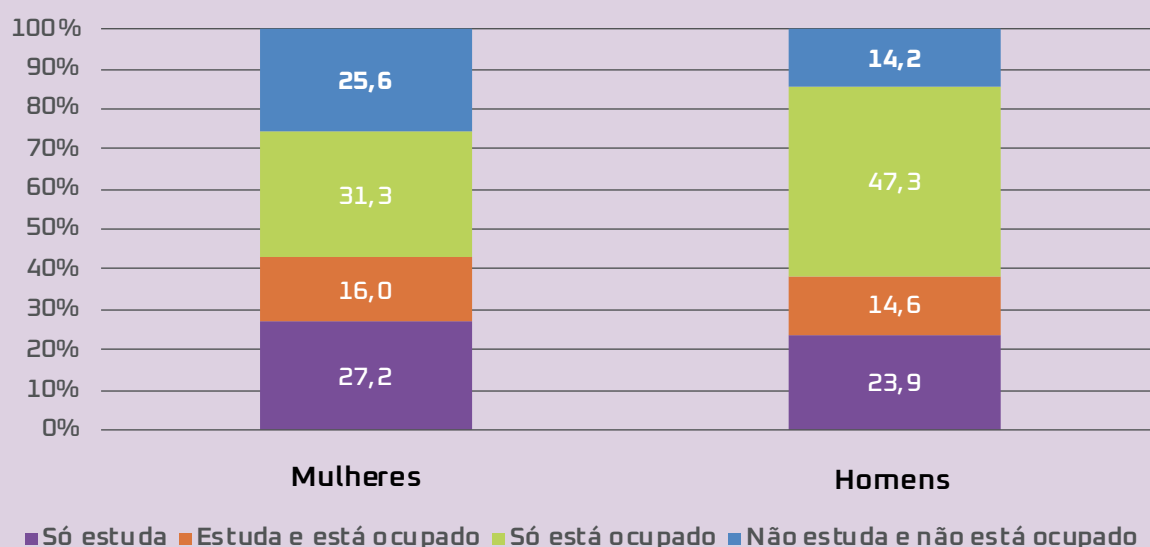
Na comparação entre jovens mulheres e homens, nota-se que um peso maior dos homens só trabalhava (47,3%), enquanto entre as mulheres era maior a proporção das outras categorias, sobretudo daquela na qual nem se estuda nem se está ocupada (25,6%).

Portanto maior proporção das mulheres só estudava, ou estudava e trabalhava ou ainda nem estudava nem trabalhava.

Considerando os jovens que nem estavam ocupados nem estudando (9,8 milhões), 63,9% eram mulheres, o que pode se dever tanto à maior dificuldade de inserção delas no mercado de trabalho (apesar de não ocupadas, podem estar buscando trabalho e pressionando a taxa de desocupação), quanto à sobrecarga da mulher nas tarefas domésticas e de cuidados com crianças e idosos.

GRÁFICO 14

Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 2.46.a.

Quando consideramos os jovens de 15 a 29 anos que não estudavam, não estavam ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho em 2023 (7,3 milhões²¹), observa-se que 55,6% tinham entre 18 e 24 anos, 69,5% eram mulheres e 48,5% eram mulheres pretas ou pardas.

Do total destes jovens, 31,9% gostariam de trabalhar, mas ou não havia trabalho na localidade, ou não conseguiam trabalho adequado ou tinham de cuidar dos afazeres domésticos, das(os) filhas(os) e de outros parentes, motivo este alegado praticamente só por mulheres: 96,1% das pessoas que alegaram o motivo de tarefas de cuidado para não buscar trabalho mesmo querendo trabalhar eram mulheres (ver tabela 2.48.a).

Outros 68,1% dos jovens “nem estuda - nem trabalha - nem busca trabalho” informaram que não gostariam de trabalhar e a principal razão era também o cuidado (afazeres domésticos e cuidado de filhas(os) e parentes), seguida por problema de saúde ou gravidez. Mais uma vez, praticamente só mulheres responderam o motivo de tarefas de cuidado (95,7%), o que mostra como a desigual divisão das responsabilidades da família afeta a decisão laboral das mulheres jovens.

Acesso à creche

Outro exemplo de como o cuidado afeta a vida laboral das mulheres é dado pelo nível de ocupação²² das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos(as) de até 3 anos de idade, segundo a frequência das crianças na creche (ver tabela 2.41.a).

As mulheres em que todos os filhos(as) frequentavam creche tinham nível da ocupação de 68,1% no 2º trimestre de 2023. Já as mulheres em que nenhum dos filhos(as) frequentava a creche tinham nível da ocupação bem menor, 42,6%. Quando algum dos filhos(as), mas não todos, frequentava creche, o nível da ocupação subia um pouco (46,5%).

Portanto, políticas de cuidado como a creche pública são essenciais para permitir uma maior autonomia econômica das mulheres no Brasil. No entanto, 64,5% das mulheres, com filhos de até 3 anos de idade, responderam que nenhum dos filhos(as) frequentava a creche²³ no 2º trimestre de 2023 (ver tabela 2.18).

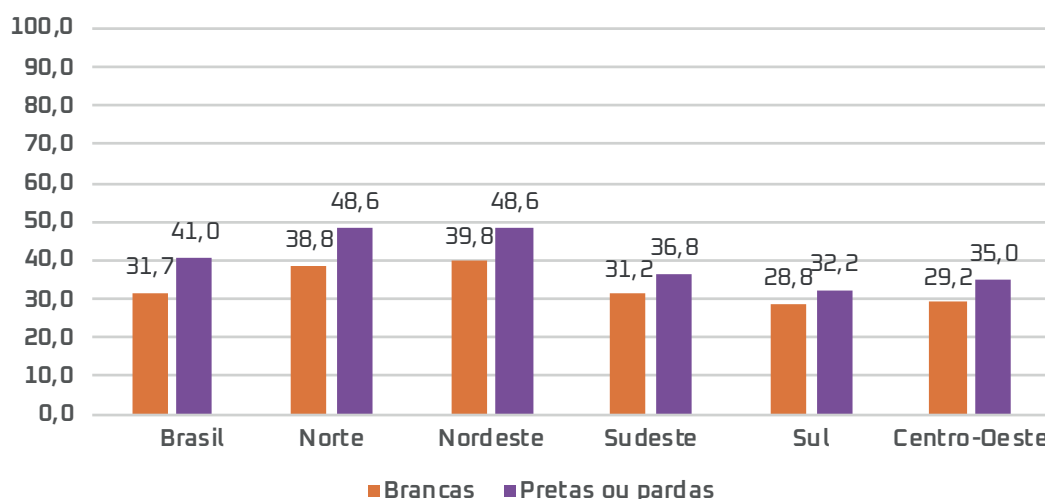
²¹ Este dado considera todos os trimestres de 2023 que responderam a 1ª visita da pesquisa. Já o dado apresentado considera todas as visitas realizadas no 2º trimestre de 2023. Portanto, não se deve comparar os números absolutos, mas apenas as tendências mostradas pelas proporções.

²² Nível da ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

²³ A não frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos de idade pode se dar tanto por falta de acesso ao serviço, quanto por opção dos pais, dado que o ensino só é obrigatório no Brasil a partir dos 6 anos de idade, conforme a Lei nº 11.114/2005.

GRÁFICO 15

Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas em situação de informalidade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar. – Ver tabela 2.8.a.

Informalidade

Apesar da menor participação no mercado de trabalho e da maior busca por trabalho, as mulheres ocupadas tendem a ser um pouco mais formalizadas que os homens. No 2º trimestre de 2024, 36,8% das mulheres e 40,4% dos homens ocupados estavam em situação de informalidade²⁴.

A informalidade era maior entre mulheres pretas ou pardas (41,0%) que entre mulheres brancas (31,7%). Esta tendência ocorre em todas as regiões do País, mas é mais acentuada nas Regiões Norte e Nordeste, onde quase metade das mulheres pretas ou pardas ocupadas estava em situação de informalidade.

A taxa de informalidade é menor entre mulheres, na comparação com homens, em parte porque elas têm um peso maior no emprego no setor público²⁵ (6,8%) e entre

²⁴ O trabalho informal considera o empregado sem carteira de trabalho assinada, o trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, o trabalhador por conta própria sem CNPJ, o empregador sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

²⁵ A categoria empregado no setor público inclui trabalhadores contratados dos governos federal, estadual e municipal, de autarquias e empresas de economia mista. Portanto, exclui militares e funcionários públicos estatutários, sob o Regime Jurídico Único.

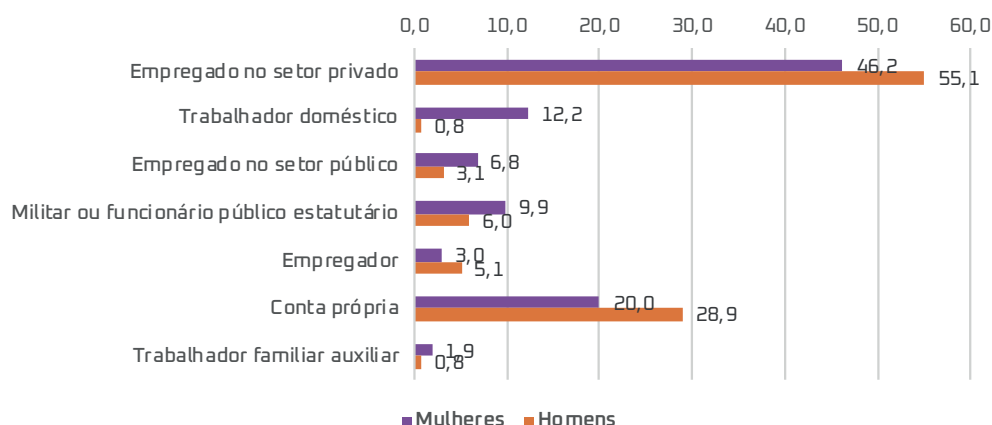
militares ou funcionários públicos estatutários (9,9%), devido ao setor de atividade em que mais se inserem (27,4% das mulheres ocupadas estavam na Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, conforme a tabela 2.12.a).

As mulheres também se inserem menos que os homens como trabalhadoras por conta própria (20,0%) e empregadas do setor privado (46,2%). A maioria dos que atuam por conta própria não são formalizados, então isso contribui para a informalidade entre homens ser maior.

Apesar disso, o trabalho doméstico remunerado, no qual praticamente só mulheres se inserem (12,2% das mulheres ocupadas em comparação a 0,8% dos homens ocupados), também tem peso grande da falta de carteira de trabalho, o que contribui para a informalidade das mulheres.

GRÁFICO 16

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 2.10.a e 2.11.a.

Neste sentido, das 5,4 milhões de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas no 2º trimestre de 2024, apenas 23,9% tinham carteira de trabalho (ver tabela 2.21.a). Além da baixa formalidade, o trabalho doméstico remunerado era majoritariamente feito por mulheres pretas ou pardas (67,7%) e por mulheres que não tinham nem o ensino médio completo (61,4%).

Trabalho doméstico análogo à escravidão

O Artigo 149 do Código Penal, que foi alterado pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003²⁶, define trabalho análogo à escravidão como condições de trabalho degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou restrição à liberdade.

A persistência de termos como “escravo” e “escravidão” reflete a herança histórica da escravidão legal, mas também revela, de forma explícita ou velada, o racismo que ainda permeia as relações sociais e de trabalho. Mesmo livres legalmente, muitos trabalhadores enfrentam condições tão degradantes e violentas que o termo “escravidão” foi adotado para descrever essa exploração (GOMES e GUIMARÃES NETO, 2018).

Embora remeta ao passado, o trabalho análogo à escravidão é uma realidade global associada à exploração no mercado de trabalho. Por conta disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apoia esforços para erradicá-lo, garantindo que essas práticas não sejam ignoradas ou flexibilizadas pelos Estados nacionais²⁷.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego para o ano de 2023, 222 mulheres e 2.850 homens foram resgatadas(os) de situação análoga à escravidão. Entre as mulheres, 81,5% eram mulheres pretas e pardas²⁸ e 36,6% tinham mais de 40 anos de idade²⁹.

As diferenças entre mulheres e homens resgatados de situações análogas à escravidão refletem as desigualdades estruturais que moldam a exploração de forma distinta. A maioria dos resgates ocorre em setor agrícola³⁰, onde predominam homens como integrantes da força de trabalho³¹. Em contraste, as mulheres são majoritariamente exploradas em contextos domésticos, um ambiente em que enfrentam invisibilidade e há dificuldades de fiscalização. Essa realidade, expressa nos dados de resgates, evidencia as desigualdades entre mulheres e homens que fazem parte dessas práticas exploratórias.

No setor de trabalho doméstico, persistem casos de exploração, apesar dos avanços legais, como a Convenção nº 189 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) aprovada em 2011, ratificada pelo

²⁶ BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o artigo 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2003. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm >. Acesso em: novembro de 2024.

²⁷ <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/normativeinstrument/wcms_c105_pt.htm >. Acesso em: novembro de 2024.

²⁸ Ver tabela 2.71.

²⁹ Ver tabela 2.73.

³⁰ <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/novembro/mte-resgatou-mais-de-2-800-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023> >. Acesso em: novembro de 2024.

³¹ Ver tabelas 2.12.a e 2.12.b.

Brasil em 2018 e promulgada em 2024³², e a Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como “PEC das Domésticas³³”.

Os primeiros resgates de trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão ocorreram no Brasil em 2017. Desde então, houve um progressivo aumento de denúncias e ações de fiscalização. Os casos revelaram a gravidade das condições enfrentadas por mulheres em um setor historicamente precarizado (ANABUKI e CARDOSO, 2023).

Em 2023, foram resgatadas 17 mulheres e meninas submetidas ao trabalho doméstico análogo à escravidão no Brasil, evidenciando a persistência de relações de poder profundamente desiguais nesse setor. Entre as resgatadas, 12 eram mulheres pretas e pardas, 4 eram brancas e 1 era indígena³⁴. A maioria tinha entre 40 e 59 anos (8 mulheres), enquanto 5 tinham mais de 60 anos, 2 estavam na faixa etária de 20 a 39 anos, e 2 eram menores de idade: uma criança entre 10 e 14 anos e uma adolescente de 15 a 19 anos³⁵.

O trabalho doméstico no Brasil carrega uma herança histórica profundamente marcada pelas hierarquias do período colonial e escravocrata. Essas relações de poder, forjadas no passado, perpetuam um modelo exploratório no presente, caracterizado por informalidade³⁶, baixos salários, longas jornadas de trabalho e discriminação.

O setor, majoritariamente feminino³⁷, é composto em grande parte por mulheres pretas ou pardas³⁸ provenientes de contextos socioeconômicos vulnerabilizados. Essas trabalhadoras enfrentam não apenas a invisibilidade de suas condições de trabalho, mas também formas explícitas e sutis de violência, controle e exploração. A sobrerrepresentação de mulheres negras entre as resgatadas reflete como as desigualdades raciais ainda estruturam o mercado de trabalho e naturalizam a exploração de mulheres historicamente marginalizadas.

Assim, o trabalho doméstico análogo à escravidão é expressão de relações de poder que reproduzem a lógica de dominação, onde empregadores utilizam sua posição socioeconômica privilegiada para subjugar trabalhadoras vulnerabilizadas, perpetuando ciclos de exploração e desigualdade. O combate à exploração no trabalho doméstico exige esforços contínuos, incluindo maior fiscalização, conscientização social e enfrentamento das desigualdades estruturais que perpetuam essa prática.

³² BRASIL. Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024. Promulga os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º maio 2024, seção 1.

³³ BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 abr. 2013

³⁴ Ver tabela 2.72.

³⁵ Ver tabela 2.74.

³⁶ Ver tabela 2.21.a.

³⁷ Ver tabela 2.20.a.

³⁸ Ver tabela 2.20.a.

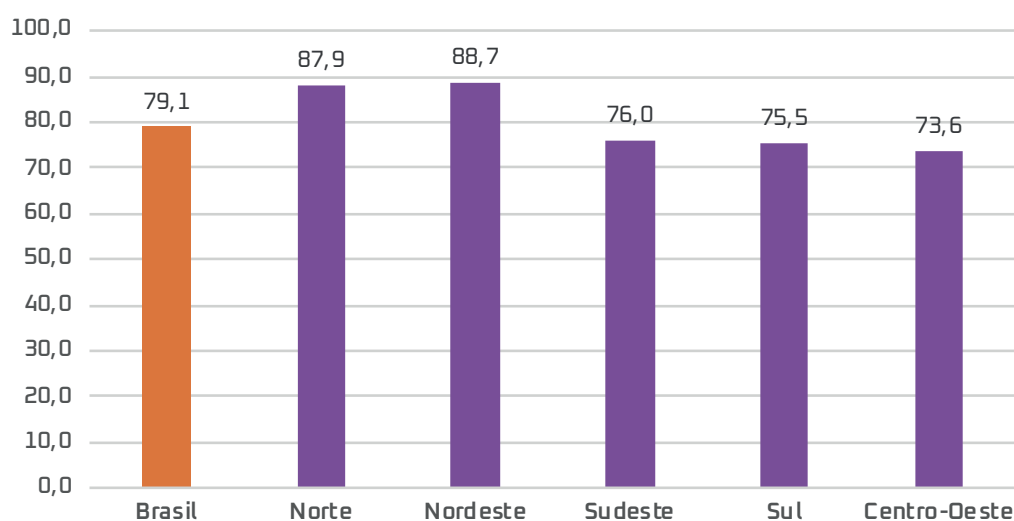
Rendimento médio

As diferenças existentes na forma de inserção das mulheres e homens no mercado de trabalho se refletem em diferenças de remuneração do trabalho. Considerando o rendimento médio habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, vemos que as mulheres recebiam o equivalente a 79,1% do rendimento dos homens no 2º trimestre de 2024. Enquanto na média os homens recebiam R\$ 3 529, as mulheres recebiam R\$ 2 790.

A razão entre o rendimento médio de mulheres e homens da Região Centro-Oeste era a menor (73,6%), ao passo que nas Regiões Nordeste e Norte as mulheres recebiam uma proporção maior do rendimento dos homens (88,7% e 87,9%, respectivamente), mas ainda bem menos.

GRÁFICO 17

Razão entre o rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, de mulheres e homens de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.33.a.

Em termos de cor ou raça, era maior a diferença de rendimento médio entre homens e mulheres de cor branca, as mulheres recebendo o equivalente a 76,0% do rendimento dos homens. As mulheres pretas ou pardas recebiam, em média, o correspondente a 80,1% do rendimento dos homens desta cor.

Mesmo quando estão no mesmo setor de atividade, existem diferenças de remuneração entre mulheres e homens. Mulheres ocupadas na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura tinham rendimento médio equivalente a 85,5% do rendimento dos homens ocupados neste grupamento. Na indústria elas recebiam 70,2% do rendimento médio dos homens.

O grupamento menos desigual era o transporte, armazenagem e correio, no qual elas recebiam 96,0% do rendimento dos homens, ou seja, 4,0% a menos. Já o mais dispar era a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, em que o rendimento das mulheres equivalia a 65,0% do dos homens.

Destaca-se a construção, setor praticamente só com homens (95,7% dos ocupados³⁹), na qual as poucas mulheres ocupadas recebem 38,6% a mais por estarem em ocupações de nível superior que remuneram melhor: média de R\$ 3.277 para elas frente a R\$ 2.364 para eles.

TABELA 2
Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo o grupamento de atividade - Brasil - 2º trimestre de 2024

Grupamento de atividade	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)		Razão Mulheres/ Homens (%)
	Mulheres	Homens	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.705	1.993	85,5
Indústria geral	2.423	3.451	70,2
Construção	3.277	2.364	138,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.244	2.926	76,7
Transporte, armazenagem e correio	2.914	3.034	96,0
Alojamento e alimentação	1.813	2.541	71,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3.660	5.032	72,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.785	5.823	65,0
Outros Serviços	2.060	3.008	68,5
Serviços domésticos	1.174	1.568	74,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.34.a.

³⁹ Para detalhes, ver tabela 2.12.a.

Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios

Para fazer frente à desigualdade salarial entre mulheres e homens, em 3 de julho de 2023 foi promulgada a Lei da Igualdade Salarial (Lei 14.611)⁴⁰, que dispõe sobre os critérios remuneratórios que garantam que mulheres e homens recebam o mesmo valor quando realizem a mesma função. A partir dela, o Ministério do Trabalho e Emprego vem monitorando as empresas com cem empregados(as) ou mais da RAIS⁴¹, que passaram a ter de preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios a cada semestre pelo Portal Emprega Brasil⁴².

A nova Lei de Igualdade Salarial busca garantir que as empresas estejam remunerando igualmente homens e mulheres desempenhando a mesma função ou trabalho de igual valor. O Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios é preenchido pelas empresas com informações sobre: salários médios dos funcionários da firma, proporção de cargos de direção, gerência e chefia; existência ou não de plano de carreira e salários; critérios para progressão na firma; existência de incentivo à contratação de mulheres; informação sobre os critérios utilizados para promoções; existência ou não de iniciativas que visem a melhor divisão de tarefas do trabalho não remunerado; entre outras.

A divulgação dessas informações é importante para aumentar a transparência salarial e possibilitar a identificação de discriminações salariais no âmbito da empresa. Assim, caso sejam identificadas diferenças salariais entre homens e mulheres injustificáveis, a firma estará sujeita à penalidade administrativa, que pode alcançar até 3% da folha de pagamentos.

No 1º semestre de 2024, 50,7 mil estabelecimentos responderam ao Relatório, o que equivalia a 18,0 milhões de pessoas empregadas⁴³ nestas empresas, sendo 40,0% empregados do sexo feminino. Das 7,2 milhões mulheres empregadas, 43,4% eram brancas e 37,9% pardas.

Considerando os estabelecimentos que responderam ao Relatório, a diferen-

⁴⁰ Para mais informações sobre a Lei de Igualdade Salarial, ver: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

⁴¹ A RAIS só considera o setor formal da economia, portanto, não se trata do universo de trabalhadores(as) brasileiros(as).

⁴² Para detalhes, ver: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/empresas-tem-ate-30-de-setembro-para-publicar-20-relatorio-de-transparencia-salarial>>. Acesso em: outubro de 2024.

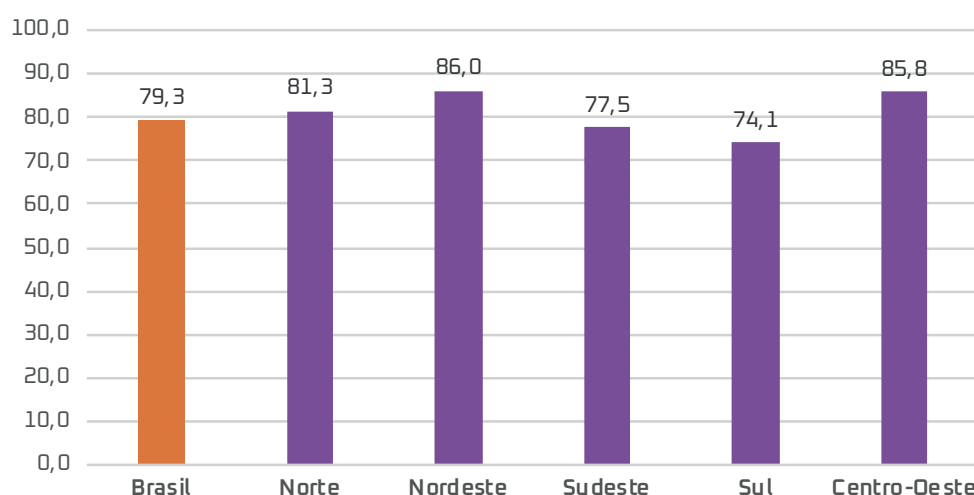
⁴³ Ver tabela 2.49.

ça salarial entre mulheres e homens era em média de 20,7%, ou seja, mulheres (R\$ 3.565) ganhavam 79,3% do salário médio dos homens (R\$ 4.495).

Na Região Nordeste, região marcada por baixo nível salarial tanto de homens como de mulheres, ocorria a menor desigualdade, com as mulheres recebendo salários em média 14,0% menores. Já a maior discrepância salarial ocorria no Sul, onde as mulheres recebiam 25,9% a menos que os homens.

GRÁFICO 18

Razão entre a remuneração média de mulheres e homens, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

Ver tabela 2.50.

Por cor ou raça, a maior desigualdade salarial foi observada entre os empregados brancos (mulheres recebendo 23,0% a menos que homens) e a menor, entre empregados indígenas (mulheres recebendo 13,2% a menos que homens).

Considerando o grupo ocupacional, por outro lado, as maiores diferenças entre mulheres e homens ocorria entre técnicos(as) de nível médio e trabalhadores(as) de atividades operacionais, nas quais as mulheres recebiam 65,8% e 66,5%, respectivamente, da remuneração dos homens.

Trabalhadores(as) de serviços administrativos e Dirigentes e gerentes tinham as menores diferenças, mas ainda sim consideráveis: mulheres com salários 20,9% e 27,0% menores que dos homens nestes grupos.

TABELA 3
Valor da remuneração média, por sexo, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024

Grupo ocupacional	Remuneração média (em R\$)		Razão Mulheres / Homens (%)
	Mulheres	Homens	
Dirigentes e Gerentes	12.487,14	17.111,04	73,0
Profissionais em ocupações de nível superior	6.998,10	10.175,78	68,8
Técnicos(as) de nível médio	3.644,66	5.537,96	65,8
Trabalhadores(as) de serviços administrativos	2.466,41	3.116,47	79,1
Trabalhadores(as) de atividades operacionais	2.037,60	3.065,27	66,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.
Ver tabela 2.52.

Políticas de incentivo às mulheres em estabelecimentos formais

Além de obter informações sobre as remunerações de mulheres e homens nos estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais, o Relatório da Transparência Salarial pergunta sobre a existência de políticas de incentivo às mulheres ou que as beneficiam.

Dos 31,6 mil estabelecimentos que responderam ao relatório no 1º semestre de 2024, 35,3% tinham políticas de incentivo à contratação de mulheres, 27,9% realizavam políticas incentivando a contratação de mulheres negras, 24,3% desenvolviam políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência, 21,9% mantinham diretrizes para incentivar a contratação de mulheres chefes de família e 5,5% possuíam orientações visando a contratação de mulheres vítimas de violência.

Além disso, 38,8% dos estabelecimentos tinham políticas de promoção de mulheres a cargos de direção e gerência e 22,9% pagavam auxílio-creche.

Portanto, era pequena a parcela das empresas com políticas de incentivo específicas para mulheres e suas interseccionalidades. A única política de incentivo que quase todas as empresas informaram ter foi ao compartilhamento de obrigações familiares, 94,4% do total.

TABELA 4
Número de estabelecimentos e percentual em relação ao total de estabelecimentos, por tipo de política de incentivo às mulheres - Brasil - 1º semestre de 2024

Políticas de incentivo à (ao):	Número de estabelecimentos	Percentual do total (%)
Contratação de mulheres	11.179	35,3
Contratação de mulheres vítimas de violência	1.744	5,5
Contratação de mulheres negras	8.835	27,9
Contratação de mulheres chefes de família	6.948	21,9
Contratação de mulheres com deficiência	7.696	24,3
Promoção de mulheres a cargos de direção e gerência	12.273	38,8
Compartilhamento de obrigações familiares	29.890	94,4
Pagam auxílio-creche	7.260	22,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.
Ver tabelas 2.55 a 2.62.

Como vimos, menos de ¼ das empresas formais com pelo menos 100 empregados(as) têm políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência. Este tipo de política é essencial uma vez que a inserção da população com deficiência no mercado de trabalho é um desafio.

Além de ter um nível da ocupação bem inferior ao do restante da população, quando se inserem, são como trabalhadores(as) autônomos(as) e com remuneração mais baixa.

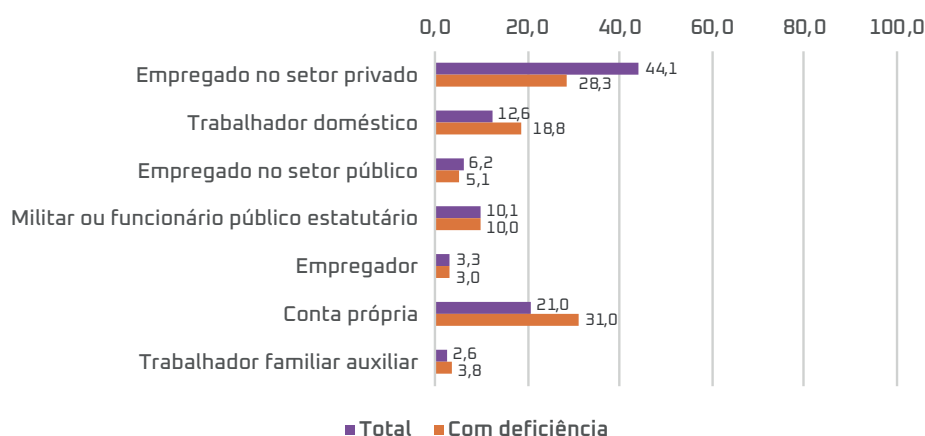
No 3º trimestre de 2022, com base na PNAD Contínua, enquanto o nível da ocupação da população de 14 anos ou mais de idade era de 57,2%, o da população com deficiência era de 26,6%. Entre as mulheres com deficiência o nível da ocupação era ainda menor, 22,4% (ver tabela 2.36).

Mulheres com deficiência

As mulheres com deficiência que conseguem uma ocupação no mercado de trabalho tendem a se inserir como trabalhadoras por conta própria (31,0%), empregadas do setor privado (28,3%) e trabalhadoras domésticas (18,8%). Na comparação com o total de mulheres ocupadas, as com deficiência têm uma inserção bem menor no emprego no setor privado, sobretudo o com carteira assinada. Desta forma, acaba restando como alternativa o trabalho doméstico ou autônomo.

GRÁFICO 19

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

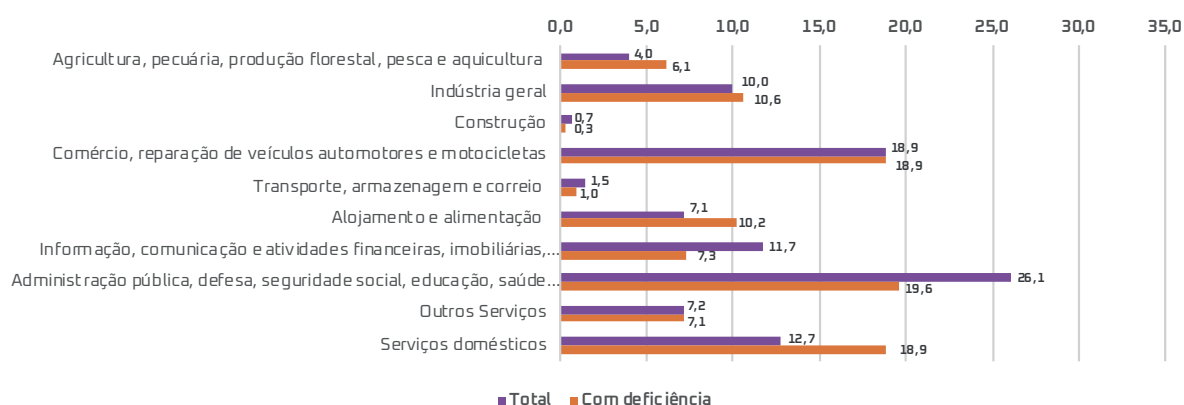
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". - Ver tabela 2.38.

Os grupamentos onde as mulheres com deficiência mais se inserem são a Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (19,6%), os Serviços domésticos (18,9%) e o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (18,9%). No entanto, na comparação com o total de mulheres, as com deficiência estão sobrerrepresentadas em Alojamento e alimentação (10,2%) e na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (6,1%).

GRÁFICO 20

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo o grupamento de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Ver tabela 2.37.

Essa participação menor no emprego com carteira e maior no trabalho doméstico faz as mulheres com deficiência terem rendimentos do trabalho menores que o total das mulheres. No 3º trimestre de 2022, elas recebiam em média R\$ 1.598, enquanto a média para o total das mulheres era de R\$ 2.380. Na comparação por sexo, mulheres com deficiência recebiam 28,0% a menos que homens com deficiência, mostrando que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também é uma questão entre as pessoas com deficiência (ver tabela 2.39).

Domicílios com chefe mulher preta ou parda têm rendimento domiciliar *per capita* menor

Quando se observa o rendimento domiciliar per capita (RDPC) dos domicílios que são chefiados por mulheres, vê-se que proporção maior deles está nas primeiras faixas de renda, o que denota maior vulnerabilidade financeira.

Em 2023, quase 60,0% dos domicílios com pessoa responsável mulher tinha rendimento domiciliar per capita de até um salário mínimo (58,6%). Nos domicílios chefiados por homens, este percentual era de 46,0%.

Naqueles domicílios com chefe mulher preta ou parda, quase 70,0% tinham rendimento domiciliar de até um salário mínimo per capita. Entre chefes mulheres brancas, proporção menor estava nas primeiras faixas de renda (43,8% até 1 SM).

TABELA 5

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

Sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio	Domicílios particulares permanentes							
	Distribuição percentual (%)							
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Mulheres ¹	100,0	9,8	17,7	31,1	24,8	7,3	5,4	4,0
Brancas	100,0	5,7	11,1	27,0	29,0	10,9	8,9	7,4
Pretas ou pardas	100,0	12,8	22,5	34,1	21,7	4,7	2,8	1,4
Homens ¹	100,0	6,1	11,8	28,1	29,8	10,1	7,7	6,4
Brancos	100,0	3,9	7,5	22,8	30,8	13,0	11,1	10,9
Pretos ou pardos	100,0	7,8	15,1	32,3	29,1	7,9	5,1	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas. – Ver tabela 2.28.

A renda menor dos domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas se reflete no maior peso da população negra no Cadastro Único. Em agosto de 2024⁴⁴, das 94,6 milhões de pessoas inscritas no Cadastro, 68,6% se declaravam pretas ou pardas.

Domicílios com pessoa responsável do sexo feminino também estão mais propensos à insegurança alimentar.

Insegurança alimentar

No 4º trimestre de 2023, conforme a PNAD Contínua, 21,6 milhões de domicílios estavam em situação de insegurança alimentar⁴⁵ no Brasil, sendo que 59,4% destes eram chefiados por mulheres, o que equivalia a 12,8 milhões de domicílios.

No entanto, considerando o total de domicílios com chefe mulher, 68,3% estavam em situação de segurança alimentar. Este percentual para domicílios com chefe homem era maior (76,8%), o que denota a maior propensão à insegurança alimentar dos lares com responsável mulher.

Neste sentido, daqueles domicílios chefiados por mulheres com insegurança alimentar, 20,8% o tinham na gradação leve, 6,2% moderada e 4,6% grave.

Uma forma de fazer frente à insegurança alimentar é por meio de programas sociais que garantam renda às famílias. Portanto, é esperado que, em domicílios que recebam este tipo de auxílio, a insegurança alimentar seja mais frequente.

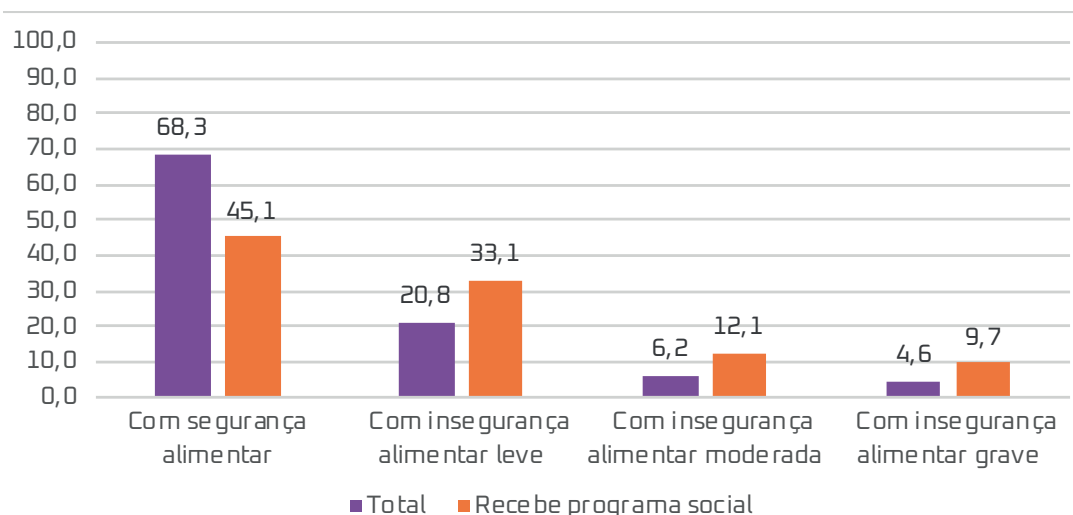
Assim, do total de domicílios chefiados por mulheres que recebiam recursos de algum programa social, 33,1% estavam em situação de insegurança alimentar leve, 12,1% moderada e 9,7% grave. Ou seja, proporção menor estava em situação de segurança alimentar (45,1%) na comparação com o total de domicílios chefiados por mulheres.

⁴⁴ Para mais detalhes, ver VIS DATA 3. Disponível em: < <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php> >. Acesso em: outubro de 2024.

⁴⁵ Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por ao menos uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, lhes faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, ficaram sem dinheiro para terem uma alimentação saudável e variada, e comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores.

GRÁFICO 21

Percentual de domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por recebimento de programa social, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por ao menos uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, lhes faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, ficaram sem dinheiro para terem uma alimentação saudável e variada, e comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores.

Ver tabela 2.40.

Em termos de recebimento de programas sociais, as mulheres são as principais beneficiárias. Em agosto de 2024, as mulheres eram 58,2% das beneficiárias e 83,5% das titulares do Programa Bolsa Família (ver tabela para 2.75). Do total de benefícios assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁴⁶ em dezembro de 2023, 52,0% tinham mulheres como receptoras (ver tabela 2.76).

Além disso, elas também são maioria entre os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), muito pela sua maior expectativa de vida. Elas eram as maiores beneficiárias de aposentadorias (51,4%), sobretudo por idade (62,1%), e pensões por morte (81,7%).

⁴⁶ Inclui Amparos assistenciais (LOAS) para idosos e portadores de deficiência, Rendas mensais vitalícias por idade e por invalidez e outros benefícios.

Portanto, temos um retrato das mulheres tanto no mercado de trabalho brasileiro quanto nos sistemas de proteção social. É maior a dificuldade de inserção delas no trabalho, com reflexos sobre a desigualdade salarial e de renda domiciliar, fazendo com que estejam mais presentes em domicílios vulneráveis e que dependem de auxílios como programas sociais e assistenciais. Por viverem mais que os homens, tendem a ser maioria na Previdência Social.

Referências bibliográficas

ANABUKI, Luísa e CARDOSO, Lys Sobral (Orgs.). **Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Institui as regras do menor aprendiz. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Torna obrigatório o início do Ensino fundamental aos 6 anos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial entre mulheres e homens. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

GOMES, Angela de Castro e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 105, de 1957. Convenção relativa à abolição do trabalho forçado. Adotada pela 40ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 25 de junho de 1957. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: novembro de 2024.

3. Educação para a igualdade e cidadania

A educação é um campo social fundamental para o avanço da igualdade entre mulheres e homens. Recomendações internacionais sobre igualdade de gênero enfatizam que os Estados devem garantir acesso amplo e irrestrito à educação para meninas e mulheres⁴⁷.

Mais do que ofertar vagas suficientes nas escolas, porém, existem outras dimensões educacionais que se relacionam com a desigualdade entre mulheres e homens às quais é preciso prestar atenção: garantir a acessibilidade e a segurança no acesso às escolas, infraestrutura escolar adequada para todos alunos e alunas, currículos escolares sem estereótipos e não discriminatórios, adotar práticas para prevenção da violência de gênero no ambiente escolar, prover insumos (como absorventes) que possibilitem a frequência escolar de meninas e a promoção do acesso à educação básica para mulheres jovens e adultas. Enfim, superar qualquer forma de discriminação contra meninas e mulheres no ambiente escolar.

Neste capítulo, abordaremos algumas das questões relativas aos cruzamentos entre as desigualdades entre mulheres e homens, cor ou raça, etnia, idade e deficiência e educação, por meio de indicadores do IBGE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Alfabetização

Iniciando a análise pela taxa de alfabetização⁴⁸, percebe-se que ela está muito próxima de 100% entre mulheres mais jovens (em 2023, 99,5% na faixa etária de 15 a 24 anos e 98,2% entre 25 e 49 anos), porém decresce para 88,2% entre mulheres de 50 anos ou mais (entre as mulheres de 60 anos ou mais, a taxa cai ainda mais,

⁴⁷ A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW), de 1979, estabelece, em seu art. 10, que os Estados-parte deverão "assegurar a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação". A UNESCO tem uma estratégia para a igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025, em que argumenta que o ODS 5 (igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas) "está intrinsecamente ligado ao ODS 4 para assegurar a todos uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida".

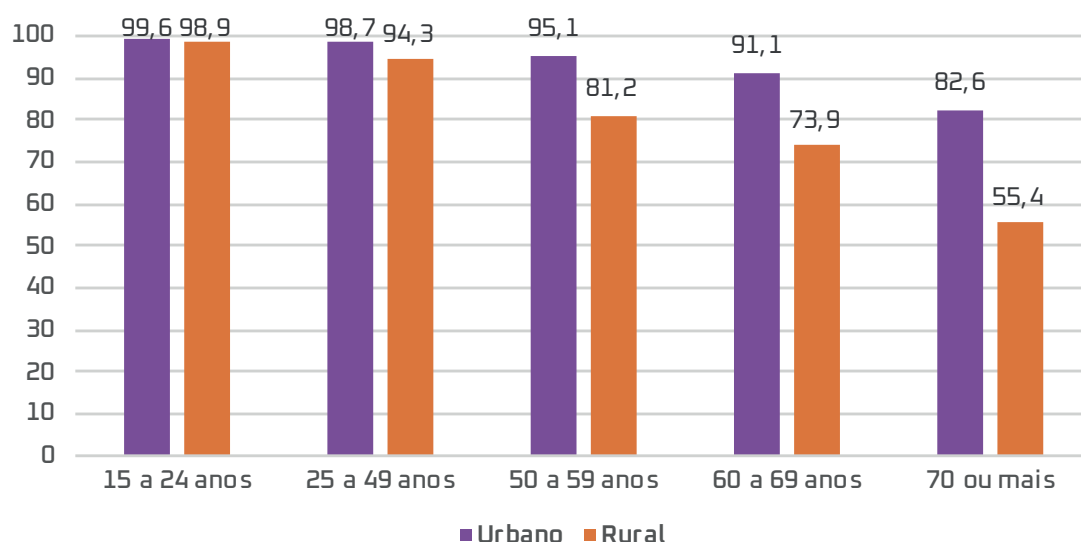
⁴⁸ A taxa de alfabetização do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é medida pela pergunta se sabe ler e escrever um bilhete simples.

para 84,5%). No total, a taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade é 94,6%. Veremos como esse percentual difere para subgrupos específicos.

Além da idade, outra variável relevante para entender a questão do analfabetismo feminino no Brasil é a localização do domicílio: urbano ou rural. À medida que a idade das mulheres aumenta, a taxa de alfabetização decresce, em especial no meio rural, sendo que a taxa mais baixa é encontrada em mulheres de 70 anos ou mais moradoras da área rural, segmento em que a taxa alcança apenas 55,4%.

GRÁFICO 22

Taxa de alfabetização das mulheres de 15 anos ou mais de idade por situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados no segundo trimestre do ano.

Ver tabela 3.2.

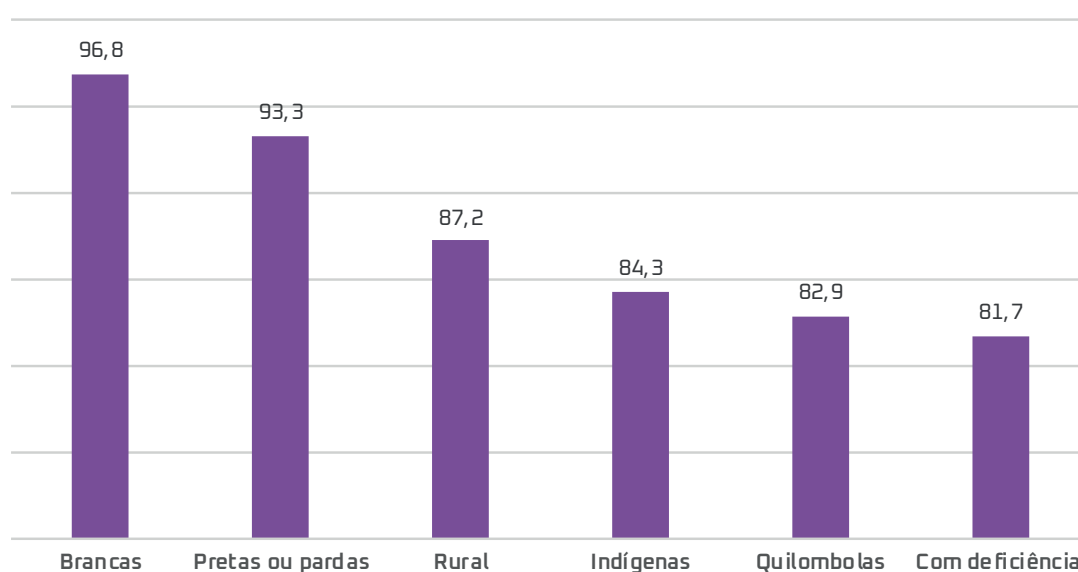
A cor ou raça é outra variável que impacta a taxa de alfabetização, embora não tanto quanto a localização do domicílio em se tratando do grupo de 70 anos ou mais. Mulheres pretas ou pardas a partir dos 50 anos têm taxas de alfabetização consideravelmente mais baixas que as brancas: na faixa de 50 a 59 anos, as mulheres brancas são, em 97% dos casos, alfabetizadas ao passo que, entre pretas ou pardas, a taxa é de 90,4%. Chegando no grupo das mulheres menos alfabetizadas – as de 70 anos ou mais – e cruzando com cor ou raça, a taxa de alfabetização de mulheres pretas ou pardas é de somente 68,8%.

A comparação entre mulheres com e sem deficiência também revela uma desigualdade bastante considerável: as mulheres com deficiência têm taxa de alfabetização 14 pontos percentuais (p.p.) menor do que as demais: 81,7% para as primeiras e 96,3% para as mulheres sem deficiência.

Os dados de mulheres indígenas e quilombolas ressaltam as desvantagens a que estão submetidos estes grupos: a taxa para o Brasil de indígenas é de 84,3% e de quilombolas é mais baixa ainda: 82,9%. O gráfico 23 mostra a comparação entre os segmentos de mulheres referenciados: brancas, pretas ou pardas, do meio rural, indígenas, quilombolas e com deficiência.

GRÁFICO 23

Taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade, segundo determinados segmentos - Brasil (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Os dados provêm de fontes e anos diferentes: os dados de Brancas, pretas ou pardas e rural são da PNAD Contínua 2023. Já os dados de Indígenas e quilombolas são do Censo Demográfico 2022. O dado de mulheres com deficiência é da PNAD Contínua 2022. 2. As categorias não são mutuamente excludentes, isto é, entre as mulheres do meio rural, estão incluídas mulheres de todas as cores ou raças. O mesmo vale para mulheres com deficiência. – Ver tabelas 3.1.3.2, 3.3, 3.13, 3.16 e 3.17.

Educação Infantil e Ensino Fundamental

No nível inicial da Educação Básica, a Educação Infantil, temos ainda uma frequência escolar relativamente baixa (embora crescente⁴⁹) na faixa etária de 0 a 3 anos (37,5% para meninas e 39,9% para meninos em 2023). Deve-se destacar que a frequência à creche, além de benéfica para a socialização e o desenvolvimento infantil, é muito importante do ponto de vista dos direitos das mulheres, pois possibilita o retorno delas ao mercado de trabalho.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) ainda vigente é o aumento da frequência bruta à creche para 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024, o que não aconteceu. Interessante destacar que o motivo mais alegado para a não frequência à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade é a “opção dos pais ou responsáveis” (em 60,7% dos casos), seguido pelo motivo de não haver “escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade”, com 33,5%.

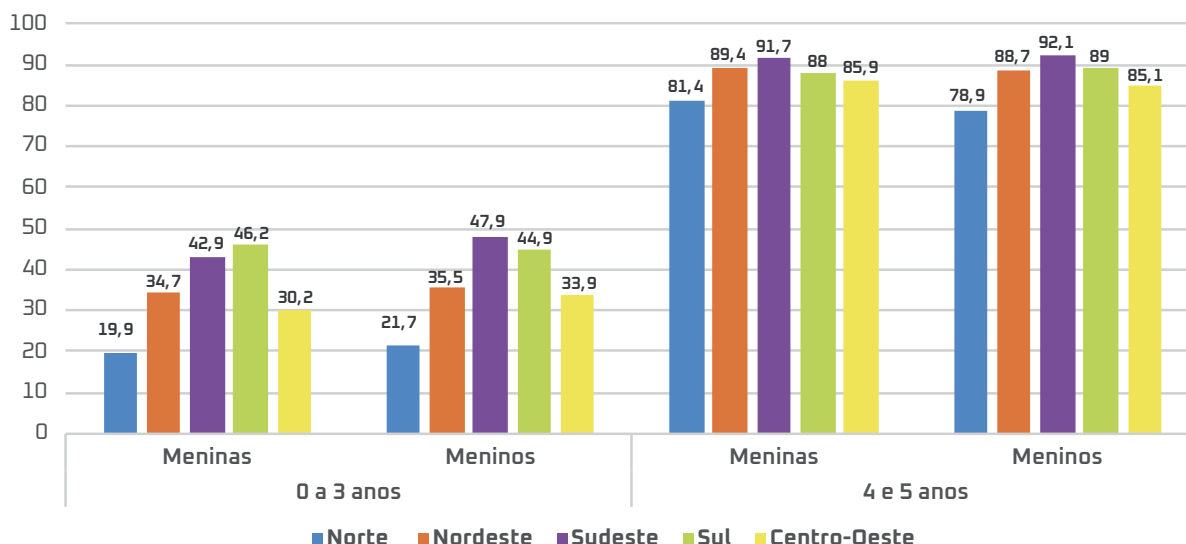
Já na faixa etária de 4 e 5 anos, quando se inicia a escolarização obrigatória, a frequência bruta⁵⁰ à pré-escola é bem mais alta, ficando em 89% para meninas e 88,8% para meninos. Observa-se que a frequência é bem mais baixa na região Norte, principalmente, e na Centro-Oeste.

⁴⁹ Segundo dados da PNAD Contínua, entre 2016 e 2019, a parcela de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches saltou de 30,4% para 35,6%. De acordo com o RASEAM 2024, em 2022, a taxa de frequência bruta à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade era de 36,2% para meninas e 35,8% para meninos.

⁵⁰ A taxa de frequência escolar bruta é a porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

GRÁFICO 24

Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 3.5.

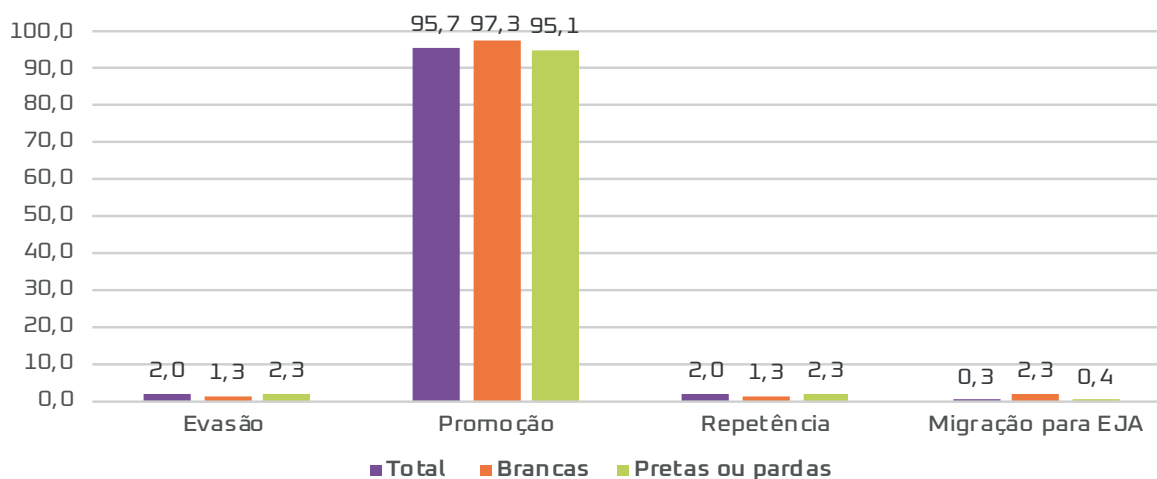
No Ensino Fundamental, na faixa etária de 6 a 14 anos, a taxa de frequência escolar líquida⁵¹ é praticamente a mesma para mulheres (94,8%) e homens (94,4%) e está bem próxima da universalidade. De forma geral, neste nível de ensino, os indicadores de fluxo escolar, que dizem respeito à progressão dos alunos como esperado nas etapas escolares e que tratam, por exemplo, de repetência e evasão escolar, não apresentam grandes déficits⁵². Porém, na comparação de sexo e cor ou raça (ver gráficos 25 e 26), as mulheres, com vantagem para as brancas, se destacam por apresentar desempenho um pouco melhor do que os homens.

⁵¹ A taxa de frequência escolar líquida em uma determinada faixa etária diz respeito às pessoas daquela faixa que estão frequentando o nível de ensino correspondente a ela.

⁵² Segundo o Dicionário de Indicadores Educacionais do INEP (2004), a taxa de promoção escolar expressa o percentual de alunos promovidos (matriculados na série s +1, no ano m +1, em relação à matrícula total da série s no ano m). A taxa de repetência escolar expressa o percentual de alunos repetentes (matriculados na série s no ano m +1 em relação à matrícula total da série s no ano m). A taxa de evasão escolar expressa o percentual de alunos evadidos (alunos que estando matriculados na série s no ano m não se encontram na matrícula da série s ou s +1 no ano m +1). A taxa de migração para EJA expressa o percentual de alunos que migraram para a Educação de Jovens e Adultos (alunos que migraram da modalidade de educação tradicional para a EJA).

GRÁFICO 25

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



Fonte: INEP, Censo Escolar.

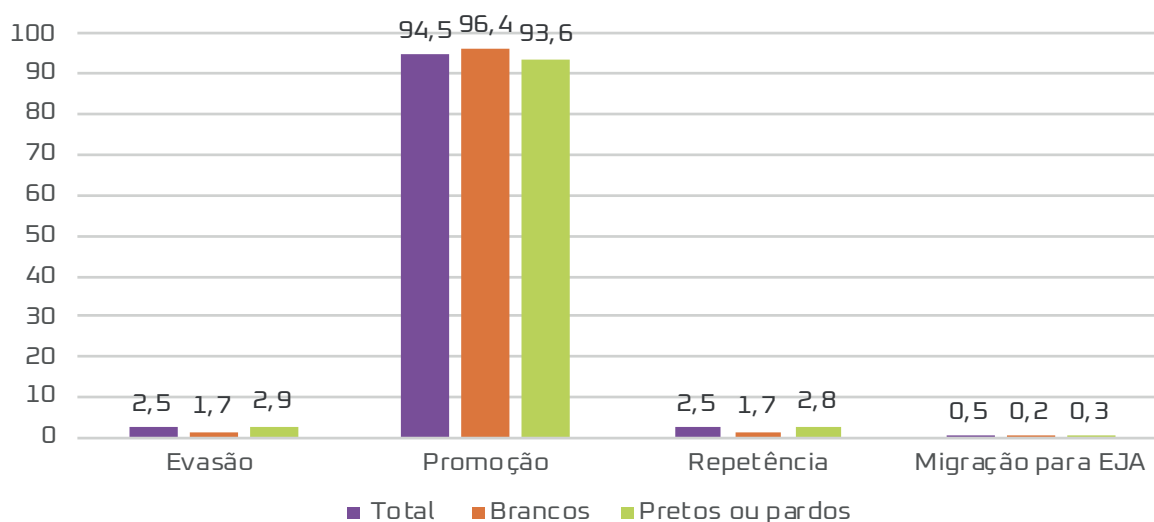
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais.

2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro da(o) mesma(o) aluna(o) em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada(o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

GRÁFICO 26

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de homens, por cor ou raça - Brasil, 2020/2021 (%)



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada(o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

Para compreender o diferencial de desempenho escolar feminino, a literatura feminista argumenta que é preciso observar os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens e como eles são construídos e reafirmados no âmbito escolar.

Expectativas de papéis sociais são alimentadas pelas(os) profissionais da escola – professoras(es), diretoras(es) etc. – de que as meninas terão maiores disciplina, assiduidade e cumprimento das tarefas, além de outras características valorizadas, como asseio pessoal e outros, porque estes são elementos que condizem com noções tradicionais de feminilidade (e que podem estar correlacionados com o sucesso escolar delas).

Louro (2003 *apud* Lima, 2010) afirma que “as práticas escolares encerram múltiplos e discretos mecanismos que escolarizam e distinguem os corpos e as mentes de alunos e alunas, que vão construindo seus padrões diferenciais de comportamento

e assimilando o modelo com o qual se devem identificar para serem mais homens ou mais mulheres”.

A escola é uma das grandes e principais instituições promotoras da socialização, o que começa a acontecer desde muito cedo, ainda na primeira infância.

E é também desde cedo que a escola vai “legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (LOURO, 2000).

Ensino Médio

No Ensino Médio, as questões se complexificam dado que este ainda é um nível de Ensino mais distante da universalização. Para entender o fenômeno da mais baixa escolaridade no Ensino Médio, é preciso também analisar as desigualdades entre mulheres e homens e suas intersecções, visto que, por exemplo, a frequência escolar líquida das mulheres é significativamente mais alta que a dos homens: a taxa de frequência feminina é 6,3 pontos percentuais mais alta que a dos homens, sendo que, na região Centro-Oeste, chega a ser 10,5 pontos percentuais mais alta.

Analisando apenas o grupo de mulheres segundo a variável de cor ou raça, tem-se que a frequência das mulheres brancas de 15 a 17 anos é 8 pontos percentuais mais alta do que a de pretas ou pardas, o que mostra o quanto a sociedade brasileira ainda tem a avançar em termos de equidade racial no campo educacional.

TABELA 6

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)

Cor ou raça	Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior
Total ⁽¹⁾	94,8	78,2	30,1	94,4	71,9	21,8
Branca	94,9	83,0	40,4	94,1	78,1	31,6
Preta ou parda	94,8	75,0	23,4	94,6	68,2	15,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas. – Ver tabela 3.7.

Há uma desigualdade em termos de deficiência no grupo de mulheres⁵³ que deve ser salientado. Em 2022, a taxa de escolarização⁵⁴ das mulheres de 15 a 17 anos com deficiência era de 85,4% ao passo que a de mulheres em geral era de 92,9%. Se tomarmos o indicador que mede a porcentagem de pessoas que estão frequentando o Ensino Médio na idade recomendada (frequência escolar líquida), a desigualdade é ainda maior: enquanto a do total de mulheres é de 73,8%, a de mulheres com deficiência é de 59%. Podemos dizer que a existência de deficiência é uma condição que gera desigualdades importantes no campo educacional⁵⁵ e que, depois, vão repercutir também no acesso ao mercado de trabalho, prejudicando ainda mais as pessoas com deficiência.

As questões relativas às mulheres com deficiência, que aparecem várias vezes ao longo deste capítulo, nem sempre são visibilizadas ou reconhecidas. Assim como os papéis sociais de homens e mulheres, também a deficiência é produzida social e culturalmente e é por meio desse processo que se definem “determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais” (MELLO E NUERNBERG, 2012, p. 636).

Tanto a definição de mulher quanto a de pessoa com deficiência se imbricam, produzindo uma condição duplamente marginalizada, que está afirmada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em artigo específico sobre mulheres com deficiência, reconhecendo-as como sujeitas a “múltiplas formas de discriminação”. As mulheres também se inserem como cuidadoras das pessoas com deficiência, outra agenda merecedora de atenção devido à vulnerabilidade dessa posição.

De modo geral, os indicadores de fluxo escolar são piores no Ensino Médio do que no Fundamental. Na taxa de promoção escolar, por exemplo, as mulheres têm uma queda de 5 p.p em média – 95,7% no EF e 90,9% no EM. Mesmo assim, elas

⁵³ O mesmo se repete no grupo de homens, porém a análise aqui privilegia a perspectiva das mulheres. Os dados relativos a pessoas com deficiência são de 2022 e advêm do módulo Pessoas com deficiência, da PNAD Contínua 2022, do IBGE.

⁵⁴ Taxa de escolarização é a porcentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

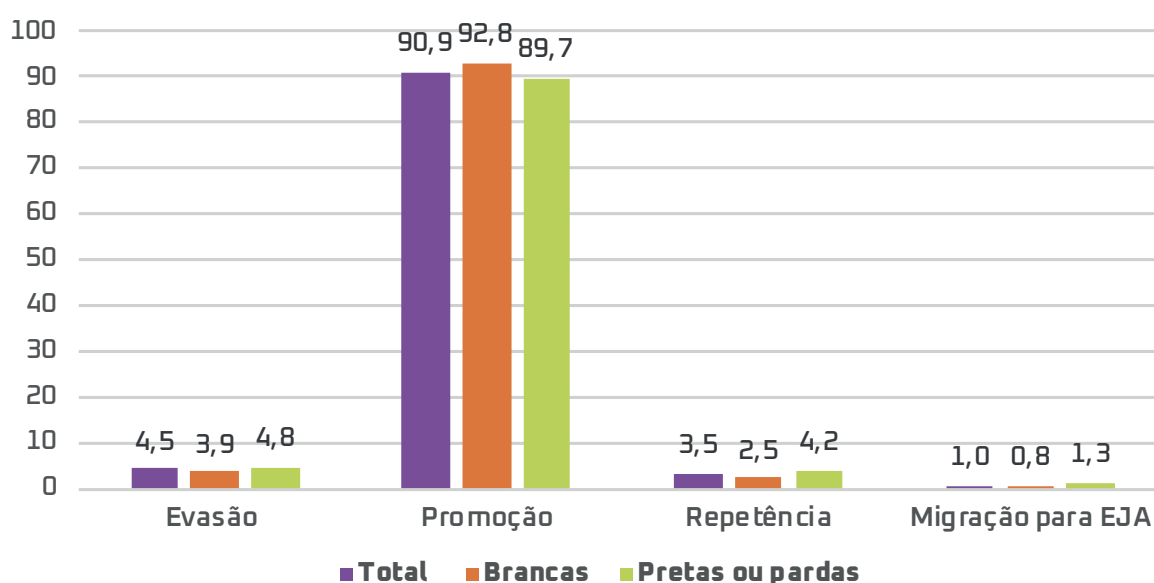
⁵⁵ O IBGE considera pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para “Grau de dificuldade”. Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido. Como a deficiência considerada aqui é medida por dificuldades funcionais, e não por diagnóstico, ela é mais provável de ocorrer entre pessoas idosas que têm mais baixa escolaridade mesmo (pré-universalização).

continuam apresentando desempenho melhor que os homens, em especial os homens pretos e pardos. A taxa de evasão escolar no Ensino Médio é menor para mulheres (4,5%) do que para homens (7,3%).

O mesmo se repete em relação aos outros indicadores de fluxo escolar mostrados na tabela 9. Também se observa que há uma desvantagem para mulheres pretas ou pardas em relação às brancas. A taxa de promoção escolar das mulheres pretas ou pardas é mais baixa que a das brancas (89,7% contra 92,8%), porém continua sendo mais alta que a dos homens pretos ou pardos, que é de 85,4%. Isso indica que as dimensões de desigualdades entre mulheres e homens e raça se entrecruzam para explicar este fenômeno, ou seja, isoladamente elas não são suficientes para entender por que as mulheres pretas ou pardas se saem melhor que os homens pretos ou pardos.

GRÁFICO 27

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



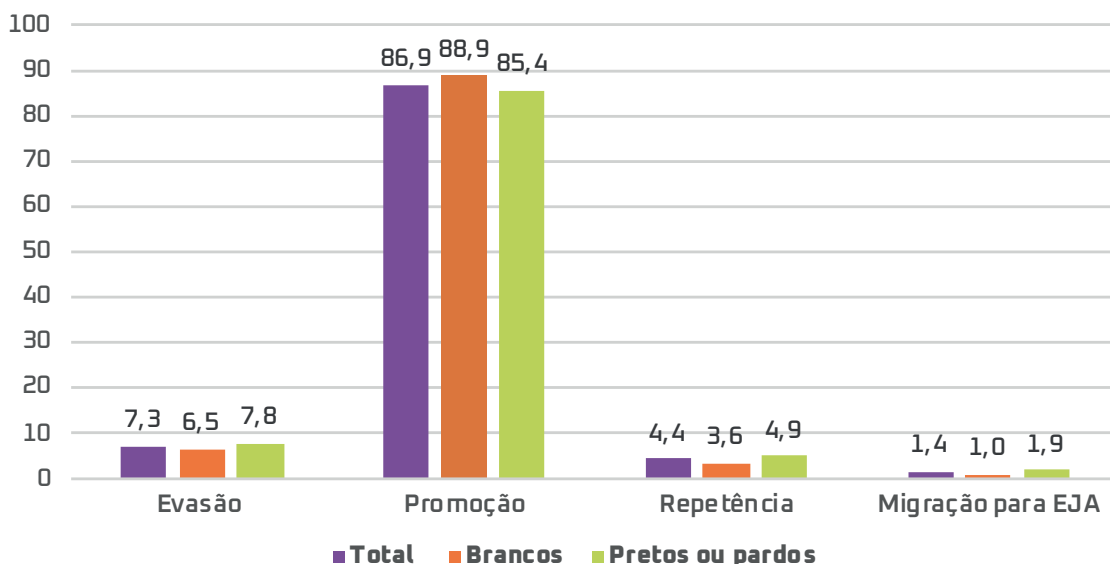
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada (o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

GRÁFICO 28

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de homens, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada (o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

O principal motivo alegado pelas mulheres, tanto brancas quanto pretas e pardas, para não ter cursado ou ter deixado de frequentar o Ensino Médio é o de precisar trabalhar⁵⁶.

Neste ponto, embora o motivo de “precisar trabalhar” como razão para ter deixado ou nunca ter frequentado o Ensino Médio seja maior, em termos percentuais, para mulheres brancas do que negras, a quantidade de mulheres negras que citaram este motivo é bem maior do que a de brancas (93 mil mulheres pretas ou pardas e 36 mil mulheres brancas).

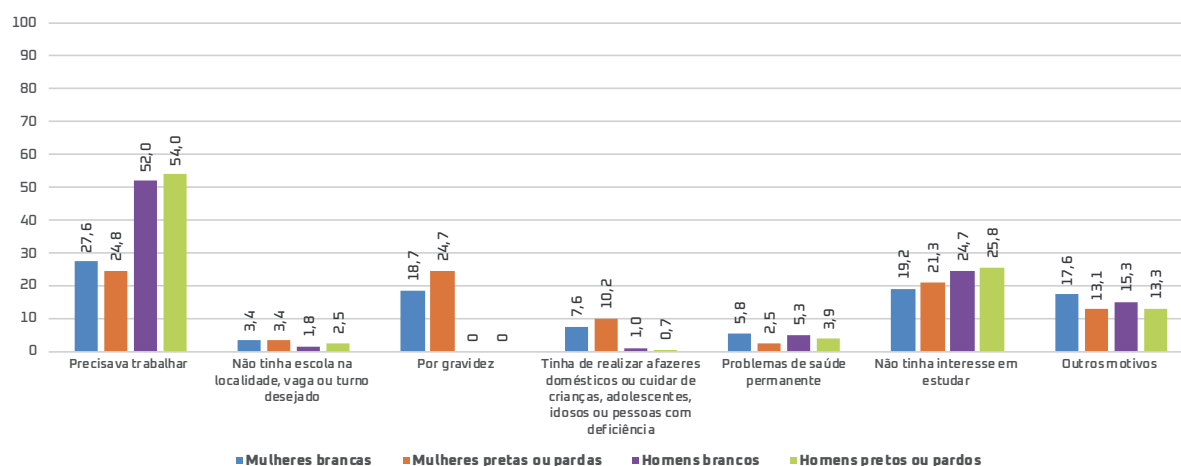
Em segundo lugar, quase empatados para mulheres brancas, vêm a falta de interesse em estudar e a gravidez. Para mulheres pretas ou pardas, o percentual de gravidez é bem maior que o de mulheres brancas (24,7% versus 18,7%), o que revela como mulheres pretas ou pardas enfrentam dificuldades maiores para permanecer na escola.

⁵⁶ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, de 2023.

Por fim, ainda que não seja o motivo mais citado, deve-se notar que a necessidade de realizar o trabalho doméstico ou de cuidado também constitui um fator impeditivo de frequentar o Ensino Médio para mulheres, principalmente as pretas ou pardas. Ao lado da gravidez, este é claramente um fator atuando no afastamento escolar de mulheres. No caso dos homens, esse motivo não tem relevância, sendo muito mais prevalente a necessidade de trabalhar.

GRÁFICO 29

Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Ver tabela 3.10.a

As desigualdades entre mulheres e homens, raça e deficiência na educação

As desigualdades raciais na educação podem ser notadas por meio de vários indicadores tratados neste capítulo. No Ensino Médio, a frequência escolar líquida é bem mais baixa entre mulheres negras (tabela 8). Além disso, as taxas de repetência, evasão escolar e migração para EJA são maiores e as de promoção escolar são menores para todos os segmentos (mulheres e homens – ver tabela 10), porém, as mulheres brancas têm desempenho superior ao de pretas ou pardas.

Vários fatores atuam no sentido de dificultar a permanência das mulheres na escola e a conclusão do Ensino Médio e todos eles são mais fortes entre as mulheres negras: a necessidade de trabalhar, a gravidez e a necessidade de realizar o trabalho doméstico e de cuidado de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência.

Entre as mulheres com deficiência, o acesso e a permanência no campo educacional são questões também muito graves. Mulheres com deficiência têm muito maior dificuldade de frequentar o Ensino Médio e este obstáculo se exponencia para a frequência na idade correta.

A meta 4.5 do Brasil para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que trata da Educação de qualidade, foca justamente nos grupos em situação de vulnerabilidade: "Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade".

O Ensino Médio Técnico integrado à educação profissional⁵⁷ tenta responder às necessidades desta parcela da população que precisa começar a trabalhar o mais cedo possível. Em 2023, o percentual de pessoas matriculadas no Ensino Médio técnico integrado à educação profissional era de 29,6%, um pouco acima dos 26,3% registrados em 2022 ⁵⁸.

Em se tratando deste tipo de Ensino Técnico, as análises reveladas pelo RASEAM 2024 permanecem em 2023: maior prevalência de mulheres (57,9%) em relação aos homens (42,1%). O diferencial de escolaridade entre mulheres e homens se mantém no Ensino Profissional: 57,8% para elas e 42,2% para eles. Os cursos profissionalizantes em que há maior quantidade absoluta de mulheres são: Ambiente e Saúde, em seguida Gestão e Negócios e Informação e Comunicação.

Os cursos em que a proporção de mulheres matriculadas ultrapassa 80% (embora a quantidade de matrículas femininas seja bem menor do que nos citados no parágrafo anterior) são: Ensino Médio Normal-Magistério, Desenvolvimento Educacional e Social e Ambiente e Saúde, mais uma vez confirmando a tendência de maior direcionamento das mulheres para as áreas sociais (educação e saúde).

Ensino Superior

No Ensino Superior, permanece um padrão de desigualdades entre mulheres e homens que situa as mulheres em posição de maior presença numérica, tanto entre ingressantes quanto entre concluintes. Em 2022, segundo o Censo da Educação Superior do INEP, a proporção de mulheres ingressantes em cursos de graduação é de 59,7% e a de homens, 40,3%. Essa distribuição percentual se acentua um pouco mais quando se chega aos concluintes: 60,8% para mulheres e 39,2% para homens.

Quanto aos cursos de graduação em que há maior contingente de mulheres, tem-se, como mostrado na tabela 7, Pedagogia, Enfermagem (cursos em que a diferença entre mulheres e homens é bem pronunciada), Direito e Administração (mais equilibrados por sexo). Interessante notar que as mulheres são maioria mesmo em cursos altamente valorizados socialmente, como Medicina e Direito, mas também em cursos tradicionalmente associados à masculinidade, como Contabilidade.

No entanto, as áreas de tecnologia e ciências exatas, em geral referidas pela sigla STEM "Science, Technology, Engineering and Maths" (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) ainda estão sob amplo domínio masculino.

⁵⁷ O ensino médio técnico integrado à educação profissional considera o ensino médio integrado, o normal/magistério, o curso técnico concomitante, o curso técnico subsequente e o curso técnico integrado na modalidade EJA.

⁵⁸ Ver página 37 do RASEAM 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>>

Para citar alguns exemplos, Sistemas de Informação, Engenharia Civil, Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística, Ciência de Dados, Engenharia de controle e automação, Física, Engenharia Química, Sistemas para internet e Ciências da Computação são todos cursos (com exceção de Engenharia Química) em que a participação das mulheres não ultrapassa 33%.

TABELA 7

Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022

Curso	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
			Mulheres	Homens
Pedagogia	755.200	66.664	91,9	8,1
Direito	378.748	292.978	56,4	43,6
Administração	378.023	260.766	59,2	40,8
Enfermagem	382.334	75.634	83,5	16,5
Contabilidade	192.434	135.065	58,8	41,2
Psicologia	249.936	64.607	79,5	20,5
Sistemas de informação	57.217	251.633	18,5	81,5
Educação física	91.922	162.461	36,1	63,9
Medicina	150.790	94.711	61,4	38,6
Gestão de pessoas	169.525	40.166	80,8	19,2
Fisioterapia	151.495	48.465	75,8	24,2
Farmácia	137.543	54.537	71,6	28,4
Engenharia civil	53.843	130.941	29,1	70,9
Nutrição	135.770	32.014	80,9	19,1
Biomedicina	134.716	22.441	85,7	14,3
Odontologia	112.593	44.040	71,9	28,1
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	9.669	19.611	33	67
Ciência de dados	6.211	17.032	26,7	73,3
Engenharia de controle e automação	3.280	18.803	14,9	85,1
Física formação de professor	8.739	19.177	31,3	68,7
Engenharia química	15.536	15.211	50,5	49,5
Sistemas para internet	3.572	10.494	25,4	74,6
Computação formação de professor	3.695	7.758	32,3	67,7

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. No RASEAM, estão sendo apresentados os 16 primeiros cursos de graduação do Ensino Superior com maiores números de matrículas totais (até Odontologia), seguidos de 7 cursos que, na nossa classificação, poderiam se encaixar na categoria STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), para fins de análise. 2. Últimos dados disponíveis são de 2022. – Ver tabela 3.38.

Assim como ocorre com as alunas, a presença de mulheres como professoras na Educação Superior também é bastante alta (47,3% em média para o Brasil), embora ainda um pouco mais baixa que a masculina (52,7%). Na Educação Básica, ao contrário, as docentes são muito mais prevalentes (79,5%)⁵⁹. Em termos de cor ou raça, na Educação Superior, as mulheres brancas docentes estão em proporção muito maior que as pretas ou pardas, em especial nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como mostra a tabela 8.

TABELA 8

Número de docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2022

Grandes Regiões	Mulheres				
	Total (em números absolutos)	Branca (%)	Preta ou parda (%)	Outra (%)	Não declarada (%)
Brasil	149.710	56,6	17,9	2,0	24,3
Norte	11.428	37,4	39,6	3,2	21,8
Nordeste	36.586	35,7	32,8	2,9	30,4
Sudeste	59.092	63,2	10,6	1,9	25,1
Sul	30.575	77,7	4,5	1,2	16,9
Centro-Oeste	14.767	52,9	20,8	2,9	24,8

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.39.

Para termos uma ideia do quanto a presença de mulheres pretas ou pardas na docência cai quando se passa de um nível de Ensino menos valorizado socialmente e com menores salários – a Educação Básica – para a Educação Superior, trazemos os dados da tabela 9. Nela, podemos observar que a proporção de mulheres pretas ou pardas (32%) continua mais baixa que a de brancas (42,9%), porém a diferença não é tão grande quanto na Educação Superior (17,9% de pretas ou pardas versus 56,6% de brancas). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as mulheres pretas ou pardas chegam a exceder em proporção as brancas.

⁵⁹ Dado do Censo Escolar do INEP, 2023.

TABELA 9**Número de docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023**

Grandes Regiões	Mulheres				
	Total (em números absolutos)	Branca (%)	Preta ou parda (%)	Outra (%)	Não declarada (%)
Brasil	1.8712.110	42,9	32,0	1,3	23,8
Norte	141.196	13,3	55,5	2,9	28,4
Nordeste	502.912	17,0	46,7	2,3	33,9
Sudeste	790.763	54,3	25,7	0,6	19,3
Sul	305.645	72,8	10,7	0,6	16,0
Centro-Oeste	131.197	34,6	38,4	1,5	25,5

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

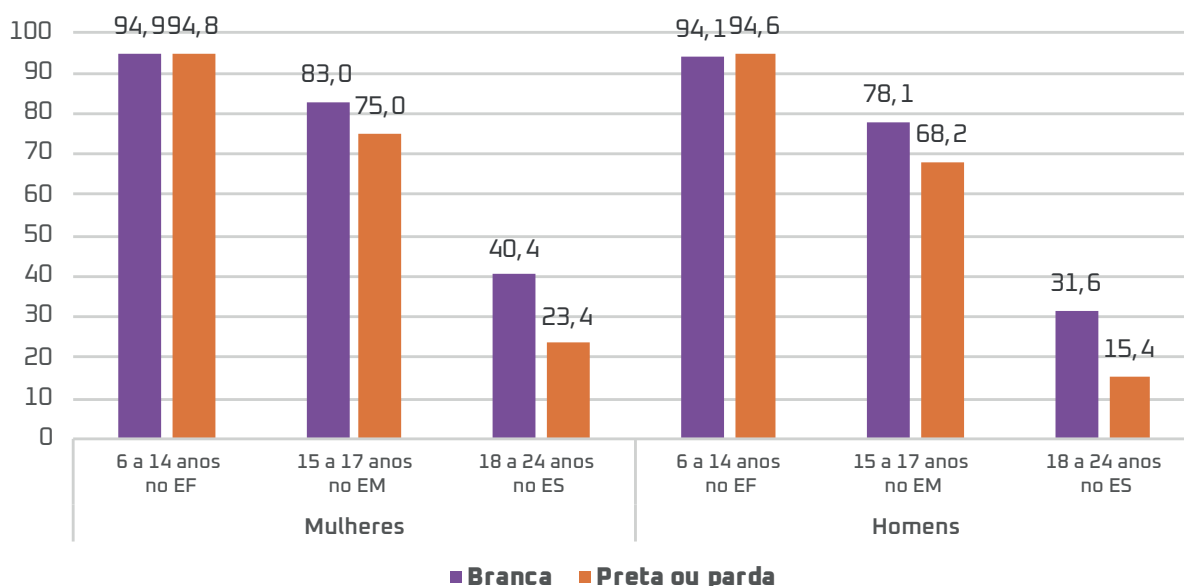
Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.26.

Para a população em geral, a taxa de frequência escolar líquida no Ensino Superior é bem mais baixa do que nos demais níveis de Ensino.

O gráfico 30 destaca como a dimensão racial afeta negativamente estudantes de cor ou raça preta ou parda, mais até do que no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visto que a taxa de frequência escolar na idade correspondente ao nível de Ensino é bem menor para o segmento social de pretas(os) ou pardas(os) e isso vale para mulheres (40,4%, brancas e 23,4%, pretas ou pardas) e homens (31,6%, brancos e 15,4%, pretos ou pardos).

GRÁFICO 30

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, segundo sexo e grupos de idade, por cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: As siglas EF, EM e ES significam Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. – Ver tabela 3.7.

No caso do principal motivo para não iniciar ou concluir o Ensino Superior⁶⁰, para pessoas de 15 a 29 anos de idade, a necessidade de trabalhar é citada por 39,2% das mulheres e 54,7% dos homens. O segundo motivo mais citado é o de "já ter concluído o nível de estudo que desejava (15,5%, para ambos os sexos).

Para pessoas com deficiência, também se torna muito mais difícil frequentar a escola à medida que a idade avança. Enquanto nas faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, a taxa de escolarização fica acima de 90% e 80%, respectivamente, na faixa de 18 a 24 anos, ela cai para 24,3%.

⁶⁰ Esta pergunta é feita, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, para pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional.

TABELA 10**Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)**

Grupos de idade	Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade (%)					
	Total			Pessoa com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	25,0	24,8	25,2	9,1	7,4	11,4
6 a 14 anos	99,2	99,4	99,1	95,1	95,5	94,9
15 a 17 anos	92,7	92,9	92,5	84,6	85,4	83,8
18 a 24 anos	31,5	33,9	29,2	24,3	25,0	23,6
25 anos ou mais	5,4	6,0	4,7	2,3	2,4	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 3.14.

Bolsas concedidas pelo CNPq

Enfocando agora nas bolsas concedidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), as quais visam incentivar a formação em pesquisa, extensão e pós-graduação, tem havido poucas variações nos últimos anos no padrão de distribuição entre mulheres e homens. No nível mais básico – as bolsas de Iniciação Científica para alunas(os) de graduação – as mulheres as têm recebido mais do que os homens, com um percentual médio de 59,7%, o que é consistente com o dado de que elas ingressam mais e concluem mais o Ensino Superior.

No nível seguinte de formação em pós-graduação, o Mestrado, a vantagem das mulheres diminui para 52,5% em média, entre 2020 e 2023. No Doutorado, a média feminina foi de 51,2% e no Pós-Doutorado, 55,3%⁶¹. O declínio acontece em relação às bolsas de produtividade em pesquisa, que tem por objetivo estimular pesquisadores de destaque em suas áreas e também valorizar a produção em desenvolvimento tecnológico e inovação, a participação percentual média das mulheres tem se mantido em 35,2%. Mulheres têm mais variações na carreira acadêmica do que homens, devido à maternidade e ao trabalho doméstico, fatores associados aos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens que ajudam a explicar por que elas estão sub-representadas entre pesquisadoras(es) no topo da carreira.

⁶¹ Deve-se notar que as mulheres ingressam mais no curso superior que os homens, por isso, têm mais chances de obter bolsas de estudos.

Analisando-se a distribuição destas bolsas por cor ou raça dentro do grupo de mulheres, temos, pela tabela 10, que as mulheres brancas concentram 59,6% das bolsas de Iniciação Científica a Pós-Doutorado. As pardas têm 24,3% e as pretas 7,6%. Observe-se que o percentual de "Não desejo declarar" é considerável, chegando a 11,4% no Pós-Doutorado.

A partir dos dados por cor e raça, fica evidenciado, portanto, que as diferenças de acesso a bolsas apresentam variações mesmo entre as próprias mulheres, notadamente com as mulheres brancas tendo acessos muito superiores aos das não brancas. No nível mais avançado da carreira – as bolsas de produtividade em pesquisa – as mulheres brancas concentram 76,3% das bolsas. Assim, se já é difícil para as mulheres em geral acessarem estas bolsas, para as pardas e pretas, então, é muito mais complicado.

TABELA 11

Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país para mulheres, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023

Modalidade	Total	Amarela (%)	Branca (%)	Indígena (%)	Parda (%)	Preta (%)	Não desejo declarar (%)
Iniciação Científica	18.320,7	1,7	58,4	0,3	27,2	9,0	3,3
Mestrado	2.280,0	1,3	58,7	0,4	25,5	9,2	5,0
Doutorado	3.099,3	1,3	58,3	0,3	25,1	8,0	7,1
Pós-Doutorado	1.097,0	1,7	63,0	0,2	19,4	4,4	11,4
Produtividade em Pesquisa	5.543,7	2,0	76,3	0,3	8,4	1,4	11,7

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.45.

Este último dado reforça o que já foi afirmado ao longo de todo o texto, a saber: as desigualdades de cor ou raça importam e não podem ser deixadas de lado na análise do campo educacional, desde a Educação Infantil até o topo da carreira acadêmica.

Outras desigualdades – de deficiência, por exemplo – se somam e dificultam ainda mais o percurso educacional dos segmentos mais vulneráveis de mulheres. As

desigualdades de cor e raça contribuem significativamente para entender a vida educacional das mulheres e, por isso, são imprescindíveis para qualquer tipo de pesquisa que busque jogar luz nas diferenças entre as mulheres, em especial no campo da educação, já que as desigualdades vêm se manifestando em todos os níveis de instrução.

Referências bibliográficas

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dicionário de Indicadores Educacionais**. Brasília, 2004.

LIMA, Aline Galvão. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p. In: *Educar*. Curitiba, n. 36, p. 281-284, 2010. Editora UFPR.

LOURO, Guacira Lopes (Org). Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 7-35.

MELLO, Anahi Guedes de e NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012, pp. 635-655.

4. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

A saúde integral da mulher é um direito fundamental e um indicador de desenvolvimento social. No Brasil, em resposta às demandas dos movimentos feministas e de saúde pública por uma abordagem mais abrangente da saúde da mulher, foi criado em 1984 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)⁶². Se tornou um marco, pois rompeu com a concepção materno-infantil que se restringia a atender as demandas de gravidez e parto. Além disso, o PAISM focou na saúde reprodutiva e na atenção integral da saúde da mulher.

Antes centrada na reprodução e no controle da natalidade, a atenção à saúde da mulher passou a englobar questões mais amplas, como a prevenção de doenças crônicas, o planejamento reprodutivo, o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção da saúde mental.

Em 2004, com os avanços no campo da saúde pública e as transformações sociais ocorridas nas décadas anteriores, foi lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)⁶³. Essa política atualizou os princípios do PAISM e ampliou seu alcance, alinhando-se às novas demandas e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU, substituídos posteriormente pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶⁴.

A PNAISM apresentou uma abordagem mais explícita sobre as condições sociais que incidem no adoecimento das mulheres como, por exemplo, as discriminações nas relações de trabalho e a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidado. Nesse sentido, reconhece a desigualdade de gênero como um determinante social em saúde⁶⁵.

⁶² BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases para a discussão de uma política de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1984.

⁶³ BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

⁶⁴ Veja mais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: janeiro de 2025.

⁶⁵ Determinante Social da Saúde (DSS) é um conceito adotado pelo campo da Saúde Coletiva que visa dar conta da imbricação entre enfoques biológico e social do processo saúde-doença.

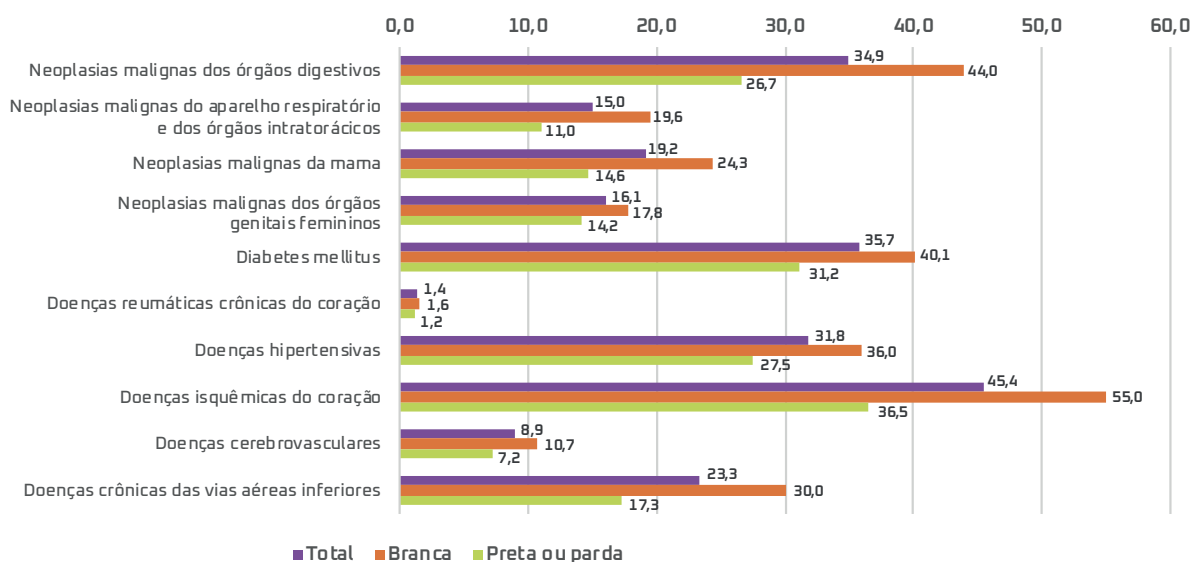
Além disso, a PNAISM destaca que fatores como raça, etnia e a condição de pobreza atuam como agravantes das desigualdades, impactando diretamente os índices de mortalidade materna, desnutrição e a incidência de doenças cardiovasculares e crônico-degenerativas.

A análise dos indicadores deste capítulo, como a taxa bruta de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre mulheres no Brasil, revela padrões significativos de desigualdade com base em cor ou raça e tipos de doenças predominantes.

Em 2023, os dados indicam que doenças isquêmicas do coração (45,4), diabetes mellitus (35,7) e neoplasias malignas dos órgãos digestivos (34,9) estavam entre as principais causas de mortalidade feminina. No entanto, existem variações notáveis nas taxas segundo o grupo racial. A taxa de mortalidade por doenças isquêmicas do coração são mais frequentes em mulheres brancas (55) que em mulheres pretas ou pardas (36,5); em relação a diabetes mellitus, as mulheres brancas têm uma taxa de 40,1, enquanto as mulheres pretas ou pardas tem 31,2. No caso das neoplasias malignas dos órgãos digestivos, as brancas têm taxa de 44 e as pretas ou pardas de 26,7.

GRÁFICO 31

Taxa bruta de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. A coluna total inclui mulheres indígenas, amarelas e com cor ou raça não informada.

2. Para o cálculo das taxas segundo cor ou raça foram utilizados, como denominador, os resultados do CENSO 2022 sobre estimativa populacional. 3. Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeito a revisões e alterações. – Ver tabela 4.2.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais incidente entre mulheres no Brasil, após os casos de câncer de pele não melanoma. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), em 2023, estimaram-se cerca de 73 mil novos casos de câncer de mama, o que corresponde a uma taxa ajustada de incidência de aproximadamente 41,9 casos por 100 mil mulheres. Esses números colocam o câncer de mama como um dos principais desafios de saúde pública do país, devido à sua elevada prevalência, impacto na qualidade de vida das mulheres e mortalidade associada⁶⁶.

Embora o câncer de mama tenha um alto potencial de cura, quando diagnosticado precocemente, no Brasil, muitos casos ainda são identificados em estágios avançados. As principais estratégias para a detecção precoce incluem a realização de mamografias, exames clínicos das mamas e autoconhecimento corporal. Apesar dessa última não substituir exames clínicos, é uma forma de as mulheres perceberem alterações suspeitas nas mamas.

O câncer de colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais comum entre as mulheres no Brasil, atrás apenas do câncer de mama e do câncer de pele não melanoma.

Estimou-se que, em 2023, o país registrou cerca de 17 mil novos casos, com uma taxa de incidência de 15,4 casos por 100 mil mulheres, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA)⁶⁷.

No sentido de uma prevenção primária, o Brasil oferece a vacina contra o HPV gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS), desde 2014, direcionada a meninas e meninos de 9 a 14 anos⁶⁸.

Para uma prevenção secundária, o rastreamento realizado por meio do exame de Papanicolau é uma ferramenta essencial para a detecção precoce de alterações celulares no colo do útero.

⁶⁶ INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024. Rio de Janeiro: INCA, 2024. Disponível em: <<https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/17002/1/Controle%20do%20c3%a2ncer%20de%20mamano%20Brasil%20-%20dados%20e%20n%20c3%bamer%202024.pdf>>. Acesso em: novembro de 2024.

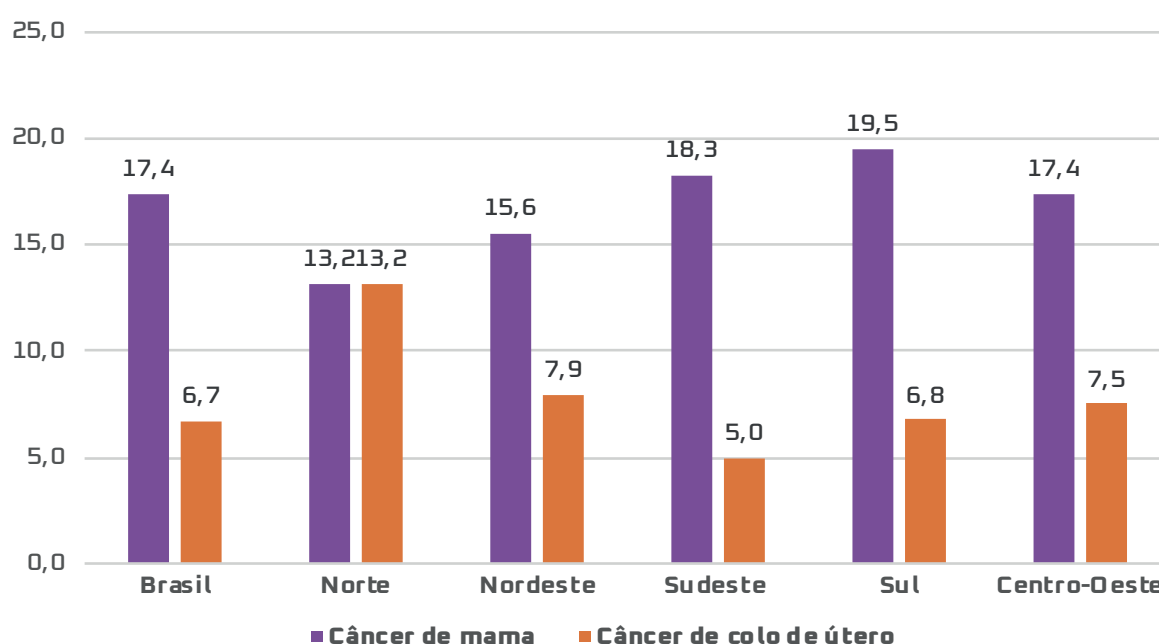
⁶⁷ INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Dados e números sobre câncer do colo do útero: relatório anual 2023. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf>. Acesso em: novembro de 2024.

⁶⁸ Em 2024, o Ministério da Saúde implementou uma nova estratégia de vacinação, adotando o esquema de dose única em substituição ao modelo anterior de duas doses. Essa medida otimiza o uso dos estoques disponíveis no país, aumentando a cobertura vacinal e fortalecendo a proteção contra o câncer do colo do útero e outras complicações relacionadas ao vírus. Com essa iniciativa, o Brasil alinha-se às recomendações de organismos internacionais e integra o grupo de 37 países que já utilizam o esquema de dose única para fortalecer a proteção da população contra o HPV. Ver mais em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/ministerio-da-saude-adota-esquema-de-vacinacao-em-dose-unica-contra-o-hpv>>

No Brasil, 20.055 mulheres morreram de câncer de mama e 7.161 de câncer de colo de útero em 2023. A taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama, por 100 mil mulheres, da região Sul foi a maior (19,5). No caso do câncer de colo do útero, a Região Norte atingiu a maior taxa, com 13,2.

GRÁFICO 32

Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero, por 100.000 mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Faixa etária de 15 anos ou mais. – Ver tabela 4.12.

As mulheres brancas detêm o maior percentual de óbitos por câncer de mama (57,2%). Em relação ao câncer de colo do útero, as mulheres pretas e pardas (56,8%)⁶⁹

⁶⁹ Ver tabela 4.14.

Incidência de novos casos de HIV

Os dados do Ministério da Saúde indicam que, em 2022, as taxas de detecção de casos de HIV no Brasil aumentaram. Entre as mulheres, a taxa subiu de 9,3 em 2021 para 10,2 em 2022, enquanto entre os homens, o índice passou de 24,2 para 26,5.

As Regiões Norte e Sul registraram as maiores taxas entre as mulheres, com 16,4 e 15,3 casos por 100 mil, respectivamente, superando os números de 2021, que eram de 15 e 14. Entre os homens, essas regiões também lideraram, apresentando taxas de 40,2 no Norte e 28,2 no Sul, em comparação com 36,6 e 27,6 no ano anterior.

As Regiões Sudeste e Nordeste, que possuem as menores taxas, também registraram crescimento. Entre as mulheres, os índices passaram de 7,4 para 8,2 no Sudeste e de 8,2 para 8,7 no Nordeste. Já entre os homens, as taxas subiram de 22,1 para 24,3 no Sudeste e de 21,0 para 24,1 no Nordeste¹.

Quanto à faixa etária, em 2022, as maiores taxas de incidência entre mulheres foram observadas no grupo de 40 a 49 anos, com 18,6 casos por 100 mil, seguido pelas de 35 a 39 anos, com 16,1. Entre os homens, a maior incidência ocorreu na faixa de 25 a 29 anos, com taxa de 54,7, seguida pelo grupo de 30 a 34 anos, que registrou 47,8 casos por 100 mil².

Notas: 1. Ver tabelas 4.42.a e 4.42.b.
2. Ver tabela 4.44.a.

Razão de Mortalidade Materna

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade da saúde feminina e do sistema de saúde em geral. A redução da razão de mortalidade materna (RMM) é um dos principais compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde 2010 o País apresenta índice abaixo da meta global estabelecida, de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. A exceção foram os anos de 2020 e 2021 com 74,7 e 117,4 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. A meta específica do Brasil é reduzir a RMM para menos de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030.

Embora o país tenha registrado avanços nas últimas décadas, a meta enfrenta desafios significativos devido a disparidades regionais, fatores socioeconômicos e questões relacionadas ao sistema de saúde.

No ano de 2023, a Razão de Mortalidade Materna foi de 50,9⁷⁰. Entre as causas específicas, no campo das causas obstétricas diretas, a Razão ficou em 9,0 para a hipertensão, hemorragia com 6,5, infecção puerperal com 2,6 e aborto com 2,3.

TABELA 12

Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil - 2023

Causa obstétrica e causas específicas	Razão de Mortalidade Materna
Total	50,9
Causas obstétricas diretas	34,9
Aborto	2,3
Hemorragia	6,5
Hipertensão	9,0
Infecção puerperal	2,6
Outras causas obstétricas diretas	55,3
Causas obstétricas indiretas	14,5
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	4,3
Outras causas obstétricas indiretas	10,1
Causas obstétricas não especificadas	1,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS, nº167/2009. Sujeito a revisões e alterações.

Entre 2013 e 2023, a maior parte das mortes maternas esteve associada a causas obstétricas diretas. No entanto, em 2021, observou-se uma inversão com as mortes

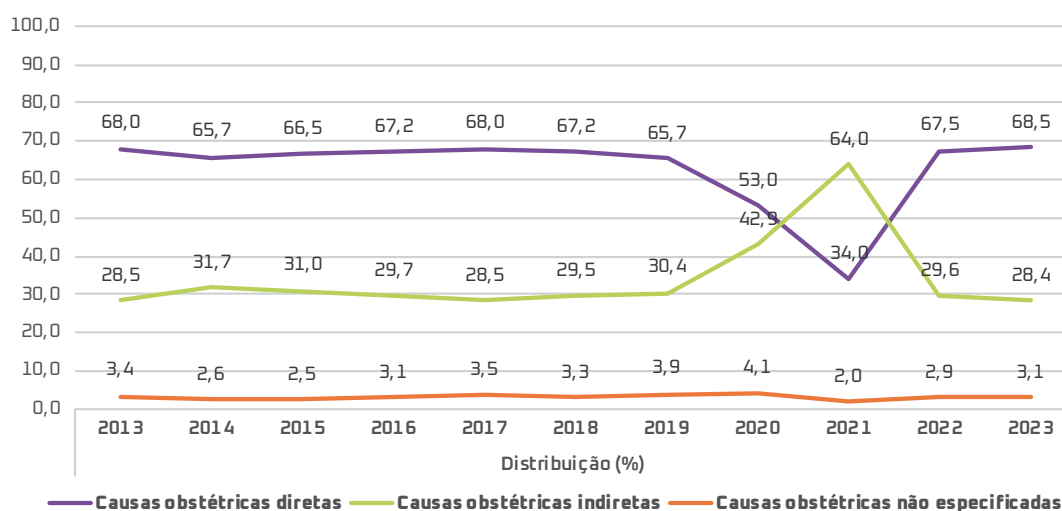
por causas indiretas superando as diretas. A pandemia de COVID-19 desempenhou um papel relevante nesse cenário, contribuindo significativamente para os óbitos maternos registrados em 2020 e 2021.

Essa situação pode ser explicada pelo período inicial da pandemia, quando as vacinas ainda não estavam amplamente disponíveis. Durante esse tempo, a COVID-19 parece ter impactado desproporcionalmente mulheres grávidas e puérperas, elevando a taxa de mortes maternas por causas indiretas, como complicações respiratórias e cardiovasculares associadas ao vírus.

O elevado índice de vacinação alcançado posteriormente reflete os esforços para conter os impactos da pandemia e diminuir os riscos de complicações graves. Contudo, também evidencia a vulnerabilidade enfrentada por essas mulheres no período anterior à ampla disponibilização das vacinas⁷¹.

GRÁFICO 33

Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica - Brasil - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS, nº167/2009. Sujeito a revisões e alterações. – Ver tabela 4.5.

⁷¹ Ver box Mulheres e acesso à saúde preventiva.

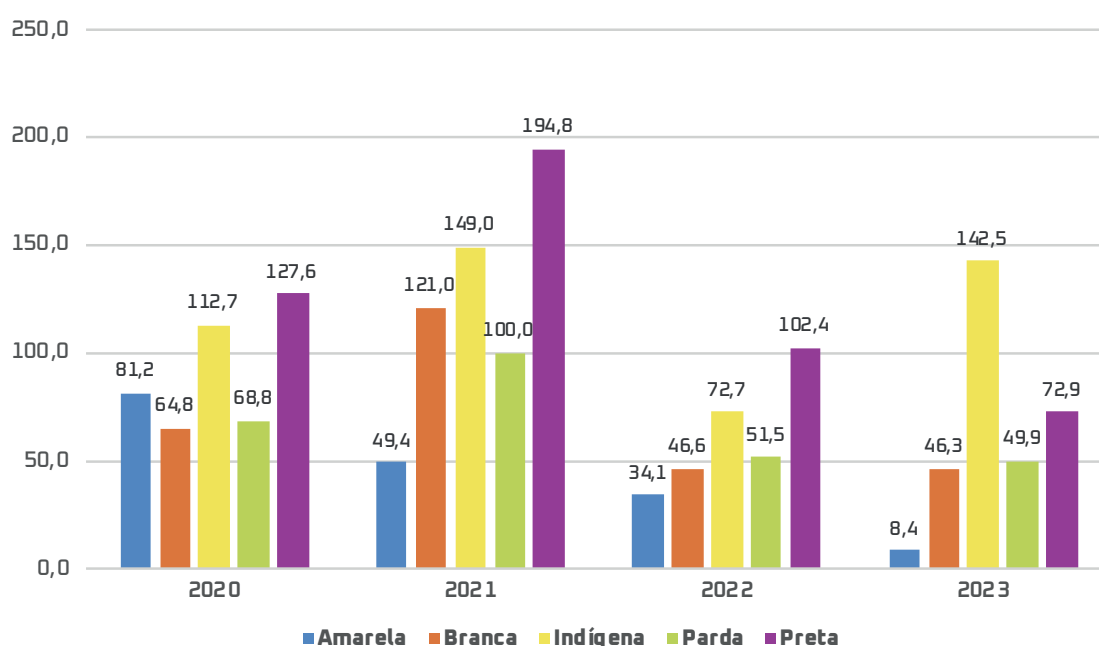
No referente a cor ou raça, entre 2020 e 2023, mulheres pretas, pardas e indígenas apresentaram razões de mortalidade materna mais altas em comparação com mulheres brancas. A exceção foi o ano de 2021, quando a RMM das mulheres brancas superou a das mulheres pardas.

Entre as mulheres indígenas e pretas, o impacto da COVID 19 parece ter sido ainda mais severo. Em 2021, foram 194,8 mortes de mulheres pretas por 100 mil nascidos vivos, a maior Razão de mortalidade materna entre as populações por cor ou raça, entre 2020 e 2023.

No mesmo ano, entre as mulheres indígenas, a razão ficou em 149, o segundo maior valor na série histórica, abaixo apenas da razão ocorrida em 2023, 142,5, número muito distante do número total de mortes de mulheres por 100 mil nascidos vivos no Brasil, que foi 50,9.

GRÁFICO 34

Razão de mortalidade materna, por cor ou raça - Brasil - 2020-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

Ver tabela 4.9.

Mulheres e acesso à saúde preventiva

Tradicionalmente, as mulheres no Brasil mostram maior adesão às ações de saúde preventiva, incluindo campanhas de vacinação. Isso é evidenciado pelos dados do suplemento PNAD Covid da PNAD Continua, que apontam uma proporção maior de mulheres vacinadas contra a COVID-19 em comparação aos homens. Até o primeiro trimestre de 2023, 94,8% das mulheres haviam se vacinado contra a doença, enquanto entre os homens o índice era de 93% ¹.

No que se refere às pessoas não vacinadas, 4,8% das mulheres não se imunizaram, contra 6,4% dos homens ². Entre os principais motivos para a não vacinação entre as mulheres, destacam-se o medo de reações adversas ou de injeções (35,5%) e a falta de confiança ou crença na vacina (24,7%) ³.

Os dados também indicam que as mulheres tiveram mais casos de COVID-19 do que os homens, o que pode ter contribuído para o aumento da Razão de Mortalidade Materna (RMM) durante a pandemia. Enquanto 29,1% das mulheres relataram ter tido a doença, o percentual foi de 25,7% entre os homens. Entre as mulheres pretas ou pardas, 24,6% relataram que tiveram a doença. Entre as mulheres brancas o percentual foi de 34,8%⁴.

Notas: 1. Ver tabela 4.53.

2. Ver tabela 4.54.

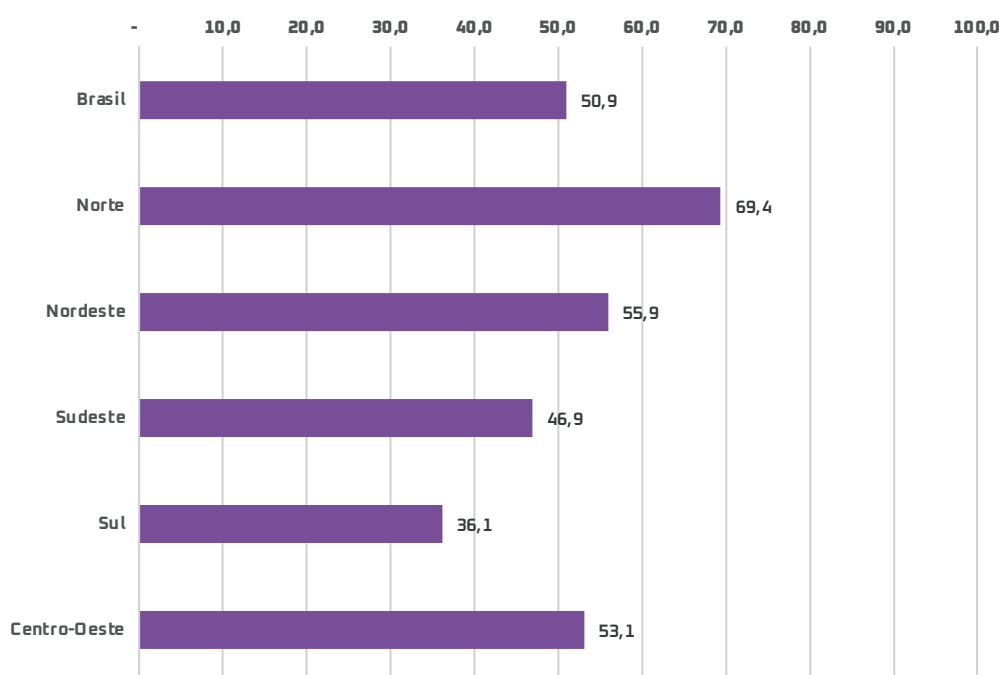
3. Ver tabela 4.55.

4. Ver tabela 4.56.

A Região Norte apresentou a maior Razão de Mortalidade Materna do país: 69,4. O Nordeste registrou RMM de 55,9. O Centro-Oeste do país obteve uma Razão de 53,1. No Sudeste, foram registradas 46,9 mortes de mães para cada 100 mil nascidos vivos. O Sul apresentou o menor número, com 36,1.

GRÁFICO 35

Razão de mortalidade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.10.

Em todas as regiões, os riscos de mortalidade materna são particularmente altos em mulheres com idade acima de 40 anos. Contudo, a Região Norte possui o número mais alto, com uma Razão de Mortalidade Materna, para essa faixa etária, de 193,3, seguida da Centro-Oeste, com 149,9⁷².

Perfil dos nascimentos

No Brasil, existe uma predominância de partos em mulheres jovens. Cerca de 49% dos nascidos vivos, em 2023, tinham mães com idade entre 20 e 29 anos.

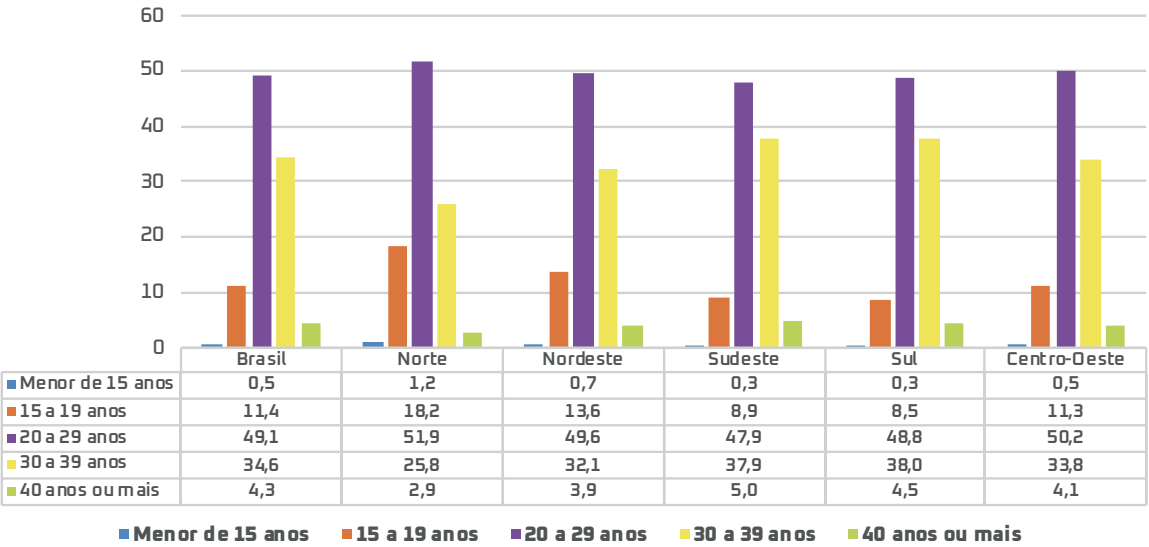
⁷² Ver tabela 4.8.

Os dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) evidenciaram diferenças significativas na idade em que as mulheres são mães em termos regionais.

A Região Norte tem alta prevalência de nascimentos entre crianças e adolescentes. Mães menores de 15 anos de idade foram 1,2% e com 15 a 19 anos 18,2%, as maiores porcentagens entre todas as regiões do país. O percentual de mães com 40 anos ou mais é o menor, comparado às outras regiões, 2,9%, o que pode indicar que a maternidade ocorre mais cedo na região.

As Regiões Sul e Sudeste, com 0,3% cada, possuem os menores percentuais de partos em que as mães eram crianças ou adolescentes. Com 5%, o Sudeste tem o maior percentual de mães acima dos 40 anos.

GRÁFICO 36
Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



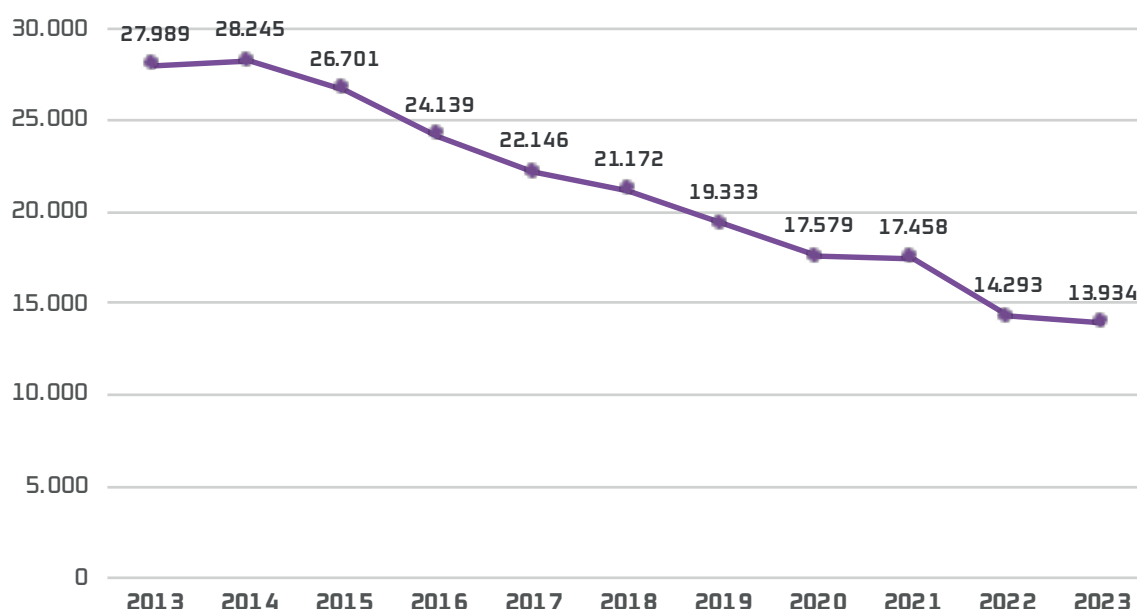
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. Dados preliminares e sujeitos a revisões e alterações.
2. Exclusive casos com informação ignorada de idade materna. – Ver tabela 4.32.

A gravidez na infância e na adolescência não é apenas uma questão de saúde pública ou de falta de acesso à educação sexual. É também resultado de uma interseção brutal entre a cultura do estupro e da pedofilia, e da misoginia que permeia diversas esferas da sociedade.

Entre 2013 e 2023, foram registrados mais de 232 mil nascimentos em que as mães eram meninas de até 14 anos de idade. Houve uma queda constante de registros ao longo desses dez anos, contudo, a gravidez em meninas desta faixa etária no Brasil é uma questão preocupante. Pela legislação brasileira, relação sexual com meninas de até 14 anos configura como caso de estupro de vulnerável. Em 2023, foram registrados 13.934 casos em que essas meninas tiveram filhas(os).

GRÁFICO 37

Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

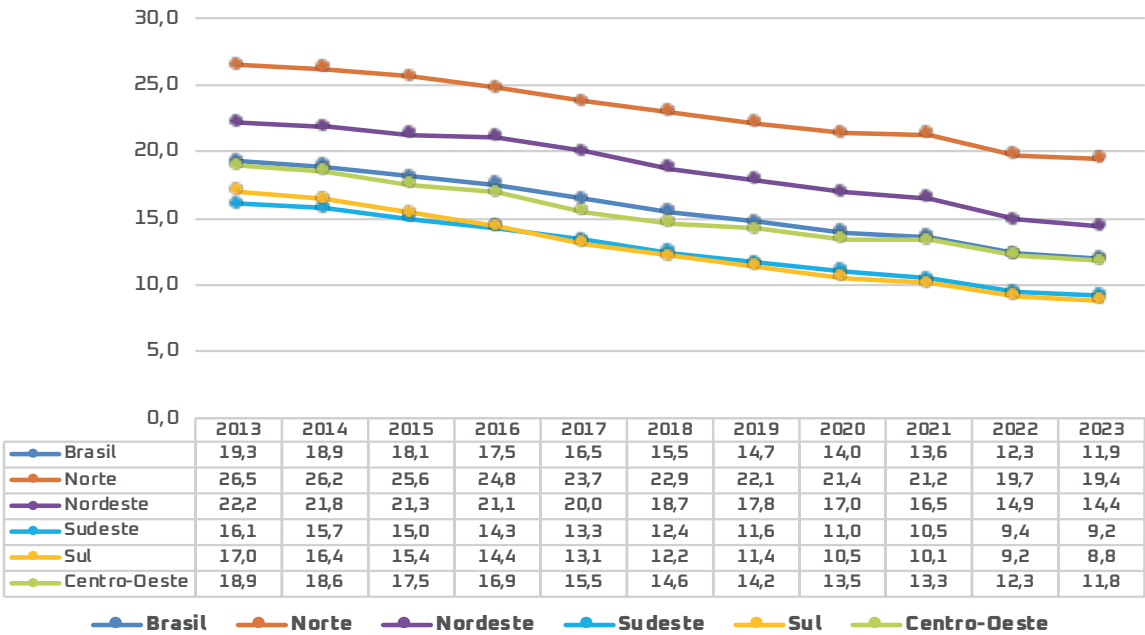
Ver tabela 4.30.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, em 2013, 19,3% de nascidas(os) vivas(os) tinham mães com idade até 19 anos. As Regiões Norte e Nordeste registraram as maiores porcentagens, 26,5% e 22,2%, respectivamente.

Em 2023, 11,9 % dos nascimentos no Brasil ocorreram entre mães com essa faixa etária. Embora tenha havido uma redução em relação aos períodos anteriores, o percentual permanece consternador, especialmente nas Regiões Norte (19,4%) e Nordeste (14,4%), que continuam a concentrar os índices mais altos.

Além da gestação na adolescência ser considerada de risco (assim como a gravidez acima dos 35 anos de idade), ela está frequentemente associada à exclusão social e ao aumento da vulnerabilidade econômica.

GRÁFICO 38
Percentual de nascidas(os) vivas(os) de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013-2023 (%)

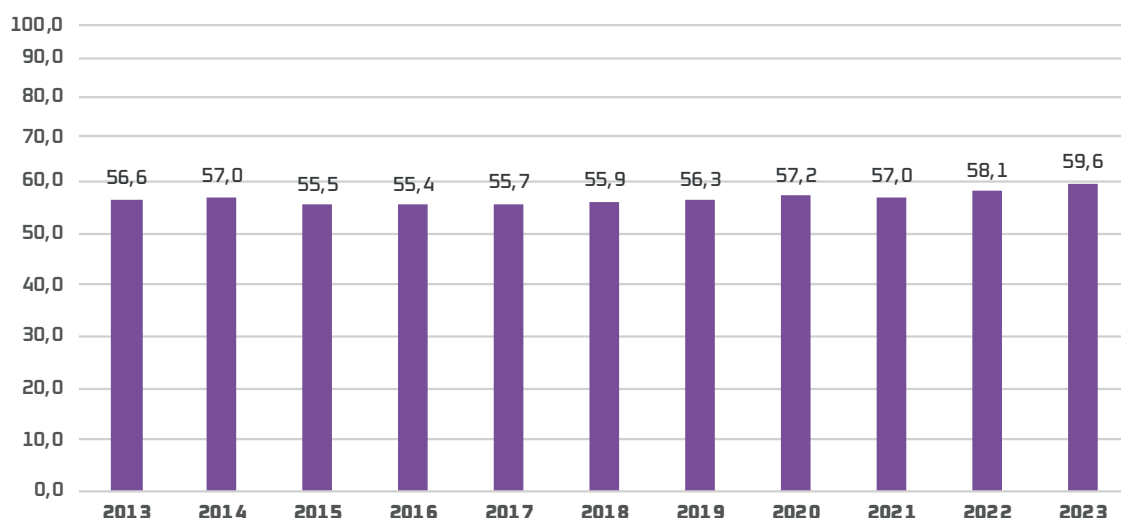


Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.
Ver tabela 4.31.

O Brasil é um dos países com as maiores taxas de partos cesáreos no mundo. Nos últimos 10 anos, o percentual de partos cesáreos permaneceu acima dos 55% do total de partos. Segundo dados de 2023, cerca de 59,6% dos nascimentos no país eram realizados por cesariana. Esses números são muito superiores ao limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que sugere que o percentual de cesáreas deve variar entre 10% e 15% dos partos, sendo indicada apenas quando necessário por razões médicas.

GRÁFICO 39

Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

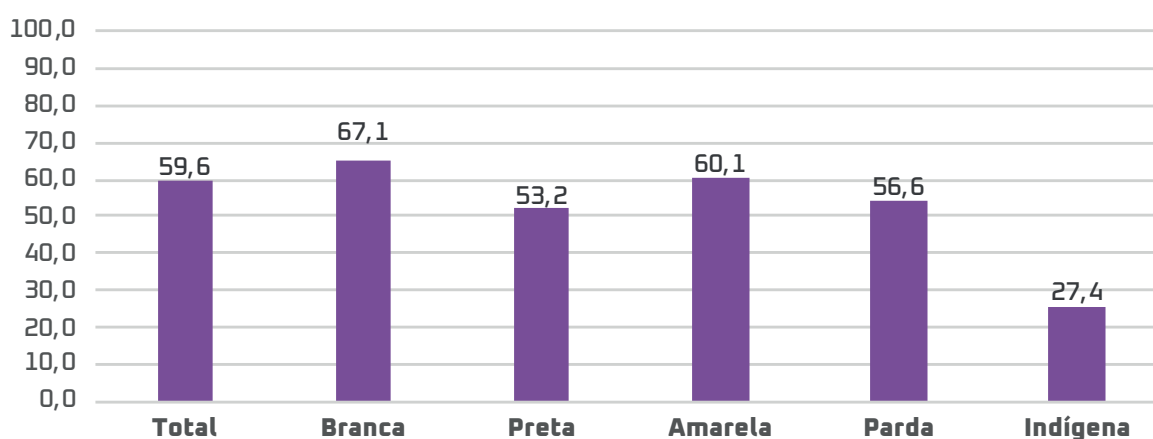
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.27.

A proporção de partos cesáreos é maior entre as mulheres brancas (67,1%) e menor entre as mulheres indígenas (27,4%).

GRÁFICO 40

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: 1. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

2. Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e cor ou raça da mãe. – Ver tabela 4.36.

A região com maior percentual de partos cesáreos é a Centro Oeste, com 65,4% e a com menor percentual é a Região Norte, com 52,6%⁷³.

⁷³ Ver tabela 4.36.

Acompanhamento Pré-Natal

O acompanhamento pré-natal consiste em uma série de consultas e exames realizados durante a gestação, visando monitorar a saúde da mãe e do feto, identificar riscos e promover intervenções precoces.

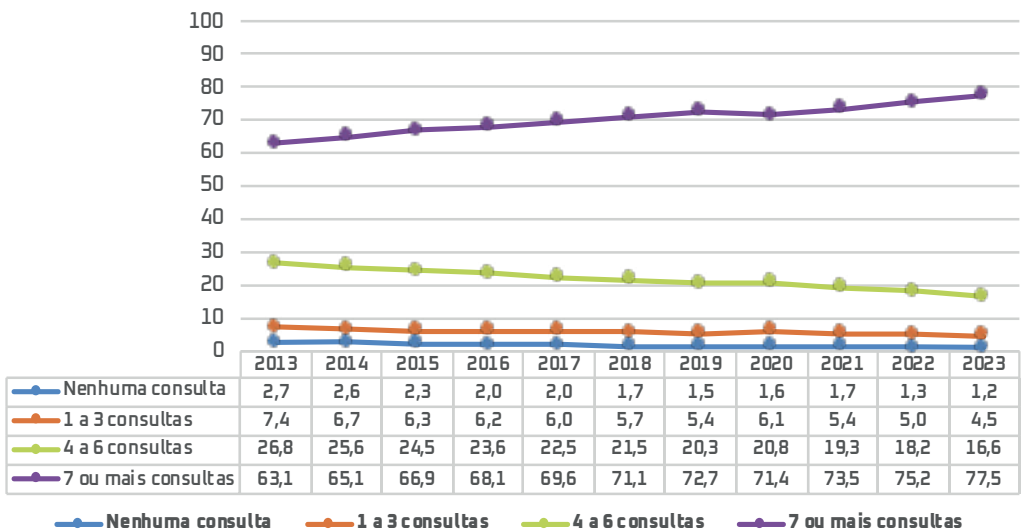
A Organização Mundial de Saúde indica que um pré-natal de qualidade está associado a uma redução significativa na Razão de Mortalidade Materna⁷⁴.

No Brasil, ao longo dos últimos 10 anos, ocorreu um aumento significativo no percentual de mães de nascidas(os) vivas(os) que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal.

O percentual foi de 63,1% em 2013 para 77,5% em 2023, revelando uma maior cobertura no acompanhamento dessas mulheres. Ocorreu, também, uma redução significativa no percentual daquelas que não fizeram nenhuma consulta. Em 2013, o percentual era de 2,7% e caiu para 1,2% em 2023.

GRÁFICO 41

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal - Brasil - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Exclui os casos com informação ignorada de consultas.

2. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.33.

⁷⁴ WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience.** Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <<https://www.who.int/publications-detail/9789241549912>>. Acesso em: novembro de 2024.

Existem, porém, discrepâncias regionais nos números do acompanhamento pré-natal no país. Em 2023, na Região Sul, 84,6% das mães realizaram 7 ou mais consultas. Na Região Norte, o percentual foi de 62,5%⁷⁵.

Proporcionalmente, as mulheres brancas têm mais acesso a um pré-natal adequado (85,2%). As mulheres indígenas são as que possuem a menor proporção, com 49,8%⁷⁶.

Parto Cesário

A Classificação de Robson⁷⁷ é uma ferramenta amplamente utilizada para analisar e monitorar as taxas de cesarianas em diferentes populações obstétricas. Ela organiza as mulheres em 10 grupos mutuamente exclusivos com base em características obstétricas simples: paridade, idade gestacional, apresentação fetal, tipo de parto anterior e início do trabalho de parto.

No Brasil, o Ministério da Saúde adotou a classificação como um instrumento essencial para orientar políticas públicas e intervenções destinadas a reduzir as elevadas taxas de cesarianas, um problema persistente no sistema de saúde do País.

⁷⁵ Ver tabela 4.34.

⁷⁶ Ver tabela 4.35.

⁷⁷ Para mais informações, ver: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29751/CLASSIFICA%C7%C3O%20DE%20ROBSON.pdf;jsessionid=8D258283DA8C23AEEBC784C99DF3A3A?sequence=2>>

Grupos	Classificação ⁷⁸
1	Nulípara, gestação única, cefálica ⁷⁹ , ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
2	Nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea anterior ao trabalho de parto ⁸⁰ .
3	Multipara ⁸¹ (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
4	Multipara (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea realizada antes do início do trabalho de parto ⁸² .
5	Com antecedente de cesárea, gestação única, cefálica ≥ 37 semanas.
6	Todos os partos pélvicos em nulíparas.
7	Todos os partos pélvicos em multiparas (incluindo antecedente de cesárea).
8	Todas as gestações múltiplas (incluindo antecedente de cesárea).
9	Todas as apresentações anormais (incluindo antecedente de cesárea).
10	Todas as gestações únicas, cefálicas, ≥ 37 semanas (incluindo antecedente de cesárea).

Fonte: Classificação de Robson, ARCA-FIOCRUZ, 2018.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

No Brasil, os grupos 3 (multiparas de termo, apresentação cefálica, em trabalho de parto espontâneo) e 1 (nulíparas de termo, apresentação cefálica, em trabalho de parto espontâneo) tiveram a menor proporção de cesáreas, com 44,7% e 20%, respectivamente. Os grupos com maiores proporções foram o grupo 9 (feto único em situação transversa ou oblíqua), com 97,1%, e o grupo 6 (feto único pélvico em nulíparas), com 92,4%.

⁷⁸ Todas as gestantes são incluídas em apenas um dos grupos.

⁷⁹ Apresentação cefálica inclui todas as que o feto está com a cabeça para baixo.

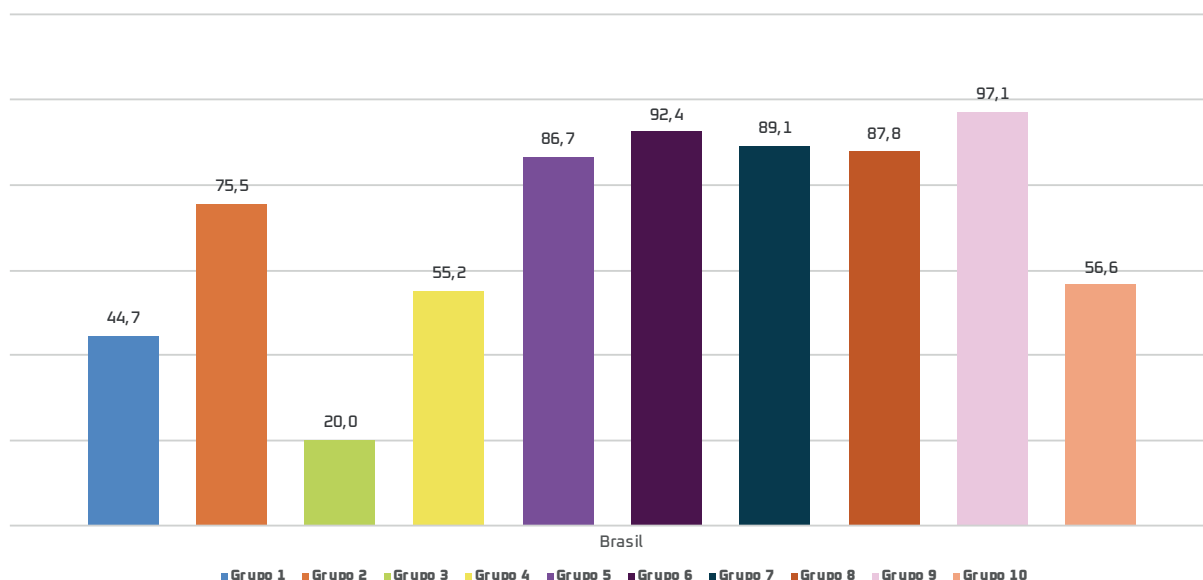
⁸⁰ O grupo dois pode ser subdividido em 2a (Nulípara, cefálica, ≥ 37 semanas, trabalho de parto induzido) e 2b (Nulípara, cefálica, ≥ 37 semanas, cesárea antes do trabalho de parto).

⁸¹ Mulher que já teve parto de bebê com ≥ 500g ou ≥ 22 semanas, vivo ou morto.

⁸² O grupo quatro pode ser subdividido em 4a (Multipara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, trabalho de parto induzido) e 4b (Nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, cesárea antes do trabalho de parto).

GRÁFICO 42

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: 1. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

2. Excluímos casos com informação ignorada de local do parto. – Ver tabela 4.39.

Acesso a serviços de saúde

A porcentagem de nascimentos em hospitais no Brasil é um importante indicador de acesso a serviços de saúde, refletindo avanços em políticas públicas e infraestrutura. Em 2023, segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 98% dos nascimentos ocorreram em hospitais. Contudo, existem disparidades regionais. As Regiões Sul e Sudeste têm cerca de 99% de partos em hospitais, cada região. No Norte do país, o percentual é de 95,4%. Nessa região está o maior percentual de partos em domicílio, 2,2%, e em aldeia indígena, 0,7%.

Nota: Ver tabela 4.28.

Dignidade Menstrual

O Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Conhecida como Lei de Dignidade Menstrual, essa legislação estabelece a distribuição gratuita de absorventes higiênicos e outros itens de higiene íntima para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas privadas de liberdade.

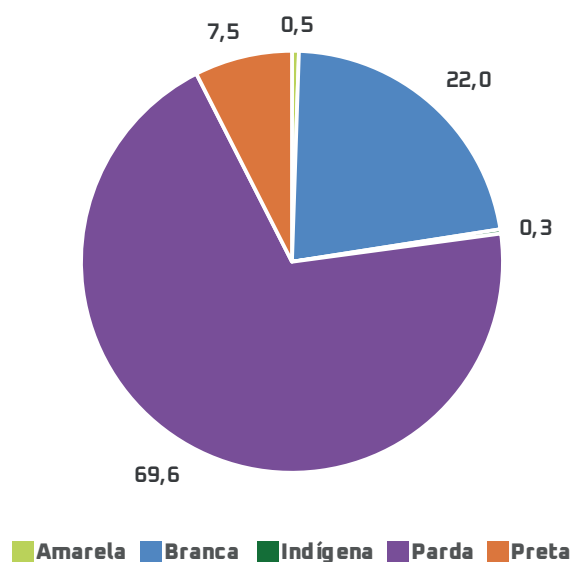
O decreto detalha os mecanismos de implementação do programa, reforçando o compromisso do governo com a promoção da saúde e a redução das desigualdades entre mulheres e homens, além de garantir condições básicas para o bem estar e a dignidade das beneficiárias.

A pobreza menstrual refere-se à dificuldade ou impossibilidade de acesso a produtos básicos de higiene, como absorventes, bem como à falta de informações adequadas sobre saúde menstrual. No Brasil, milhões de mulheres enfrentam essa realidade, especialmente em regiões empobrecidas e periféricas.

Até agosto de 2024, o programa de dignidade menstrual atendeu 2.022.662 de mulheres no Brasil. Os números mostram que 77,1% das mulheres atendidas foram pretas e pardas, 22% brancas. As mulheres amarelas e indígenas equivalem a 0,5% e 0,3%, respectivamente.

GRÁFICO 43

Proporção de mulheres atendidas no programa dignidade menstrual, por cor ou raça - Brasil - 2024 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de agosto de 2024. – Ver tabela 4.52.

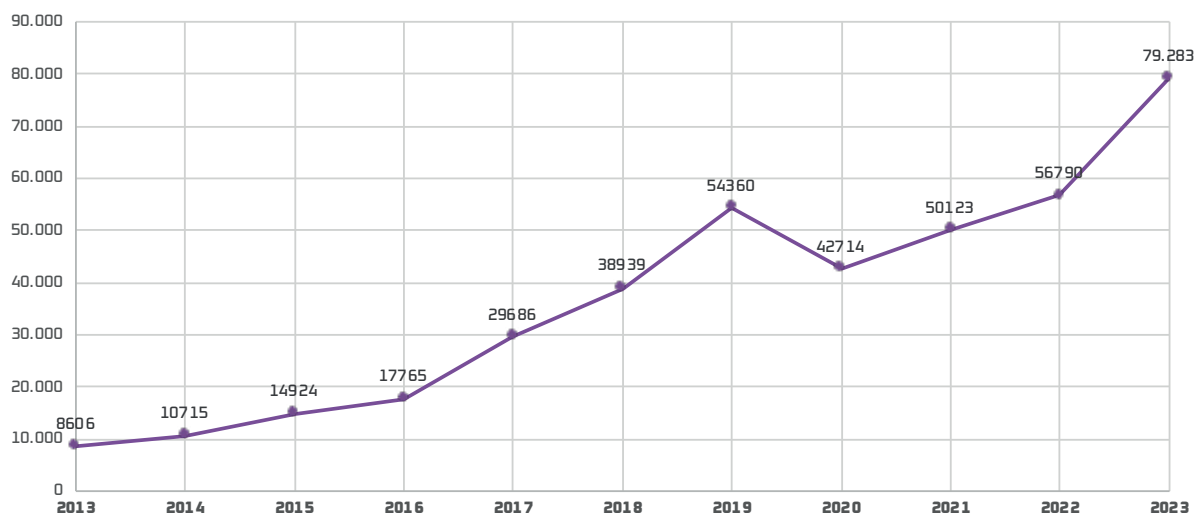
Suicídio (Violência autoprovocada)

As notificações de tentativas de suicídio (lesões autoprovocadas) por mulheres no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) revelam camadas complexas da experiência das mulheres na sociedade.

As práticas de autolesão entre mulheres podem não ser apenas fenômenos isolados e exclusivamente individuais, mas podem refletir pressões estruturais impostas por uma sociedade que, historicamente, submete as mulheres.

GRÁFICO 44

Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por ano - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016).

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim". - Ver tabela 4.15.

As pretas e pardas enfrentam uma carga dupla de opressão — por serem mulheres e por serem negras — o que torna suas experiências de sofrimento particularmente intensas. Elas enfrentam uma maior vulnerabilidade à violência, à exploração e ao estresse socioeconômico, fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas autodestrutivas.

No Brasil, as mulheres pretas e pardas representam uma parcela significativa dos registros de violência doméstica⁸³ e das classes economicamente desfavorecidas⁸⁴, o que torna provável que as notificações de autolesão também carreguem essa marca racial.

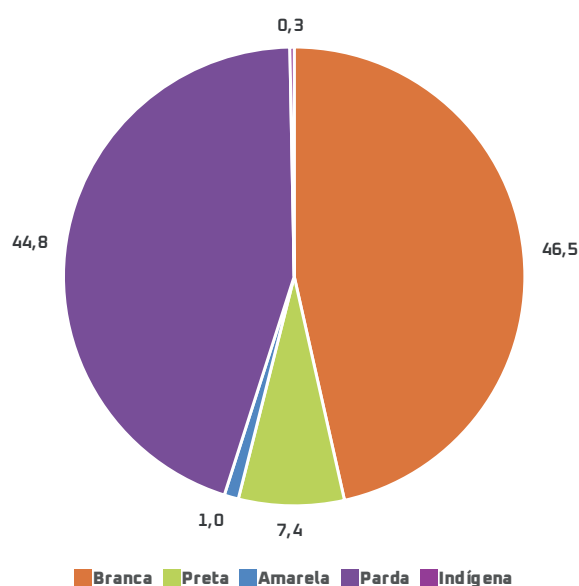
⁸³ Ver capítulo 5, sobre Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, deste Relatório.

⁸⁴ Ver capítulo 2, sobre Autonomia Econômica e Igualdade no mundo do trabalho, deste Relatório.

As lesões autoprovocadas, portanto, podem ser também uma manifestação do racismo estrutural que limita as oportunidades e o bem-estar das mulheres pretas e pardas, confinando-as em posições de subordinação e de sofrimento invisibilizado.

GRÁFICO 45

Distribuição percentual dos registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016).

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Excluímos registros sem informação.

Ver tabela 4.17.

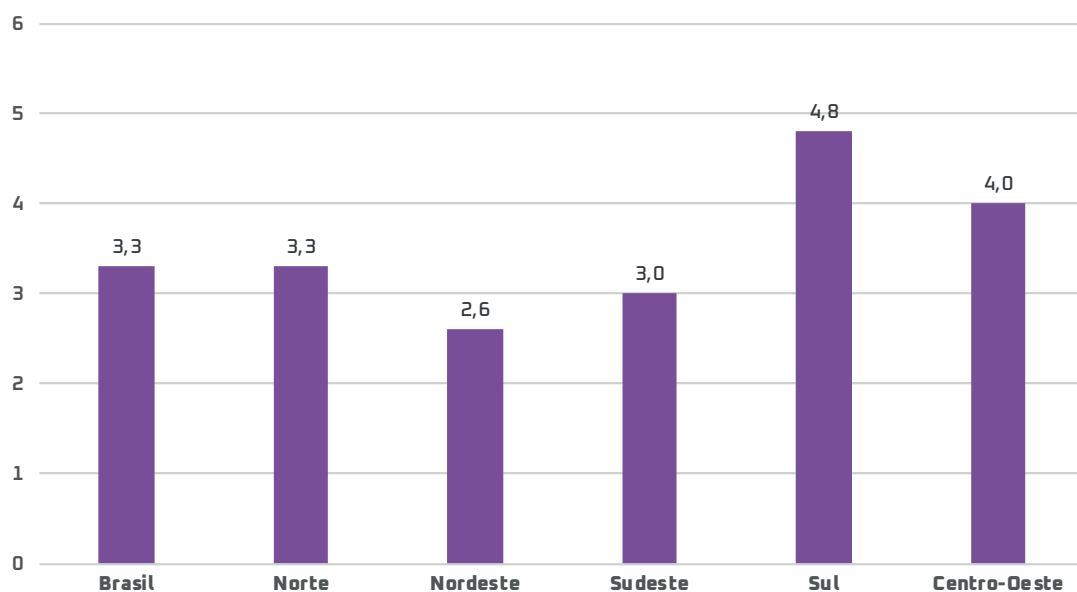
No período 2022⁸⁵ e 2023, ocorreu um aumento na taxa de suicídio de mulheres, quando a taxa passou de 2,9% para 3,3%.

⁸⁵ Para dados de 2022, ver o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2024.

A Região Sul, com 4,8, é a que detém a maior taxa entre as regiões de País, enquanto a Região Sudeste detém os maiores números absolutos, 5.789 suicídios de mulheres.

GRÁFICO 46

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio de mulheres por 100.000 mulheres), por Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Dado de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeitos a revisões e alterações. Ver tabela 4.22.

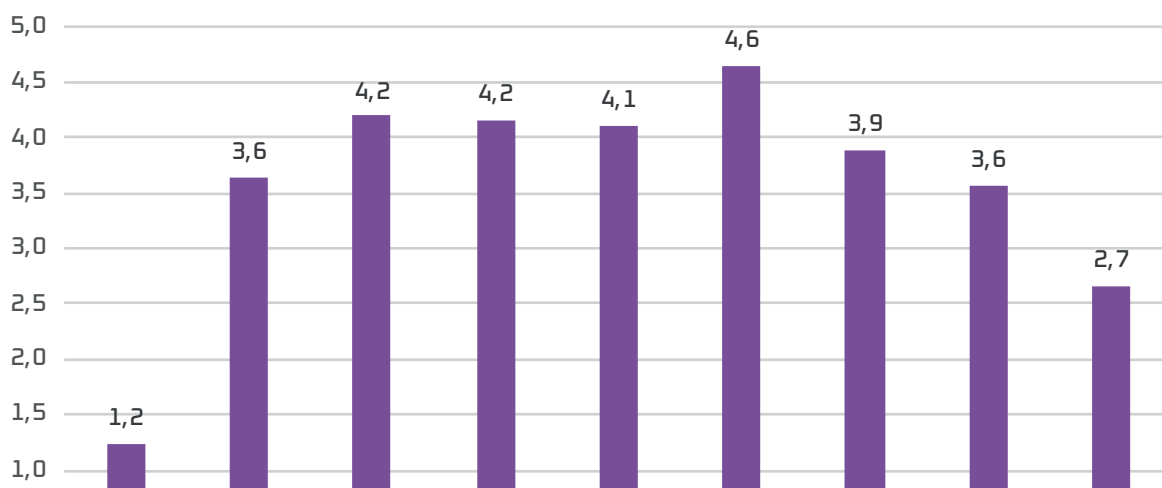
Questões como violência doméstica e abuso sexual são fatores determinantes que aumentam significativamente a vulnerabilidade das mulheres ao suicídio.

Além disso, a sobrecarga de responsabilidades no trabalho doméstico não remunerado, somada às desigualdades econômicas e expectativas sociais que impõem padrões opressivos, agrava o sofrimento emocional e psicológico.

A taxa de suicídio varia conforme a idade. Mulheres entre 20 e 49 anos concentram as maiores taxas.

GRÁFICO 47

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por grupos de idade (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Dados de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeitos a revisões e alterações. Ver tabela 4.23.

A saúde das mulheres no Brasil evoluiu significativamente nas últimas décadas, especialmente com a criação e implementação de políticas públicas como o PAISM e o PNAISM.

Essas iniciativas representam marcos históricos para uma abordagem integral da saúde feminina, incorporando questões vão além da saúde reprodutiva, como o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção do bem-estar mental.

Apesar dos avanços na saúde feminina, os dados evidenciam desafios significativos. As desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas continuam a restringir o acesso das mulheres aos serviços de saúde e aos seus direitos reprodutivos e sexuais.

A alta incidência de doenças crônicas, os números alarmantes de gravidez na infância e adolescência e as taxas desproporcionalmente elevadas de mortalidade materna em populações vulnerabilizadas reforçam a urgência de políticas públicas mais equitativas.

Adicionalmente, a pandemia de COVID-19 destacou fragilidades no sistema de saúde, exacerbando disparidades pré-existentes e elevando o risco de morte materna, principalmente entre mulheres pretas, pardas e indígenas. Isso ressalta a importância de fortalecer a infraestrutura de saúde e priorizar intervenções direcionadas a grupos historicamente marginalizados.

Outro ponto de atenção é o elevado número de partos cesáreos realizados no Brasil, que ultrapassa em muito os limites recomendados pela OMS.

Essa realidade demanda uma revisão das práticas obstétricas e a promoção de alternativas que valorizem o parto humanizado. Para alcançar um sistema de saúde mais equitativo, inclusivo e sustentável, é imprescindível a articulação entre governo, sociedade civil e organizações internacionais. A melhoria dos indicadores de saúde da mulher no Brasil depende de um compromisso coletivo que priorize a superação das desigualdades e assegure o acesso de todas a uma vida saudável e digna.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher 2024**. Brasília, Ministério das Mulheres, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases para a discussão de uma política de saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Dispõe sobre a oferta gratuita de absorventes higiênicos a estudantes de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11432.htm> Acesso em: janeiro de 2025.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024**. Rio de Janeiro: INCA, 2024. Disponível em: <<https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/17002/1/Controle%20do%20c%c3%a2ncer%20de%20mamano%20Brasil%20-%20dados%20e%20n%c3%bameros%202024.pdf>> Acesso em: novembro de 2024.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Dados e números sobre câncer do colo do útero: relatório anual 2023**. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf> .Acesso em: novembro de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience**. Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <<https://www.who.int/publications-detail/9789241549912>>. Acesso em: novembro de 2024.

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres

A “Convenção de Belém do Pará”, oficialmente intitulada “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”⁸⁶, é um tratado internacional acordado em 9 de junho de 1994 na cidade de Belém (PA), no Brasil.

Esse documento histórico foi adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificado pelo Brasil em 27 de novembro de 1995⁸⁷. O tratado é um marco fundamental no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e como uma forma de discriminação que impede as mulheres de exercerem plenamente seus direitos e liberdades.

Segundo a Convenção, “a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”. A Convenção define a violência contra a mulher de maneira abrangente, incluindo a violência física, sexual e psicológica, e abarca o espaço doméstico e o público. Além disso, estabelece que todos os Estados signatários devem adotar políticas públicas para promover e proteger o direito das mulheres a viverem livres de violência.

Os dados estatísticos desempenham um papel crucial na compreensão dos diversos aspectos da violência contra as mulheres. Portanto, nessa seção, apresentaremos os números advindos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/Ministério da Saúde), do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Ministério da Saúde), do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP/Ministério da Justiça e Segurança Pública), do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN/Ministério da Justiça e Segurança Pública) e da Central de Atendimento à mulher (Ligue 180) do Ministério das Mulheres.

⁸⁶ <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf>

⁸⁷ A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher foi promulgada no Brasil em 1º de agosto de 1996, através do Decreto Nº 1.973/1996.

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências

Os registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) desempenham um papel fundamental na compreensão da violência contra as mulheres no Brasil.

O SINAN é responsável por coletar dados sobre as diversas formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, negligência e outros atos que configuram violência doméstica e contra as mulheres. Esse sistema funciona a partir de regulamentações estabelecidas por decretos e portarias⁸⁸ que obrigam a notificação de tais casos por profissionais de saúde, com o objetivo de fornecer informações fundamentais para a criação de políticas públicas e intervenções de proteção e assistência⁸⁹.

É importante destacar que existem desafios quanto à subnotificação, pois nem todos os casos são registrados, isso pode acontecer por conta de infraestrutura de saúde precária local ou por muitas mulheres deixarem de relatar sua situação a profissionais de saúde devido ao estigma associado à violência ou, até mesmo, devido à falta de sensibilização dos profissionais à questão.

Por isso são importantes ações da atuação do poder público em prol do devido preenchimento das notificações.

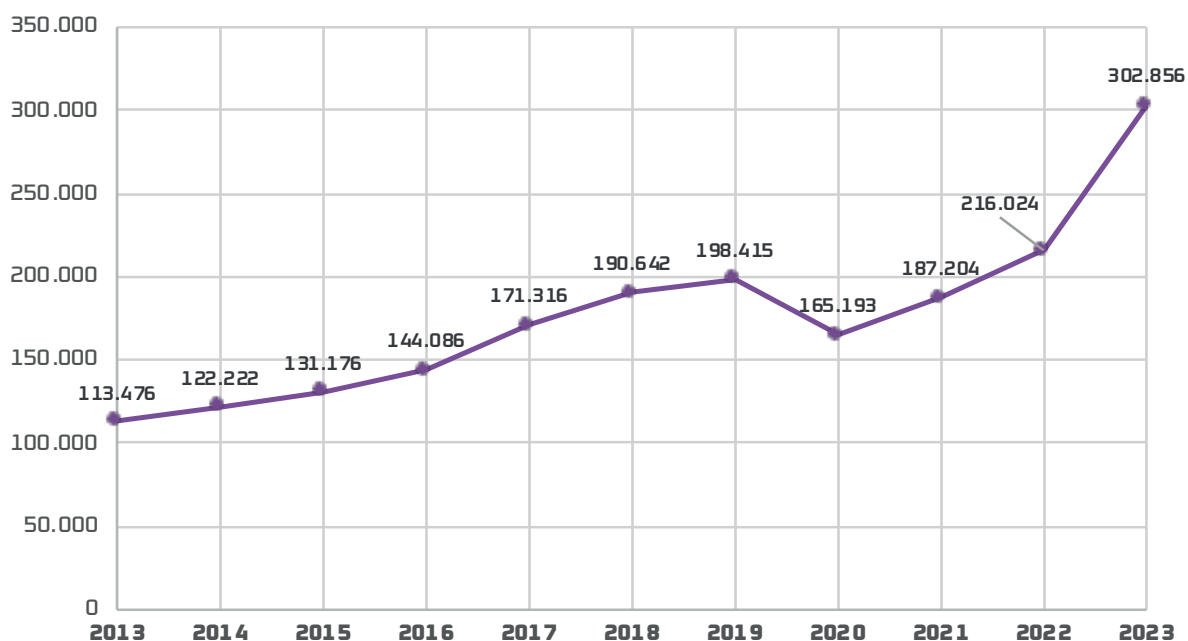
Em 2023, foram registradas 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres, um aumento significativo em relação aos 216.024 casos de 2022. Esse aumento pode refletir tanto o crescimento real dos casos quanto uma maior conscientização, além de melhorias na coleta de dados.

⁸⁸ A Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, foi a primeira a incluir a violência interpessoal e autoprovocada na lista de agravos de notificação compulsória no SINAN, considerando a violência como um problema de saúde pública que exige vigilância contínua. Esta portaria representa um avanço significativo, pois inclui a notificação obrigatória de casos de violência contra a mulher, independentemente de o atendimento ser em serviços públicos ou privados.

⁸⁹ A notificação compulsória de violência contra a mulher também está alinhada com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei define formas de violência e medidas protetivas e incentiva a cooperação entre os setores de saúde, justiça e segurança para proteger as mulheres e responsabilizar os agressores.

GRÁFICO 48

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

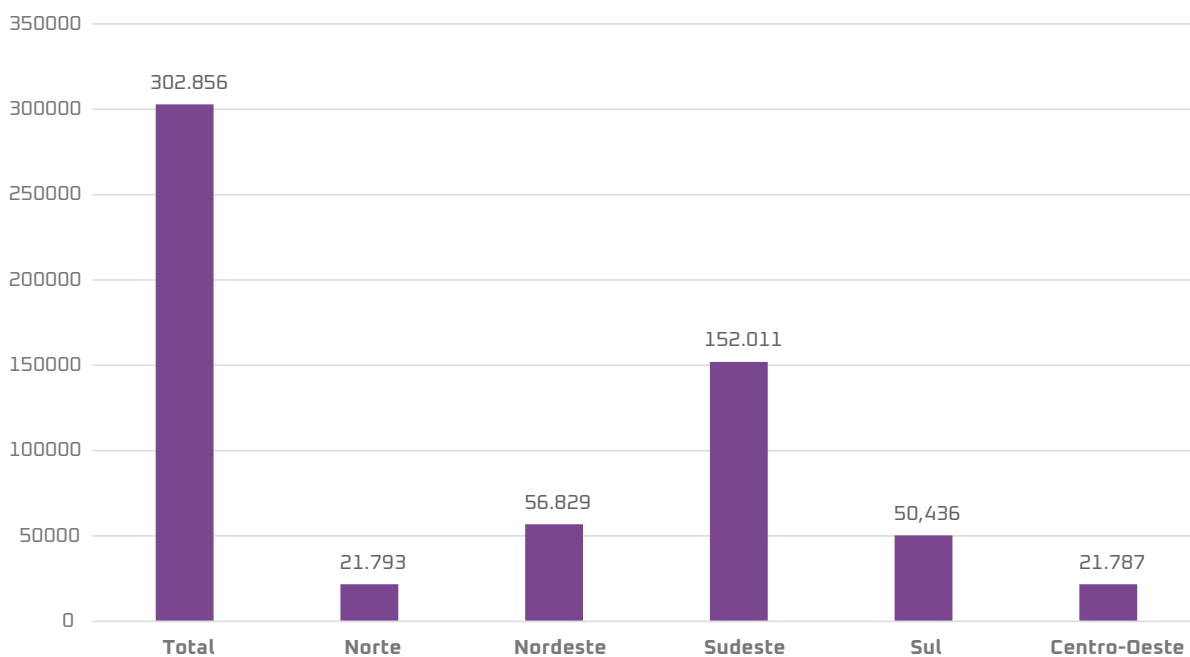
2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

Ver tabela 5.3.

A Região Sudeste, a mais populosa do Brasil, liderou em número de notificações, com 152.011 registros, seguida pelo Nordeste, com 56.829.

GRÁFICO 49

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

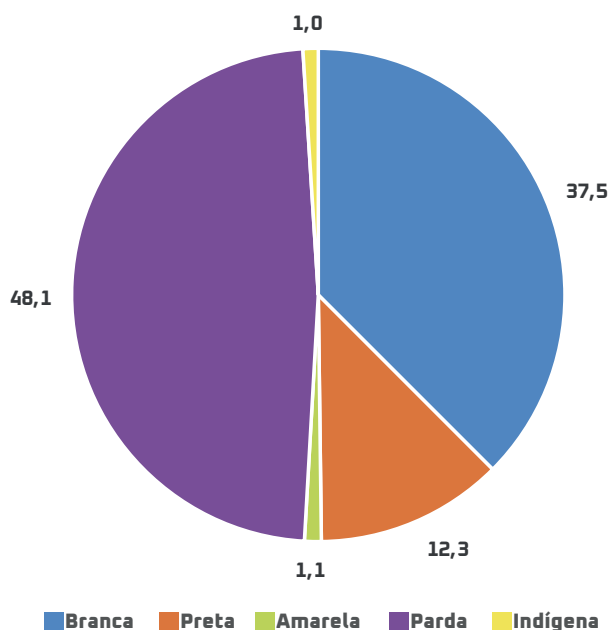
Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim". – Ver tabela 5.4.

Dos registros de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas. Esses dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras, resultado de desigualdades raciais e socioeconômicas.

GRÁFICO 50

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Excluímos os registros sem informação. – Ver tabela 5.7.

Nos registros de violência em que as vítimas possuem algum tipo de deficiência, as mulheres com transtorno mental são as que têm maior percentual, são 50,3%. Em seguida, as que possuem transtorno de comportamento (21,4%).⁹⁰ Em relação à situação conjugal das vítimas, as mulheres adultas solteiras são as que têm o maior percentual nas notificações⁹¹: 46,1%. As mulheres casadas ou com união consensual correspondem a 41,2%⁹².

⁹⁰ Ver tabela 5.9.

⁹¹ Entre os anos de 2019 e 2022, a predominância era de mulheres casadas ou com união consensual, esse cenário foi alterado em 2022, quando os registros de mulheres solteiras tiveram maior percentual (BRASIL, 2024).

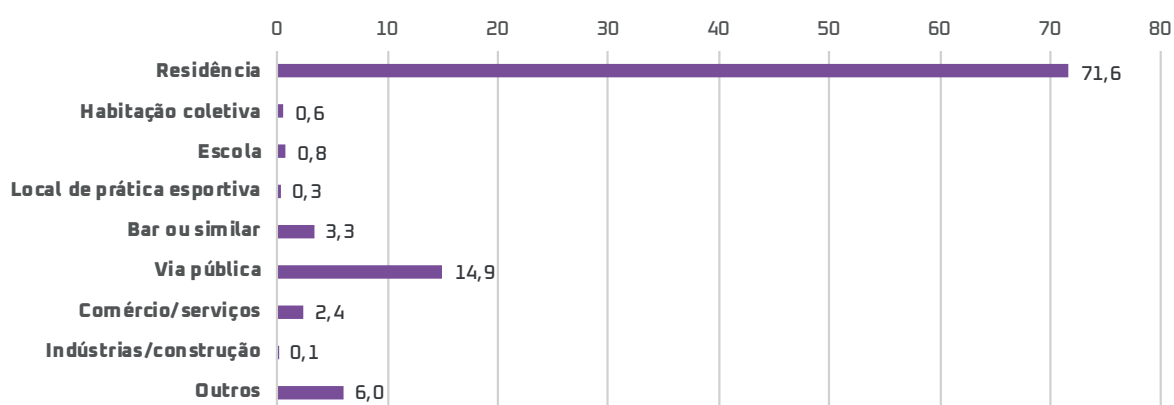
⁹² Ver tabela 5.8.

Os principais agressores das mulheres são os homens. Em 76,6% dos registros de violências domésticas, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino.

Em 2023, cerca de 71,6% das notificações de violência contra mulheres ocorreram dentro de casa, reforçando a noção de que o ambiente doméstico, que deveria ser um espaço seguro, é, na realidade, um local de alto risco para muitas mulheres.

GRÁFICO 51

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Excluímos os registros sem informação. – Ver tabela 5.12.

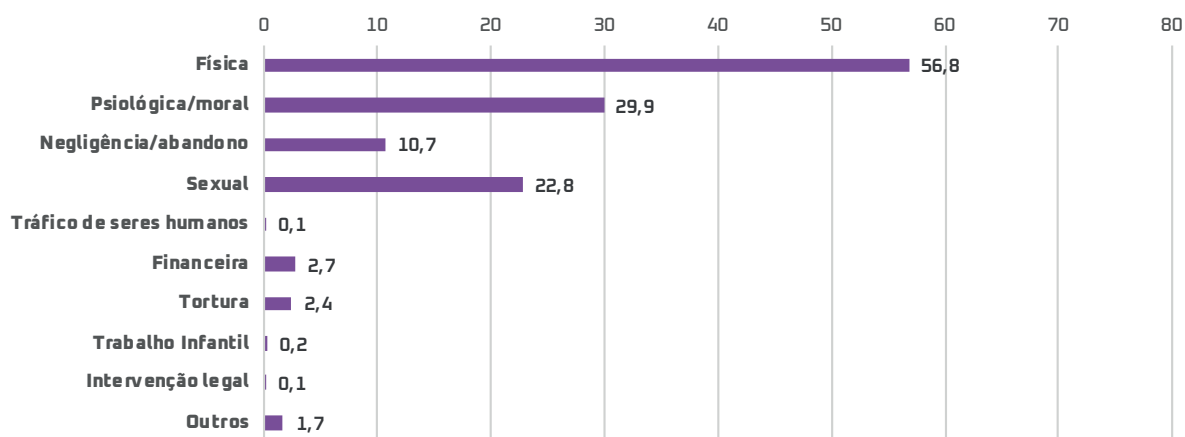
Em relação à reincidência da violência, a proporção de violência de repetição atingiu 44,7% dos registros contra mulheres adultas⁹³.

A violência física é o tipo de violência mais frequente registrado contra mulheres, somando 56,8% das notificações do Sinan. Essa violência ocorre tanto em ambientes domésticos quanto públicos, embora a maior parte dos casos de violência seja registrada no contexto doméstico.

⁹³ Ver tabela 5.11.

GRÁFICO 52

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. As categorias desta variável são de preenchimento múltiplo (um mesmo registro pode apresentar mais de um meio de agressão). – Ver tabela 5.13.

Em 2023, a violência psicológica/moral correspondeu a 29,9%, foi o segundo tipo de violência mais notificado. No Sinan, a violência psicológica ou moral contra mulheres abrange ações e omissões que buscam causar dano emocional, redução da autoestima e comprometimento da saúde mental e comportamental da mulher.

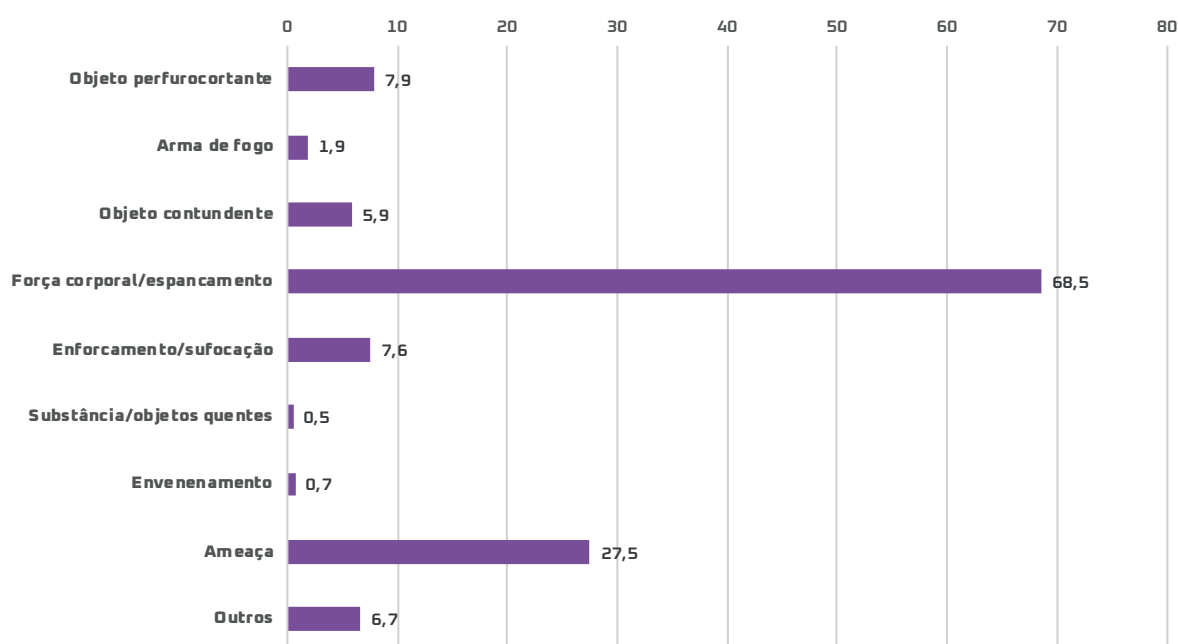
Esse tipo de violência é caracterizado por práticas como ameaças, humilhações, insultos, controle e manipulação, cuja finalidade é criar sofrimento psicológico, minar a autoconfiança da vítima e mantê-la em um estado de submissão e vulnerabilidade.

No Sinan, a violência sexual contra mulheres, que engloba estupro, tentativa de estupro, assédio sexual e exploração sexual, representou 22,8%. Esse tipo de violência pode ter um alto número de subnotificações devido ao estigma, ao medo de retaliação e à vergonha que muitas vítimas sentem.

O meio de agressão mais registrado no ano de 2023 foi força corporal/espancamento, com 68,5% dos registros. Com 27,5% a ameaça está em segundo.

GRÁFICO 53

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por meio de agressão - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim". – Ver tabela 5.14.

O estupro, além de ser um ato de violência extrema, é uma expressão explícita do sistema que coloca as mulheres em posição de subordinação, uma afirmação das normas de dominação sexual masculina e uma forma de terrorismo, cumpre a função essencial de intimidação, onde todas as mulheres são postas em condição de medo constante.

Segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mais de meio milhão de ocorrências de estupro de mulheres foram registradas entre 2015 e

2024 no Brasil⁹⁴. Esse dado é preocupante e expõe a gravidade e prevalência da violência sexual no país.

Em 2024, foram contabilizados 71.892 casos de estupro, equivalente a 196 vítimas por dia. Apesar do alto número de registros, houve uma queda de 1,4% em relação ao ano de 2023. Observa-se uma tendência de aumento nos registros de ocorrências de estupro de mulheres ao longo dos anos citados (2015-2024), interrompida durante os anos de 2020 e 2021, período da pandemia de COVID 19, onde é possível visualizar uma queda nos registros, provavelmente por conta das restrições de deslocamentos e serviços. Essa queda não significa que houve uma redução no número de mulheres que sofreram estupros no país, mas que menos mulheres fizeram registros.

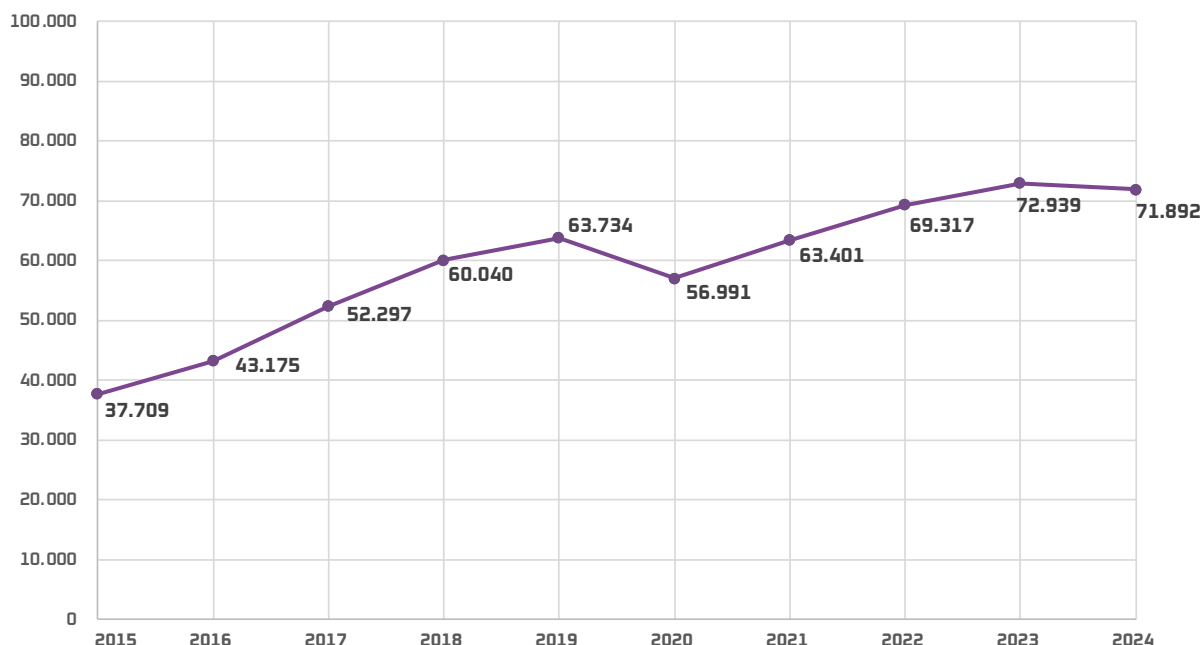
O ano de 2023 apresentou o maior número de registros da série histórica (2015-2024). Um maior número de registros, pode tanto significar o aumento da violência sexual, quanto o maior número de denúncias em razão da ampliação do debate social sobre a questão, incluindo campanhas midiáticas realizadas pelo Ministério das Mulheres.

Ainda que represente o aumento das denúncias é um fato alarmante e que requer ação governamental juntamente à mudança de valores por parte da população.

⁹⁴ O total de ocorrências policiais de estupro no Brasil, entre 2015 e 2024, é de 591.495.

GRÁFICO 54

Ocorrências policiais de estupro de mulheres, por ano - Brasil - 2015 -2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 5.25.

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher, conhecida como “Ligue 180”, é um serviço de utilidade pública criado para dar suporte, orientação e proteção a mulheres em situação de violência no Brasil. Criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2005, o Ligue 180 é um importante canal de denúncia e acompanhamento de casos de violência contra as mulheres, em conformidade com marcos legais como a Lei Maria da Penha e diretrizes de organismos internacionais de direitos humanos.

O Ligue 180 desempenha várias funções que vão desde o acolhimento e orientação até a denúncia de atos de violência contra mulheres, conforme previsto no Decreto nº 7.393/2010⁹⁵, que regulamenta o atendimento da Central.

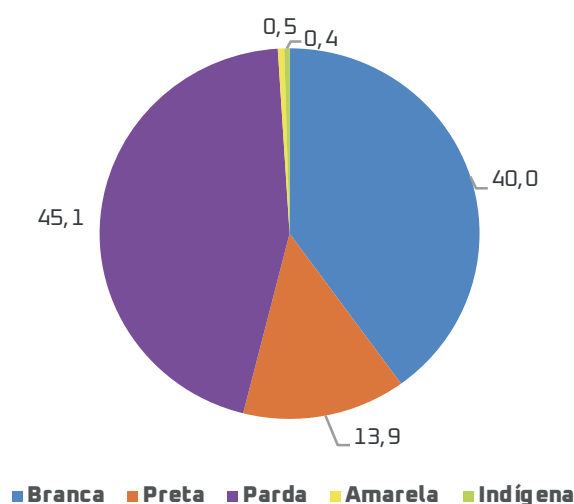
⁹⁵ BRASIL. Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o atendimento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2010.

Essa norma estabelece diretrizes de atendimento e determina que o Ligue 180 funcione como um canal nacional, gratuito e anônimo, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, assegurando o amplo acesso das mulheres a esse serviço essencial. É possível fazer a ligação de qualquer lugar do Brasil ou acionar o canal via chat no Whatsapp (61) 9610-0180. Em casos de emergência, deve ser acionada a Polícia Militar, por meio do 190.

O Decreto nº 7.393/2010⁹⁶ também orienta que o Ligue 180 seja um ponto de coleta de dados sobre as violências contra as mulheres no Brasil. Esses dados, compilados e analisados periodicamente, constituem uma base importante para o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento a essas violências. Foram registrados, pela central do ligue 180, 322.207 relatos de violência⁹⁷ no Brasil no primeiro semestre de 2024. Os números mostram que 50% dos relatos ocorreram na Região Sudeste, 25% no Nordeste, 9,5% no Sul, 8,7% no Centro-Oeste e 6,7% no Norte⁹⁸. As mulheres pretas e pardas foram a maioria entre as que estavam em situação de violência, correspondendo a 59% do total, enquanto as brancas foram 40%.

GRÁFICO 55

Distribuição das mulheres em situação de violência, por cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Excluímos registros sem informação por cor ou raça. – Ver tabela 5.48.

⁹⁶ Diz o decreto: "IX - produzir base de informações estatísticas sobre a violência contra as mulheres, com a finalidade de subsidiar o sistema nacional de dados e de informações relativas às mulheres" (BRASIL, 2010).

⁹⁷ Se refere aos relatos de violência que constam nos protocolos de denúncia.

⁹⁸ Ver tabela 5.52.

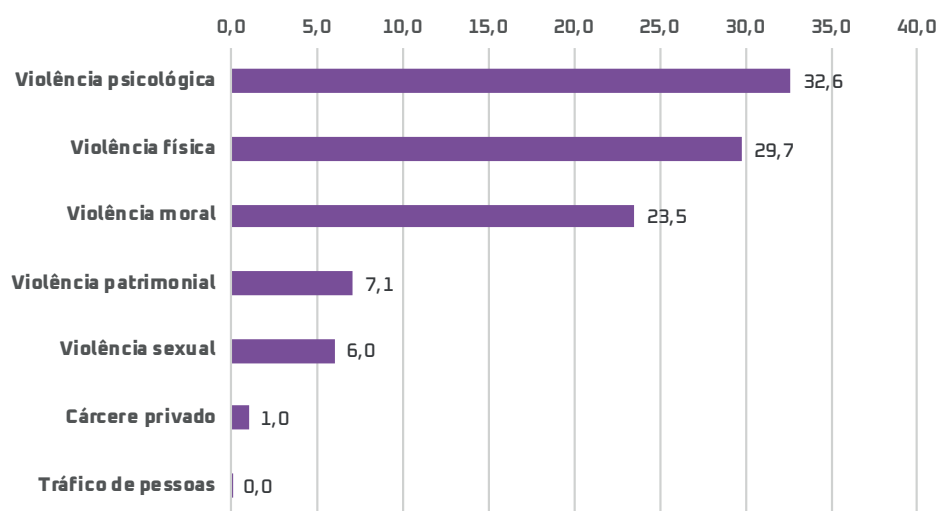
Em 32,6% dos registros, o tipo de violação⁹⁹ foi a psicológica. Com 29,7%, a violência física foi a segunda mais registrada.

Enraizada na lógica de dominação dos homens sobre as mulheres, a violência psicológica contra as mulheres não se constitui apenas em um conjunto de agressões verbais ou emocionais isoladas, mas em fenômeno sistemático.

Para entender a violência psicológica é fundamental observar o contexto de opressão estrutural, onde as mulheres são frequentemente colocadas em posições de subordinação, seja em relacionamentos íntimos, seja em âmbitos sociais mais amplos (SEGATO, 2003).

GRÁFICO 56

Distribuição dos registros de violações contra as mulheres, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Uma mesma pessoa pode relatar mais de um tipo de violação.

Ver tabela 5.46.

Segundo os dados da Central de Atendimento do Ligue 180 relativos às mulheres em situação de violência, os agressores eram companheiros ou ex-companheiros em 67% dos registros.

⁹⁹ "Violação é qualquer fato que atende ou viole os direitos humanos de uma vítima".

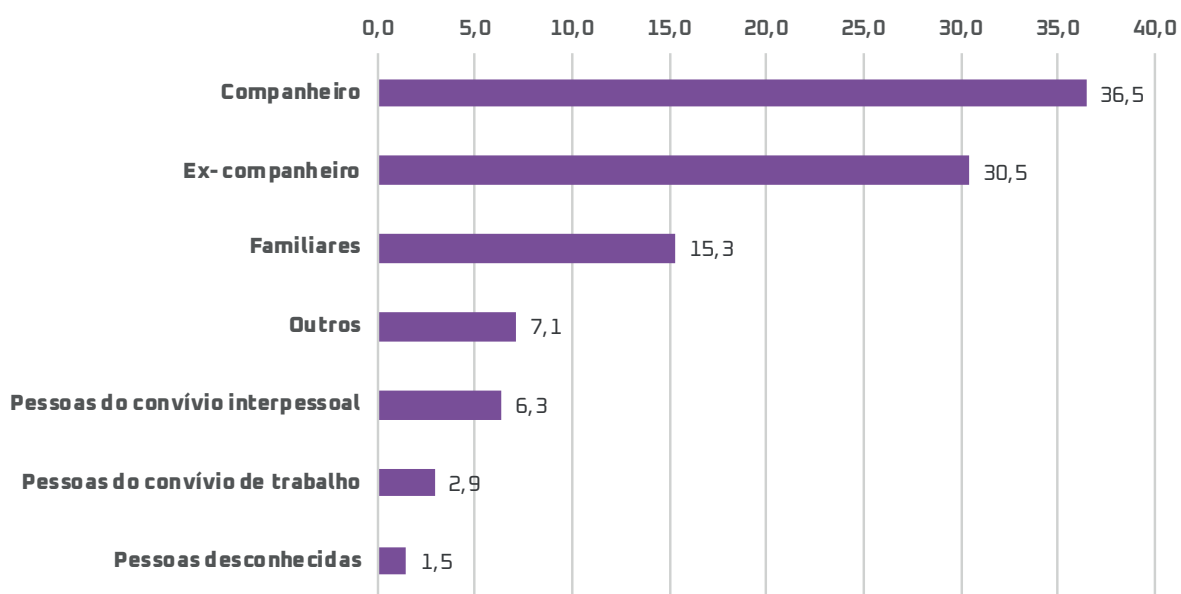
Esses números destacam que a violência doméstica está profundamente ligada às dinâmicas de poder entre parceiros íntimos. Indicam uma prevalência de violência perpetrada por pessoas com laços afetivos ou familiares próximos às vítimas.

Esse controle reflete a manutenção de relações patriarcais, nas quais a mulher é vista como subordinada ou como alguém que deve obediência.

O lar torna-se, então, um espaço de dominação e imposição de poder, onde a violência é utilizada como forma de controle sobre as mulheres¹⁰⁰.

GRÁFICO 57

Distribuição das mulheres em situação de violência, segundo a relação do agressor com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 5.47.

¹⁰⁰ "Embora na socialização feminina estejam presentes a suspeita contra desconhecidos e a prevenção de uma eventual aproximação com estes elementos, os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às vítimas". (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p.4).

A violência doméstica contra a mulher pode ser analisada como uma forma de tortura, quando se considera sua sistematicidade e as condições em que se realiza. A violência doméstica vai além da agressão física; ela inclui violência psicológica, sexual, patrimonial e moral, que causam danos profundos e duradouros. Além disso, a dinâmica de poder no ambiente doméstico muitas vezes perpetua uma relação de controle e submissão, na qual a mulher é mantida em um estado constante de medo e desumanização.

Assim, a violência doméstica, mesmo que não seja cometida por agentes do Estado, frequentemente atende aos critérios de tortura em termos de impacto e propósito.

O sofrimento infligido às mulheres em contextos domésticos reflete desigualdades sistêmicas e a normalização de práticas opressivas que perpetuam o poder patriarcal. Assim como a tortura é usada para suprimir dissidências políticas ou intimidar coletividades, a violência doméstica atua como um mecanismo para reforçar a submissão das mulheres (FALQUET, 2017).

Rede de atendimento à mulher

A rede de atendimento à mulher em situação de violência é um conjunto articulado de serviços, ações e políticas públicas intersetoriais envolvendo assistência social, justiça, segurança pública e saúde. Seu objetivo é identificar e oferecer acolhimento e encaminhamento adequado para as mulheres em situação de violência.

O Ministério das Mulheres disponibiliza em seu site, por meio do Painel Ligue 180¹⁰¹, os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por estado, município e tipo de serviço cadastrados na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com endereços e contatos. A tabela 13 lista os serviços disponíveis por Grandes Regiões.

¹⁰¹ Para informações sobre o Painel do Ligue 180, ver: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180>>. Acesso em: janeiro de 2025.

TABELA 13**Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço - 2024**

Tipo de serviço	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2.609	303	754	786	351	415
Casas Abrigo e Casa de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem)	122	17	24	44	29	8
Casas da Mulher Brasileira	15	2	8	2	1	2
Centros de Referência (ou de Atendimento) à Mulher em situação de violência / Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros Integrados da Mulher)	321	29	102	101	53	36
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher	712	58	210	253	116	75
Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	170	19	40	57	22	32
Núcleos de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas	56	9	16	12	3	16
Patrulha Maria da Penha	55	12	27	5	3	8
Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos	107	21	16	34	5	31
Serviços de Saúde a Pessoas em situação de violência sexual	1.051	136	311	278	119	207

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Violência letal contra mulheres

Em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio, tornando-o um crime hediondo, com penas mais severas. De acordo com a lei, o feminicídio ocorre quando o assassinato é praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”¹⁰². A legislação especifica duas situações principais que caracterizam essas razões: violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

¹⁰² BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 mar. 2015.

Além da Lei do Feminicídio, o Brasil conta com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)¹⁰³, um símbolo no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Esta lei prevê mecanismos de proteção para mulheres vítimas de violência, incluindo medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor e a proteção do local de trabalho da vítima. A Lei Maria da Penha tem um papel complementar necessário na prevenção do feminicídio, pois busca interromper o ciclo de violência antes que ele culmine em assassinato.

O feminicídio, era uma qualificadora do homicídio¹⁰⁴, uma classificação atribuída pela autoridade policial. Um caso inicialmente registrado como homicídio pode, após investigação no âmbito do inquérito policial, ser reclassificado como feminicídio.

A categorização de feminicídio depende do entendimento aplicado no momento do registro do crime. Assim, feminicídios podem ser tratados como homicídios simples ou lesões corporais seguidas de morte, o que invisibiliza a real dimensão da violência letal contra mulheres.

Por essa razão, a análise da violência letal contra as mulheres exige que os dados de feminicídios sejam interpretados em conjunto com os números de homicídios e lesões corporais seguidas de morte de mulheres, para uma compreensão mais completa e precisa dessa problemática.

Entre os anos de 2015 e 2024, foram registradas 11.650 ocorrências de feminicídios e 29.659 ocorrências de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres no Brasil. Esses números somam 41.309 casos de mortes violentas de mulheres no período.

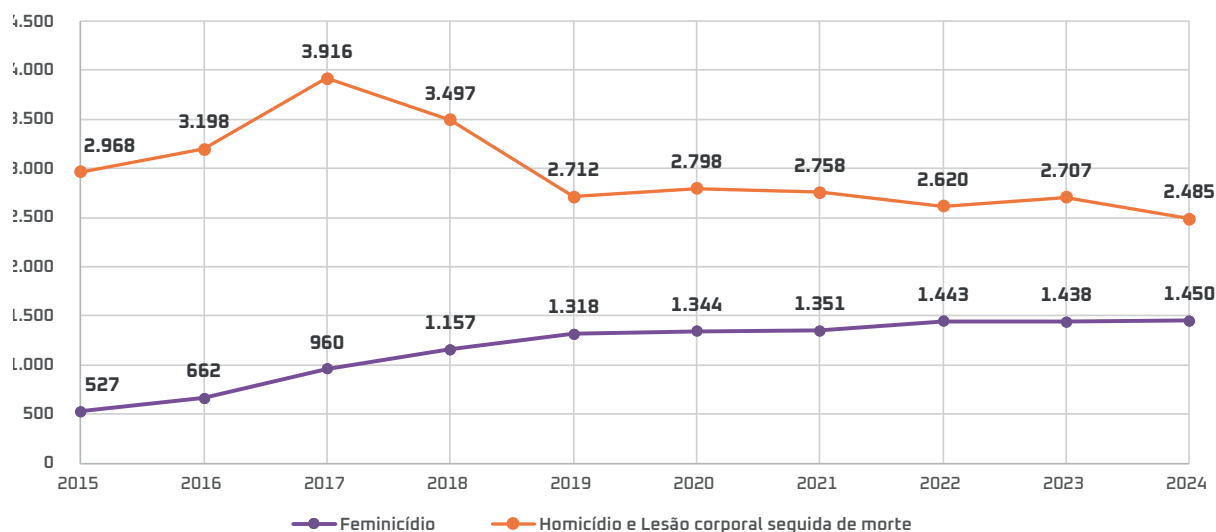
Em 2023, foram 1.438 casos de feminicídio e 2.707 casos de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres. Em 2024, foram 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte. Uma diminuição de 5,1% nos casos de violência letal contra as mulheres.

¹⁰³ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006.

¹⁰⁴ Em outubro de 2024, ocorreu uma alteração legislativa (LEI Nº 14.994, DE 9 DE OUTUBRO DE 2024) que transforma o feminicídio de uma qualificadora do crime de homicídio (artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal) para um tipo penal autônomo previsto no artigo 121-A, com pena de reclusão de 20 a 40 anos.

GRÁFICO 58

Ocorrências policiais de feminicídio e homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

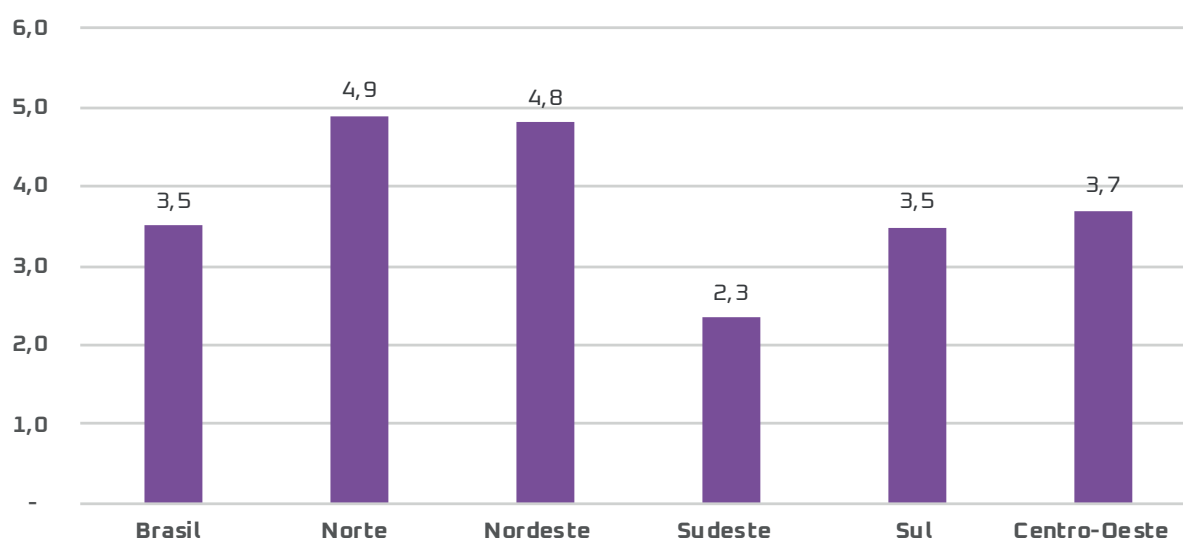
2. Dados sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabelas 5.21 e 5.23.

Segundo os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), a taxa de homicídio de mulheres no Brasil em 2023 foi de 3,5.

As Regiões Norte e Nordeste apresentam taxas mais elevadas de homicídios femininos em comparação às regiões Sul e Sudeste.

GRÁFICO 59

Taxa padronizada de mortalidade por homicídio de mulheres, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 mulheres) - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e IBGE, Projeção da População.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

2. Dados de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.
– Ver tabela 5.17.

As maiores taxas de homicídio de mulheres são observadas nas faixas etárias de 25 a 29 anos, com uma taxa de 6,4, e de 20 a 24 anos, com uma taxa de 6,0 (ver tabela 5.18).

No Brasil, segundo dados do SIM, a mortalidade por homicídio de mulheres apresentou uma redução relativa de 26,2% entre 2012 e 2023. Em 2012, foram registrados 4.719 homicídios de mulheres, correspondendo a uma taxa padronizada de 4,7 por 100 mil. Já em 2023, esse número caiu para 3.816, com a taxa reduzida para 3,5 por 100 mil mulheres (ver tabela 5.20).

Essa queda segue a tendência geral de redução das taxas de homicídio feminina e masculina no país. Entre os possíveis fatores que contribuíram para essa diminuição está a implementação do Estatuto do Desarmamento (CERQUEIRA et al., 2021)

Assim, para que essa taxa mantenha-se em queda, é imprescindível a continuidade de investimentos em políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, que vão desde ações preventivas educacionais e de conscientização contra o problema,

passando pela formação continuada de profissionais da segurança pública e do sistema judiciário, até a ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referências de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas, Patrulha Maria da Penha, entre outros).

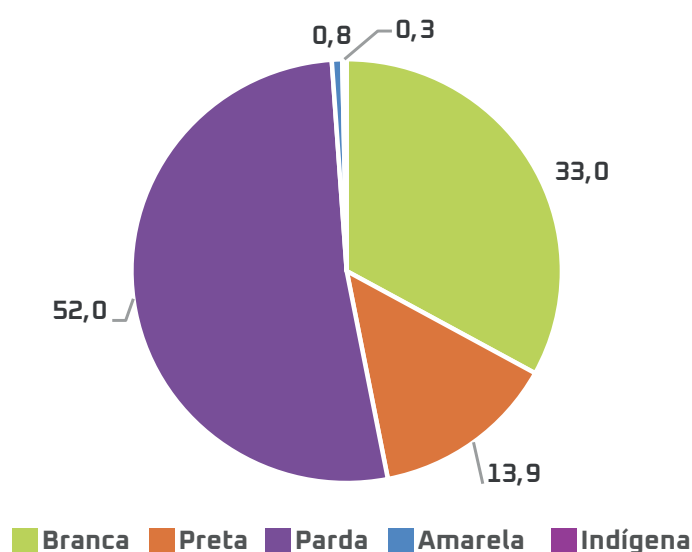
Mulheres no sistema penitenciário brasileiro

Em 2024¹⁰⁵, o Brasil contava com 50.646 mulheres em cumprimento de algum tipo de pena, das quais, 28.770 estavam em celas físicas.

As mulheres negras (pretas e pardas) são maioria na população carcerária feminina, em 2024 representaram 65,9%, enquanto as mulheres brancas corresponderam a 33%.

GRÁFICO 60

Distribuição percentual da população carcerária feminina, por cor ou raça - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

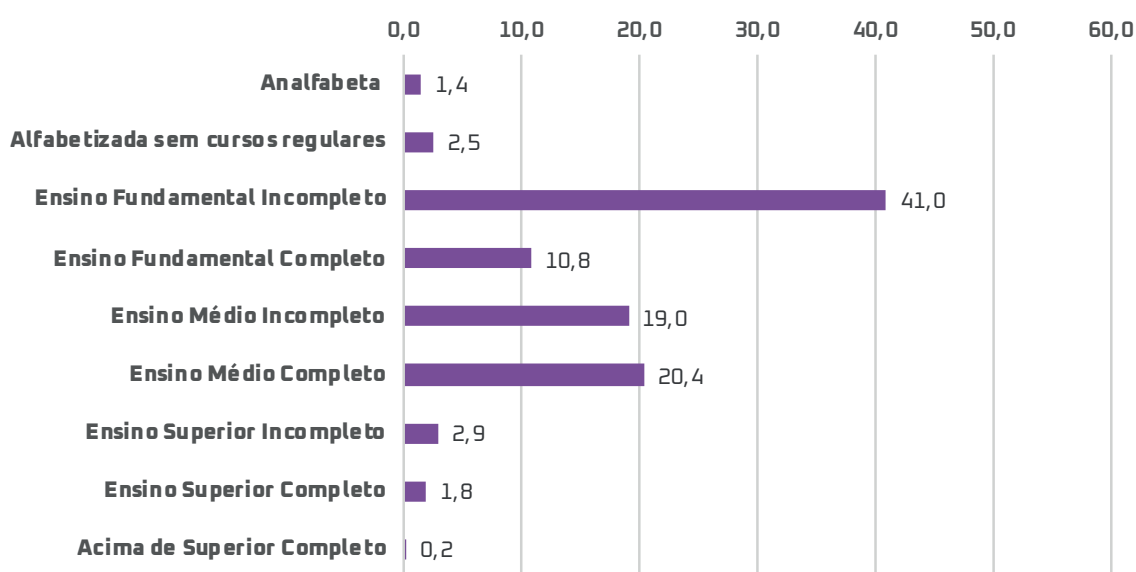
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. – Ver tabela 5.29.a.

¹⁰⁵ Dados referentes a junho de 2024.

A faixa etária predominante das mulheres encarceradas no Brasil foi de 35 a 45 anos idade, com 30%. Em seguida, foi a faixa de 25 a 29 anos, com 20,7%. Grande parte dessas mulheres possuíam o ensino fundamental incompleto (41%).

GRÁFICO 61

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

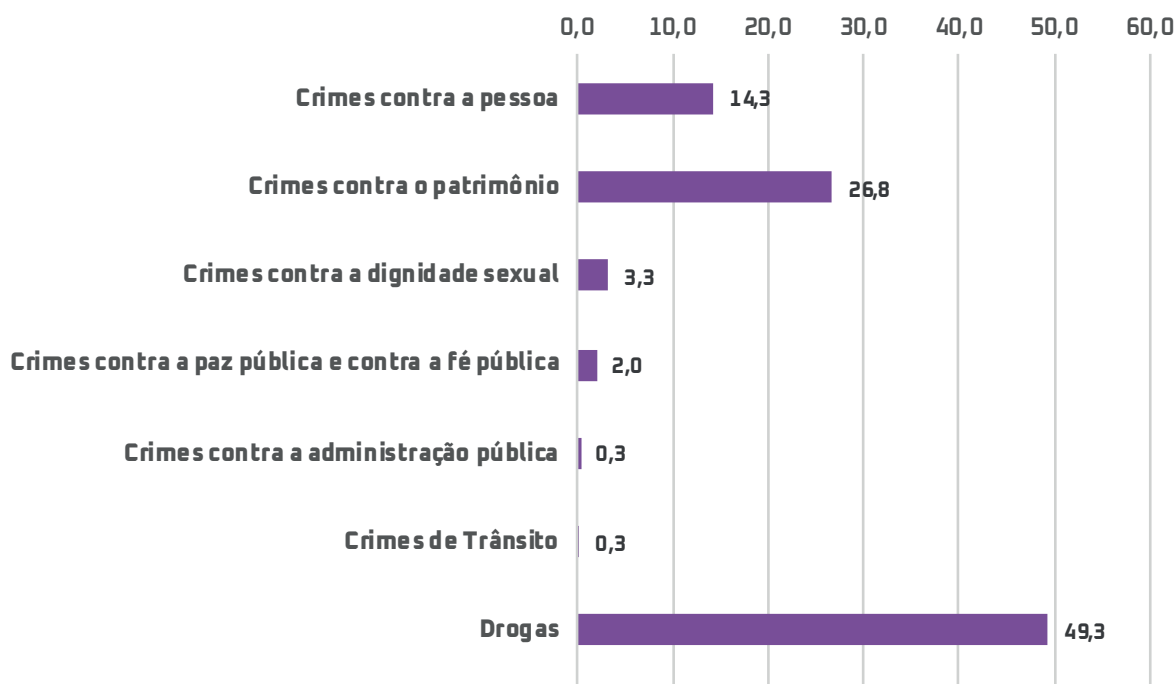
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

Ver tabela 5.34.a.

Em 2024, cerca de 49% das mulheres encarceradas estavam cumprindo pena por crimes associados a drogas, seguidos por crimes contra o patrimônio (26,8%) e crimes contra a pessoa (14,3%).

GRÁFICO 62

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. – Ver tabela 5.32.a.

Mulheres gestantes e filhas(os) no cárcere

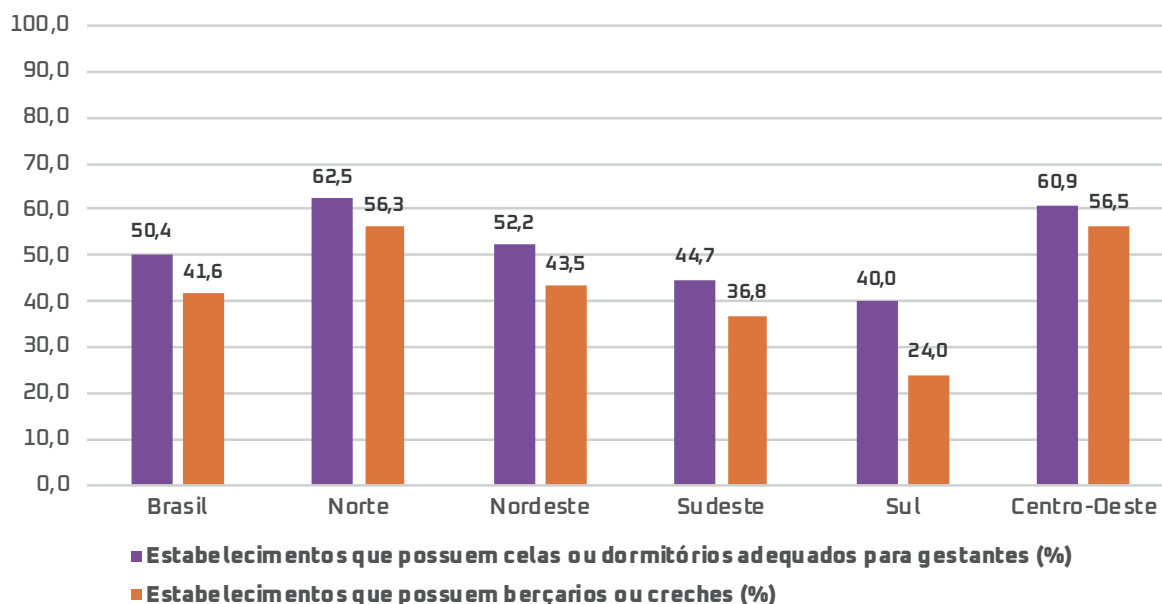
Em 2024, 329 mulheres gestantes ou lactantes estavam em estabelecimentos prisionais, sendo a maior parte na Região Sudeste (163 casos).

Apenas 50,4% dos estabelecimentos prisionais femininos possuíam celas ou dormitórios adequados para gestantes, e 41,6% oferecem infraestrutura como berçários ou creches.

Além disso, 119 crianças viviam com suas mães nas prisões em 2024.

GRÁFICO 63

Proporção de estabelecimentos prisionais que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes e que possuem berçários ou creches, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 5.40.a.

A Lei nº 7.210/1984 estabeleceu que os presídios femininos deveriam disponibilizar creches para atender os filhos(as) das detentas até os seis meses de idade. Posteriormente, a Lei nº 11.942/2009 ampliou esse direito, permitindo que crianças de até sete anos pudessem ser acompanhadas por suas mães durante as visitas.

Com a aprovação da Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, foi introduzida a possibilidade de substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar para mulheres grávidas ou mães de crianças com até 12 anos, conforme previsto no artigo 318 do Código de Processo Penal.

A legislação avançou ainda mais em 2018, com a Lei nº 13.769, que trouxe modificações ao Código de Processo Penal para garantir maior equilíbrio entre os direitos das mulheres privadas de liberdade e os direitos fundamentais de seus filhos(as). Essa lei prioriza a prisão domiciliar para gestantes, mães de crianças ou responsáveis por pessoas com deficiência, desde que não tenham cometido crimes violentos ou com grave ameaça, nem representem risco à sociedade.

Essas mudanças reforçam o compromisso com a proteção dos direitos das crianças à convivência familiar e ao desenvolvimento saudável, em alinhamento com os princípios constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos.

O enfrentamento de todas as violências contra as mulheres é um dos desafios mais urgentes e complexos da sociedade brasileira.

As múltiplas formas de violência – sejam físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais – estão profundamente enraizadas em desigualdades de sexo, raça e classe.

Os dados apresentados não apenas revelam a dimensão da problemática, mas também expõem a necessidade de ações efetivas e coordenadas.

Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e do fortalecimento de instrumentos como o Ligue 180, a violência contra as mulheres persiste em índices preocupantes.

A prevalência de agressões no ambiente doméstico, a reincidência dos casos e os números de estupro e de feminicídio, ao longo dos últimos anos, destacam a urgência de investir em serviços de acolhimento e proteção, e aprimorar os mecanismos de denúncia e responsabilização dos agressores.

Outrossim, é crucial considerar as especificidades que tornam alguns grupos de mulheres ainda mais vulneráveis.

Mulheres negras, indígenas, com deficiência e em situações de pobreza enfrentam violências que refletem a sobreposição de discriminações.

Essas imbricações demandam políticas públicas integradas que tratem a violência de forma ampla, combatendo suas causas estruturais e suas manifestações imediatas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024. Promulga os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º maio 2024, seção 1.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera o Código Penal para tornar o feminicídio crime autônomo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher 2024**. Brasília, Ministério das Mulheres, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, e a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as doenças de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece o fluxo de notificações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para tratar da implementação de políticas públicas relacionadas ao sistema penitenciário. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 maio 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12009.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o artigo 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago. 1996.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia**: perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2017.

OIT – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará). Belém: OEA, 1994. Disponível em: < <https://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm> >. Acesso em: novembro de 2024.

SAFFIOTI, Heleith e ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero**. Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

6. Mulheres em espaço de poder e decisão

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é ação estratégica inadiável na agenda da política brasileira. As mulheres são mais da metade da população (51,1%) e do eleitorado (52,5%) brasileiro, mas, ainda assim, amargam a sub-representação em todos os espaços de poder e decisão do país.

Não podemos falar em fortalecimento da democracia, se não falarmos sobre a necessidade de ampliação da presença de mulheres nas principais arenas de poder e de tomadas de decisão. Portanto, é preciso que mais mulheres, com suas dimensões diversas e plurais, ocupem mais espaços para decisões para poderem formular, implementar e executar políticas públicas para a população feminina.

A importância é também simbólica porque o corpo de pessoas que representam o eleitorado brasileiro deve espelhar a composição popular¹⁰⁶.

Quando se fala em ampliar espaços de poder e decisão para as mulheres, estamos falando de ampliação de conquistas e de direitos, pois mulheres em cargos de poder e liderança atuam mais fortemente na promoção de políticas que resultam em efetiva transformação social. Desta forma, as mulheres se perceberão representadas nos espaços onde decisão sobre suas vidas são tomadas, por outras mulheres.

Eleições de 2024

Começando com o acontecimento mais significativo em termos políticos num ano eleitoral (2024), temos os resultados das eleições para prefeito(a), vereador(a) e vice-prefeito(a). Analisando a participação de mulheres neste quadro eleitoral, vemos que ainda há um hiato grande a ser superado, tanto em relação a candidaturas quanto a resultados eleitorais, nos Poderes Executivo e Legislativo.

Em 2024, as mulheres representavam 15,3% do total de candidatos a prefeito, o que consiste apenas num discreto avanço em relação a 2020, quando elas eram 13,7%

¹⁰⁶ Fazemos referência à combinação de formas de representação substantiva e descritiva, isto é, tanto a uma política de ideias (que as(os) representantes defendam os interesses e crenças/opiniões de seus representados), quanto a uma política de presença (que suas características corporais – sexo, cor ou raça, por exemplo – também estejam representados), como argumenta Phillips (2001).

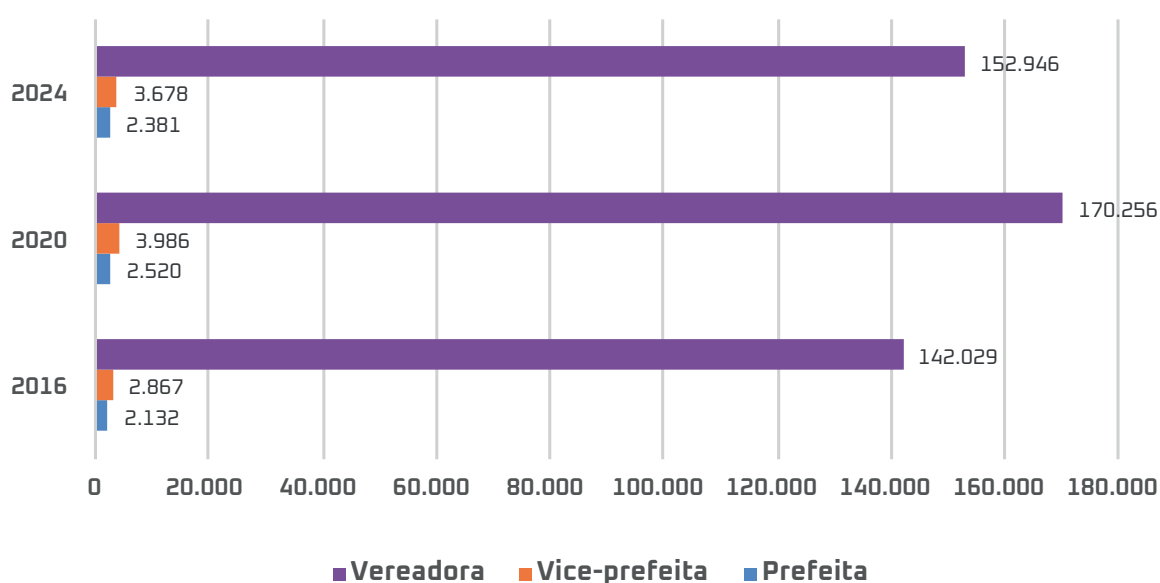
do total. Apesar disso, o número total de candidatas a prefeita teve uma queda de 5,5% em relação a 2020¹⁰⁷.

Embora se candidatem menos, elas tiveram um sucesso maior em se elegerem do que em 2020. Do total de candidatas a prefeita, 30,6% se elegeram.

Também em relação a vice-prefeitas e vereadoras, o número de candidatas diminuiu de 2020 para 2024. O número de candidatas a vice-prefeita (3.678) foi maior do que o de candidatas a prefeita (2.381), sendo que 29,0% delas se elegeram, isto é, temos 1.068 vice-prefeitas. Já em relação a vereadoras foram 152.946 candidatas, das quais 6,9% delas foram eleitas. Nas eleições de 2020, este percentual foi de 5,4%.

GRÁFICO 64

Quantidade de candidatas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

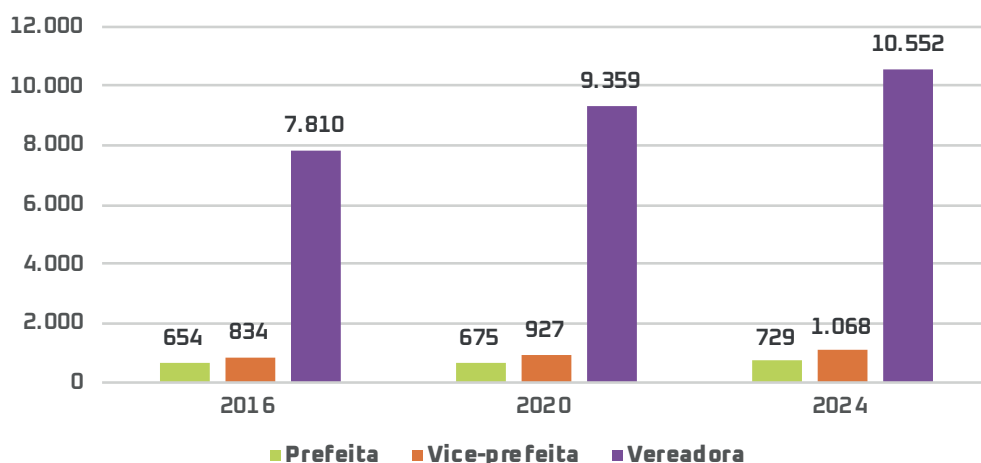
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os dados de 2016 e 2020 são referentes a candidatos(as) considerados(as) aptos(as) pelo Tribunal Superior Eleitoral, porém os de 2024 se referem a todos os candidatos(as), porque o TSE ainda não finalizara o julgamento de aptidão quando foi criada a tabela. – Ver tabela 6.3.

¹⁰⁷ Não foi apenas o número total de candidatas que caiu em 2024 comparativamente a 2020, o número de candidatos também decresceu. Em 2024, foram 15.571 candidatos a prefeito. Em 2020, 18.576.

GRÁFICO 65

Quantidade de eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os dados de 2016 e 2020 são referentes a candidatos(as) considerados(as) aptos(as) pelo Tribunal Superior Eleitoral, porém os de 2024 se referem a todos os candidatos(as), porque o TSE ainda não finalizara o julgamento de aptidão quando foi criada a tabela. – Ver tabela 6.13.

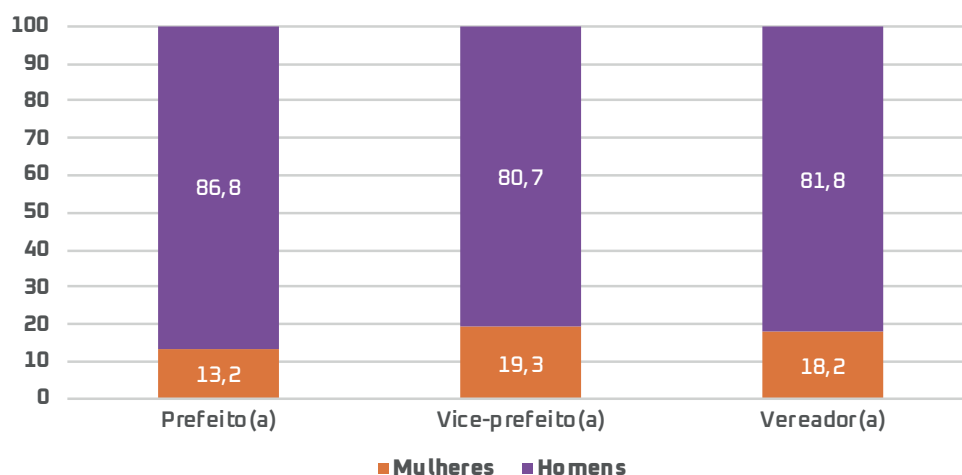
É possível observar que há uma tendência de aumento na quantidade de mulheres eleitas em todos os cargos, considerando as três últimas eleições para prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. O incremento percentual foi maior de 2020 para 2024 no caso de prefeitas – 7,7% a mais de prefeitas eleitas – do que de 2016 para 2020 (3,2% a mais de prefeitas eleitas em 2020).

No caso de vice-prefeitas, houve aumento de 15% de eleitas de 2020 para 2024; enquanto de 2016 para 2020, o aumento foi de 11%. Para as candidatas a vereadora, o maior incremento percentual de eleitas foi de 2016 para 2020 (19,8%), ao passo que de 2020 para 2024 o percentual de eleitas cresceu 13%.

Podemos dizer que há, portanto, razões para otimismo no que se refere à incorporação de mulheres nestas esferas políticas. Ainda assim, os dados eleitorais evidenciam o longo caminho a ser percorrido.

GRÁFICO 66

Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 6.15.

Em termos de desigualdade de cor ou raça dentro do segmento de mulheres eleitas, temos um cenário majoritariamente ocupado por mulheres brancas, em torno de 60% para todos os cargos, um pouco mais para prefeitas (66,3%) e um pouco menos para vereadoras (57,9%).

Este dado demonstra o quanto o acesso aos espaços institucionais de poder em nível local - apesar de aberto a qualquer cidadã com determinada idade e filiada a um partido político¹⁰⁸ - é mais complicado para mulheres pretas e pardas, em geral mais vulneráveis socialmente.

Não apenas a filiação a partidos políticos é um obstáculo considerável visto que os partidos tendem a ser dominados por homens, mas também a capacidade de desenvolver um senso de competência política, ou seja, de se sentir capaz de participar politicamente, torna-se um complicador.

¹⁰⁸ Segundo a Constituição Federal, é preciso ter nacionalidade brasileira, ser alfabetizado(a) e estar em pleno exercício dos direitos políticos, ou seja, ter título de eleitor e estar em dia com a Justiça Eleitoral. Também é obrigatório estar filiado(a) a um partido político e ter domicílio eleitoral na circunscrição em que deseja se candidatar. A idade mínima para prefeito(a) e vice-prefeito(a) é de 21 anos e para vereador(a), 18 anos.

TABELA 14

Mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)

Cargo	Mulheres eleitas					
	Total	Branca (%)	Pardas (%)	Pretas (%)	Amarelas (%)	Indígenas (%)
Prefeita	729	66,3	30,2	2,7	0,7	0,1
Vice-prefeita	1.069	62,0	31,0	5,3	0,7	0,4
Vereadora	10.552	57,9	35,0	5,9	0,4	0,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.– Ver tabela 6.16.

Interessa também observar a distribuição de mulheres eleitas por região, dado que há uma concentração expressiva na região Nordeste para todos os cargos¹⁰⁹, proporcionalmente maior do que o percentual de municípios da região em relação ao total de municípios do País, que é de 32,2%.

Na região Nordeste, destacam-se os seguintes estados com maiores números de eleitas para prefeitas: Bahia (59), Paraíba (54) e Rio Grande do Norte (42). Para entender este quadro, também é importante ter em conta que grande parte das prefeitas eleitas em 2024 foram, na realidade, reeleitas.

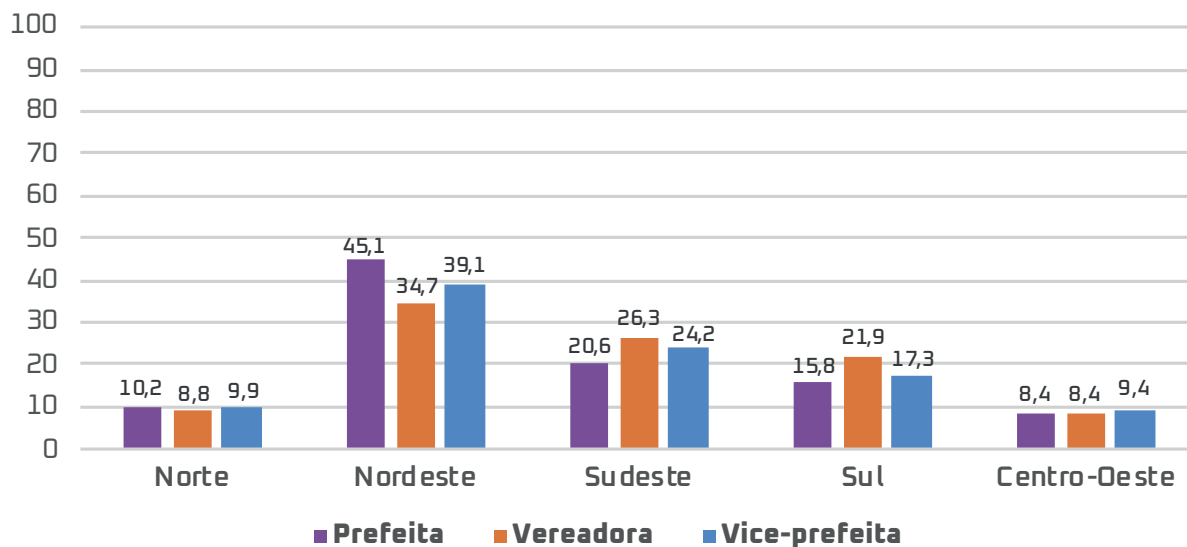
Desta forma, 18% das candidatas a prefeitas em 2024 estavam buscando a reeleição e 44% tiveram sucesso. Entre os vereadores em geral (mulheres e homens), os que se reelegeram nas eleições de 2024 representam 40,8% dos eleitos.

Sendo assim, quando um estado ou região consegue eleger mulheres, é mais provável que este estado ou região continue se destacando pela quantidade de mulheres em espaços de poder.

¹⁰⁹ A região Nordeste tem também a maior quantidade de municípios (1.793, o equivalente a 32,2% do total de municípios), seguida da região Sudeste (1.668, 30%), Sul (1.191, 21,4%), Centro-Oeste (467, 8,4%) e Norte (450, 8%).

GRÁFICO 67

Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - 2024 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.14.

Embora as eleições proporcionais – no ano de 2024, as eleições para o cargo de vereador(a) – sejam regidas, desde 2009, pela Lei nº 12.034, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, as mulheres que aspiram a se candidatar a vereadora enfrentam ainda muitos empecilhos para a candidatura e eleição.

Nos três últimos pleitos para vereador, a lei de cotas no geral foi cumprida (em 2016, elas foram 32,5%, em 2020, 34,8% e, em 2024, 35,4%). Porém, estes percentuais de candidaturas não se traduzem na mesma proporção de eleitas. Em 2016, elas representaram 13,5% do total de candidatas eleitas, em 2020, 16,1% e, em 2024, 18,2% do total.

Além disso, as eleições municipais registram maior número de fraudes¹¹⁰ à cota de candidaturas femininas do que as eleições realizadas em outros âmbitos (federal e estadual), o que levou o Tribunal Superior Eleitoral a criar, em 2024, a súmula 73, que visa punir de forma mais dura os partidos que fraudam a cota¹¹¹

Esta súmula representa mais uma tentativa de fazer com que seja cumprida a lei de cotas para mulheres, entre várias outras que têm sido editadas, para abrir espaço à presença de mulheres nos partidos e nas casas legislativas. Este espaço certamente não tem sido e não será franqueado às mulheres a não ser que se obtenham ainda mais garantias de que elas também têm direito de participar da política institucional.

¹¹⁰ Embora os partidos sejam obrigados a registrar, no mínimo, 30% de candidaturas femininas, têm-se verificado diversas tentativas de descumprimento desta regra por meio, por exemplo, de candidaturas fictícias, em que a "candidata" tem seu nome incluído na lista de candidaturas, porém, não é real, ou seja, não faz campanha, tem votação zerada ou inexpressiva ou tem prestação de contas zerada.

¹¹¹ Uma súmula é um "conjunto de decisões da Corte que seguem uma mesma linha de entendimento". Esta súmula prevê as seguintes punições à cota de gênero: (a) cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

As mulheres nas eleições de 2024

Há uma tendência de aumento na quantidade de mulheres eleitas em todos os cargos, considerando as três últimas eleições municipais – 2024, 2020 e 2016 – para prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. Este avanço, porém, tem se dado a passos lentos, resultando em que, para todos os cargos disputados no ano de 2024, os homens ainda representam mais de 80% do total de eleitos.

Aos poucos, as candidaturas femininas têm ultrapassado o percentual mínimo de 30% estabelecido em lei para o cargo de vereador (em 2024, foram 35,4%), porém estes percentuais de candidaturas não se traduzem na mesma proporção de eleitas. Em 2016, elas representaram 13,4% do total de pessoas eleitas, em 2020, 15,8% e, em 2024, 17,9% do total. Além disso, ainda há registros de muitas fraudes à cota de mulheres em partidos e municípios em todo o país.

Em se tratando de desigualdades raciais no segmento de mulheres eleitas, os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que, em 2024, 59% das eleitas em todos os cargos foram mulheres brancas. Em contraste, as pretas e pardas representaram 40% do total de eleitas.

É fundamental, portanto, levar em consideração quem são as mulheres com maiores dificuldades de adentrar os espaços políticos, quais as mais vulneráveis e que terão maiores dificuldades de terem suas vozes ouvidas nos espaços decisórios.

Lideranças partidárias no Congresso

Mudando o foco de análise para o Poder Legislativo Federal, as mulheres encontram muitas dificuldades para se posicionar nas principais posições decisórias. Entre as lideranças partidárias no Congresso, o cenário foi pouco alterado em relação a 2023, dado que as mulheres representam ainda uma parcela muito baixa em ambas as Casas: 14,3% na Câmara dos Deputados e 11,1% no Senado Federal.

Em 2023, os percentuais eram 5,0% e 22,0%, respectivamente. Ressalta-se que a ocupação de um cargo de liderança partidária é vista como requisito para concorrer à presidência da Casa Legislativa. Por isso, ao não alcançarem a posição de líderes partidárias, as mulheres também têm muito reduzidas suas chances de ocupar o nível mais alto da hierarquia no Congresso Nacional: a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em relação às comissões permanentes, embora a representação percentual de mulheres nas presidências seja bastante baixa, o que decorre também de sua baixa presença em geral como parlamentares, elas têm ocupado algumas comissões de relevância política expressiva, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Defesa da Democracia, no Senado Federal.

TABELA 15

Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024

Presidência de comissões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	30	5	25	16,7	83,3
Senado Federal	12	1	11	8,3	91,7
Comissões Mistas	13	2	11	15,4	84,6

Fonte: Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de outubro de 2024. – Ver tabela 6.30.

Este é um avanço importante visto que, tradicionalmente, como afirmam Miguel e Feitosa (2008), as mulheres tendem a ocupar nichos considerados de menor poder e *status* dentro do processo legislativo, como os temas sociais. Segundo os autores, “as mulheres na política optam por temáticas afins a seu papel tradicional - e que essa opção reforça sua posição de menor destaque dentro do campo político”.

Ilustram esse argumento os temas das comissões que as mulheres mais presidem, relativos à defesa de direitos das minorias, notadamente os próprios direitos das mulheres, e ainda, temas ambientais.

Na Câmara dos Deputados, as mulheres presidem a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. No Congresso Nacional, há mulheres presidindo a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Em cargos-chave no Congresso, como as Mesas Diretoras, que presidem os trabalhos legislativos e, portanto, controlam a agenda do que será ou não votado em plenário, a presença de mulheres é baixíssima.

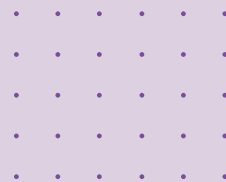
A Mesa Diretora da Câmara tem as funções de direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da casa e concentra bastante poder político e decisório. Nela, há apenas uma mulher – a deputada Maria do Rosário (PT – RS), que ocupa a posição de 2ª Secretária, sendo responsável pelas relações internacionais da Câmara.

Analisando o que ocorre nos partidos, é interessante notar que há instâncias de mulheres em todos, quer sejam Secretarias, Núcleos ou outros arranjos institucionais, com maior ou menor poder.

Tanto as exigências legais – a lei de cotas para mulheres nas candidaturas¹¹² – quanto a forma como tem se estruturado a política eleitoral (o apelo de mulheres candidatas à identidade feminina) são incentivos para que os partidos tenham seu nicho feminino, embora não tenhamos a informação de quão periféricos em termos de poder político são estes nichos.

A presença de mulheres na direção dos partidos é um indicador mais revelador sobre o lugar que elas ocupam dentro destas instituições. Ainda que, em geral, a presença delas nos cargos diretivos seja em média de 25%, há uma variação entre partidos mais à esquerda (PSOL, com 61,9% e PT, com 48,3%, REDE, 36,7% e PC do B, 25,7%) e mais à direita do espectro ideológico, com percentuais mais baixos (por exemplo, no partido Democrata Cristão, 17,6%, PP e UNIÃO, com 16,7%). Note-se que há também muitos partidos que não disponibilizam em seus sites/redes sociais informações sobre pessoas em funções de gestão e direção.

¹¹² A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabeleceu que cada partido deve preencher um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, em eleições proporcionais.



As mulheres e os temas sociais

As parlamentares tendem a ocupar nichos considerados de menor poder e status dentro do processo legislativo, como os temas sociais, a defesa de direitos de minorias e as pautas ambientais. Estes são assuntos tradicionalmente associados à feminilidade tradicional, ao cuidado e à defesa da vida.

Na Câmara dos Deputados, as mulheres presidem a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. No Congresso Nacional, há mulheres presidindo a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Isso se repete no Poder Executivo, onde há mais Ministras de Estado de políticas públicas sociais e de defesa de direitos, como as atuais Ministras das Relações Institucionais (Gleise Hoffmann), Direitos Humanos e Cidadania (Macaé Evaristo), Igualdade Racial (Anielle Franco), Meio Ambiente e Mudança do Clima (Marina da Silva Vaz de Lima), dos Povos Indígenas (Sonia Guajajara), Cultura (Margareth Menezes) e Mulheres (Aparecida Gonçalves). A exceção é a ministra Simone Tebet, que ocupa o cargo de ministra de Estado do Planejamento e Orçamento.



TABELA 16

Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil - 2024

Partido político	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	152	377	25,8	74,2
AGIR	NI	NI	NI	NI
AVANTE	NI	NI	NI	NI
CIDADANIA	7	16	30,4	69,6
DEMOCRATA CRISTÃO	3	14	17,6	82,4
MDB	2	8	20	80
MOBILIZA	2	9	18,2	81,8
NOVO	1	6	14,3	85,7
PCB	NI	NI	NI	NI
PC DO B	10	18	35,7	64,3
PCO	NI	NI	NI	NI
PDT	8	22	26,7	73,3
PL	NI	NI	NI	NI
PMB	NI	NI	NI	NI
PODEMOS	4	15	21,1	78,9
PP	5	25	16,7	83,3
PRD	0	7	0	100
PRTB	NI	NI	NI	NI
PSB	12	34	26,1	73,9
PSD	11	24	31,4	68,6
PSDB	11	33	25	75
PSOL	13	8	61,9	38,1
PT	14	15	48,3	51,7
PSTU	NI	NI	NI	NI
PV	15	39	27,8	72,2
REDE	22	38	36,7	63,3
REPUBLICANOS	3	14	17,6	82,4
SOLIDARIEDADE	7	22	24,1	75,9
UNIÃO	2	10	16,7	83,3
UNIDADE POPULAR	NI	NI	NI	NI

Fonte: Sites dos Partidos Políticos.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Consideraram-se os membros da Executiva Nacional/Diretório Nacional dos Partidos, tais como: Presidente, Vice-Presidente, Secretários etc.

2. Foi atribuído "Não identificado" (NI) aos partidos que não divulgam, em seus sites, informações sobre sua direção. Em todos eles, porém, foi possível identificar o presidente do partido, que é do sexo masculino, com exceção do Partido da Mulher Brasileira (PMB), que tem como presidente uma mulher. – Ver tabela 6.34.

Mulheres em demais espaços de poder e decisão

No Judiciário, pode-se notar também a larga predominância de homens entre magistradas(os) de segundo grau e de tribunais superiores.

TABELA 17
Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024

Instância	Total		Distribuição (%)	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Primeiro Grau	6.550	8.988	42,2	57,8
Segundo Grau	728	2.058	26,1	73,9
Tribunais Superiores	15	65	18,8	81,2

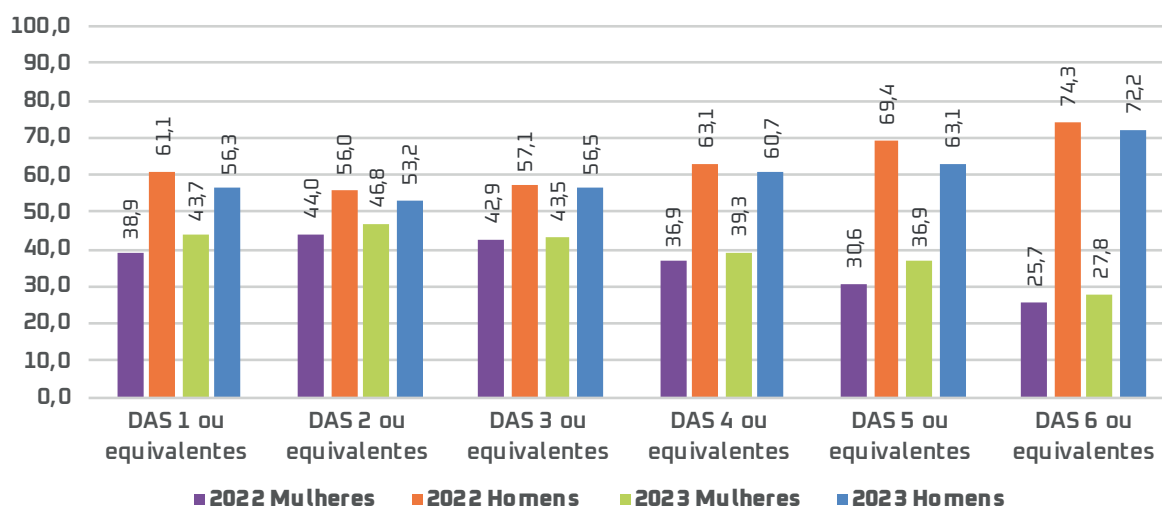
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, Painel Dados de Pessoal do Poder Judiciário.
Nota: As(os) magistradas(os) de 1º grau incluem: Juizes titulares, juizes auxiliares que atuam no 1º grau, juizes substitutos e magistrados que atuam no 1º grau eleitoral. As(os) magistradas(os) de 2º grau incluem: desembargadores, juizes substitutos de 2º grau, juizes da classe advogado que atuam como titulares ou substitutos no TRE ou TSE, magistrados que atuam como titulares ou substitutos no 2º grau eleitoral ou TSE. As(os) magistradas(os) de tribunais superiores incluem ministras(os) e conselheiras(os). – Ver tabela 6.48.

No escalão imediatamente abaixo da hierarquia da Administração Pública federal (Direção e Assessoramento Superiores 6 e equivalentes), o percentual de mulheres aumentou um pouco em relação ao período analisado no RASEAM 2024 (2018 a 2022), de 22% para 27,8% em 2023.

No geral, a proporção de mulheres aumentou em 2023, quando comparada aos valores de 2022.

GRÁFICO 68

Distribuição percentual de servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2022 e 2023 (%)



Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo Federal.

2. O gráfico inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4.

3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial. – Ver tabela 6.38.

Em cada um dos Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – há regras próprias de nomeação para os cargos mais altos. Cada Poder configura um campo político separado, porém em todos eles, os especialistas, isto é, as pessoas com mais experiência no campo e em ocupação de cargos tendem a ser privilegiados.

A grande maioria das servidoras(es) ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores é formada por pessoas com vínculos com a Administração Pública, ou seja, são servidores públicos de carreira. Dentre os DAS 6, a proporção de pessoas com vínculo chega a 71,5% e vai aumentando à medida que decrescem os cargos de chefia, até alcançar 90,2% entre os DAS 1, o nível mais baixo da hierarquia. Ou seja, também no Poder Executivo, a burocracia profissional acaba alçando as posições mais altas. Isso vale tanto para mulheres quanto para homens.

Há um indicador, porém, que chama a atenção para como os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens afetam diferentemente mulheres e homens na ocupação de DAS e diz respeito à distribuição de mulheres e homens que têm filhos(as) menores de idade.

Entre as mulheres, apenas 10,2% das ocupantes de DAS 6 e equivalentes têm filhos(as) menores, enquanto, entre os homens, são 24,7%.

O mesmo grau de diferença ocorre nos outros níveis de DAS, o que sugere que, para as mulheres, a maternidade é um fator que dificulta a ocupação de altos postos na carreira, mais do que para os homens. Sabemos também que as mulheres, mesmo aquelas que têm suas próprias carreiras, tendem a se ocupar mais do trabalho doméstico, em especial quando são casadas e têm filhos(as). Esses fatores podem influenciar sua possibilidade de assumir cargos de altas responsabilidades.

A desigualdade de cor ou raça também estrutura a ocupação de cargos de chefia.

A proporção média de mulheres brancas para todos os níveis de DAS é de 65,0%, seguida por 25,3% de mulheres pardas e 6,6% de negras. Indígenas são 1% e amarelas 1,9%. Quanto a mulheres com deficiência, a proporção média é de apenas 0,8%.

Dentro do Poder Executivo, a carreira militar é uma das mais impermeáveis à entrada de mulheres. A associação deste campo à masculinidade é ilustrada pelo fato de que a média de mulheres no quadro de servidoras(es) militares ativas(os) é de 10,1%, com uma grande variação entre as Forças: 6,2% no Exército e 21,0% na Aeronáutica.

TABELA 18

Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023

Força Armada	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	351.370	35.544	315.826	10,1	89,9
Exército Brasileiro	209.093	12.972	196.121	6,2	93,8
Marinha do Brasil	74.542	8.332	66.210	11,2	88,8
Aeronáutica	67.735	14.240	53.495	21,0	79,0

Fonte: Ministério da Defesa.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.44.

A proporção de mulheres que conseguem chegar aos postos de hierarquia superior segue a proporção de servidoras militares ativas, sendo a Aeronáutica mais uma vez a Força Armada mais acessível à entrada de mulheres, embora de forma ainda bem minoritária¹¹³.

TABELA 19

Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023

Força Armada	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	13.849	2.007	11.842	14,5	85,5
Exército	7.116	624	6.492	8,8	91,2
Aeronáutica	3.980	881	3.099	22,1	77,9
Marinha	2.753	502	2.251	18,2	81,8

Fonte: Ministério da Defesa.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.46.

Na Diplomacia, carreira marcada pela antiguidade e hierarquia, o percentual de mulheres ocupando o cargo máximo – Ministra(o) de primeira classe (embaixador(a)) – é de 20,0% e aumenta à medida que descemos para os últimos escalões hierárquicos, chegando a 34,9% no posto de Terceira(o) Secretária(o).

¹¹³ Segundo Santos e Coutinho (2010), a Força Aérea Brasileira (FAB) foi a primeira Força Armada a permitir a entrada de mulheres na carreira própria do órgão, na Escola de Treinamento para Aviadores. Antes disso, o ingresso de mulheres somente era permitido em funções burocráticas.

TABELA 20**Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil - 2023**

Cargo	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.525	352	1.173	23,1	76,9
Ministra(o) de Primeira Classe (Embaixador(a))	235	47	188	20,0	80,0
Ministra(o) de Segunda Classe	253	51	202	20,2	79,8
Conselheira(o)	339	82	257	24,2	75,8
Primeira(o) Secretária(o)	360	93	267	25,8	74,2
Segunda(o) Secretária(o)	275	57	218	20,7	79,3
Terceira(o) Secretária(o)	63	22	41	34,9	65,1

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.47.

A desigualdade entre mulheres e homens e de cor ou raça na ocupação de cargos de direção segue tendência semelhante no mercado de trabalho em geral, ou seja, para além do setor público federal.

Os dados do IBGE mostram que o percentual médio de mulheres de 25 anos ou mais de idade ocupando cargos de direção, em 2023, era de 39,8% (em 2022, eram 40,1%), englobando-se neste dado tanto o setor público quanto o privado e todos os níveis hierárquicos.

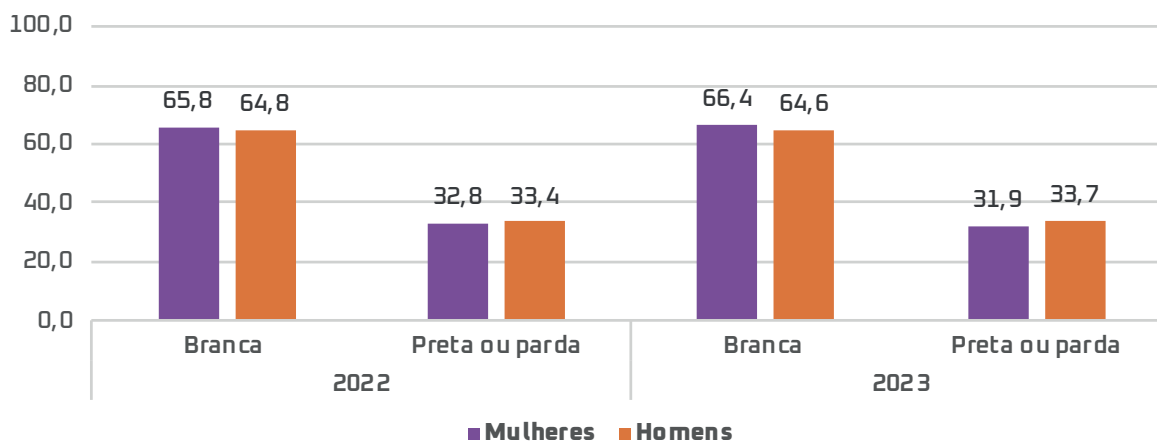
A desigualdade racial é enorme e praticamente não sofreu alteração de 2022 para 2023. Tanto entre mulheres quanto entre homens, a disparidade entre pessoas brancas, de um lado, e pretas ou pardas, de outro, é a mesma.

O percentual de mulheres brancas de 25 anos ou mais ocupando cargos de direção em 2022 era de 65,8% do total de mulheres (inclusive as que se declararam indígenas, amarelas e ignoradas) e passou para 66,4% em 2023.

Já o percentual de mulheres pretas ou pardas passou de 32,8% para 33,7%.

GRÁFICO 69

Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2022-2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.50.a e 6.50.b.

Em termos de sindicalismo também o quadro não foi modificado de 2023 para 2024. Mulheres ocupam aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos cargos de presidente e vice-presidente: 25,3% em 2023.

Deve-se destacar a grande presença que elas têm na Central Única dos Trabalhadores (CUT) – 63,2% – em contraposição a, por exemplo, a Força Sindical (11,5%) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (0%).

TABELA 21

Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024

Centrais Sindicais	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	75	19	56	23,4	76,6
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	9	2	7	22,2	77,8
Central Única dos Trabalhadores - CUT	19	12	7	63,2	36,8
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	11	0	11	0,0	100,0
União Geral dos Trabalhadores - UGT	10	2	8	20,0	80,0
Força Sindical	26	3	23	11,5	88,5

Fonte: Sites das Centrais Sindicais.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui presidente, vice-presidente(s) e diretoria executiva. – Ver tabela 6.3.

Secretarias de Políticas para as Mulheres

Por último, focamos na estrutura institucional dentro do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – que se ocupa especificamente das desigualdades entre mulheres e homens e na implementação de políticas públicas para mulheres – denominadas Secretarias de Políticas para as Mulheres, que podem ser Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias ou outros.

No nível federal, temos o Ministério das Mulheres, que fomenta a criação destas institucionalidades e provê diretrizes gerais para sua atuação. Nos estados, segundo dados da ESTADIC 2023 (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, feita pelo IBGE), os Organismos Executivos de Políticas para Mulheres estão presentes em todas as Unidades da Federação¹¹⁴.

Em 15 estados, as secretarias eram exclusivas de políticas para mulheres e, em 4 estados, eram órgãos mistos, isto é, em conjunto com outras políticas, em especial Direitos Humanos e Assistência Social.

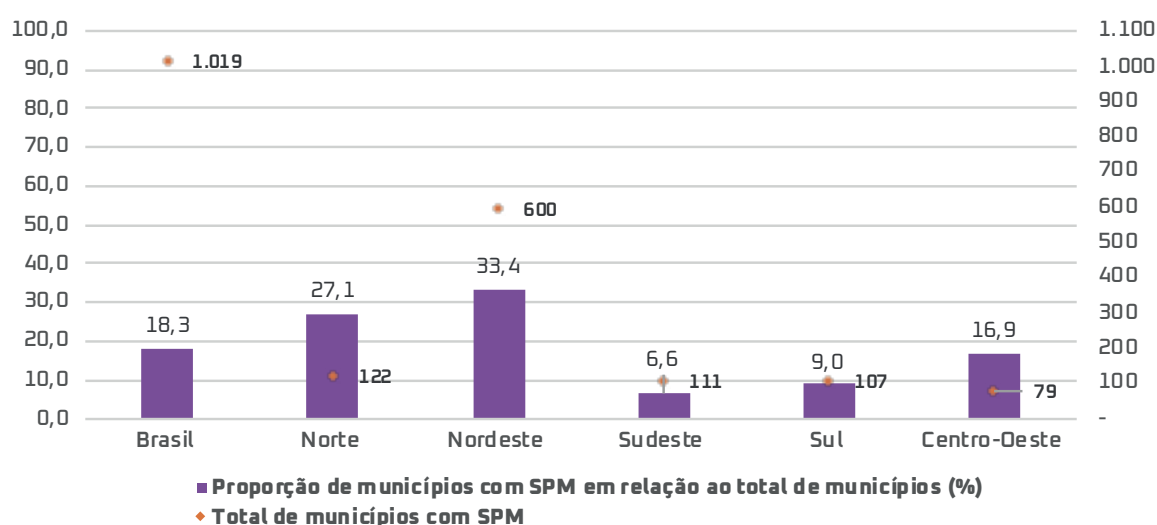
Outras informações significativas a respeito da institucionalidade da política para as mulheres são de que todas as Unidades da Federação tinham Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e apenas 7 – Tocantins, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – informaram não possuir Plano Estadual de Política para Mulheres.

¹¹⁴ Aqui não estão incluídos os dados de Rondônia por falta de resposta do governo estadual.

Na esfera municipal, as Secretarias de Políticas para as Mulheres estão presentes em 18,3% dos municípios, sendo que a maior parte está concentrada nas regiões Nordeste (33,4% das secretarias estão nesta região e representam 63,3% dos municípios) e Norte (27,1% das secretarias, representando 11% dos municípios)".

GRÁFICO 70

Total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios - 2024



Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP. Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres.

Ver tabela 6.53.a.

Desde a última reestruturação, o Ministério das Mulheres vem adotando a nomenclatura SPM (Secretaria de Política para as Mulheres) e não mais OPM (Organismos de Política para as Mulheres), como forma de estruturação e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres. Os dados acima foram coletados em novembro de 2024, durante o II Encontro Nacional de Gestoras de SPMs, realizado pelo Ministério das Mulheres, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP. Verificou-se um aumento de 9,7 % na quantidade de SPMs no ano de 2024, em relação ao ano de 2023, quando havia 920 SPMs.

Referências bibliográficas

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar**: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Estados Brasileiros: 2023**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, 2º semestre de 2001, p. 268-290.

SANTOS, Marina; COUTINHO, Maria Lúcia. **Mulheres na Força Aérea Brasileira**: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. Estudos de Psicologia, Natal, v. 15, n. 3, p. 259-267, set./dez. 2010.

Lista de sites consultados

AGIR. Partido Político. Disponível em: <www.ptc36nacional.com.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

AVANTE. Partido Político. Disponível em: <avante70.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <camara.leg.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

CIDADANIA. Partido Político. Disponível em: <cidadania23.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

CTB - CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. Disponível em: <www.ctb.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em: <www.cut.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

DEMOCRACIA CRISTÃ. Partido Político. Disponível em: <democraciacrista.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

FORÇA SINDICAL. Disponível em: <www.fsindical.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <www.df.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <www.alagoas.al.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <www.bahia.ba.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <www.goias.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <www.ms.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em: <www.mt.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.mg.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <www.pe.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Disponível em: <rondonia.ro.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Disponível em: <portal.rr.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Disponível em: <www.se.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Disponível em: <www.estado.ac.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <www.portal.ap.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: <www.ma.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <www.pa.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <www.parana.pr.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Disponível em: <www.pi.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <www.rj.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <www.rn.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: <www.to.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Partido Político. Disponível em: <mdb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

NCST - NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES. Disponível em: <www.ncst.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

NOVO. Partido Político. Disponível em: <novo.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Partido Político. Disponível em: <pcb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Partido Político. Disponível em: <pcdob.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA. Partido Político. Disponível em: <pc.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA. Partido Político. Disponível em: <pmb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Partido Político. Disponível em:<psdb.org.br> Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Partido Político. Disponível em: <pt.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO LIBERAL. Partido Político. Disponível em: <partidoliberal.org.br Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO RENOVÇÃO DEMOCRÁTICA. Partido Político. Disponível em: <prd25sc.com.br >. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Partido Político. Disponível em: <psd.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. Partido Político. Disponível em: <sol50.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO Socialista Brasileiro. Partido Político. Disponível em: <psb40.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. Partido Político. Disponível em: <pstu.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO VERDE. Partido Político. Disponível em: <pv.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>. Acesso em: 16 out. 2024.

PROGRESSISTAS. Partido Político. Disponível em: <progressistas.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

REDE SUSTENTABILIDADE. Partido Político. Disponível em: <redesustentabilidade.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

REPUBLICANOS. Partido Político. Disponível em: <republicanos10.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <www25.senado.leg.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

SOLIDARIEDADE. Partido Político. Disponível em: <solidariedade.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

UGT - UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES. Disponível em:< www.ugt.org.br >. Acesso em: 15 out. 2024.

UNIÃO BRASIL. Partido Político. Disponível em: <uniaobrasil.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

UNIDADE POPULAR. Partido Político. Disponível em: <unidadepopular.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

7. Mulheres no esporte¹¹⁵

A combinação de benefícios físicos, mentais e sociais torna a prática de esportes uma atividade essencial para uma vida saudável, tanto no aspecto individual como no coletivo.

Por meio da atividade esportiva, indivíduos desenvolvem habilidades sociais necessárias para a convivência em grupo. O esporte contribui para o fortalecimento de vínculos, estimula a capacidade de trabalhar em equipe, o desenvolvimento integral, a educação e a inclusão social.

Contudo, sua prática costuma ser mais incentivada entre os meninos, refletindo-se no número de atletas em competições oficiais e no número de bolsas ofertadas por meio de política pública.

Jogos Olímpicos

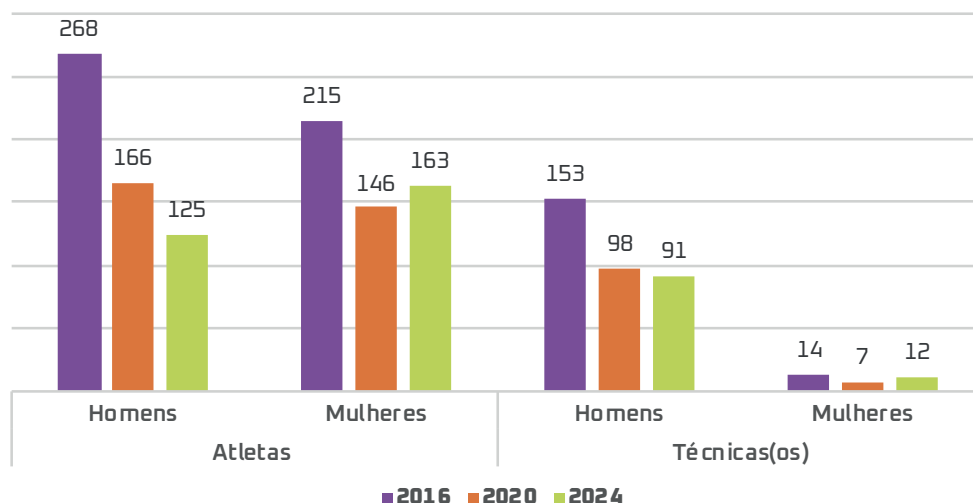
Tanto nas Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016) quanto nas Olimpíadas de Tóquio (2020), o Brasil foi representado por mais homens que mulheres. No entanto, a edição de Paris (2024) foi a primeira que registrou mulheres como maioria entre os atletas convocados, devido ao aumento do número de atletas mulheres entre as edições de 2020 e 2024, bem como à continuação da redução do número de atletas homens desde 2016.

Apesar disso, os homens seguem sendo preponderantes entre os técnicos (91), mesmo com o aumento das técnicas (treinadoras e assistentes) na edição de Paris (de 7 para 12). As modalidades com mulheres técnicas nos Jogos de Paris foram: atletismo (3), ginástica artística (1), judô (2), vôlei de praia (1), ginástica rítmica (3), ginástica trampoline (1) e vela (1).

¹¹⁵ Nesta edição do RASEAM não houve disponibilidade de dados sobre a prática de atividade física entre mulheres e homens, uma vez que não houve uma edição nova da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE do IBGE), nem da Pesquisa Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL do Ministério da Saúde).

GRÁFICO 71

Atletas e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos por edição, segundo o sexo



Fonte: Lista Final de Credenciados pelo COB nos Jogos Olímpicos.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Técnicas(os) incluem treinadoras(es) e assistentes.

Ver tabela 7.1.

Outra novidade na edição de Paris foi o destaque das mulheres entre os medalhistas¹¹⁶. Das 20 medalhas conquistadas por brasileiros nos jogos olímpicos, 13 vieram de atletas mulheres. As modalidades com mulheres medalhistas foram: boxe, futebol, ginástica artística, judô, skate, surfe, vôlei e vôlei de praia.

¹¹⁶ Para detalhes sobre a evolução das mulheres brasileiras no quadro de medalhas, ver: <<https://ge.globo.com/olimpia-das/noticia/2024/08/11/olimpiadas-das-mulheres-veja-a-evolucao-das-brasileiras-no-quadro-de-medalhas.ghtml>>. Acesso em: novembro de 2024.

TABELA 22

Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024

Modalidades	Medalhas			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	20	13	8	61,9	38,1
Atletismo	2	0	2	0,0	100,0
Boxe	1	1	0	100,0	0,0
Canoagem velocidade	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	1	1	0	100,0	0,0
Ginástica artística	4	4	0	100,0	0,0
Judô (1)	4	3	2	60,0	40,0
Skate	2	1	1	50,0	50,0
Surfe	2	1	1	50,0	50,0
Taekwondo	1	0	1	0,0	100,0
Vôlei	1	1	0	100,0	0,0
Vôlei de praia	1	1	0	100,0	0,0

Fonte: Comitê Olímpico Internacional.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
(1) Uma medalha foi por equipe mista, sendo contabilizada para homens e mulheres.
Ver tabela 7.4.

Jogos Paralímpicos

Em relação aos Jogos Paralímpicos, também houve a redução de atletas homens e o aumento de mulheres entre as edições de Tóquio e Paris. Nesta última, a delegação brasileira foi composta por 137 homens e 117 mulheres, portanto, de maioria masculina.

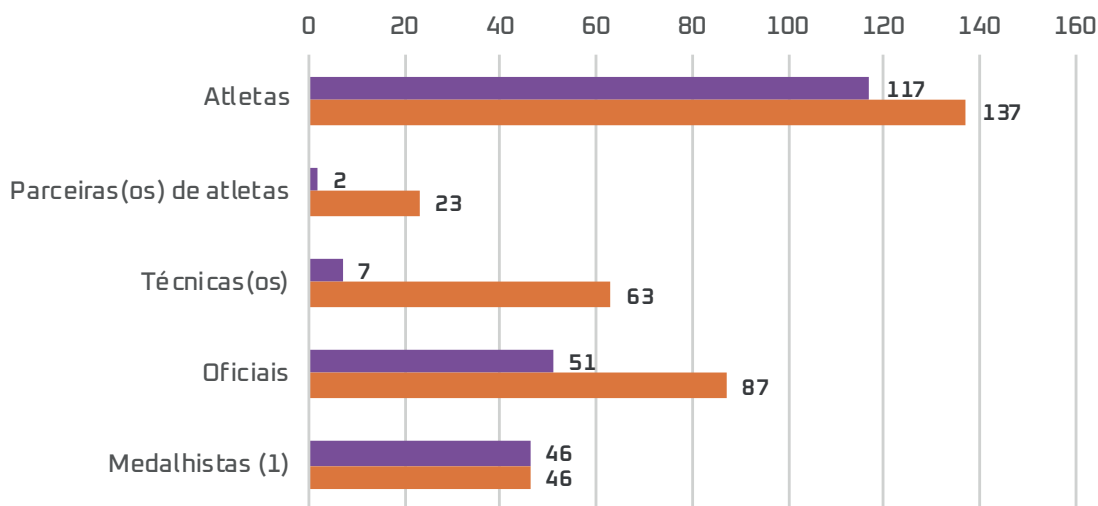
As mulheres estavam em menor número entre os parceiros de atletas¹¹⁷ (2 mulheres e 23 homens), bem como entre os técnicos (7 mulheres e 63 homens). Dentre os oficiais, que incluem também as equipes de saúde e escritório, 87 eram homens e 51 mulheres.

No entanto, em termos de desempenho, mulheres e homens tiveram o mesmo número de medalhas: 46 medalhas cada.

¹¹⁷ As modalidades paralímpicas que possuem parceiros de atletas são atletismo, bocha, futebol de cegos, remo e Triathlon.

GRÁFICO 72

Atletas, parceiras(os) de atletas, técnicas(os), oficiais e medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, segundo o sexo - 2024



Fonte: Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos e Comitê Olímpico Internacional.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Técnicas(os) incluem treinadoras(es) e assistentes.

2. Parceiras(os) de atleta incluem atletas-guia do atletismo e do Triathlon, calheiras (os) da bocha, goleiras(os) do futebol de cegos e timoneiras(os) do remo.

(1) Três medalhas foram por equipe mista, sendo contabilizadas para homens e mulheres.

Ver tabelas 7.2, 7.3 e 7.5.

Apesar do bom desempenho das mulheres nos jogos olímpicos e paralímpicos de Paris, as mulheres seguem sendo minoritárias entre os beneficiários de bolsas de incentivo. Desta forma, políticas de incentivo ao esporte, como o Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, também refletem a desigualdade de gênero.

Bolsa Atleta

Em 2023, das 8,3 mil bolsas concedidas pelo Ministério, 55,8% eram para atletas homens. As bolsas estudantis eram as com concessão mais desigual, com apenas 41,4% de beneficiárias mulheres. Por outro lado, a categoria Internacional era a mais igualitária, mas ainda assim com maioria masculina: 49,5% de beneficiárias mulheres e 50,5% homens.

TABELA 23

Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - 2023

Categorias	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	8.292	44,2	55,8
Atleta de Base	378	42,1	57,9
Estudantil	568	41,4	58,6
Internacional	1.433	49,5	50,5
Nacional	5.149	43,2	56,8
Olimpico / Paralímpico	359	44,6	55,4
Pódio	405	45,2	54,8

Fonte: Ministério do Esporte. Bolsa Atleta.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Ver tabela 7.6.

As bolsas concedidas a atletas com deficiência também reproduzem este padrão desigual. Em 2023, das 2,2 mil bolsas concedidas a atletas com deficiência, apenas 831 (37,2%) foram para mulheres (ver tabela 7.7).

PARTE II

SUMÁRIO ESTATÍSTICO

1. Estrutura demográfica

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual da população residente	51,1%	48,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.7
Esperança de vida ao nascer (em anos)	79,7	73,1	2023	IBGE, Projeção da População (Revisão, 2024)	1.9
Taxa de fecundidade total (filhas(os) por mulher em idade reprodutiva)	1,57		2023	IBGE, Projeção da População (Revisão, 2024)	1.10
Razão de sexo (homens/mulheres)	0,96		2023	IBGE, PNAD Contínua	1.8
Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio	5.004 mil	533 mil	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.15
Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos três serviços domiciliares de saneamento, por sexo do responsável pelo domicílio	68,3%	64,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.3 e 1.4

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade	53,0%	72,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.3.b
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade	9,5%	6,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.5.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas em trabalhos informais	37,8%	40,2%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.7.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas no Serviço doméstico	12,9%	0,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.12.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3,4%	11,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.12.b
Rendimento-hora médio do trabalho principal da população ocupada de 14 anos de idade ou mais (em R\$)	17	20	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.14
Proporção percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade, com todas(os) as(os) filhas(os) de 0 a 3 anos frequentando creche	32,7%		2023	IBGE, PNAD Contínua	2.18
Proporção percentual de domicílios com pessoa responsável do sexo feminino/masculino com renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo	27,5%	17,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.26 e 2.27
Distribuição percentual da população de 14 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico	91,6%	8,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.20.b
Proporção da população de 14 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico com carteira assinada	23,4%	34,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.21.b

Rendimento médio em todos os trabalhos da população de 14 anos ou mais de idade ocupada no trabalho doméstico (em R\$)	1.134	1.399	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.25.b
Percentual de estabelecimentos (com 100 empregados(as) e mais) que possuem políticas de incentivo à contratação de: Mulheres Mulheres vítimas de violência Mulheres negras Mulheres com deficiência	35,3% 5,5% 27,9% 24,3%		1º sem./ 2024	MTE, Relatório de Transparência Salarial	2.55, 2.56, 2.57, 2.59
Distribuição percentual das(os) beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família	58,2%	41,8%	Agosto /2024	MDS, VIS DATA 3	2.71
Distribuição percentual das(os) aposentadas(os) do RGPS	51,4%	48,6%	2023	INSS, SUIBE e Síntese- web	2.72

3. Educação para igualdade e cidadania

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de alfabetização de pessoas de 50 anos de idade ou mais	88,2%	87,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.1
Taxa de frequência bruta à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade	37,5%	39,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.5
Taxa de frequência bruta à pré-escola das crianças de 4 e 5 anos de idade	89,0%	88,8%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.5
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade	94,8%	94,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade	78,2%	71,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Taxa de frequência líquida das pessoas de 18 a 24 anos de idade	30,1%	21,8%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos profissionalizantes	58,2%	41,8%	2023	INEP, Censo Escolar	3.25
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos de graduação do ensino superior	60,8%	39,2%	2022	INEP, Censo do Ensino Superior	3.37
Distribuição percentual de bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país	51,6%	48,4%	2023	CNPq, Portal de Dados Abertos	3.41
Distribuição percentual de bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq	35,5%	64,5%	2023	CNPq, Portal de Dados Abertos	3.43

4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Percentual de nascidas(os) vivas(os) cujas mães eram menores de 19 anos de idade	11,9%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.31
Percentual de nascidas(os) vivas(os) cujas mães tiveram 7 ou mais consultas de atendimento pré-natal	77,5%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.33
Percentual de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo	59,6%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.27
Razão de mortalidade materna (RMM) (por 100.000 nascidas(os) vivas(os))	50,9%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.8
Percentual da mortalidade materna: por causas obstétricas diretas	68,5%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.5
por causas obstétricas indiretas	28,4%	-			
Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 mulheres): de câncer de mama	17,4	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	4.12
de colo do útero	6,7	-			
Distribuição percentual dos casos novos de AIDS	28,9%	71,1%	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.43
Taxa de incidência de AIDS (por 100.000 habitantes)	10,2	26,5	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.42.a
Percentual de casos de AIDS por transmissão sexual	27,6%	72,4%	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.45

Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 habitantes): de doenças cerebrovasculares de doenças isquêmicas do coração de diabetes melito de doenças hipertensivas de doenças crônicas das vias aéreas inferiores	8,9 45,4 35,7 31,8 23,3	10,4 70,9 32,6 29,7 26,4	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	4.2 e 4.3
Percentual de registros de violência autoprovocada	70,0%	30,0%	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	4.16
Total de mulheres atendidas no programa de dignidade menstrual	2.022.332	-	2024 (até agosto)	Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.	4.51

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Percentual de relatos de violência física contra a mulher	29,7%	-	2024	Ministério das Mulheres, Ligue 180	5.46
Percentual de relatos de violência contra a mulher praticada por companheiro ou ex-companheiro	67%	-	2024	Ministério das Mulheres, Ligue 180	5.47
Percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, cujo agressor era do sexo masculino	76,6%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.5
Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a)	75,2%	24,8%	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.6
Proporção de casos de violência de repetição de violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade	44,7%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.11
Proporção de casos de violência física com relação ao total de casos de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra as mulheres	56,8%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.13
Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino	68.955	-	2024	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.	5.25

Taxa padronizada de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes)	3,5	40,0	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	5.17
Taxa de ocupação de mulheres no sistema penitenciário brasileiro	94,2%	-	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.27.a
Proporção percentual da população carcerária no regime provisório	18,3%	0,2%	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.31.a
Proporção percentual da população carcerária que cometeu/tentou crimes contra a pessoa	14,2%	18,8%	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.32.a

6. Mulheres em espaços de poder e decisão

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de eleitoras(es) inscritas(os)	52,5%	47,5%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.1
Distribuição percentual de deputadas(os) federais em exercício	17,2%	82,8%	2024	Câmara dos Deputados	6.29
Distribuição percentual de senadoras(es) em exercício	18,5%	81,5%	2024	Senado Federal	6.29
Distribuição percentual de governadoras(es) estaduais e do Distrito Federal em exercício	7,4%	92,6%	2024	Governos Estaduais e do Distrito Federal	6.29
Distribuição percentual de prefeitas(os) em exercício	14,5%	85,5%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.10
Distribuição percentual de vereadoras(es) em exercício	22,7%	77,3%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.10
Distribuição percentual de servidoras(es) ocupantes de DAS	43,0%	57,0%	2023	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	6.39
Distribuição percentual de Ministras(os) dos Tribunais Superiores	18,8	81,2	2024	Conselho Nacional de Justiça, Pesquisa Participação Feminina na Magistratura	6.48
Distribuição percentual de presidente(as) e vice-presidente(as) das centrais sindicais	23,4%	76,6%	2024	Centrais Sindicais	6.35
Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção	39,8%	60,2%	2024	IBGE, PNAD Contínua	6.49.a

7. Mulheres no esporte

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
-------------	----------	--------	-----	-------	--------

Distribuição percentual de atletas brasileiros(os) nos Jogos Olímpicos de Paris	56,6%	43,4%	2024	Lista Final de Credenciados pelo COB nos Jogos Olímpicos	7.1
Distribuição percentual de atletas brasileiras(os) nos Jogos Paralímpicos de Paris	46,1%	53,9%	2024	Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos	7.2
Distribuição percentual de atletas medalhistas nos Jogos: Olímpicos Paralímpicos	61,9% 50,0%	38,1% 50,0%	2024	Comitê Olímpico Internacional	7.4 e 7.5
Distribuição percentual de atletas contempladas(os) com o Programa Bolsa Atleta	44,2%	55,8%	2023	Ministério do Esporte, Bolsa Atleta	7.6

PARTE III

TABELAS DOS INDICADORES

Índice de tabelas dos indicadores

1. Estrutura demográfica

Tabela	Indicador	Página
1.1	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	187
1.2	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	187
1.3	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	188
1.4	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	188
1.5	População residente, total e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	189
1.6	População residente por situação do domicílio, total, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	189
1.7	População residente por situação do domicílio, distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	190
1.8	Razão de sexo (homens/mulheres), total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	190
1.9	Esperança de vida ao nascer e aos 65 anos, total e por sexo - Brasil, 2015 a 2023	191
1.10	Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2015 a 2023	191
1.11	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023	192
1.12	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023	192
1.13	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023	193

1.14	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023	193
1.15	Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio, por sexo e cor ou raça do responsável, total e distribuição percentual, segundo rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> - 2023	194
1.16	Pessoas de 2 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões e a existência de deficiência - 3º trimestre de 2022	195
1.17	Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	196
1.18	Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo a espécie da unidade doméstica - Brasil - 3º trimestre de 2022	196
1.19	População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	197
1.20	População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	197
1.21	População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	198
1.22	População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	198
1.23	População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	199
1.24	População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	199
1.25	Moradores em domicílios particulares improvisados, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022	200
1.26	Moradores em domicílios coletivos, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022	200

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Tabela	Indicador	Página
2.1	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	201
2.2	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	201
2.3.a	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	202
2.3.b	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	202
2.4.a	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	203
2.4.b	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	203
2.5.a	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	204
2.5.b	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	204
2.6.a	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	205
2.6.b	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	205
2.7.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	206
2.7.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	206
2.8.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	207
2.8.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	207
2.9.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	208

2.9.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	208
2.10.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	209
2.10.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023	209
2.11.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	210
2.11.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023	210
2.12.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2º trimestre de 2024	211
2.12.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2023	212
2.13.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024	213
2.13.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil - 2023	214
2.14	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	215
2.15	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por nível de instrução, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2024	215
2.16	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	216

2.17	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	217
2.18	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	218
2.19	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por condição na ocupação e frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	218
2.20.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	219
2.20.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	219
2.21.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	220
2.21.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	220
2.22	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e percentual com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	221
2.23	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2024	221
2.24.a	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	222
2.24.b	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	222
2.25.a	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	223
2.25.b	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	223
2.26	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões - 2023	224

2.27	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões - 2023	225
2.28	Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo sexo e cor ou raça da pessoa responsável - 2023	226
2.29	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	227
2.30	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	227
2.31	Moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	228
2.32	Percentual de moradores em domicílios onde havia microcomputador ou <i>tablet</i> e acesso à internet, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	228
2.33.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2º trimestre de 2024	229
2.33.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2023	230
2.34.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024	231
2.34.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2023	232
2.35.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2º trimestre de 2024	233
2.35.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2023	234

2.36	Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade com deficiência, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	235
2.37	Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022	236
2.38	Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022	237
2.39	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e com deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 3º trimestre de 2022	238
2.40	Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual, por recebimento de programa social e sexo do responsável, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023	239
2.41.a	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	240
2.41.b	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2022	240
2.42.a	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	241
2.42.b	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	242
2.43.a	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	243
2.43.b	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	244

2.44.a	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	245
2.44.b	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	246
2.45.a	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	247
2.45.b	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	248
2.46.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	249
2.46.b	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2022	250
2.47.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	251
2.47.b	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2022	252
2.48.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	253
2.48. b	Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil - 2022	254
2.49	Pessoas empregadas, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	255
2.50	Valor da remuneração média de contratação, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	256
2.51	Valor do salário contratual mediano, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	257

2.52	Valor da remuneração média, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024	258
2.53	Valor da remuneração média de pessoas celetistas, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024	259
2.54	Pessoas com vínculo celetista, total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil - 1º semestre de 2024	260
2.55	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	261
2.56	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	262
2.57	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres negras, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	263
2.58	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres chefes de família, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	264
2.59	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	265
2.60	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à promoção de mulheres a cargos de Direção e Gerência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	266
2.61	Percentual de estabelecimentos que possuem política de incentivo ao compartilhamento de obrigações familiares, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	267
2.62	Percentual do total de estabelecimentos que pagam auxílio-creche, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	268
2.63	Quantidade de estabelecimentos com 100 empregados ou mais, por Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	269
2.64.a	Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2023	270
2.64.b	Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2022	270
2.65.a	Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2023	271
2.65.b	Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2022	271
2.66.a	Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2023	272
2.66.b	Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2022	273
2.67.a	Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2023	274

2.67.b	Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2022	274
2.68.a	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica - Brasil	275
2.68.b	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica - Brasil	276
2.69.a	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões	277
2.69.b	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões	277
2.70.a	Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões	277
2.70.b	Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões	278
2.71	Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	278
2.72	Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	278
2.73	Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	279
2.74	Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	279
2.75	Pessoas beneficiárias e responsáveis familiares do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - agosto de 2024	280
2.76	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição por sexo - Brasil - dezembro de 2023	280
2.77	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por situação de domicílio e sexo - Brasil - dezembro de 2023	281

3. Educação para igualdade e cidadania

Tabela	Indicador	Página
3.1	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	282
3.2	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	282
3.3	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	283
3.4	Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023	283
3.5	Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	283
3.6	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	284
3.7	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	284
3.8	Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2023	284
3.9.a	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	285
3.9.b	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2022	285
3.10.a	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023	286
3.10.b	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2022	287
3.11.a	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2023	288
3.11.b	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2022	289
3.12.a	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2023	290

3.12.b	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil- 2º trimestre de 2022	291
3.13	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	292
3.14	Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022	292
3.15	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo a faixa etária ideal por curso frequentado - Brasil - 3º trimestre de 2022	293
3.16	Taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2022	294
3.17	Taxa de alfabetização das pessoas quilombolas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2022	294
3.18	Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas e distribuição percentual por sexo, segundo o nível de ensino - Brasil - 2023	295
3.19	Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas na educação infantil e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	295
3.20	Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino fundamental e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	295
3.21	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	296
3.22	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio técnico integrado à educação profissional com relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	296
3.23	Pessoas matriculadas na educação profissional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	297
3.24	Pessoas matriculadas em cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2023	298
3.25	Pessoas concluintes de cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2023	299
3.26	Docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	299
3.27	Docentes em exercício na Educação Básica, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2023	300
3.28	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, total e distribuição percentual, por sexo e faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2023	300
3.29	Taxa de evasão escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	300
3.30	Taxa de promoção escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	301
3.31	Taxa de repetência escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	301

3.32	Taxa de migração para EJA, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	302
3.33	Taxa de evasão escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	303
3.34	Taxa de promoção escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	304
3.35	Taxa de repetência escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	305
3.36	Taxa de migração para EJA, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	306
3.37	Matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância), total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil - 2022	307
3.38	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022	307
3.39	Docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2022	308
3.40	Docentes em exercício na Educação Superior, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2022	308
3.41	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	309
3.42	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	310
3.43	Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível - Brasil	311
3.44	Bolsas-ano no país e no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	312
3.45	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, por sexo e cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	313
3.46	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	314
3.47	Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, por sexo e cor ou raça, segundo a categoria/nível - Brasil - 2023	315
3.48	Bolsas-ano no país e no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	315

4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Tabela	Indicador	Página
4.1	Distribuição percentual da mortalidade por sexo, segundo o grupo de causas – Brasil - 2023	316
4.2	Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023	316
4.3	Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) - Brasil - 2023	317
4.4	Razão de mortalidade materna (RMM) segundo o tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil - 2023	317
4.5	4.5 - Distribuição percentual da mortalidade materna, por ano, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil - 2013 - 2023	318
4.6	Distribuição percentual da mortalidade materna, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil - 2023	318
4.7	Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica, segundo as Grandes Regiões - 2023	319
4.8	Razão de mortalidade materna, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	319
4.9	Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo o ano - Brasil - 2020 - 2023	319
4.10	Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	320
4.11.a	Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	320
4.11.b	Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	320
4.12	Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo as Grandes Regiões - 2023	321
4.13	Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e de colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	321
4.14	Distribuição percentual de óbitos por câncer de mama e de colo de útero, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	321
4.15	Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o ano - Brasil - 2013 - 2023	322
4.16	Registros de violência autoprovocada, total e distribuição percentual, segundo o sexo da vítima - Brasil - 2023	322
4.17	Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil - 2023	323
4.18	Registros de violência autoprovocada, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	323
4.19	Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	324
4.20	Registros de violência autoprovocada por mulheres, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	324

4.21	Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - 2023	325
4.22	Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	325
4.23	Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.00 habitantes), por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	326
4.24	Óbitos por lesões autoprovocadas (suicídio), total e distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	326
4.25.a	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022	327
4.25.b	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021	327
4.26.a	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2022	328
4.26.b	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2021	328
4.27	Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013 - 2023	329
4.28	Distribuição percentual de partos, por local de realização, segundo as Grandes Regiões - 2023	329
4.29	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	330
4.30	Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013 - 2023	330
4.31	Percentual de crianças nascidas vivas de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013 - 2023	331
4.32	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023	331
4.33	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo o ano - Brasil - 2013 - 2023	332
4.34	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões - 2023	332
4.35	Proporção de nascidas(os) vivas(os) cujas mães fizeram o acompanhamento pré-natal adequado, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	333
4.36	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	333
4.37	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por grupos de idade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	334
4.38	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	334
4.39	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson, segundo as Grandes Regiões - 2023	335
4.40	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	336
4.41	Novos casos de Aids, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	336
4.42.a	Taxa de detecção de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022	337

4.42.b	Taxa de detecção de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021	337
4.43	Novos casos Aids, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	338
4.44.a	Taxa de detecção de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2022	338
4.44.b	Taxa de detecção de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2021	339
4.45	Proporção de casos de AIDS por sexo, segundo a categoria de exposição - Brasil - 2022	339
4.46	Número de exames citopatológicos, cervico-vaginal e microflora realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	340
4.47	Número de exames de mamografias realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	340
4.48	Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal - 2023	341
4.49	Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de diabetes, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal - 2023	342
4.50	Estabelecimentos que fazem interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	343
4.51	Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)	343
4.52	Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)	344
4.53	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, total e percentual que se vacinou contra a COVID-19, por sexo, segundo o grupo de idade - Brasil - 1º trimestre de 2023	344
4.54	Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, por sexo e grupo de idade, segundo as Grandes Regiões - 1º trimestre de 2023	345
4.55	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o principal motivo de não ter tomado a vacina - Brasil - 1º trimestre de 2023	345
4.56	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que tiveram COVID-19, total e percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 1º trimestre de 2023	346

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Tabela	Indicador	Página
5.1	Total de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2013-2023	347
5.2	Percentual de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo o sexo - Brasil - 2013-2023	347
5.3	Total de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023	348
5.4	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	348
5.5	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo o sexo do(a) agressor(a) - Brasil - 2023	349
5.6	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo Grandes Regiões de notificação - 2023	349
5.7	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil - 2023	350
5.8	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação conjugal da vítima - Brasil - 2023	350
5.9	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, com algum tipo de deficiência/transtorno, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência da vítima - Brasil - 2023	351
5.10	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a situação do domicílio - Brasil - 2023	351
5.11	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção dos casos de violência de repetição - Brasil - 2023	352
5.12	Registros de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023	352
5.13	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023	353
5.14	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o meio de agressão - Brasil - 2023	354
5.15	Casos de violência de repetição nos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	354
5.16	Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e proporção em relação ao total de casos, segundo o sexo da vítima - Brasil - 2023	355
5.17	Total e taxa padronizada de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	355
5.18	Taxa de mortalidade por homicídio específica por sexo (por 100.000 habitantes), segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	356

5.19	Número de óbitos de mulheres por homicídio, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	356
5.20	Total e taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, segundo o sexo (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2012 e 2023	357
5.21	Ocorrências policiais de feminicídio por ano - Brasil - 2015-2024	357
5.22.a	Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	358
5.22.b	Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	359
5.23	Ocorrências policiais de homicídio e de lesão corporal seguida de morte de mulheres - Brasil - 2015-2024	360
5.24.a	Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	361
5.24.b	Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	362
5.25	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino - Brasil - 2013-2024	363
5.26.a	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	364
5.26.b	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	365
5.27.a	População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	366
5.27.b	População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	366
5.28.a	População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	367
5.28.b	População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	367
5.29.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024	368
5.29.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023	368
5.30.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (brasileira(o) nata(o), brasileira(o) naturalizada(o) e estrangeira(o)) - Brasil - junho de 2024	369
5.30.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (brasileira(o) nata(o), brasileira(o) naturalizada(o) e estrangeira(o)) - Brasil - dezembro de 2023	369
5.31.a	População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - junho de 2024	370
5.31.b	População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - dezembro de 2023	370
5.32.a	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024	371

5.32.b	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - dezembro de 2023	372
5.33.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - junho de 2024	372
5.33.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023	373
5.34.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024	373
5.34.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023	374
5.35.a	População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - junho de 2024	374
5.35.b	População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - dezembro de 2023	375
5.36.a	População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - junho de 2024	375
5.36.b	População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - dezembro de 2023	375
5.37.a	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024	376
5.37.b	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023	376
5.38.a	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil - junho de 2024	377
5.38.b	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023	377
5.39.a	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024	378
5.39.b	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023	378
5.40.a	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	379
5.40.b	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	379
5.41.a	População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023	380
5.41.b	População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023	380
5.42.a	Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - junho de 2024	381
5.42.b	Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - dezembro de 2023	381
5.43	Denúncias de transfobia, total e distribuição percentual - Brasil - 2023	381
5.44	Relatos de lesbofobia, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023	382

5.45	Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o segmento – Brasil -2023	382
5.46	Violações relatadas contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violação de direitos – Brasil - 1º semestre de 2024	382
5.47	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a relação do(a) agressor(a) com a vítima – Brasil - 1º semestre de 2024	383
5.48	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça – Brasil - 1º semestre de 2024	383
5.49	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo os grupos de idade – Brasil - 1º semestre de 2024	384
5.50	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade – Brasil - 1º semestre de 2024	384
5.51	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	385
5.52	Relatos de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	385
5.53	Relatos de violência psicológica contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência psicológica – Brasil - 1º semestre de 2024	386
5.54	Relatos de violência sexual contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência sexual – Brasil - 1º semestre de 2024	386
5.55	Relatos de violência moral contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência moral – Brasil - 1º semestre de 2024	387
5.56	Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço – 2024	387

6. Mulheres em espaço de poder e decisão

Tabela	Indicador	Página
6.1	Eleitoras(es) inscritas(os), total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 2024	388
6.2	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	388
6.3	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, segundo o cargo - Brasil - 2016/2020/2024	388
6.4	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	389
6.5	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	389
6.6	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2024	390
6.7	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	390
6.8	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil - 2024	391
6.9	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	392
6.10	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	392
6.11	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 2024	392
6.12	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	393
6.13	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), segundo o cargo - Brasil - 2016/ 2020 /2024	393
6.14	Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - 2024	393
6.15	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	394
6.16	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	394
6.17	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2024	395
6.18	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	395
6.19	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil - 2024	396

6.20	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	397
6.21	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	397
6.22	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 2024	397
6.23	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo as Grandes Regiões - 2024	398
6.24	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024	398
6.25	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	398
6.26	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a faixa etária - Brasil - 2024	399
6.27	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	399
6.28	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o partido político - Brasil - 2024	400
6.29	Deputadas(os) federais, senadoras(es) e governadoras(es) em exercício, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o exercício do poder - Brasil - 2024	401
6.30	Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	401
6.31	Parlamentares na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e Mesa do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	401
6.32	Parlamentares ocupando cargos de Liderança de partido ou Bloco partidário na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	402
6.33	Partidos com representação no Congresso que têm instâncias de mulheres - 2024	402
6.34	Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil - 2024	403
6.35	Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	404
6.36	Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	404

6.37	Ministras(os) de Estado, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	404
6.38	Servidoras(es) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por situação de vínculo e sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	405
6.39	Servidoras mulheres ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil - 2023	405
6.40	Servidores homens ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil - 2023	406
6.41	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com filhos menores de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	406
6.42	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, idade média, remuneração média (em R\$), distribuição percentual e proporção com nível superior por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	407
6.43	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com deficiência, total e distribuição percentual em relação ao total de servidores, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	407
6.44	Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023	408
6.45	Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de carreira - Brasil - 2023	408
6.46	Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023	408
6.47	Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil - 2023	409
6.48	Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024	409
6.49.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	409
6.49.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	410
6.50.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2024	410
6.50.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	410
6.51.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2º trimestre de 2024	411

6.51.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2023	411
6.52.a	Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2024	412
6.52.b	Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	412
6.53.a	Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2024	413
6.53.b	Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2023	413
6.54.a	Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	414
6.54.b	Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	414

7. Mulheres no esporte

Tabela	Indicador	Página
7.1	Atletas brasileiras(os) e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	415
7.2	Atletas brasileiras(os) e parceiras(os) de atletas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	416
7.3	Técnicas(os) e oficiais nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	417
7.4	Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	418
7.5	Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	418
7.6	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - Brasil - 2023	419
7.7	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta que possuem alguma deficiência, total, distribuição percentual por sexo e proporção em relação ao total de atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta - Brasil - 2023	419
7.8	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria nacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	419
7.9	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria olímpica/paralímpica, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	420
7.10	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria Pódio, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	420
7.11	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria internacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	420

Tabelas dos indicadores

1. Estrutura demográfica

TABELA 1.1 – Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino				
	Total¹ (1000 domicílios)	Distribuição (%)			
		Cor ou Raça do responsável		Situação do domicílio	
		Branca	Preta ou parda	Urbano	Rural
Brasil	37.496	42,7	55,9	85,3	14,7
Norte	3.044	19,0	79,4	75,5	24,5
Nordeste	9.008	25,0	73,8	74,4	25,6
Sudeste	16.630	48,3	50,0	92,4	7,6
Sul	5.671	71,4	27,8	84,8	15,2
Centro-Oeste	3.143	35,5	63,3	90,1	9,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 1.2 – Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino				
	Total¹ (1000 domicílios)	Distribuição (%)			
		Cor ou Raça do responsável		Situação do domicílio	
		Branca	Preta ou parda	Urbano	Rural
Brasil	40.178	41,3	57,2	90,1	9,9
Norte	2.900	19,0	78,6	86,5	13,5
Nordeste	11.440	22,5	76,0	80,1	19,9
Sudeste	17.049	48,8	49,7	96,2	3,8
Sul	5.778	71,5	27,6	91,2	8,8
Centro-Oeste	3.010	34,0	64,3	95,0	5,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 1.3. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente					
	Total (1000 domicílios)			Percentual (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	27.461	27.217	244	68,3	75,2	6,1
Norte	874	869	5	30,2	34,7	1,4
Nordeste	5.542	5.407	135	48,4	59,0	5,9
Sudeste	15.171	15.113	58	89,0	92,2	8,9
Sul	4.037	3.996	41	69,9	75,8	8,1
Centro-Oeste	1.836	1.832	4	61,0	64,1	2,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

2. Excluímos domicílios com acesso à rede geral, mas cuja principal forma de abastecimento de água não era a rede geral

TABELA 1.4 - Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente					
	Total (1000 domicílios)			Percentual (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	24.347	24.153	194	64,9	75,5	3,5
Norte	762	757	5	25,0	32,9	0,7
Nordeste	3.985	3.896	89	44,2	58,1	3,9
Sudeste	14.218	14.155	63	85,5	92,1	5,0
Sul	3.562	3.528	34	62,8	73,4	3,9
Centro-Oeste	1.820	1.818	2	57,9	64,2	0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

2. Excluímos domicílios com acesso à rede geral, mas cuja principal forma de abastecimento de água não era a rede geral

TABELA 1.5 - População residente, total e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	População residente						
	Total ¹ (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)			
				Mulheres		Homens	
	Total ¹	Mulheres	Homens	Branças	Pretas ou pardas	Branços	Pretos ou pardos
Brasil	215.602	110.254	105.348	43,1	55,7	41,6	57,2
Norte	19.014	9.503	9.511	20,4	77,7	19,6	78,7
Nordeste	58.076	30.098	27.978	25,5	73,2	24,5	74,4
Sudeste	90.784	46.503	44.281	50,4	48,4	48,4	50,4
Sul	30.758	15.578	15.180	72,0	27,3	70,5	28,9
Centro-Oeste	16.970	8.572	8.398	37,3	61,3	35,7	63,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 1.6 - População residente por situação do domicílio, total, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	População residente (1000 pessoas)								
	Total			Situação do Domicílio					
				Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	215.602	110.254	105.348	187.939	96.898	91.041	27.663	13.356	14.307
Norte	19.014	9.503	9.511	15.166	7.697	7.469	3.847	1.806	2.041
Nordeste	58.076	30.098	27.978	44.628	23.510	21.118	13.448	6.588	6.860
Sudeste	90.784	46.503	44.281	85.454	43.955	41.499	5.330	2.548	2.782
Sul	30.758	15.578	15.180	26.990	13.762	13.228	3.768	1.816	1.952
Centro-Oeste	16.970	8.572	8.398	15.700	7.974	7.726	1.270	598	672

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.7. População residente por situação do domicílio, distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Distribuição percentual (%)								
	Total			Situação do Domicílio					
				Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	100,0	51,1	48,9	100,0	51,6	48,4	100,0	48,3	51,7
Norte	100,0	50,0	50,0	100,0	50,8	49,2	100,0	46,9	53,1
Nordeste	100,0	51,8	48,2	100,0	52,7	47,3	100,0	49,0	51,0
Sudeste	100,0	51,2	48,8	100,0	51,4	48,6	100,0	47,8	52,2
Sul	100,0	50,6	49,4	100,0	51,0	49,0	100,0	48,2	51,8
Centro-Oeste	100,0	50,5	49,5	100,0	50,8	49,2	100,0	47,1	52,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.8. Razão de sexo (homens/mulheres), total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Razão de Sexo									
	Total	Grupos de idade								
		0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	0,96	1,05	1,05	1,04	1,03	0,99	0,93	0,85	0,77	0,61
Norte	1,00	1,11	1,06	1,02	1,01	1,00	0,98	0,89	0,93	0,75
Nordeste	0,93	1,05	1,02	1,05	0,98	0,93	0,89	0,85	0,77	0,64
Sudeste	0,95	1,04	1,06	1,05	1,06	1,01	0,93	0,84	0,72	0,58
Sul	0,97	0,98	1,04	1,06	1,08	1,02	0,96	0,86	0,84	0,60
Centro-Oeste	0,98	1,13	1,07	0,95	1,02	1,02	0,92	0,85	0,88	0,66

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.9. Esperança de vida ao nascer e aos 65 anos, total e por sexo – Brasil, 2015 a 2023

Ano	Ao nascer			Aos 65 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2015	71,7	79,0	75,3	16,6	19,6	18,1
2016	71,9	79,2	75,6	16,7	19,6	18,2
2017	72,1	79,3	75,7	16,8	19,8	18,3
2018	72,5	79,5	76,0	16,9	19,8	18,4
2019	72,8	79,6	76,2	16,9	19,9	18,4
2020	71,2	78,5	74,8	15,8	19,1	17,5
2021	69,3	76,4	72,8	15,0	18,1	16,6
2022	72,1	78,8	75,4	16,3	19,2	17,8
2023	73,1	79,7	76,4	17,1	20,0	18,6

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação: Estimativas e Projeções, Revisão 2024

TABELA 1.10. Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2015 a 2023

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	1,82	1,72	1,76	1,78	1,73	1,66	1,64	1,58	1,57
Norte	2,16	2,04	2,05	2,09	2,04	1,96	2,00	1,87	1,83
Nordeste	1,83	1,71	1,75	1,81	1,75	1,68	1,68	1,57	1,56
Sudeste	1,74	1,64	1,68	1,68	1,63	1,57	1,51	1,48	1,48
Sul	1,76	1,69	1,72	1,71	1,67	1,62	1,57	1,56	1,56
Centro-Oeste	1,90	1,79	1,85	1,86	1,83	1,75	1,73	1,70	1,71

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação: Estimativas e Projeções, Revisão 2024.

TABELA 1.11. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição percentual (%)				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Brasil	40.178	6.310	26.210	7.184	474	100,0	15,7	65,2	17,9	1,2
Norte	2.901	294	1.803	749	55	100,0	10,1	62,2	25,8	1,9
Nordeste	11.441	1.568	7.479	2.267	127	100,0	13,7	65,4	19,8	1,1
Sudeste	17.049	2.972	11.134	2.754	189	100,0	17,4	65,3	16,2	1,1
Sul	5.777	1.002	3.846	861	68	100,0	17,3	66,6	14,9	1,2
Centro-Oeste	3.010	475	1.948	553	34	100,0	15,8	64,7	18,4	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.12. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição percentual (%)				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Brasil	37.496	7.692	25.012	4.291	501	100,0	20,5	66,7	11,4	1,3
Norte	3.045	536	1.933	526	50	100,0	17,6	63,5	17,3	1,6
Nordeste	9.008	2.007	5.771	1.126	104	100,0	22,3	64,1	12,5	1,2
Sudeste	16.630	3.385	11.262	1.757	226	100,0	20,4	67,7	10,6	1,4
Sul	5.672	1.076	3.987	538	71	100,0	19,0	70,3	9,5	1,3
Centro-Oeste	3.143	689	2.059	345	50	100,0	21,9	65,5	11,0	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.13. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil – 2023

Grupos de idade da pessoa responsável	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição percentual (%)				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Total	40.178	6.310	26.210	7.184	474	100,0	15,7	65,2	17,9	1,2
10 a 14 anos	10	-	7	3	-	100,0	2,7	70,0	27,3	-
15 a 19 anos	446	45	312	75	14	100,0	10,0	70,2	16,8	3,0
20 a 24 anos	2.059	227	1.470	291	71	100,0	11,0	71,4	14,1	3,4
25 a 39 anos	11.576	886	9.436	1.136	118	100,0	7,7	81,5	9,8	1,0
40 a 59 anos	15.340	1.683	10.659	2.861	137	100,0	11,0	69,5	18,7	0,9
60 anos ou mais	10.746	3.469	4.325	2.818	134	100,0	32,3	40,2	26,2	1,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.14. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil – 2023

Grupos de idade da pessoa responsável	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição percentual (%)				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Total	37.496	7.692	25.012	4.291	501	100,0	20,5	66,7	11,4	1,3
10 a 14 anos	5	-	4	1	-	100,0	-	82,9	17,1	-
15 a 19 anos	274	46	162	59	7	100,0	16,8	58,9	21,6	2,7
20 a 24 anos	1.608	357	970	212	69	100,0	22,2	60,3	13,2	4,3
25 a 39 anos	11.035	2.257	7.749	833	196	100,0	20,5	70,2	7,5	1,8
40 a 59 anos	15.070	2.774	10.532	1.645	119	100,0	18,4	69,9	10,9	0,8
60 anos ou mais	9.504	2.258	5.596	1.541	109	100,0	23,8	58,9	16,2	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 1.15. Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio, por sexo e cor ou raça do responsável, total e distribuição percentual, segundo rendimento mensal domiciliar per capita – 2023

Rendimento mensal domiciliar per capita	Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio							
	Total ¹ (1000 pessoas)		Distribuição percentual (%)					
			Mulheres			Homens		
	Mulheres	Homens	Total	Brancas	Pretas ou pardas	Total	Brancos	Pretos ou pardos
Brasil	5.004	533	100,0	29,5	69,2	100,0	35,9	62,8
Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	1.400	70	100,0	20,3	78,4	100,0	25,4	73,6
Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	1.617	122	100,0	23,4	74,8	100,0	23,1	75,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.311	160	100,0	34,7	64,2	100,0	32,4	67,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	492	109	100,0	46,3	52,7	100,0	51,4	46,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	91	22	100,0	65,8	34,2	100,0	43,6	51,4
Mais de 3 a 5 salários mínimos	59	24	100,0	77,7	20,0	100,0	55,2	41,8
Mais de 5 salários mínimos	33	26	100,0	69,2	29,3	100,0	54,9	42,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 1.16. Pessoas de 2 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões e a existência de deficiência - 3º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Existência de deficiência	Pessoas de 2 anos ou mais de idade					
		Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	Total	209.035	101.999	107.036	100,0	48,8	51,2
	Pessoa com deficiência	18.580	7.858	10.722	100,0	42,3	57,7
Norte	Total	18.216	9.107	9.109	100,0	50,0	50,0
	Pessoa com deficiência	1.533	687	846	100,0	44,8	55,2
Nordeste	Total	56.375	27.239	29.136	100,0	48,3	51,7
	Pessoa com deficiência	5.794	2.435	3.359	100,0	42,0	58,0
Sudeste	Total	88.249	42.819	45.430	100,0	48,5	51,5
	Pessoa com deficiência	7.222	2.980	4.242	100,0	41,3	58,7
Sul	Total	29.846	14.781	15.065	100,0	49,5	50,5
	Pessoa com deficiência	2.630	1.156	1.474	100,0	44,0	56,0
Centro-Oeste	Total	16.351	8.054	8.297	100,0	49,3	50,7
	Pessoa com deficiência	1.399	599	800	100,0	42,8	57,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 1.17. Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Pessoas responsáveis pelo domicílio						
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)			
				Mulheres		Homens	
	Total	Mulheres	Homens	Total	Com deficiência	Total	Com deficiência
Brasil	74.954	38.097	36.857	100,0	14,2	100,0	9,8
Norte	5.700	2.748	2.952	100,0	14,5	100,0	11,0
Nordeste	19.482	10.277	9.205	100,0	16,9	100,0	12,2
Sudeste	32.674	16.701	15.973	100,0	12,7	100,0	8,3
Sul	11.209	5.401	5.808	100,0	13,6	100,0	9,7
Centro-Oeste	5.887	2.969	2.918	100,0	14,3	100,0	9,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 1.18. Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo a espécie da unidade doméstica - Brasil - 3º trimestre de 2022

Espécie da unidade doméstica	Pessoas responsáveis pelo domicílio						
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)			
				Mulheres		Homens	
	Total	Mulheres	Homens	Total	Com deficiência	Total	Com deficiência
Total	74.954	38.097	36.857	100,0	14,2	100,0	9,8
Unipessoal	12.417	5.580	6.837	100,0	25,0	100,0	13,9
Nuclear	49.835	24.692	25.143	100,0	10,6	100,0	8,2
Estendida	11.804	7.381	4.423	100,0	17,8	100,0	12,7
Composta	897	444	453	100,0	19,0	100,0	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 1.19. População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2022

Grandes Regiões	População quilombola					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	1.330	665	665	100,0	50,0	50,0
Norte	168	82	86	100,0	48,8	51,2
Nordeste	907	455	452	100,0	50,2	49,8
Sudeste	182	91	91	100,0	50,0	50,0
Sul	30	15	15	100,0	50,1	49,9
Centro-Oeste	45	23	22	100,0	50,5	49,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.20. População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2022

Grandes Regiões	População indígena					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	1.695	860	835	100,0	50,7	49,3
Norte	754	375	379	100,0	49,7	50,3
Nordeste	529	274	255	100,0	51,8	48,2
Sudeste	124	65	59	100,0	52,4	47,6
Sul	88	44	44	100,0	50,3	49,7
Centro-Oeste	200	102	98	100,0	50,8	49,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.21. População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2022

Grupos de idade	População quilombola					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	1.330	665	665	100,0	50,0	50,0
0 a 9 anos	203	100	103	100,0	49,3	50,7
10 a 14 anos	112	54	58	100,0	48,2	51,8
15 a 19 anos	120	58	62	100,0	48,3	51,7
20 a 24 anos	110	54	56	100,0	49,1	50,9
25 a 39 anos	296	151	145	100,0	51,0	49,0
40 a 59 anos	316	159	157	100,0	50,3	49,7
60 a 79 anos	148	75	73	100,0	50,7	49,3
80 anos ou mais	26	15	11	100,0	57,7	42,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.22. População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2022

Grupos de idade	População indígena					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	1.695	860	835	100,0	50,7	49,3
0 a 9 anos	343	168	175	100,0	49,0	51,0
10 a 14 anos	164	81	84	100,0	49,4	51,2
15 a 19 anos	162	80	82	100,0	49,4	50,6
20 a 24 anos	151	75	75	100,0	49,7	49,7
25 a 39 anos	359	183	176	100,0	51,0	49,0
40 a 59 anos	335	173	162	100,0	51,6	48,4
60 a 79 anos	154	83	70	100,0	53,9	45,5
80 anos ou mais	27	16	11	100,0	59,3	40,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.23. População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2022

Grandes Regiões	População residente					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	203.081	104.548	98.532	100,0	51,5	48,5
Norte	17.356	8.692	8.664	100,0	50,1	49,9
Nordeste	54.658	28.240	26.417	100,0	51,7	48,3
Sudeste	84.840	43.980	40.860	100,0	51,8	48,2
Sul	29.938	15.354	14.584	100,0	51,3	48,7
Centro-Oeste	16.290	8.282	8.007	100,0	50,8	49,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.24. População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2022

Grupo de idade	População residente					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	203.081	104.548	98.532	100,0	51,5	48,5
0 a 9 anos	26.454	12.981	13.473	100,0	49,1	50,9
10 a 14 anos	13.675	6.682	6.993	100,0	48,9	51,1
15 a 19 anos	14.376	7.058	7.318	100,0	49,1	50,9
20 a 24 anos	15.466	7.699	7.767	100,0	49,8	50,2
25 a 39 anos	47.116	24.124	22.992	100,0	51,2	48,8
40 a 59 anos	53.880	28.116	25.764	100,0	52,2	47,8
60 a 79 anos	27.527	15.060	12.467	100,0	54,7	45,3
80 anos ou mais	4.587	2.828	1.759	100,0	61,7	38,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.25. Moradores em domicílios particulares improvisados, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil – 2022

Tipo de domicílio	Moradores em domicílios particulares improvisados					
	Total (pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	160.485	89.877	70.608	100,0	100,0	100,0
Tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido	56.600	31.643	24.957	35,3	35,2	35,3
Dentro de estabelecimento em funcionamento	43.368	24.902	18.466	27,0	27,7	26,2
Estrutura improvisada em logradouro público, exceto tenda ou barraca	14.598	7.927	6.671	9,1	8,8	9,4
Estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada	17.268	9.448	7.820	10,8	10,5	11,1
Veículos (carros, caminhões, trailers, barcos, etc.)	1.875	1.157	718	1,2	1,3	1,0
Outros domicílios improvisados (abrigo naturais e outras estruturas improvisadas)	26.776	14.800	11.976	16,7	16,5	17,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

TABELA 1.26. Moradores em domicílios coletivos, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil – 2022

Tipo de domicílio	Moradores em domicílios coletivos					
	Total (pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	837.251	651.934	185.317	100,0	100,0	100,0
Asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos	160.784	64.581	96.203	19,2	9,9	51,9
Hotel ou pensão	46.269	27.443	18.826	5,5	4,2	10,2
Alojamento	30.090	22.998	7.092	3,6	3,5	3,8
Penitenciária, centro de detenção e similar	479.191	459.790	19.401	57,2	70,5	10,5
Abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua	11.295	8.974	2.321	1,3	1,4	1,3
Abrigo, casas de passagem ou república assistencial para outros grupos vulneráveis	24.110	13.483	10.627	2,9	2,1	5,7
Clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar	24.287	19.515	4.772	2,9	3,0	2,6
Orfanato e similar	14.374	6.933	7.441	1,7	1,1	4,0
Unidade de internação de menores	7.514	7.228	286	0,9	1,1	0,2
Quartel ou outra organização militar	845	754	91	0,1	0,1	0,0
Outro domicílio coletivo	38.492	20.235	18.257	4,6	3,1	9,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

TABELA 2.1. Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses								
	Total			Urbana			Rural		
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	164.528	51,9	48,1	146.639	52,1	47,9	17.890	50,1	49,9
Norte	13.629	51,0	49,0	11.444	51,4	48,6	2.185	48,5	51,5
Nordeste	41.998	53,3	46,7	33.464	53,7	46,3	8.535	51,6	48,4
Sudeste	71.610	51,8	48,2	68.035	51,9	48,1	3.575	48,8	51,2
Sul	23.928	50,9	49,1	21.305	51,1	48,9	2.623	49,0	51,0
Centro-Oeste	13.363	51,0	49,0	12.391	51,3	48,7	972	47,8	52,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.2. Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses (%)								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	88,0	88,7	87,3	89,6	89,8	89,4	76,8	80,1	73,4
Norte	85,3	86,5	84,1	89,0	89,4	88,6	70,2	73,2	67,2
Nordeste	84,1	85,9	82,3	86,9	87,7	86,0	75,3	79,5	71,0
Sudeste	89,9	90,1	89,8	90,6	90,5	90,7	78,8	81,6	75,9
Sul	89,2	89,5	88,9	90,2	90,3	90,1	81,9	83,2	80,5
Centro-Oeste	91,4	92,0	90,7	91,7	92,2	91,2	87,6	89,6	85,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.3.A. Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total ¹	Brancas	Pretas ou pardas	Total ¹	Brancos	Pretos ou pardos
Brasil	52,8	54,2	51,3	72,4	72,5	72,3
Norte	48,9	49,7	48,1	71,8	71,5	72,0
Nordeste	43,8	44,2	43,3	65,7	65,7	65,6
Sudeste	56,3	55,5	57,1	74,7	73,2	76,1
Sul	57,7	57,4	57,9	75,4	74,3	76,5
Centro-Oeste	58,9	58,7	59,0	77,7	76,4	78,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.3.B. Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total ¹	Brancas	Pretas ou pardas	Total ¹	Brancos	Pretos ou pardos
Brasil	53,1	54,4	51,8	72,6	72,5	72,7
Norte	50,1	52,1	48,1	72,5	72,8	72,1
Nordeste	44,3	44,5	44,0	65,5	64,9	66,1
Sudeste	56,7	55,8	57,6	74,8	73,3	76,3
Sul	57,9	57,6	58,1	75,5	74,4	76,6
Centro-Oeste	58,1	57,5	58,7	78,1	76,6	79,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.4.A. Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)											
	Mulheres						Homens					
	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	52,6	13,8	61,5	71,9	64,3	15,9	72,3	19,0	76,2	91,6	85,9	34,2
Norte	48,3	11,2	47,7	62,6	60,1	16,7	71,9	17,7	70,8	90,1	86,7	36,7
Nordeste	43,5	8,1	50,3	60,8	53,2	12,0	65,6	12,7	67,8	86,6	78,3	29,1
Sudeste	56,3	15,6	69,0	78,1	69,0	17,5	74,6	20,7	80,2	93,5	89,0	35,9
Sul	57,5	20,0	72,9	78,6	70,2	15,9	74,9	25,7	83,3	94,4	87,7	33,1
Centro-Oeste	58,8	19,5	65,2	77,2	68,6	19,1	77,9	25,6	80,4	94,5	89,3	41,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.4.B. Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)											
	Mulheres						Homens					
	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	53,0	14,9	61,6	72,8	64,2	15,3	72,6	20,4	76,7	91,5	86,0	34,2
Norte	48,8	10,8	47,5	63,8	61,5	15,0	72,3	20,1	71,7	89,4	86,2	37,2
Nordeste	44,1	9,3	49,3	61,7	53,2	11,8	65,8	15,9	67,6	85,8	78,7	29,6
Sudeste	56,7	17,5	69,2	79,1	69,0	16,9	74,8	20,1	80,6	94,0	88,7	35,8
Sul	57,8	21,2	72,8	79,7	69,4	14,9	75,0	27,2	82,9	94,1	88,1	33,0
Centro-Oeste	58,3	19,6	68,3	76,3	67,7	17,9	78,5	28,6	83,8	94,5	89,8	39,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.5.A. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total ¹	Branças	Pretas ou pardas	Total ¹	Branços	Pretos ou pardos
Brasil	8,6	6,6	10,1	5,6	4,6	6,3
Norte	9,5	8,5	9,7	5,1	4,9	5,2
Nordeste	11,6	9,2	12,5	7,8	7,2	8,0
Sudeste	8,1	6,8	9,5	5,4	4,5	6,2
Sul	5,6	4,9	7,8	3,9	3,6	4,6
Centro-Oeste	7,2	5,9	7,9	4,0	3,4	4,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.5.B. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total ¹	Branças	Pretas ou pardas	Total ¹	Branços	Pretos ou pardos
Brasil	9,5	7,1	11,5	6,4	5,2	7,3
Norte	10,0	7,7	10,6	6,2	5,7	6,3
Nordeste	13,8	11,3	14,5	9,0	8,0	9,3
Sudeste	9,0	7,3	10,7	6,3	5,5	7,0
Sul	5,7	4,9	7,7	3,9	3,4	4,9
Centro-Oeste	7,9	5,7	9,2	4,5	3,8	4,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.6.A. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade (%)											
	Mulheres						Homens					
	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	8,6	34,0	17,1	8,3	5,7	2,8	5,6	24,1	12,0	4,8	3,7	3,2
Norte	9,5	25,6	20,4	9,0	5,9	1,0	5,1	17,4	9,8	4,5	3,4	3,1
Nordeste	11,6	41,7	23,0	11,6	7,6	2,3	7,8	24,3	16,6	7,1	5,3	3,5
Sudeste	8,1	34,1	16,2	7,8	5,6	3,5	5,4	26,2	12,4	4,4	3,5	3,7
Sul	5,6	33,2	10,7	4,9	3,8	2,3	3,9	23,7	7,9	3,1	2,7	1,7
Centro-Oeste	7,2	29,8	14,4	7,0	4,2	1,7	4,0	23,2	7,3	3,3	2,4	2,7

Fontae: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.6.B. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade (%)											
	Mulheres						Homens					
	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	9,5	36,4	18,5	9,2	6,3	3,1	6,4	26,2	12,8	5,6	4,3	3,8
Norte	10,0	24,2	18,6	10,1	6,5	3,8	6,2	14,6	12,0	5,7	4,1	3,5
Nordeste	13,8	43,5	26,4	14,5	8,5	2,3	9,0	28,3	17,3	8,1	6,4	4,4
Sudeste	9,0	38,4	17,5	8,2	6,5	3,6	6,3	31,3	13,1	5,3	4,2	4,2
Sul	5,7	32,2	11,0	5,0	3,4	2,2	3,9	22,5	7,5	3,0	2,4	2,9
Centro-Oeste	7,9	32,0	16,2	6,9	4,8	2,5	4,5	21,8	9,5	3,9	2,3	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.7.A. Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal					
	Total (1000 pessoas)			Percentual em situação de informalidade (%) (1)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	101.830	43.735	58.095	38,4	36,8	40,0
Norte	8.299	3.282	5.017	51,7	46,7	55,0
Nordeste	22.842	9.422	13.420	50,4	46,3	53,3
Sudeste	45.889	20.208	25.681	34,1	33,9	34,2
Sul	15.965	6.977	8.988	30,9	29,7	31,8
Centro-Oeste	8.837	3.847	4.990	33,3	32,9	33,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.7.B. Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal					
	Total (1000 pessoas)			Percentual em situação de informalidade (%) (1)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	100.690	43.284	57.406	39,2	37,8	40,2
Norte	8.168	3.250	4.918	52,3	49,0	54,5
Nordeste	22.412	9.240	13.172	52,1	49,0	54,2
Sudeste	45.466	20.060	25.406	34,2	34,4	34,1
Sul	15.897	6.979	8.918	30,5	29,5	31,3
Centro-Oeste	8.746	3.754	4.992	35,2	34,0	36,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.8.A. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal			
	Total (1000 pessoas)		Percentual em situação de informalidade (%) (1)	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	19.834	23.395	31,7	41,0
Norte	686	2.542	38,8	48,6
Nordeste	2.440	6.887	39,8	48,6
Sudeste	10.196	9.748	31,2	36,8
Sul	5.088	1.840	28,8	32,2
Centro-Oeste	1.424	2.378	29,2	35,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.8.B. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal			
	Total (1000 pessoas)		Percentual em situação de informalidade (%) (1)	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	19.870	22.843	32,5	42,2
Norte	717	2.479	40,3	51,2
Nordeste	2.440	6.681	42,5	51,3
Sudeste	10.212	9.563	31,6	37,1
Sul	5.089	1.835	28,7	31,5
Centro-Oeste	1.413	2.284	31,6	35,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.9.A. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, no trabalho principal			
	Total (1000 pessoas)		Percentual em situação de informalidade (%) (1)	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	24.496	32.982	34,6	44,1
Norte	937	3.998	48,3	56,3
Nordeste	3.285	10.011	48,3	55,1
Sudeste	12.218	13.151	31,9	36,6
Sul	6.348	2.588	31,3	33,0
Centro-Oeste	1.708	3.235	31,9	34,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.9.B. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, no trabalho principal			
	Total (1000 pessoas)		Percentual em situação de informalidade (%) (1)	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	24.311	32.396	34,6	44,4
Norte	941	3.895	46,3	56,3
Nordeste	3.193	9.827	50,0	55,5
Sudeste	12.185	12.875	31,6	36,5
Sul	6.274	2.583	31,0	32,0
Centro-Oeste	1.718	3.216	33,7	37,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
(1) Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

TABELA 2.10.A. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego (%)									
		Empregada no setor privado		Trabalhadora doméstica		Empregada no setor público		Militar ou funcionária pública estatutária	Empregadora	Conta própria	Trabalhadora familiar auxiliar
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira				
Brasil	43.736	35,5	10,7	2,9	9,3	2,1	4,7	9,9	3,0	20,0	1,9
Norte	3.282	22,8	10,8	1,6	9,7	1,2	10,1	12,3	3,1	23,2	5,2
Nordeste	9.422	23,8	13,6	2,0	11,4	2,1	9,0	11,5	2,5	21,6	2,7
Sudeste	20.208	40,0	10,6	3,5	8,7	2,2	2,7	8,7	3,0	19,6	1,1
Sul	6.977	43,5	7,8	2,6	7,9	2,3	2,2	9,4	3,6	18,6	2,0
Centro-Oeste	3.847	36,7	9,2	3,9	10,1	1,4	5,0	11,4	3,4	17,6	1,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.10.B. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego (%)									
		Empregada no setor privado		Trabalhadora doméstica		Empregada no setor público		Militar ou funcionária pública estatutária	Empregadora	Conta própria	Trabalhadora familiar auxiliar
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira				
Brasil	43.283	35,0	10,6	3,0	9,8	2,0	4,6	9,6	3,1	20,3	2,1
Norte	3.250	21,2	11,4	1,8	10,1	1,0	9,1	12,8	3,2	23,3	6,0
Nordeste	9.240	22,8	13,2	2,1	12,0	1,7	8,4	11,3	2,1	23,3	3,0
Sudeste	20.060	40,1	10,5	3,4	9,4	2,3	2,7	8,2	3,2	19,3	1,0
Sul	6.979	42,8	7,3	2,9	8,2	2,2	2,5	8,9	3,7	19,0	2,5
Centro-Oeste	3.754	35,3	9,8	4,4	9,9	1,4	5,2	11,4	3,6	18,0	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.11.A. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego (%)									
		Empregado no setor privado		Trabalhador doméstico		Empregado no setor público		Militar ou funcionário público estatutário	Empregador	Conta própria	Trabalhador familiar auxiliar
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira				
Brasil	58.096	39,4	15,7	0,3	0,5	1,1	2,0	6,0	5,1	28,9	0,8
Norte	5.017	26,1	18,8	0,2	0,7	0,6	5,0	7,4	4,6	34,1	2,5
Nordeste	13.420	28,0	23,3	0,2	0,5	1,1	3,7	6,5	4,3	31,2	1,2
Sudeste	25.681	44,6	13,0	0,3	0,5	1,4	1,0	5,6	5,2	28,0	0,5
Sul	8.988	46,9	11,0	0,3	0,5	0,9	0,9	5,1	5,6	28,1	0,7
Centro-Oeste	4.990	42,8	14,7	0,4	0,6	1,0	2,1	7,2	6,3	24,5	0,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.11.B. Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego (%)									
		Empregado no setor privado		Trabalhador doméstico		Empregado no setor público		Militar ou funcionário público estatutário	Empregador	Conta própria	Trabalhador familiar auxiliar
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira				
Brasil	57.406	39,2	15,4	0,3	0,6	1,0	2,0	6,1	5,2	29,2	0,9
Norte	4.918	25,5	18,3	0,2	0,8	0,7	4,6	8,0	5,0	34,1	2,8
Nordeste	13.172	27,9	23,0	0,3	0,5	1,0	3,7	6,2	4,2	32,0	1,3
Sudeste	25.406	44,9	12,6	0,4	0,6	1,1	1,0	5,7	5,3	28,0	0,4
Sul	8.918	46,8	10,3	0,2	0,5	1,0	0,9	5,1	5,9	28,3	1,0
Centro-Oeste	4.992	40,6	15,4	0,4	0,7	1,0	2,0	7,5	6,6	25,2	0,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.12.A. População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2º trimestre de 2024

Grupamentos de atividade	População ocupada de 14 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	101.830	43.735	58.095	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7.998	1.432	6.566	7,9	3,3	11,3
Indústria geral	12.871	4.272	8.599	12,6	9,8	14,8
Construção	7.494	324	7.170	7,4	0,7	12,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19.266	7.960	11.306	18,9	18,2	19,5
Transporte, armazenagem e correio	5.738	688	5.050	5,6	1,6	8,7
Alojamento e alimentação	5.516	3.146	2.370	5,4	7,2	4,1
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12.923	5.406	7.517	12,7	12,4	12,9
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	18.572	11.981	6.591	18,2	27,4	11,3
Outros Serviços	5.556	3.127	2.429	5,5	7,1	4,2
Serviços domésticos	5.883	5.393	490	5,8	12,3	0,8
Atividades maldefinidas	16	8	8	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.12.B. População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil – 2023

Grupamentos de atividade	População ocupada de 14 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	100.690	43.284	57.406	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.146	1.478	6.668	8,1	3,4	11,6
Indústria geral	12.903	4.328	8.575	12,8	10,0	14,9
Construção	7.431	329	7.102	7,4	0,8	12,4
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19.035	7.873	11.162	18,9	18,2	19,4
Transporte, armazenagem e correio	5.504	652	4.852	5,5	1,5	8,5
Alojamento e alimentação	5.567	3.167	2.400	5,5	7,3	4,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12.614	5.306	7.308	12,5	12,3	12,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17.928	11.480	6.448	17,8	26,5	11,2
Outros Serviços	5.418	3.068	2.350	5,4	7,1	4,1
Serviços domésticos	6.104	5.587	517	6,1	12,9	0,9
Atividades maldefinidas	42	16	26	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.13.A. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024

Posição na ocupação e categoria do emprego	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura				
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	7.998	1.432	6.566	100,0	100,0
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	1.596	239	1.357	16,7	20,7
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.179	238	1.941	16,6	29,6
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	-	-	-	-	-
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-	-	-	-	-
Militar e servidor estatutário	-	-	-	-	-
Empregador	280	32	248	2,3	3,8
Conta própria	3.317	536	2.781	37,5	42,4
Trabalhador familiar auxiliar	624	385	239	26,9	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.13.B. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil – 2023

Posição na ocupação e categoria do emprego	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura				
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	8.146	1.478	6.668	100,0	100,0
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	1.606	211	1.395	14,3	20,9
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.131	224	1.907	15,2	28,6
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	-	-	-	-	-
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-	-	-	-	-
Militar e servidor estatutário	-	-	-	-	-
Empregador	293	38	255	2,6	3,8
Conta própria	3.447	585	2.862	39,6	42,9
Trabalhador familiar auxiliar	668	420	248	28,4	3,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.14. Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023

Sexo e Cor ou Raça	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2023)						
	Total	Grupos de anos de estudo					
		Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 a 15	16 anos ou mais
Total (1)	19	10	10	12	12	15	38
Branca	24	12	11	14	13	17	43
Preta ou parda	15	9	9	11	11	13	30
Mulheres (1)	17	10	9	11	10	13	32
Branca	22	13	10	13	11	14	36
Preta ou parda	14	9	8	9	10	11	26
Homens (1)	20	10	10	12	12	16	46
Branca	25	12	12	14	14	19	51
Preta ou parda	15	9	9	11	11	14	37

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.15. Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por nível de instrução, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2024

Sexo e Cor ou Raça	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)							
	Total	Nível de instrução						
		Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Superior completo ou equivalente
Total (1)	21	10	12	13	12	15	19	41
Branca	26	13	13	15	14	17	21	47
Preta ou parda	16	9	11	12	11	14	17	33
Mulheres (1)	19	10	10	11	11	13	17	34
Branca	24	11	11	12	12	14	19	38
Preta ou parda	15	9	10	10	10	12	14	28
Homens (1)	22	10	12	14	13	17	22	50
Branca	29	13	14	16	15	19	24	56
Preta ou parda	17	9	11	13	12	15	20	38

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.16. Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2023)													
	Mulheres							Homens						
	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 a 15	16 anos ou mais	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 a 15	16 anos ou mais
Brasil	17	10	9	11	10	13	32	20	10	10	12	12	16	46
Norte	15	9	8	8	9	12	28	15	10	9	11	10	14	38
Nordeste	13	6	6	7	8	10	27	14	7	7	8	9	13	38
Sudeste	19	13	10	13	11	13	34	22	13	11	13	13	17	49
Sul	18	11	11	12	11	14	32	22	13	13	15	15	19	44
Centro-Oeste	19	11	10	11	11	14	33	23	14	14	15	14	18	52

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.17. Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)															
	Mulheres							Homens								
	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equiv.	Fundamental completo ou equiv.	Médio incompleto ou equiv.	Médio completo ou equiv.	Superior incompleto ou equiv.	Superior completo ou equiv.	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equiv.	Fundamental completo ou equiv.	Médio incompleto ou equiv.	Médio completo ou equiv.	Superior incompleto ou equiv.	Superior completo ou equiv.
Brasil	19	10	10	11	11	13	17	34	22	10	12	14	13	17	22	50
Norte	16	10	9	9	9	12	15	30	17	10	11	13	11	15	17	39
Nordeste	15	7	7	8	8	10	13	29	15	7	9	10	10	13	20	42
Sudeste	21	11	11	11	12	13	18	37	25	14	14	15	13	18	23	53
Sul	20	13	12	13	12	15	18	34	24	16	15	16	16	19	23	49
Centro-Oeste	20	11	12	13	11	14	15	36	25	15	16	16	15	19	21	53

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.18. Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio			
	Total (1000 pessoas)	Frequência dos filhos na creche (%)		
		Todos os filhos frequentam creche	Algum filho, mas não todos, frequenta creche	Nenhum filho frequenta creche
Brasil	8.374	32,7	2,8	64,5
Norte	827	17,3	2,0	80,7
Nordeste	2.315	25,1	2,8	72,1
Sudeste	3.271	39,5	2,9	57,6
Sul	1.257	42,6	2,1	55,3
Centro-Oeste	704	26,8	3,8	69,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Não foram considerados os enteados das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio.

TABELA 2.19. Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por condição na ocupação e frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio									
	Total (1000 pessoas)	Condição na ocupação e frequência dos filhos na creche								
		Todos os filhos frequentam creche			Algum filho, mas não todos, frequenta creche			Nenhum filho frequenta creche		
		Total (1000 pessoas)	Condição na ocupação (%)		Total (1000 pessoas)	Condição na ocupação (%)		Total (1000 pessoas)	Condição na ocupação (%)	
			Ocupadas	Não ocupadas		Ocupadas	Não ocupadas		Ocupadas	Não ocupadas
Brasil	8.374	2.741	68,1	31,9	230	46,5	53,5	5.402	42,6	57,4
Norte	827	143	60,2	39,8	16	51,0	49,0	667	37,4	62,6
Nordeste	2.315	582	49,9	50,1	65	24,3	75,7	1.668	32,8	67,2
Sudeste	3.271	1.291	70,8	29,2	96	53,6	46,4	1.883	48,7	51,3
Sul	1.257	536	80,1	19,9	26	66,0	34,0	695	50,8	49,2
Centro-Oeste	704	189	78,0	22,0	27	53,6	46,4	489	47,7	52,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Não foram considerados os enteados das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio.

TABELA 2.20.A. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico								
	Total			Mulheres			Homens		
	Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Branças	Pretas ou pardas		Branços	Pretos ou pardos
Brasil	5.836	91,8	8,2	5.357	31,3	67,7	481	30,3	68,9
Norte	414	89,5	10,5	370	14,9	83,4	44	8,6	90,2
Nordeste	1.353	92,9	7,1	1.256	16,8	82,2	97	13,8	85,8
Sudeste	2.675	91,9	8,1	2.458	33,9	65,4	218	35,8	63,3
Sul	805	91,1	8,9	733	61,0	38,2	72	56,0	43,1
Centro-Oeste	589	91,6	8,4	540	23,9	74,2	50	20,4	78,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.20.B. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico								
	Total			Mulheres			Homens		
	Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total¹ (1000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Branças	Pretas ou pardas		Branços	Pretos ou pardos
Brasil	6.067	91,6	8,4	5.558	33,0	65,9	509	29,8	69,2
Norte	433	88,6	11,4	384	13,5	85,0	50	9,1	88,9
Nordeste	1.403	92,7	7,3	1.301	18,2	80,6	102	16,6	82,9
Sudeste	2.791	91,5	8,5	2.555	36,5	62,3	236	34,4	65,2
Sul	845	92,3	7,7	779	59,7	39,4	65	57,5	39,2
Centro-Oeste	595	90,6	9,4	539	27,0	71,7	56	20,4	78,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.21.A. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico						
	Total (1000 pessoas)	Mulheres			Homens		
		Total (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição (%)	
			Com carteira	Sem carteira		Com carteira	Sem carteira
Brasil	5.836	5.357	23,9	76,1	481	33,9	66,1
Norte	414	370	14,1	85,9	44	18,1	81,9
Nordeste	1.353	1.256	14,9	85,1	97	30,4	69,6
Sudeste	2.675	2.458	28,7	71,3	218	37,5	62,5
Sul	805	733	24,8	75,2	72	33,5	66,5
Centro-Oeste	589	540	28,1	71,9	50	39,1	60,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.21.B. População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico						
	Total (1000 pessoas)	Mulheres			Homens		
		Total (1000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição (%)	
			Com carteira	Sem carteira		Com carteira	Sem carteira
Brasil	6.067	5.558	23,4	76,6	509	34,4	65,6
Norte	433	384	14,9	85,1	50	20,5	79,5
Nordeste	1.403	1.301	14,9	85,1	102	34,2	65,8
Sudeste	2.791	2.555	26,4	73,6	236	37,7	62,3
Sul	845	779	26,3	73,7	65	33,2	66,8
Centro-Oeste	595	539	30,9	69,1	56	34,3	65,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.22. Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e percentual com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Menos de 4 anos de estudo (%)		
	Total ¹	Branca	Preta ou parda	Total ¹	Branca	Preta ou parda
Brasil	5.323	1.741	3.527	9,1	7,1	10,1
Norte	391	58	327	10,1	9,7	10,1
Nordeste	1.227	213	998	11,5	14,6	10,8
Sudeste	2.442	897	1.523	8,2	5,7	9,8
Sul	736	451	280	8,2	5,8	11,9
Centro-Oeste	527	122	399	8,0	8,5	8,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.23. Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2024

Nível de instrução	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total ¹	Branca	Preta ou parda	Total ¹	Branca	Preta ou parda
Total	5.357	1.678	36	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	161	51	110	3,0	3,1	3,0
Fundamental incompleto ou equivalente	1.974	621	1.336	36,8	37,0	36,8
Fundamental completo ou equivalente	688	233	451	12,8	13,9	12,4
Médio incompleto ou equivalente	472	121	348	8,8	7,2	9,6
Médio completo ou equivalente	1.864	575	1.268	34,8	34,3	34,9
Superior incompleto ou equivalente	81	28	52	1,5	1,6	1,4
Superior completo ou equivalente	117	49	65	2,2	2,9	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.24.A. Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade (R\$) (a preços médios de 2º trimestre de 2024)		
	Total¹	Cor ou raça	
		Brancas	Pretas ou pardas
Brasil	1.183	1.304	1.125
Norte	945	1.006	934
Nordeste	775	752	781
Sudeste	1.332	1.363	1.312
Sul	1.413	1.473	1.308
Centro-Oeste	1.301	1.369	1.275

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.24.B. Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade (R\$) (a preços médios de 2023)		
	Total¹	Cor ou raça	
		Brancas	Pretas ou pardas
Brasil	1.134	1.245	1.078
Norte	914	1.059	892
Nordeste	726	738	724
Sudeste	1.278	1.305	1.263
Sul	1.347	1.382	1.294
Centro-Oeste	1.279	1.316	1.262

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.25.A. Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico (R\$) (a preços médios de 2º trimestre de 2024)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Brasil	1.217	1.183	1.602
Norte	978	945	1.265
Nordeste	802	775	1.162
Sudeste	1.366	1.332	1.766
Sul	1.443	1.413	1.755
Centro-Oeste	1.344	1.301	1.818

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
2. O trabalho doméstico é definido pela posição na ocupação Trabalhador doméstico com e sem carteira de trabalho assinada.

TABELA 2.25.B. Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico (R\$) (a preços médios de 2023)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Brasil	1.156	1.134	1.399
Norte	947	914	1.203
Nordeste	745	726	987
Sudeste	1.295	1.278	1.477
Sul	1.372	1.347	1.665
Centro-Oeste	1.317	1.279	1.694

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
2. O trabalho doméstico é definido pela posição na ocupação Trabalhador doméstico com e sem carteira de trabalho assinada.

TABELA 2.26. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino														
	Total (1000 pessoas)							Distribuição percentual (%)							
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos
Brasil	40.177	3.940	7.127	12.489	9.948	2.934	2.153	1.591	100,0	9,8	17,7	31,1	24,8	7,3	4,0
Norte	2.900	402	743	925	549	140	95	47	100,0	13,9	25,6	31,9	18,9	4,8	1,6
Nordeste	11.440	2.070	3.170	3.807	1.617	344	261	173	100,0	18,1	27,7	33,3	14,1	3,0	1,5
Sudeste	17.049	1.072	2.200	5.095	4.943	1.568	1.189	982	100,0	6,3	12,9	29,9	29,0	9,2	5,8
Sul	5.778	251	590	1.650	1.990	611	436	251	100,0	4,3	10,2	28,6	34,4	10,6	4,3
Centro-Oeste	3.010	145	424	1.012	849	271	172	138	100,0	4,8	14,1	33,6	28,2	9,0	4,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.27. Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino														
	Total (1000 pessoas)							Distribuição percentual (%)							
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Brasil	37.496	2.283	4.428	10.534	11.162	3.788	2.897	100,0	6,1	11,8	28,1	29,8	10,1	7,7	6,4
Norte	3.044	290	568	992	724	226	142	100,0	9,5	18,7	32,6	23,8	7,4	4,7	3,4
Nordeste	9.008	1.148	1.903	3.247	1.714	395	333	100,0	12,7	21,1	36,1	19,0	4,4	3,7	3,0
Sudeste	16.630	611	1.369	4.153	5.593	2.007	1.520	100,0	3,7	8,2	25,0	33,6	12,1	9,1	8,3
Sul	5.671	158	346	1.341	2.091	777	570	100,0	2,8	6,1	23,6	36,9	13,7	10,1	6,8
Centro-Oeste	3.143	76	242	801	1.040	383	332	100,0	2,4	7,7	25,5	33,1	12,2	10,6	8,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.28. Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo sexo e cor ou raça da pessoa responsável - 2023

Sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio	Domicílios particulares permanentes													
	Total (1000 pessoas)							Distribuição percentual (%)						
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos
Mulheres¹	40.178	3.939	7.127	12.488	9.948	2.933	2.152	1.592	9,8	17,7	31,1	24,8	7,3	4,0
Branças	16.601	941	1.849	4.475	4.812	1.811	1.484	1.229	5,7	11,1	27,0	29,0	10,9	7,4
Pretas ou pardas	22.973	2.932	5.162	7.836	4.995	1.085	632	332	12,8	22,5	34,1	21,7	4,7	1,4
Homens¹	37.496	2.283	4.428	10.533	11.162	3.789	2.897	2.404	6,1	11,8	28,1	29,8	10,1	6,4
Branços	16.024	621	1.202	3.656	4.939	2.076	1.784	1.744	3,9	7,5	22,8	30,8	13,0	10,9
Pretos ou pardos	20.953	1.628	3.163	6.766	6.091	1.654	1.058	592	7,8	15,1	32,3	29,1	7,9	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.29. Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal (%)								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	87,6	88,9	86,3	89,6	90,4	88,8	73,7	77,2	70,4
Norte	81,2	83,3	79,2	85,5	86,9	84,0	63,8	67,0	61,0
Nordeste	81,9	84,3	79,2	85,4	86,8	83,8	69,8	74,9	65,0
Sudeste	90,9	91,5	90,2	91,5	91,9	91,0	80,6	82,8	78,7
Sul	90,0	90,7	89,3	91,0	91,6	90,3	82,8	83,6	82,0
Centro-Oeste	92,1	93,0	91,2	92,6	93,4	91,8	85,8	87,7	84,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.30. Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal								
	Total			Urbana			Rural		
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	163.770	52,2	47,8	146.568	52,5	47,5	17.202	50,2	49,8
Norte	12.985	51,5	48,5	10.994	52,0	48,0	1.992	48,7	51,3
Nordeste	40.822	53,8	46,2	32.888	54,2	45,8	7.934	52,3	47,7
Sudeste	72.349	52,0	48,0	68.680	52,2	47,8	3.669	48,3	51,7
Sul	24.141	51,1	48,9	21.487	51,4	48,6	2.653	48,6	51,4
Centro-Oeste	13.473	51,2	48,8	12.519	51,5	48,5	954	47,7	52,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.31. Moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet								
	Total			Urbana			Rural		
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)		Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	93.311	51,2	48,8	89.107	51,2	48,8	4.205	50,3	49,7
Norte	5.710	50,4	49,6	5.406	50,6	49,4	304	47,0	53,0
Nordeste	16.456	52,1	47,9	15.222	52,1	47,9	1.234	52,4	47,6
Sudeste	47.268	51,4	48,6	46.159	51,4	48,6	1.109	49,8	50,2
Sul	15.797	50,4	49,6	14.571	50,5	49,5	1.227	49,7	50,3
Centro-Oeste	8.080	50,4	49,6	7.748	50,5	49,5	331	48,9	51,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: O acesso à internet se refere à existência de algum morador com acesso à Internet no domicílio por meio de computador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.

TABELA 2.32. Percentual de moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Percentual de moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet (%)								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	43,2	43,2	43,1	47,2	46,9	47,6	15,3	16,0	14,6
Norte	29,9	30,3	29,6	35,5	35,5	35,5	7,9	7,9	7,8
Nordeste	28,3	28,4	28,1	34,0	33,6	34,5	9,2	9,9	8,5
Sudeste	51,9	52,0	51,9	53,8	53,7	54,0	21,2	22,2	20,3
Sul	51,2	51,1	51,4	53,7	53,3	54,2	33,1	34,1	32,2
Centro-Oeste	47,4	47,5	47,3	49,3	49,2	49,4	25,3	26,2	24,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: O acesso à internet se refere à existência de algum morador com acesso à Internet no domicílio por meio de computador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.

TABELA 2.33.A. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2º trimestre de 2024

Sexo e Cor ou raça	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	3.214	2.508	2.238	3.627	3.528	3.641
Branca	4.148	3.515	3.046	4.528	3.872	4.741
Preta ou parda	2.460	2.266	1.964	2.704	2.632	3.024
Mulheres (1)	2.790	2.313	2.081	3.080	2.981	3.025
Branca	3.529	3.073	2.758	3.828	3.245	3.914
Preta ou parda	2.146	2.111	1.845	2.262	2.230	2.498
Homens (1)	3.529	2.632	2.347	4.054	3.947	4.111
Branca	4.644	3.834	3.257	5.109	4.368	5.424
Preta ou parda	2.680	2.362	2.044	3.029	2.913	3.407

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.33.B. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2023

Sexo e Cor ou raça	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios de 2023)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	2.979	2.416	1.991	3.389	3.225	3.418
Branca	3.847	3.390	2.706	4.244	3.521	4.442
Preta ou parda	2.264	2.167	1.749	2.492	2.446	2.818
Mulheres (1)	2.588	2.215	1.854	2.886	2.739	2.799
Branca	3.287	3.076	2.510	3.584	2.992	3.614
Preta ou parda	1.962	1.963	1.620	2.099	2.036	2.300
Homens (1)	3.271	2.544	2.086	3.783	3.599	3.881
Branca	4.299	3.624	2.854	4.794	3.943	5.120
Preta ou parda	2.474	2.292	1.835	2.781	2.735	3.183

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.34.A. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024

Grupamento de atividade	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Total	3.113	2.696	3.424
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.952	1.705	1.993
Indústria geral	3.113	2.423	3.451
Construção	2.402	3.277	2.364
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.647	2.244	2.926
Transporte, armazenagem e correio	3.020	2.914	3.034
Alojamento e alimentação	2.126	1.813	2.541
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.459	3.660	5.032
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	4.509	3.785	5.823
Outros Serviços	2.475	2.060	3.008
Serviços domésticos	1.206	1.174	1.568
Atividades maldefinidas	4.805	1.493	8.192

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.34.B. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil – 2023

Grupamento de atividade	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios de 2023)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Total	2.890	2.510	3.173
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.814	1.541	1.858
Indústria geral	2.859	2.218	3.178
Construção	2.376	3.729	2.316
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.459	2.057	2.739
Transporte, armazenagem e correio	2.737	2.722	2.739
Alojamento e alimentação	2.025	1.841	2.264
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.227	3.574	4.699
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	4.157	3.481	5.360
Outros Serviços	2.317	1.930	2.820
Serviços domésticos	1.143	1.122	1.372
Atividades maldefinidas	2.685	2.584	2.745

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.35.A. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2º trimestre de 2024

Posição na ocupação e categoria do emprego	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Total	3.113	2.696	3.424
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	2.941	2.628	3.153
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.190	2.118	2.227
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	4.662	3.781	5.855
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.595	2.425	2.893
Militar e servidor estatutário	5.841	5.035	6.839
Empregador	8.078	6.652	8.718
Conta própria	2.602	2.243	2.788
Trabalhador familiar auxiliar	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.35.B. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal – 2023

Posição na ocupação e categoria do emprego	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios de 2023)		
	Total	Sexo	
		Mulheres	Homens
Total	2.890	2.510	3.173
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	2.745	2.490	2.916
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.059	1.922	2.129
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	4.200	3.528	5.163
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.473	2.290	2.785
Militar e servidor estatutário	5.374	4.595	6.306
Empregador	7.462	6.766	7.771
Conta própria	2.413	2.045	2.605
Trabalhador familiar auxiliar	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.36. Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade com deficiência, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade com deficiência						
	Total ¹	Sexo					
		Mulheres			Homens		
		Total ¹	Cor ou raça		Total ¹	Cor ou raça	
			Brancas	Pretas ou pardas		Brancos	Pretos ou pardos
Brasil	26,6	22,4	20,1	24,0	32,7	30,8	33,8
Norte	32,7	27,5	25,7	27,9	39,5	34,5	40,2
Nordeste	23,7	20,0	17,7	20,7	29,2	28,4	29,5
Sudeste	26,0	22,0	18,9	25,3	32,0	29,8	34,0
Sul	27,3	23,4	23,3	24,4	32,5	31,9	33,9
Centro-Oeste	33,3	26,7	22,3	29,3	42,7	39,3	44,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 2.37. Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022

Grupamento de atividade	Distribuição percentual (%)					
	Total			Pessoas com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total¹	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,8	4,0	12,4	12,2	6,1	18,3
Indústria geral	12,8	10,0	14,8	11,6	10,6	12,5
Construção	7,5	0,7	12,6	7,0	0,3	13,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,4	18,9	19,7	18,9	18,9	18,9
Transporte, armazenagem e correio	5,3	1,5	8,1	3,8	1,0	6,6
Alojamento e alimentação	5,4	7,1	4,0	7,7	10,2	5,3
Informação, comunicação e atividades f	11,9	11,7	12,1	8,5	7,3	9,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17,5	26,1	11,1	14,6	19,6	9,8
Outros Serviços	5,5	7,2	4,2	5,5	7,1	3,9
Serviços domésticos	6,0	12,7	1,0	10,1	18,9	1,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

1- Inclui atividades mal definidas.

TABELA 2.38. Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022

Posição na ocupação e categoria do emprego	Distribuição percentual (%)					
	Total			Pessoas com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	36,5	33,8	38,6	22,9	18,8	26,9
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	13,3	10,3	15,6	12,5	9,5	15,5
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1,5	3,1	0,3	2,0	3,7	0,4
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,4	9,5	0,6	8,1	15,1	1,1
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,3	1,7	1,0	1,1	1,2	0,9
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	3,1	4,5	2,0	2,7	3,9	1,5
Militar e servidor estatutário	7,8	10,1	6,1	7,8	10,0	5,6
Empregador	4,4	3,3	5,2	3,7	3,0	4,4
Conta própria	25,9	21,0	29,5	36,5	31,0	41,9
Trabalhador familiar auxiliar	1,7	2,6	1,1	2,8	3,8	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 2.39. Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e com deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 3º trimestre de 2022

Sexo e Cor ou raça	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$) (a preços médios de 2022)	
	Total	Pessoas com deficiência
Total (1)	2.737	1.913
Branca	3.492	2.436
Preta ou parda	2.096	1.572
Mulheres (1)	2.380	1.598
Branca	2.964	1.984
Preta ou parda	1.834	1.338
Homens (1)	3.001	2.218
Branca	3.913	2.876
Preta ou parda	2.278	1.796

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.40. Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual, por recebimento de programa social e sexo do responsável, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares permanentes (mil unidades)					
	Total			Recebe programa social		
	Total	Sexo do responsável pelo domicílio		Total	Sexo do responsável pelo domicílio	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total						
Total	78.322	40.469	37.853	11.426	9.411	2.014
Com segurança alimentar	56.704	27.636	29.068	5.262	4.246	1.016
Com insegurança alimentar	21.618	12.833	8.785	6.163	5.165	998
Com insegurança alimentar leve	14.253	8.436	5.817	3.611	3.116	496
Com insegurança alimentar moderada	4.161	2.520	1.642	1.377	1.136	241
Com insegurança alimentar grave	3.204	1.878	1.326	1.175	913	262
Distribuição percentual (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	72,4	68,3	76,8	46,1	45,1	50,4
Com insegurança alimentar	27,6	31,7	23,2	53,9	54,9	49,6
Com insegurança alimentar leve	18,2	20,8	15,4	31,6	33,1	24,6
Com insegurança alimentar moderada	5,3	6,2	4,3	12,1	12,1	12,0
Com insegurança alimentar grave	4,1	4,6	3,5	10,3	9,7	13,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por ao menos uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, lhes faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, ficaram sem dinheiro para terem uma alimentação saudável e variada, e comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores.

TABELA 2.41.A. Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio			
	Total	Frequência dos filhos na creche (%)		
		Todos os filhos frequentam creche	Algum filho, mas não todos, frequenta creche	Nenhum filho frequenta creche
Brasil	51,0	68,1	46,5	42,6
Norte	41,6	60,2	51,0	37,4
Nordeste	36,8	49,9	24,3	32,8
Sudeste	57,6	70,8	53,6	48,7
Sul	63,6	80,1	66,0	50,8
Centro-Oeste	56,0	78,0	53,6	47,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Não foram considerados os enteados das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio.

TABELA 2.41.B. Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio			
	Total	Frequência dos filhos na creche (%)		
		Todos os filhos frequentam creche	Algum filho, mas não todos, frequenta creche	Nenhum filho frequenta creche
Brasil	51,9	70,3	38,0	44,4
Norte	45,0	60,6	38,0	42,8
Nordeste	39,3	52,2	33,3	35,8
Sudeste	56,7	72,2	34,2	48,3
Sul	66,4	85,2	71,3	53,7
Centro-Oeste	55,4	76,6	44,5	48,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Não foram considerados os enteados das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio.

TABELA 2.42.A. Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024

Procura por trabalho no mês de referência	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total (1)	Cor ou raça		Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda
Total	3.892	1.125	2.723	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	3.652	1.052	2.557	93,8	93,5	93,9
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	171	65	106	4,4	5,7	3,9
Não conseguia trabalho adequado	480	146	326	12,3	13,0	12,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	140	42	97	3,6	3,8	3,6
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	163	67	94	4,2	5,9	3,5
Não havia trabalho na localidade	1.025	211	800	26,3	18,7	29,4
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	923	234	677	23,7	20,8	24,9
Por problema de saúde ou gravidez	257	98	156	6,6	8,7	5,7
Outro motivo	493	190	300	12,7	16,9	11,0
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	240	73	165	6,2	6,5	6,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.42.B. Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil – 2023

	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total (1)	Cor ou raça		Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda
Total	4.268	1.229	2.977	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	4.016	1.137	2.822	94,1	92,5	94,8
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	175	54	120	4,1	4,4	4,0
Não conseguia trabalho adequado	436	134	297	10,2	10,9	10,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	186	56	126	4,4	4,6	4,2
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	185	69	112	4,3	5,6	3,8
Não havia trabalho na localidade	1.246	236	990	29,2	19,2	33,3
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	955	261	679	22,4	21,3	22,8
Por problema de saúde ou gravidez	269	98	170	6,3	7,9	5,7
Outro motivo	564	229	329	13,2	18,6	11,0
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	251	92	155	5,9	7,5	5,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.43.A. Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024

Procura por trabalho no mês de referência	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total (1)	Cor ou raça		Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda
Total	2.468	725	1.711	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	2.328	670	1.626	94,3	92,4	95,0
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	193	52	138	7,8	7,2	8,0
Não conseguia trabalho adequado	367	113	248	14,9	15,6	14,5
Não tinha experiência profissional ou qualificação	138	42	93	5,6	5,8	5,5
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	141	55	84	5,7	7,6	4,9
Não havia trabalho na localidade	796	154	630	32,3	21,2	36,8
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	59	18	40	2,4	2,5	2,3
Por problema de saúde ou gravidez	184	67	116	7,4	9,3	6,8
Outro motivo	450	168	276	18,2	23,2	16,1
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	140	55	85	5,7	7,6	5,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.43.B. Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil – 2023

	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total (1)	Cor ou raça		Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda
Total	2.755	830	1.892	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	2.546	783	1.830	96,0	94,4	96,7
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	189	70	119	6,9	8,4	6,3
Não conseguia trabalho adequado	382	122	258	13,9	14,7	13,6
Não tinha experiência profissional ou qualificação	120	32	88	4,4	3,8	4,7
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	155	52	101	5,6	6,3	5,3
Não havia trabalho na localidade	1.007	192	798	36,5	23,2	42,2
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	66	29	36	2,4	3,4	1,9
Por problema de saúde ou gravidez	194	77	114	7,0	9,2	6,0
Outro motivo	534	210	316	19,4	25,3	16,7
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	109	46	62	4,0	5,6	3,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.44.A. Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024

	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Grupos de idade					Grupos de idade				
	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	Total	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	3.892	397	801	1.943	752	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	3.652	384	746	1.802	721	93,8	96,5	93,1	92,7	95,9
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	171	10	46	84	32	4,4	2,4	5,8	4,3	4,2
Não conseguia trabalho adequado	480	30	97	247	105	12,3	7,6	12,1	12,7	14,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	140	18	39	65	18	3,6	4,6	4,9	3,4	2,4
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	163	51	4	7	102	4,2	12,7	0,5	0,4	13,5
Não havia trabalho na localidade	1.025	70	215	587	153	26,3	17,5	26,8	30,2	20,3
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	923	21	177	581	144	23,7	5,3	22,1	29,9	19,1
Por problema de saúde ou gravidez	257	3	21	112	122	6,6	0,6	2,6	5,8	16,2
Outro motivo	493	182	147	119	46	12,7	45,7	18,4	6,1	6,1
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	240	14	55	141	31	6,2	3,5	6,9	7,3	4,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua.

TABELA 2.44.B. Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil – 2023

	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Total	Grupos de idade				Total	Grupos de idade			
		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	4.268	475	834	2.075	884	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	4.016	463	776	1.933	843	94,1	97,6	93,1	93,2	95,4
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	175	11	49	94	21	4,1	2,4	5,9	4,5	2,4
Não conseguia trabalho adequado	436	29	84	209	115	10,2	6,1	10,0	10,1	13,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	186	27	46	79	34	4,4	5,7	5,6	3,8	3,8
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	185	53	2	14	116	4,3	11,1	0,3	0,7	13,2
Não havia trabalho na localidade	1.246	91	280	688	187	29,2	19,1	33,6	33,2	21,2
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	955	19	133	618	185	22,4	4,0	15,9	29,8	21,0
Por problema de saúde ou gravidez	269	4	24	102	139	6,3	0,9	2,9	4,9	15,7
Outro motivo	564	229	158	130	46	13,2	48,3	19,0	6,3	5,2
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	251	12	57	142	41	5,9	2,4	6,9	6,8	4,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.45.A. Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024

Procura por trabalho no mês de referência	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Total	Grupos de idade				Total	Grupos de idade			
		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	2.468	419	585	849	615	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	2.328	405	541	794	587	94,3	96,6	92,5	93,6	95,5
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	193	14	63	83	34	7,8	3,4	10,7	9,7	5,5
Não conseguia trabalho adequado	367	33	88	153	93	14,9	7,9	15,1	18,0	15,1
Não tinha experiência profissional ou qualificação	138	37	43	41	17	5,6	8,9	7,3	4,8	2,7
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	141	39	3	4	94	5,7	9,4	0,5	0,4	15,4
Não havia trabalho na localidade	796	73	182	367	174	32,3	17,3	31,1	43,3	28,3
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	59	3	5	27	25	2,4	0,7	0,8	3,2	4,0
Por problema de saúde ou gravidez	184	2	15	58	108	7,4	0,6	2,6	6,8	17,6
Outro motivo	450	203	142	63	42	18,2	48,3	24,3	7,4	6,9
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	140	14	44	54	28	5,7	3,4	7,5	6,4	4,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.45.B. Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023

Procura por trabalho no mês de referência	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial									
	Total (1.000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Total	Grupos de idade				Total	Grupos de idade			
		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais		14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	2.755	465	669	971	651	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	2.646	450	642	924	630	96,0	96,8	96,0	95,2	96,8
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	189	12	57	80	41	6,9	2,5	8,5	8,2	6,3
Não conseguia trabalho adequado	382	20	102	154	106	13,9	4,3	15,3	15,9	16,3
Não tinha experiência profissional ou qualificação	120	25	50	34	10	4,4	5,4	7,5	3,5	1,6
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	155	46	4	4	101	5,6	9,9	0,5	0,4	15,5
Não havia trabalho na localidade	1.007	109	235	453	210	36,5	23,4	35,2	46,6	32,2
Tinha de cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	66	4	9	31	21	2,4	0,8	1,3	3,2	3,3
Por problema de saúde ou gravidez	194	3	21	79	91	7,0	0,6	3,2	8,1	14,0
Outro motivo	534	232	164	89	50	19,4	49,8	24,5	9,2	7,7
Tomou providência para conseguir trabalho mas não estava disponível para começar a trabalhar	109	15	27	47	21	4,0	3,2	4,0	4,8	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 2.46.A. Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023

Sexo e grupos de idade	Jovens de 15 a 29 anos de idade									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Situação de ocupação e condição de estudo					Situação de ocupação e condição de estudo				
	Total	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado	Total	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado
Total	48.545	12.391	7.410	19.118	9.627	100,0	25,5	15,3	39,4	19,8
15 a 17 anos	9.149	7.431	1.037	214	468	100,0	81,2	11,3	2,3	5,1
18 a 24 anos	22.280	4.144	4.015	8.777	5.344	100,0	18,6	18,0	39,4	24,0
25 a 29 anos	17.116	816	2.358	10.127	3.815	100,0	4,8	13,8	59,2	22,3
Mulheres	23.975	6.510	3.827	7.503	6.136	100,0	27,2	16,0	31,3	25,6
15 a 17 anos	4.461	3.705	431	58	267	100,0	83,1	9,7	1,3	6,0
18 a 24 anos	10.988	2.300	2.145	3.313	3.230	100,0	20,9	19,5	30,2	29,4
25 a 29 anos	8.527	504	1.251	4.132	2.639	100,0	5,9	14,7	48,5	30,9
Homens	24.569	5.880	3.583	11.616	3.491	100,0	23,9	14,6	47,3	14,2
15 a 17 anos	4.688	3.725	606	156	201	100,0	79,5	12,9	3,3	4,3
18 a 24 anos	11.292	1.843	1.870	5.464	2.114	100,0	16,3	16,6	48,4	18,7
25 a 29 anos	8.589	311	1.107	5.995	1.176	100,0	3,6	12,9	69,8	13,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.46.B. Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2022

Sexo e grupos de idade	Jovens de 15 a 29 anos de idade									
	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Situação de ocupação e condição de estudo					Situação de ocupação e condição de estudo				
	Total	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado	Total	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado
Total	49.012	12.369	7.681	19.156	9.807	100,0	25,2	15,7	39,1	20,0
15 a 17 anos	9.159	7.316	1.187	228	427	100,0	79,9	13,0	2,5	4,7
18 a 24 anos	22.827	4.253	4.143	8.868	5.563	100,0	18,6	18,1	38,9	24,4
25 a 29 anos	17.027	800	2.351	10.060	3.816	100,0	4,7	13,8	59,1	22,4
Mulheres	24.273	6.661	3.788	7.555	6.270	100,0	27,4	15,6	31,1	25,8
15 a 17 anos	4.474	3.724	446	71	233	100,0	83,2	10,0	1,6	5,2
18 a 24 anos	11.302	2.409	2.110	3.388	3.394	100,0	21,3	18,7	30,0	30,0
25 a 29 anos	8.498	527	1.232	4.097	2.642	100,0	6,2	14,5	48,2	31,1
Homens	24.739	5.708	3.893	11.601	3.537	100,0	23,1	15,7	46,9	14,3
15 a 17 anos	4.685	3.592	741	157	194	100,0	76,7	15,8	3,4	4,1
18 a 24 anos	11.525	1.843	2.033	5.480	2.169	100,0	16,0	17,6	47,5	18,8
25 a 29 anos	8.529	273	1.119	5.963	1.174	100,0	3,2	13,1	69,9	13,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 2.47.A. Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023

Jovens de 15 a 29 anos de idade										
Sexo e cor ou raça	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Total	Situação de ocupação e condição de estudo			Total	Situação de ocupação e condição de estudo				
		Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado		Não estuda e não está ocupado	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado
Total (1)	48.545	12.390	7.409	19.119	9.627	100,0	25,5	15,3	39,4	19,8
Branca	18.807	4.971	3.461	7.398	2.977	100,0	26,4	18,4	39,3	15,8
Preta ou parda	29.204	7.273	3.861	11.535	6.535	100,0	24,9	13,2	39,5	22,4
Mulheres (1)	23.975	6.510	3.827	7.503	6.136	100,0	27,2	16,0	31,3	25,6
Branca	9.370	2.589	1.802	3.138	1.842	100,0	27,6	19,2	33,5	19,7
Preta ou parda	14.311	3.837	1.973	4.284	4.217	100,0	26,8	13,8	29,9	29,5
Homens (1)	24.569	5.880	3.583	11.616	3.491	100,0	23,9	14,6	47,3	14,2
Branca	9.437	2.382	1.660	4.260	1.135	100,0	25,2	17,6	45,1	12,0
Preta ou parda	14.893	3.436	1.888	7.251	2.318	100,0	23,1	12,7	48,7	15,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.47.B. Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2022

Jovens de 15 a 29 anos de idade										
Sexo e cor ou raça	Total (1000 pessoas)					Distribuição (%)				
	Total	Situação de ocupação e condição de estudo				Total	Situação de ocupação e condição de estudo			
		Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado		Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado
Total (1)	49.012	12.369	7.681	19.156	9.807	100,0	25,2	15,7	39,1	20,0
Branca	19.163	5.022	3.596	7.524	3.021	100,0	26,2	18,8	39,3	15,8
Preta ou parda	29.337	7.220	4.012	11.423	6.683	100,0	24,6	13,7	38,9	22,8
Mulheres (1)	24.273	6.661	3.788	7.555	6.270	100,0	27,4	15,6	31,1	25,8
Branca	9.598	2.711	1.836	3.151	1.900	100,0	28,2	19,1	32,8	19,8
Preta ou parda	14.390	3.870	1.914	4.301	4.304	100,0	26,9	13,3	29,9	29,9
Homens (1)	24.739	5.708	3.893	11.601	3.537	100,0	23,1	15,7	46,9	14,3
Branca	9.565	2.311	1.760	4.373	1.121	100,0	24,2	18,4	45,7	11,7
Preta ou parda	14.947	3.349	2.098	7.121	2.379	100,0	22,4	14,0	47,6	15,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.48.A. Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil – 2023

Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência												
Desejo de trabalhar e principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual por grupos de idade (%)			Distribuição percentual por sexo (%)		Distribuição percentual por cor ou raça (%) (1)		Distribuição percentual por sexo e cor ou raça (%) (1)			
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Homem	Mulher	Branco	Preto ou pardo	Homem branco	Homem preto ou pardo	Mulher branca	Mulher preta ou parda
Total	7.261	6,2	55,6	38,2	30,5	69,5	29,6	69,1	9,6	20,6	20,0	48,5
Não gostariam de trabalhar	4.944	6,9	54,8	38,3	28,1	71,9	31,9	66,9	9,7	18,1	22,2	48,8
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	2.399	3,3	48,1	48,6	4,3	95,7	26,9	71,6	0,9	3,4	26,0	68,2
Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	697	12,9	75,0	12,0	46,6	53,4	42,5	56,8	19,9	26,3	22,6	30,5
Por problema de saúde ou gravidez	928	6,6	52,1	41,3	47,5	52,5	34,7	64,7	16,6	30,8	18,1	33,9
Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	126	36,9	53,3	9,8	48,2	51,8	39,3	58,4	15,4	31,1	23,9	27,3
Por não querer trabalhar	558	9,2	64,6	26,2	56,1	43,9	29,4	69,0	16,0	39,0	13,4	30,0
Outro motivo	236	6,3	51,6	42,1	61,5	38,5	41,9	57,2	24,2	36,9	17,7	20,2
Gostariam de trabalhar	2.318	4,5	57,3	38,1	35,8	64,2	24,7	73,8	9,3	26,1	15,4	47,7
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	137	3,6	60,8	35,6	58,1	41,9	27,2	72,8	17,6	40,5	9,6	32,3
Não conseguia trabalho adequado	247	4,4	64,2	31,4	49,9	50,1	28,6	70,5	14,0	35,5	14,7	35,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	114	5,5	70,1	24,4	54,5	45,5	32,7	67,0	20,6	33,9	12,1	33,0
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	16	71,0	23,7	5,3	59,1	40,9	7,7	82,1	5,1	43,7	2,5	38,4
Não havia trabalho na localidade	755	5,0	60,6	34,5	42,5	57,5	16,8	81,1	7,3	34,4	9,4	46,7
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	597	2,9	42,7	54,4	3,9	96,1	22,7	75,6	0,8	3,1	21,9	72,5
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	128	5,3	81,6	13,1	46,1	53,9	48,3	51,2	16,3	29,5	32,0	21,7
Por problema de saúde ou gravidez	193	2,3	50,8	46,9	40,6	59,4	27,0	71,9	13,0	27,2	14,1	44,7
Outro motivo	131	4,5	67,6	28,0	56,9	43,1	38,2	61,0	20,8	35,9	17,4	25,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.48.B. Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil - 2022

Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência												
Desejo de trabalhar e principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual por grupos de idade (%)			Distribuição percentual por sexo (%)		Distribuição percentual por cor ou raça (%) (1)		Distribuição percentual por sexo e cor ou raça (%) (1)			
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Homem	Mulher	Branco	Preto ou pardo	Homem branco	Homem preto ou pardo	Mulher branca	Mulher preta ou parda
Total	7.118	5,6	55,3	39,1	31,2	68,8	31,7	67,3	10,4	20,6	21,3	46,8
Não gostariam de trabalhar	4.703	6,2	54,4	39,4	29,0	71,0	34,2	64,7	10,4	18,2	23,7	46,5
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	2.086	2,2	45,8	52,1	3,8	96,2	29,5	69,3	1,0	2,7	28,5	66,6
Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	819	12,7	74,4	12,9	43,6	56,4	43,1	56,2	17,5	25,5	25,5	30,7
Por problema de saúde ou gravidez	878	4,8	50,3	44,9	47,9	52,1	37,5	61,6	18,8	28,9	18,7	32,7
Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	159	30,8	58,4	10,8	51,2	48,8	33,9	63,2	15,0	33,7	18,8	29,5
Por não querer trabalhar	573	7,0	60,7	32,3	54,1	45,9	33,8	65,2	17,8	35,7	16,1	29,4
Outro motivo	188	5,9	58,9	35,2	61,8	38,2	33,3	66,2	19,2	42,6	14,1	23,5
Gostariam de trabalhar	2.414	4,3	57,1	38,6	35,4	64,6	26,9	72,3	10,2	25,0	16,7	47,3
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	135	3,4	54,4	42,2	59,4	40,6	35,5	63,5	18,0	40,4	17,5	23,1
Não conseguia trabalho adequado	262	1,9	58,8	39,3	45,6	54,4	29,4	70,6	15,0	30,7	14,5	39,9
Não tinha experiência profissional ou qualificação	134	6,6	67,6	25,8	52,8	47,2	33,8	63,8	16,3	36,1	17,5	27,8
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	12	75,7	24,3	.	50,7	49,3	23,5	76,5	9,6	41,1	13,9	35,4
Não havia trabalho na localidade	841	4,5	58,8	36,8	42,4	57,6	21,2	78,2	8,8	33,4	12,5	44,8
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	570	3,0	47,2	49,9	3,0	97,0	20,2	78,3	1,1	1,8	19,1	76,5
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	128	7,5	77,1	15,3	43,9	56,1	49,0	50,5	21,2	22,4	27,8	28,1
Por problema de saúde ou gravidez	194	3,3	56,8	39,9	36,8	63,2	31,9	67,9	11,3	25,5	20,6	42,4
Outro motivo	140	5,0	61,3	33,7	55,4	44,6	40,9	58,8	21,5	33,9	19,5	24,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela quinta vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 2.49. Pessoas empregadas, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024

Grandes Regiões	Total	Mulheres						Homens					
		Total (2)	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	Total (2)	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca
Brasil (1)	18.044.543	7.207.466	520.823	2.733.447	73.606	19.559	3.129.997	10.832.831	855.777	4.450.522	92.709	36.055	4.309.542
Norte (3)	850.276	283.738	9.504	201.614	2.212	1.077	34.127	566.430	23.563	417.761	3.533	2.846	59.954
Nordeste (3)	2.838.611	1.046.724	69.167	668.295	9.281	3.605	172.016	1.791.159	131.105	1.163.237	12.281	6.572	261.872
Sudeste (3)	9.927.625	4.015.738	344.745	1.359.669	46.685	8.942	1.905.217	5.910.688	552.246	2.108.977	59.176	14.211	2.662.176
Sul (3)	3.034.954	1.305.124	67.079	213.359	8.570	3.121	863.008	1.729.361	97.771	307.764	9.753	5.804	1.116.380
Centro-Oeste (3)	1.392.973	556.142	30.328	290.510	6.858	2.814	155.629	835.193	51.092	452.783	7.966	6.622	209.160

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

(1) O total Brasil inclui vínculos sem a identificação de sexo, cor ou raça e do endereço do local de trabalho.

(2) O total por sexo inclui vínculos sem a identificação de cor ou raça.

(3) O total por Grande Região inclui vínculos sem a identificação de sexo e de cor ou raça.

TABELA 2.50. Valor da remuneração média de contratação, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024

Grandes Regiões	Total (em R\$)													
	Total	Mulheres					Homens							
		Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	
Brasil	4.125,77	3.565,48	2.729,62	2.748,85	5.168,40	3.159,62	4.614,81	4.495,40	3.460,44	3.501,44	6.635,46	3.641,81	5.991,71	
Norte	3.030,15	2.625,96	2.459,25	2.521,87	3.287,10	2.749,59	3.753,04	3.229,84	3.239,49	3.096,56	5.438,68	3.422,15	4.694,15	
Nordeste	2.776,09	2.516,90	2.169,24	2.367,07	2.656,87	3.034,49	3.472,63	2.926,76	2.728,48	2.728,50	3.406,28	3.172,45	4.181,71	
Sudeste	4.706,99	4.011,57	2.844,26	2.960,78	6.156,78	3.698,86	5.144,27	5.177,32	3.669,13	3.988,34	7.739,54	4.624,28	6.658,48	
Sul	3.787,33	3.155,27	2.505,22	2.402,75	3.440,60	2.364,68	3.514,71	4.259,39	3.175,75	3.309,72	5.230,35	3.078,92	4.782,83	
Centro-Oeste	4.161,57	3.777,03	3.305,28	3.061,11	4.553,44	2.637,94	5.671,66	4.404,66	3.750,03	3.736,30	5.551,61	2.576,96	6.631,75	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Notas: 1. Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

2. Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.51. Valor do salário contratual mediano, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024

Grandes Regiões	Total (em R\$)													
	Total	Mulheres						Homens						
		Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	
Brasil	3.423,58	3.095,51	2.407,66	2.399,18	4.536,18	2.802,21	3.999,89	3.650,44	2.786,90	2.798,06	5.567,31	2.999,42	4.976,27	
Norte	2.420,50	2.197,48	2.073,99	2.128,21	2.724,69	2.291,93	3.012,84	2.531,90	2.526,48	2.437,69	4.071,18	2.696,82	3.611,94	
Nordeste	2.266,15	2.138,03	1.912,47	2.017,21	2.290,92	2.770,72	2.871,75	2.341,48	2.186,39	2.195,83	2.653,73	2.795,03	3.299,89	
Sudeste	3.958,08	3.533,86	2.525,68	2.631,46	5.453,11	3.260,46	4.518,03	4.265,97	2.953,86	3.204,51	6.648,11	3.811,98	5.611,92	
Sul	3.196,08	2.726,98	2.209,96	2.204,24	3.162,71	2.168,59	2.996,99	3.564,65	2.686,72	2.828,99	4.616,28	2.498,54	3.980,94	
Centro-Oeste	3.134,99	2.966,35	2.661,45	2.494,10	3.394,02	2.224,74	4.201,80	3.240,88	2.840,75	2.832,21	3.913,58	2.068,47	4.611,74	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.52. Valor da remuneração média, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024

Grupo ocupacional	Total (em R\$)												
	Total	Mulheres						Homens					
		Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca
Total	4.125,77	3.565,48	2.729,62	2.748,85	5.168,40	3.159,62	4.614,81	4.495,40	3.460,44	3.501,44	6.635,46	3.641,81	5.991,71
Dirigentes e Gerentes	15.232,90	12.487,14	8.094,71	8.733,79	16.774,18	11.924,46	14.181,76	17.111,04	10.332,25	11.955,45	22.407,85	15.593,89	19.682,92
Profissionais em ocupações de nível superior	8.486,14	6.998,10	6.011,25	5.865,61	9.125,67	7.360,88	7.775,70	10.175,78	8.204,85	8.555,28	13.032,77	10.089,64	11.204,00
Técnicos(as) de nível médio	4.608,37	3.644,66	3.344,99	3.198,25	4.274,24	3.479,41	4.186,49	5.537,96	4.978,83	4.870,51	6.483,04	4.783,52	6.308,89
Trabalhadores(as) de serviços administrativos	2.743,66	2.466,41	2.060,96	2.131,91	3.087,90	2.412,23	2.974,99	3.116,47	2.570,46	2.650,31	4.133,81	3.088,96	3.907,54
Trabalhadores(as) de atividades operacionais	2.768,32	2.037,60	1.955,06	1.889,43	2.076,04	1.854,64	2.303,93	3.065,27	2.875,45	2.819,09	3.043,48	2.472,90	3.585,30

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Notas: 1. Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

2. Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.53. Valor da remuneração média de pessoas celetistas, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024

Grupo ocupacional	Total (em R\$)												
	Total	Mulheres						Homens					
		Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca	Total	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca
Total	4.124,94	3.564,93	2.729,43	2.749,41	5.168,28	3.158,36	4.614,24	4.494,94	3.460,23	3.501,15	6.635,25	3.641,82	5.991,19
Dirigentes e Gerentes	15.251,69	12.504,60	8.096,14	8.739,28	16.784,77	11.946,33	14.193,65	17.127,44	10.334,84	11.963,18	22.414,44	15.593,89	19.699,59
Profissionais em ocupações de nível superior	8.485,38	6.997,49	6.011,33	5.865,27	9.125,15	7.356,05	7.774,87	10.175,30	8.203,62	8.555,80	13.032,45	10.091,84	11.203,02
Técnicos(as) de nível médio	4.608,31	3.644,63	3.345,01	3.198,21	4.274,24	3.479,41	4.186,44	5.538,01	4.978,86	4.870,57	6.483,04	4.783,52	6.308,94
Trabalhadores(as) de serviços administrativos	2.741,73	2.465,39	2.060,72	2.131,16	3.087,65	2.410,43	2.973,47	3.114,97	2.570,08	2.649,07	4.133,60	3.088,96	3.905,39
Trabalhadores(as) de atividades operacionais	2.767,88	2.037,41	1.964,75	1.889,34	2.075,74	1.854,69	2.303,63	3.065,17	2.875,37	2.819,05	3.043,42	2.472,85	3.585,12

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Notas: 1. Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

2. Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.54. Pessoas com vínculo celetista, total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil - 1º semestre de 2024

Sexo	Total	Distribuição (%)
Total	18.036.405	100,0
Feminino	7.205.164	39,9
Masculino	10.829.582	60,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Notas: 1. O total inclui vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

2. Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.55. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos com políticas de incentivo à contratação de mulheres	Percentual (%)
Brasil	31.659	11.179	35,3
Rondônia	155	63	40,6
Acre	64	11	17,2
Amazonas	375	127	33,9
Roraima	32	12	37,5
Pará	580	218	37,6
Amapá	47	22	46,8
Tocantins	99	33	33,3
Maranhão	340	102	30,0
Piauí	201	57	28,4
Ceará	997	313	31,4
Rio Grande do Norte	309	70	22,7
Paraíba	276	84	30,4
Pernambuco	971	343	35,3
Alagoas	247	88	35,6
Sergipe	189	73	38,6
Bahia	1.085	404	37,2
Minas Gerais	3.310	1.296	39,2
Espírito Santo	609	223	36,6
Rio de Janeiro	2.491	946	38,0
São Paulo	10.863	4.249	39,1
Paraná	2.125	598	28,1
Santa Catarina	2.038	571	28,0
Rio Grande do Sul	2.077	568	27,3
Mato Grosso do Sul	384	117	30,5
Mato Grosso	511	138	27,0
Goiás	779	273	35,0
Distrito Federal	505	180	35,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.56. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos com políticas de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência	Percentual (%)
Brasil	31.659	1.744	5,5
Rondônia	155	7	4,5
Acre	64	2	3,1
Amazonas	375	22	5,9
Roraima	32	1	3,1
Pará	580	29	5,0
Amapá	47	1	2,1
Tocantins	99	4	4,0
Maranhão	340	6	1,8
Piauí	201	5	2,5
Ceará	997	43	4,3
Rio Grande do Norte	309	14	4,5
Paraíba	276	20	7,2
Pernambuco	971	59	6,1
Alagoas	247	9	3,6
Sergipe	189	11	5,8
Bahia	1.085	35	3,2
Minas Gerais	3.310	197	6,0
Espírito Santo	609	46	7,6
Rio de Janeiro	2.491	134	5,4
São Paulo	10.863	667	6,1
Paraná	2.125	95	4,5
Santa Catarina	2.038	94	4,6
Rio Grande do Sul	2.077	110	5,3
Mato Grosso do Sul	384	25	6,5
Mato Grosso	511	20	3,9
Goiás	779	55	7,1
Distrito Federal	505	33	6,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.57. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres negras, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos com políticas de incentivo à contratação de mulheres negras	Percentual (%)
Brasil	31.659	8.835	27,9
Rondônia	155	54	34,8
Acre	64	11	17,2
Amazonas	375	101	26,9
Roraima	32	8	25,0
Pará	580	169	29,1
Amapá	47	13	27,7
Tocantins	99	24	24,2
Maranhão	340	77	22,6
Piauí	201	48	23,9
Ceará	997	212	21,3
Rio Grande do Norte	309	47	15,2
Paraíba	276	66	23,9
Pernambuco	971	263	27,1
Alagoas	247	59	23,9
Sergipe	189	56	29,6
Bahia	1.085	328	30,2
Minas Gerais	3.310	1.038	31,4
Espírito Santo	609	179	29,4
Rio de Janeiro	2.491	830	33,3
São Paulo	10.863	3.418	31,5
Paraná	2.125	447	21,0
Santa Catarina	2.038	398	19,5
Rio Grande do Sul	2.077	444	21,4
Mato Grosso do Sul	384	90	23,4
Mato Grosso	511	88	17,2
Goiás	779	215	27,6
Distrito Federal	505	152	30,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.58. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres chefes de família, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres chefes de família	Percentual (%)
Brasil	31.659	6.948	21,9
Rondônia	155	33	21,3
Acre	64	13	20,3
Amazonas	375	104	27,7
Roraima	32	7	21,9
Pará	580	146	25,2
Amapá	47	18	38,3
Tocantins	99	20	20,2
Maranhão	340	54	15,9
Piauí	201	33	16,4
Ceará	997	202	20,3
Rio Grande do Norte	309	48	15,5
Paraíba	276	59	21,4
Pernambuco	971	210	21,6
Alagoas	247	46	18,6
Sergipe	189	50	26,5
Bahia	1.085	212	19,5
Minas Gerais	3.310	839	25,3
Espírito Santo	609	155	25,5
Rio de Janeiro	2.491	560	22,5
São Paulo	10.863	2.549	23,5
Paraná	2.125	390	18,4
Santa Catarina	2.038	361	17,7
Rio Grande do Sul	2.077	389	18,7
Mato Grosso do Sul	384	57	14,8
Mato Grosso	511	81	15,9
Goiás	779	191	24,5
Distrito Federal	505	121	24,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.59. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência	Percentual (%)
Brasil	31.659	7.696	24,3
Rondônia	155	50	32,3
Acre	64	8	12,5
Amazonas	375	92	24,5
Roraima	32	11	34,4
Pará	580	143	24,7
Amapá	47	10	21,3
Tocantins	99	26	26,3
Maranhão	340	69	20,3
Piauí	201	45	22,4
Ceará	997	218	21,9
Rio Grande do Norte	309	52	16,8
Paraíba	276	64	23,2
Pernambuco	971	218	22,5
Alagoas	247	65	26,3
Sergipe	189	42	22,2
Bahia	1.085	244	22,5
Minas Gerais	3.310	957	28,9
Espírito Santo	609	156	25,6
Rio de Janeiro	2.491	664	26,7
São Paulo	10.863	2.787	25,7
Paraná	2.125	420	19,8
Santa Catarina	2.038	426	20,9
Rio Grande do Sul	2.077	406	19,5
Mato Grosso do Sul	384	93	24,2
Mato Grosso	511	94	18,4
Goiás	779	198	25,4
Distrito Federal	505	138	27,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.60. Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à promoção de mulheres a cargos de Direção e Gerência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à promoção de mulheres a cargos de Direção e Gerência	Percentual (%)
Brasil	31.659	12.273	38,8
Rondônia	155	49	31,6
Acre	64	19	29,7
Amazonas	375	154	41,1
Roraima	32	12	37,5
Pará	580	260	44,8
Amapá	47	23	48,9
Tocantins	99	36	36,4
Maranhão	340	112	32,9
Piauí	201	69	34,3
Ceará	997	371	37,2
Rio Grande do Norte	309	95	30,7
Paraíba	276	87	31,5
Pernambuco	971	357	36,8
Alagoas	247	91	36,8
Sergipe	189	69	36,5
Bahia	1.085	394	36,3
Minas Gerais	3.310	1.388	41,9
Espírito Santo	609	217	35,6
Rio de Janeiro	2.491	1.053	42,3
São Paulo	10.863	4.472	41,2
Paraná	2.125	693	32,6
Santa Catarina	2.038	700	34,3
Rio Grande do Sul	2.077	705	33,9
Mato Grosso do Sul	384	141	36,7
Mato Grosso	511	174	34,1
Goiás	779	320	41,1
Distrito Federal	505	212	42,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.61. Percentual de estabelecimentos que possuem política de incentivo ao compartilhamento de obrigações familiares, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos que possuem política de incentivo ao compartilhamento de obrigações familiares	Percentual (%)
Brasil	31.659	29.890	94,4
Rondônia	155	146	94,2
Acre	64	48	75,0
Amazonas	375	359	95,7
Roraima	32	31	96,9
Pará	580	514	88,6
Amapá	47	45	95,7
Tocantins	99	96	97,0
Maranhão	340	249	73,2
Piauí	201	175	87,1
Ceará	997	930	93,3
Rio Grande do Norte	309	299	96,8
Paraíba	276	246	89,1
Pernambuco	971	908	93,5
Alagoas	247	230	93,1
Sergipe	189	173	91,5
Bahia	1.085	1.027	94,7
Minas Gerais	3.310	3.084	93,2
Espírito Santo	609	581	95,4
Rio de Janeiro	2.491	2.406	96,6
São Paulo	10.863	10.357	95,3
Paraná	2.125	1.999	94,1
Santa Catarina	2.038	1.935	94,9
Rio Grande do Sul	2.077	1.975	95,1
Mato Grosso do Sul	384	367	95,6
Mato Grosso	511	489	95,7
Goiás	779	737	94,6
Distrito Federal	505	484	95,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.62. Percentual do total de estabelecimentos que pagam auxílio-creche, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Qtde de estabelecimentos	Qtde de estabelecimentos que pagam auxílio-creche	Percentual (%)
Brasil	31.659	7.260	22,9
Rondônia	155	13	8,4
Acre	64	4	6,3
Amazonas	375	153	40,8
Roraima	32	7	21,9
Pará	580	85	14,7
Amapá	47	5	10,6
Tocantins	99	17	17,2
Maranhão	340	47	13,8
Piauí	201	38	18,9
Ceará	997	210	21,1
Rio Grande do Norte	309	52	16,8
Paraíba	276	31	11,2
Pernambuco	971	192	19,8
Alagoas	247	47	19,0
Sergipe	189	20	10,6
Bahia	1.085	217	20,0
Minas Gerais	3.310	471	14,2
Espírito Santo	609	101	16,6
Rio de Janeiro	2.491	657	26,4
São Paulo	10.863	3.008	27,7
Paraná	2.125	377	17,7
Santa Catarina	2.038	442	21,7
Rio Grande do Sul	2.077	660	31,8
Mato Grosso do Sul	384	62	16,1
Mato Grosso	511	69	13,5
Goiás	779	115	14,8
Distrito Federal	505	160	31,7

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.63. Quantidade de estabelecimentos com 100 empregados ou mais, por Unidade da Federação - 1º semestre de 2024

UF	Quantidade de estabelecimentos com 100 empregados ou mais
Brasil	50.692
Rondônia	273
Acre	121
Amazonas	762
Roraima	88
Pará	1.068
Amapá	118
Tocantins	203
Maranhão	632
Piauí	342
Ceará	1.460
Rio Grande do Norte	496
Paraíba	454
Pernambuco	1.545
Alagoas	428
Sergipe	315
Bahia	2.015
Minas Gerais	5.108
Espírito Santo	988
Rio de Janeiro	4.254
São Paulo	16.898
Paraná	3.427
Santa Catarina	2.714
Rio Grande do Sul	3.076
Mato Grosso do Sul	615
Mato Grosso	840
Goiás	1.428
Distrito Federal	1.023

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Nota: Os dados de remuneração, salários, empregados(as) e grandes grupos ocupacionais foram informados pelas empresas ao eSocial em 2023. Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

TABELA 2.64.A. Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2023

Tipo de deficiência	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	570.268	36,6	63,4
Física	246.394	36,2	63,8
Auditiva	100.950	41,6	58,4
Visual	103.672	37,2	62,8
Intelectual (mental)	67.305	31,9	68,1
Múltipla	18.087	33,9	66,1
Reabilitado	33.860	32,9	67,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

TABELA 2.64.B. Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2022

Tipo de deficiência	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	546.034	36,0	64,0
Física	238.292	35,8	64,2
Auditiva	96.960	41,1	58,9
Visual	97.090	36,9	63,1
Intelectual (mental)	58.862	31,4	68,6
Múltipla	19.515	30,8	69,2
Reabilitado	35.315	32,1	67,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

TABELA 2.65.A. Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2023

Sexo	Total	Distribuição (%)	
		Não Portadoras de Deficiência	Portadoras de Deficiência
Total	44.469.011	98,7	1,3
Feminino	18.150.751	98,9	1,1
Masculino	26.232.478	98,6	1,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: O total inclui vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

TABELA 2.65.B. Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2022

Sexo	Total	Distribuição (%)	
		Não Portadoras de Deficiência	Portadoras de Deficiência
Total	42.957.808	98,8	1,2
Feminino	17.498.749	98,9	1,1
Masculino	25.459.003	98,7	1,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: O total inclui vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

TABELA 2.66.A. Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2023

Ramos de atividade e econômica	Até 5,9 meses			De 6 a 23,9 meses			De 24 a 119,9 meses			120 meses ou mais		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	8.912.836	41,1	58,7	14.180.584	42,7	57,0	15.899.479	40,6	59,3	5.455.610	36,1	63,7
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	368.159	19,0	81,0	560.699	18,5	81,5	656.860	16,3	83,6	197.518	13,9	86,1
Indústria geral	1.314.065	31,8	68,2	2.404.233	33,0	67,0	3.313.002	29,1	70,9	1.584.223	23,9	76,1
Construção	899.016	8,6	91,4	1.040.687	11,6	88,4	763.139	12,6	87,4	140.855	12,6	87,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.218.089	47,3	52,7	3.382.847	45,6	54,3	3.733.193	43,0	56,9	931.715	38,5	61,5
Transporte, armazenagem e correio	497.027	19,8	80,1	826.477	20,2	79,7	956.944	16,4	83,5	417.393	16,3	83,7
Alojamento e alimentação	559.479	57,2	42,8	782.869	58,3	41,7	684.254	56,2	43,8	132.273	54,6	45,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.099.160	46,4	53,5	3.253.483	47,3	52,6	3.377.258	44,1	55,8	1.064.033	38,3	61,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	709.102	73,3	26,6	1.460.028	73,8	26,1	1.887.372	73,0	27,0	761.448	70,5	29,4
Outros serviços	248.513	55,4	39,9	468.930	54,4	38,3	527.039	51,4	45,7	226.137	45,2	51,4
Serviços domésticos	226	65,0	34,5	331	60,1	39,9	418	44,7	55,3	15	20,0	80,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: Os totais por tempo de emprego incluem vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

TABELA 2.66.B. Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2022

Ramos de atividade econômica	Até 5,9 meses			De 6 a 23,9 meses			De 24 a 119,9 meses			120 meses ou mais		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	8.619.520	41,2	58,8	14.118.826	42,2	57,8	15.092.083	40,8	59,2	5.101.058	35,7	64,3
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	376.431	19,4	80,6	574.690	18,1	81,9	611.311	16,1	83,9	186.801	13,6	86,4
Indústria geral	1.299.520	32,0	68,0	2.505.301	32,7	67,3	3.185.085	29,0	71,0	1.503.705	23,5	76,5
Construção	859.028	8,2	91,8	1.003.314	10,9	89,1	671.031	12,3	87,7	127.545	12,4	87,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.160.833	47,7	52,3	3.394.234	45,3	54,7	3.629.114	43,0	57,0	867.591	38,1	61,9
Transporte, armazenagem e correio	481.349	19,4	80,6	795.271	19,2	80,8	919.206	16,2	83,8	389.822	16,0	84,0
Alojamento e alimentação	530.657	58,2	41,8	742.191	58,1	41,9	636.666	56,2	43,8	121.564	53,8	46,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.017.485	46,8	53,2	3.227.036	46,8	53,2	3.114.154	44,5	55,5	973.990	37,6	62,4
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	659.039	72,9	27,1	1.427.450	73,8	26,2	1.839.327	72,8	27,2	717.261	70,1	29,9
Outros serviços	234.624	56,9	43,1	448.605	54,7	45,3	485.411	53,3	46,7	212.603	45,3	54,7
Serviços domésticos	281	60,9	39,1	426	54,5	45,5	509	43,8	56,2	63	28,6	71,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Notas: 1. Os totais por tempo de emprego incluem vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

2. O total por ramo de atividade econômica inclui vínculos sem esta informação.

TABELA 2.67.A. Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2023

Grandes Regiões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil (1)	44.469.011	18.150.751	26.232.478	40,8	59,0
Norte	2.183.597	789.529	1.390.908	36,2	63,7
Nordeste	7.310.226	2.719.971	4.580.968	37,2	62,7
Sudeste	22.797.775	9.543.035	13.225.672	41,9	58,0
Sul	8.193.556	3.527.096	4.637.282	43,0	56,6
Centro-Oeste	3.983.083	1.570.859	2.397.135	39,4	60,2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

(1) O total inclui vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

TABELA 2.67.B. Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2022

Grandes Regiões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil (1)	42.957.808	17.498.749	25.459.003	40,7	59,3
Norte	2.071.413	749.095	1.322.316	36,2	63,8
Nordeste	7.013.492	2.606.832	4.406.648	37,2	62,8
Sudeste	22.065.217	9.203.360	12.861.825	41,7	58,3
Sul	7.981.539	3.430.195	4.551.336	43,0	57,0
Centro-Oeste	3.824.222	1.508.271	2.315.949	39,4	60,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

(1) O total inclui vínculos sem a identificação do sexo do(a) trabalhador(a).

TABELA 2.68.A. Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica – Brasil

Ramo de atividade econômica	Remuneração média (R\$)		
	Total	Mulheres	Homens
Total	3.514,24	3.099,90	3.801,47
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.668,58	2.261,79	2.753,92
Indústria geral	4.181,51	3.303,95	4.549,27
Construção	3.093,97	3.083,52	3.094,05
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.802,51	2.581,54	2.979,28
Transporte, armazenagem e correio	3.724,91	3.330,57	3.812,74
Alojamento e alimentação	2.163,96	2.029,17	2.342,19
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.197,79	3.666,32	4.629,39
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.605,88	3.404,23	4.149,85
Outros serviços	2.996,89	2.705,77	3.361,79
Serviços domésticos	1.876,05	1.764,21	2.000,89

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.68.B. Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica – Brasil

Ramo de atividade econômica	Remuneração média (R\$)		
	Total	Mulheres	Homens
Total	3.269,39	2.881,92	3.538,89
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.412,89	2.038,42	2.491,15
Indústria geral	3.862,90	3.068,95	4.196,44
Construção	2.842,60	2.910,86	2.834,09
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.594,23	2.375,42	2.769,46
Transporte, armazenagem e correio	3.440,40	3.115,26	3.512,04
Alojamento e alimentação	1.979,68	1.854,89	2.146,28
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3.966,58	3.449,97	4.393,90
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.373,73	3.163,21	3.940,33
Outros serviços	2.787,37	2.516,59	3.125,06
Serviços domésticos	1.778,33	1.733,55	1.820,11

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.69.A. Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Remuneração média (R\$)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	3.514,24	3.099,90	3.801,47
Norte	2.797,64	2.487,04	2.973,03
Nordeste	2.535,53	2.355,86	2.641,85
Sudeste	3.939,84	3.411,44	4.323,17
Sul	3.437,83	2.979,96	3.786,54
Centro-Oeste	3.407,81	3.061,52	3.629,67

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.69.B. Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Remuneração média (R\$)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	3.269,39	2.881,92	3.538,89
Norte	2.596,79	2.294,68	2.767,93
Nordeste	2.353,72	2.163,79	2.467,45
Sudeste	3.655,21	3.165,59	4.010,06
Sul	3.196,60	2.752,71	3.534,13
Centro-Oeste	3.216,96	2.963,13	3.384,36

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Nota: Os dados de remuneração média são gerados a partir de todos os vínculos que tiveram rendimentos maiores que 0,3 SM e menores que 150 SM, para minimizar distorções.

TABELA 2.70.A. Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Média de horas contratuais		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	43,7	42,4	44,4
Norte	43,5	42,6	43,9
Nordeste	43,2	41,9	43,8
Sudeste	43,7	42,6	44,5
Sul	43,8	42,3	44,7
Centro-Oeste	44,1	42,7	44,7

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

TABELA 2.70.B. Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Média de horas contratuais		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	41,9	41,1	42,5
Norte	42,3	41,7	42,6
Nordeste	42,0	41,0	42,5
Sudeste	41,9	41,1	42,4
Sul	41,8	41,0	42,5
Centro-Oeste	42,0	41,3	42,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

TABELA 2.71. Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil – 2023

Cor ou raça	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	3.072	222	2.850	7,2	92,8
Branca	508	37	471	7,3	92,7
Preta	508	48	460	9,4	90,6
Parda	1.984	133	1.851	6,7	93,3
Amarela	13	1	12	7,7	92,3
Indígena	59	3	56	5,1	94,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Base de Gestão do Seguro-Desemprego.

TABELA 2.72. Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil – 2023

Cor ou raça	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	30	17	13	56,7	43,3
Branca	7	4	3	57,1	42,9
Preta	14	9	5	64,3	35,7
Parda	8	3	5	37,5	62,5
Amarela	0	0	0	-	-
Indígena	1	1	0	100,0	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Base de Gestão do Seguro-Desemprego.

TABELA 2.73. Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil – 2023

Grupo de idade	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	3.072	222	2.850	7,2	92,8
Até 4 anos	0	0	0	-	-
5 a 9 anos	0	0	0	-	-
10 a 14 anos	6	2	4	33,3	66,7
15 a 19 anos	217	19	198	8,8	91,2
20 a 24 anos	525	25	500	4,8	95,2
25 a 29 anos	478	37	441	7,7	92,3
30 a 39 anos	849	58	791	6,8	93,2
40 a 49 anos	616	52	564	8,4	91,6
50 a 59 anos	277	21	256	7,6	92,4
60 a 69 anos	87	4	83	4,6	95,4
70 anos ou mais	17	4	13	23,5	76,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Base de Gestão do Seguro-Desemprego.

TABELA 2.74. Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil – 2023

Grupo de idade	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	30	17	13	56,7	43,3
Até 4 anos	0	0	0	-	-
5 a 9 anos	0	0	0	-	-
10 a 14 anos	1	1	0	100,0	0,0
15 a 19 anos	1	1	0	100,0	0,0
20 a 24 anos	1	1	0	100,0	0,0
25 a 29 anos	0	0	0	-	-
30 a 39 anos	4	1	3	25,0	75,0
40 a 49 anos	7	6	1	85,7	14,3
50 a 59 anos	6	2	4	33,3	66,7
60 a 69 anos	7	2	5	28,6	71,4
70 anos ou mais	3	3	0	100,0	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Base de Gestão do Seguro-Desemprego.

TABELA 2.75. Pessoas beneficiárias e responsáveis familiares do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - agosto de 2024

	Total			Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Pessoas beneficiárias	54.540.135	31.732.753	22.807.382	100,0	58,2	41,8
Responsáveis familiares	20.766.801	17.333.307	3.433.494	100,0	83,5	16,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, VIS DATA 3.

TABELA 2.76. Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição por sexo - Brasil - dezembro de 2023

Benefícios	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
TOTAL	39.042.751	22.324.951	16.717.800	57,2	42,8
1. BENEFÍCIOS DO RGPS	33.259.577	19.319.723	13.939.854	58,1	41,9
1.1 Previdenciários	32.454.598	19.066.619	13.387.979	58,7	41,3
1.1.1 Aposentadorias	22.824.823	11.738.900	11.085.923	51,4	48,6
Idade	12.603.466	7.824.577	4.778.889	62,1	37,9
Invalidez	3.271.967	1.432.879	1.839.088	43,8	56,2
Tempo de Contribuição	6.949.390	2.481.444	4.467.946	35,7	64,3
1.1.2 Pensões por Morte	8.085.001	6.605.547	1.479.454	81,7	18,3
1.1.3 Auxílios	1.453.354	630.815	822.539	43,4	56,6
Doença	1.271.100	591.568	679.532	46,5	53,5
Acidente	165.508	29.434	136.074	17,8	82,2
Reclusão	16.746	9.813	6.933	58,6	41,4
1.1.4 Salário-Maternidade	91.380	91.352	28	100,0	0,0
1.1.5 Outros	40	5	35	12,5	87,5
1.2 Acidentários	804.979	253.104	551.875	31,4	68,6
Aposentadorias por Invalidez	207.787	55.761	152.026	26,8	73,2
Pensão por Morte	94.551	91.678	2.873	97,0	3,0
Auxílio-Doença	96.701	30.291	66.410	31,3	68,7
Auxílio-Acidente	384.641	72.390	312.251	18,8	81,2
Auxílio-Suplementar	21.299	2.984	18.315	14,0	86,0
2. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.783.174	3.005.228	2.777.946	52,0	48,0
Amparos Assistenciais (LOAS)	5.723.280	2.970.702	2.752.578	51,9	48,1
Idoso	2.586.832	1.551.222	1.035.610	60,0	40,0
Portador de Deficiência	3.136.448	1.419.480	1.716.968	45,3	54,7
Outros benefícios assistenciais(1)	452	166	286	36,7	63,3
Rendas Mensais Vitalícias	59.442	34.360	25.082	57,8	42,2
Idade	3.467	2.986	481	86,1	13,9
Invalidez	55.975	31.374	24.601	56,1	43,9

Fonte: INSS, Suipe e Síntese-web

(1) Inclui as espécies 16 - Antecipação do BPC e 18 - Auxílio Inclusão à Pessoa com Deficiência

Nota: Exclui os Benefícios de Legislação Específica (BLE) e os benefícios com sexo não informado.

TABELA 2.77. Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por situação de domicílio e sexo - Brasil - dezembro de 2023

Benefícios	Total	Urbano						Rural					
		Total			Distribuição (%)			Total			Distribuição (%)		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
TOTAL	39.042.751	29.157.408	13.012.500	16.144.908	55,4	44,6	9.885.343	6.180.043	3.705.300	9.885.343	62,5	37,5	
1. BENEFÍCIOS DO RGPS	33.259.577	23.403.612	10.247.440	13.156.172	56,2	43,8	9.855.965	6.163.551	3.692.414	9.855.965	62,5	37,5	
1.1 Previdência	32.454.598	22.624.505	9.714.718	12.909.787	57,1	42,9	9.830.093	6.156.832	3.673.261	9.830.093	62,6	37,4	
1.1.1 Aposentadorias	22.824.823	15.359.906	8.047.370	7.312.536	47,6	52,4	7.464.917	4.426.364	3.038.553	7.464.917	59,3	40,7	
Idade	12.603.466	5.621.664	2.051.187	3.570.477	63,5	36,5	6.981.802	4.254.100	2.727.702	6.981.802	60,9	39,1	
Invalidez	3.271.967	2.814.696	1.551.973	1.262.723	44,9	55,1	457.271	170.156	287.115	457.271	37,2	62,8	
Tempo de Contribuição	6.949.390	6.923.546	4.444.210	2.479.336	35,8	64,2	25.844	2.108	23.736	25.844	8,2	91,8	
1.1.2 Pensões por Morte	8.085.001	5.890.183	938.169	4.952.014	84,1	15,9	2.194.818	1.653.533	541.285	2.194.818	75,3	24,7	
1.1.3 Auxílios	1.453.354	1.294.137	729.118	565.019	43,7	56,3	159.217	65.796	93.421	159.217	41,3	58,7	
Doença	1.271.100	1.138.287	607.135	531.152	46,7	53,3	132.813	60.416	72.397	132.813	45,5	54,5	
Acidente	165.508	140.480	24.985	115.495	17,8	82,2	25.028	4.449	20.579	25.028	17,8	82,2	
Reclusão	16.746	15.370	8.882	6.488	57,8	42,2	1.376	931	445	1.376	67,7	32,3	
1.1.4 Salário-Maternidade	91.380	80.239	26	80.213	100,0	0,0	11.141	11.139	2	11.141	100,0	0,0	
1.1.5 Outros	40	40	35	5	12,5	87,5	0	0	0	0	-	-	
1.2 Acidentários	804.979	779.107	532.722	246.385	31,6	68,4	25.872	6.719	19.153	25.872	26,0	74,0	
Aposentadorias por Invalidez	207.787	195.208	53.061	142.147	27,2	72,8	12.579	2.700	9.879	12.579	21,5	78,5	
Pensão por Morte	94.551	92.406	89.608	2.798	97,0	3,0	2.145	2.070	75	2.145	96,5	3,5	
Auxílio-Doença	96.701	94.452	64.905	29.547	31,3	68,7	2.249	744	1.505	2.249	33,1	66,9	
Auxílio-Acidente	384.641	375.742	71.185	304.557	18,9	81,1	8.899	1.205	7.694	8.899	13,5	86,5	
Auxílio-Suplementar	21.299	21.299	18.315	2.984	14,0	86,0	0	0	0	0	-	-	
2. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.783.174	5.753.796	2.765.060	2.988.736	51,9	48,1	29.378	16.492	12.886	29.378	56,1	43,9	
Amparos Assistenciais (LOAS)	5.723.280	5.723.280	2.752.578	2.970.702	51,9	48,1	0	0	0	0	-	-	
Idoso	2.586.832	2.586.832	1.035.610	1.551.222	60,0	40,0	0	0	0	0	-	-	
Portador de Deficiência	3.136.448	3.136.448	1.716.968	1.419.480	45,3	54,7	0	0	0	0	-	-	
Outros benefícios assistenciais(1)	452	452	286	166	36,7	63,3	0	0	0	0	-	-	
Rendas Mensais Vitalícias	59.442	30.064	12.196	17.868	59,4	40,6	29.378	16.492	12.886	29.378	141	43,9	
Idade	3.467	1.658	252	1.406	84,8	15,2	1.809	1.580	229	1.809	87,3	12,7	
Invalidez	55.975	28.406	11.944	16.462	58,0	42,0	27.569	14.912	12.657	27.569	54,1	45,9	

Fonte: INSS, Suíbe e Sintese-web

(1) Inclui as espécies 16 - Antecipação do BPC e 18 - Auxílio Inclusão à Pessoa com Deficiência
Nota: Exclusive os Benefícios de Legislação Específica (BLE) e os benefícios com sexo não informado.

3. Educação para a igualdade

TABELA 3.1. Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Mulheres			Homens		
	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	99,4	97,5	87,9	99,5	98,2	88,2	99,2	96,7	87,6
Norte	99,3	96,6	83,2	99,5	97,3	83,8	99,1	95,9	82,5
Nordeste	99,0	94,1	74,5	99,4	96,0	76,7	98,7	92,1	71,8
Sudeste	99,5	98,9	93,7	99,5	99,2	93,2	99,5	98,6	94,3
Sul	99,6	99,1	93,5	99,8	99,1	92,9	99,5	99,0	94,3
Centro-Oeste	99,7	98,7	90,3	99,8	99,0	90,4	99,7	98,3	90,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.2. Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023

Grupos de idade	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Mulheres			Homens		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total	94,6	95,9	85,3	94,8	95,8	87,2	94,3	96,0	83,6
15 a 24 anos	99,4	99,5	98,6	99,5	99,6	98,9	99,2	99,4	98,3
25 a 49 anos	97,5	98,3	91,6	98,2	98,7	94,3	96,7	97,8	89,1
50 a 59 anos	92,4	94,6	77,9	93,4	95,1	81,2	91,2	94,1	75,1
60 a 69 anos	88,6	91,2	71,8	89,1	91,1	73,9	88,1	91,4	70,1
70 ou mais	79,6	83,3	56,7	79,4	82,6	55,4	80,0	84,3	57,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.3. Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil – 2º trimestre de 2023

Grupos de idade	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Mulheres			Homens		
	Total ¹	Branca	Preta ou parda	Total ¹	Branca	Preta ou parda	Total ¹	Branca	Preta ou parda
Total	94,6	96,8	92,9	94,8	96,8	93,3	94,3	96,7	92,5
15 a 24 anos	99,4	99,4	99,3	99,5	99,4	99,6	99,2	99,5	99,1
25 a 49 anos	97,5	98,6	96,7	98,2	99,0	97,6	96,7	98,2	95,7
50 a 59 anos	92,4	96,5	89,0	93,4	97,0	90,4	91,2	95,9	87,4
60 a 69 anos	88,6	94,4	83,1	89,1	94,6	83,7	88,1	94,2	82,5
70 ou mais	79,6	88,1	69,3	79,4	87,7	68,8	80,0	88,5	69,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.4. Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023

Sexo	Número médio de anos de estudo		
	Cor ou raça		
	Total ¹	Branca	Preta ou parda
Total	10,1	10,9	9,5
Mulheres	10,3	11,0	9,7
Homens	9,9	10,8	9,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.5. Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade (%)					
	0 a 3 anos			4 e 5 anos		
	Total	Meninas	Meninos	Total	Meninas	Meninos
Brasil	38,7	37,5	39,9	88,9	89,0	88,8
Norte	20,9	19,9	21,7	80,1	81,4	78,9
Nordeste	35,1	34,7	35,5	89,0	89,4	88,7
Sudeste	45,5	42,9	47,9	91,9	91,7	92,1
Sul	45,6	46,2	44,9	88,4	88,0	89,0
Centro-Oeste	32,1	30,2	33,9	85,5	85,9	85,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.6. Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade (%)								
	Total			Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior
Brasil	94,6	75,0	25,9	94,8	78,2	30,1	94,4	71,9	21,8
Norte	94,8	65,9	21,7	94,7	69,2	25,8	94,8	62,5	17,6
Nordeste	94,5	71,3	20,5	94,4	74,2	24,5	94,5	68,5	16,5
Sudeste	94,9	81,0	28,6	95,3	83,9	32,7	94,5	78,3	24,6
Sul	94,2	74,0	29,7	94,6	78,1	34,9	93,8	70,3	24,8
Centro-Oeste	94,2	75,0	30,4	94,6	80,1	35,1	93,9	69,6	25,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.7. Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil – 2º trimestre de 2023

Cor ou Raça	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade (%)								
	Total			Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior
Total¹	94,6	75	25,9	94,8	78,2	30,1	94,4	71,9	21,8
Branca	94,5	80,5	36	94,9	83	40,4	94,1	78,1	31,6
Preta ou parda	94,7	71,5	19,3	94,8	75	23,4	94,6	68,2	15,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas.

TABELA 3.8. Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2023

Nível de instrução	Pessoas de 25 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	140.227	73.324	66.903	100,0	100,0	100,0
Sem instrução	8.433	4.314	4.120	6,0	5,9	6,2
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	37.976	19.035	18.942	27,1	26,0	28,3
Ensino fundamental completo ou equivalente	10.533	5.300	5.233	7,5	7,2	7,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	6.999	3.455	3.544	5,0	4,7	5,3
Ensino médio completo ou equivalente	42.874	22.345	20.529	30,6	30,5	30,7
Ensino superior incompleto ou equivalente	5.822	2.916	2.907	4,2	4,0	4,3
Superior completo	27.588	15.960	11.629	19,7	21,8	17,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.9.A. Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões – 2º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola							
	Total (1000 pessoas)				Distribuição percentual (%)			
	Total	Não tem escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade	Por opção dos pais ou responsáveis	Outro motivo	Total	Não tem escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade	Por opção dos pais ou responsáveis	Outro motivo
Brasil	6.910	2.315	4.194	401	100,0	33,5	60,7	5,8
Norte	1.000	410	562	28	100,0	41,0	56,2	2,8
Nordeste	2.044	796	1.136	113	100,0	38,9	55,6	5,5
Sudeste	2.376	663	1.549	164	100,0	27,9	65,2	6,9
Sul	853	253	533	66	100,0	29,7	62,5	7,8
Centro-Oeste	637	192	414	30	100,0	30,2	65,0	4,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.9.B. Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões – 2º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola							
	Total (1000 pessoas)				Distribuição percentual (%)			
	Total	Não tem escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade	Por opção dos pais ou responsáveis	Outro motivo	Total	Não tem escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade	Por opção dos pais ou responsáveis	Outro motivo
Brasil	7.274	2.530	4.151	593	100,0	34,8	57,1	8,2
Norte	1.006	439	516	50	100,0	43,7	51,4	4,9
Nordeste	2.241	878	1.202	161	100,0	39,2	53,6	7,2
Sudeste	2.434	687	1.500	247	100,0	28,2	61,6	10,1
Sul	902	289	532	81	100,0	32,0	59,0	9,0
Centro-Oeste	692	236	401	55	100,0	34,1	57,9	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 3.10.A. Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023

Principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	9.263	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisava trabalhar	3.866	27,6	24,8	52,0	54,0
Não tinha escola na localidade, vaga ou turno desejado	256	3,4	3,4	1,8	2,5
Por gravidez	894	18,7	24,7	-	-
Tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência	408	7,6	10,2	1,0	0,7
Problemas de saúde permanente	363	5,8	2,5	5,3	3,9
Não tinha interesse em estudar	2.177	19,2	21,3	24,7	25,8
Outros motivos	1.297	17,6	13,1	15,3	13,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.10.B. Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2022

Principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	9.781	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisava trabalhar	3.935	28,6	22,3	48,7	52,9
Não tinha escola na localidade, vaga ou turno desejado	311	3,5	3,9	2,3	2,8
Por gravidez	901	17,9	23,9	-	-
Tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência	448	8,6	10,8	0,6	0,6
Problemas de saúde permanente	350	4,4	2,7	4,4	3,7
Não tinha interesse em estudar	2.415	21,1	21,9	28,3	26,2
Outros motivos	1.421	15,9	14,5	15,5	13,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.11.A. Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2023

Principal motivo de atualmente não frequentar escola ou outro curso	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	9.127	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	4.163	31,4	26,0	56,4	59,6
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	229	2,0	3,3	1,8	2,4
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc)	137	2,1	1,2	1,7	1,4
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	1.429	29,9	38,6	1,1	0,8
Problemas de saúde permanente	484	8,1	3,5	6,9	5,3
Não tem interesse	2.139	19,5	19,9	26,9	25,7
Outro motivo	546	7,1	7,6	5,4	4,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.11.B. Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2022

Principal motivo de atualmente não frequentar escola ou outro curso	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	9.624	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	4.405	31,0	24,9	57,9	59,9
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	299	2,8	3,8	2,7	2,8
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc)	162	2,1	1,7	1,6	1,6
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	1.430	30,4	36,6	0,9	0,8
Problemas de saúde permanente	461	5,8	3,6	6,1	4,9
Não tem interesse	2.286	18,2	21,4	25,9	25,8
Outro motivo	581	9,7	8,1	4,9	4,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.12.A. Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar – Brasil - 2º trimestre de 2023

Principal motivo de atualmente não frequentar escola ou outro curso	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	15.812	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	7.457	40,5	38,0	54,0	55,4
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	462	2,5	4,0	2,0	2,6
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc)	1.546	11,3	11,1	7,8	8,9
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	1.097	11,8	15,2	0,4	0,3
Estudando para concurso ou estudando por conta própria para vestibular/ENEM	393	3,0	2,5	2,2	2,3
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	2.439	15,3	15,5	16,1	15,1
Não tem interesse	1.790	10,6	9,2	13,8	12,3
Outro motivo	627	5,1	4,4	3,8	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.12.B. Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil- 2º trimestre de 2022

Principal motivo de atualmente não frequentar escola ou outro curso	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional				
	Total ¹ (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Sexo e cor ou raça			
		Mulheres brancas	Mulheres pretas ou pardas	Homens brancos	Homens pretos ou pardos
Total	15.717	100,0	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	7.048	40,1	35,4	52,6	52,3
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	565	3,2	4,4	2,9	3,4
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc)	1.978	12,9	15,4	10,0	11,3
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	1.063	11,7	14,2	0,4	0,3
Estudando para concurso ou estudando por conta própria para vestibular/ENEM	423	2,9	2,7	2,9	2,4
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	2.076	12,6	12,9	12,7	14,2
Não tem interesse	1.864	11,3	9,9	13,7	13,0
Outro motivo	700	5,3	5,1	4,9	3,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 3.13. Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões – 3º trimestre de 2022

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total	Pessoa com deficiência	Pessoa sem deficiência	Total	Pessoa com deficiência	Pessoa sem deficiência
Brasil	5,4	18,3	3,7	6,0	21,2	4,5
Norte	5,8	19,7	4,1	7,0	23,5	5,4
Nordeste	10,4	28,5	7,6	13,4	35,2	11,0
Sudeste	3,2	12,7	2,0	2,7	13,6	1,8
Sul	3,2	12,8	2,0	2,6	12,6	1,6
Centro-Oeste	3,9	14,8	2,5	4,0	16,4	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 3.14. Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022

Grupos de idade	Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade (%)					
	Total			Pessoa com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	25,0	24,8	25,2	9,1	7,4	11,4
6 a 14 anos	99,2	99,4	99,1	95,1	95,5	94,9
15 a 17 anos	92,7	92,9	92,5	84,6	85,4	83,8
18 a 24 anos	31,5	33,9	29,2	24,3	25,0	23,6
25 anos ou mais	5,4	6,0	4,7	2,3	2,4	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 3.15. Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo a faixa etária ideal por curso frequentado - Brasil - 3º trimestre de 2022

Faixa etária ideal por curso frequentado	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)					
	Total			Pessoa com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	63,2	65,3	61,2	54,1	51,9	56,0
6 a 14 anos no ensino fundamental	93,8	93,9	93,6	89,3	91,9	87,8
11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental	85,6	87,4	84,0	71,3	73,8	69,6
15 a 17 anos no ensino médio	69,7	73,8	65,7	54,4	59,0	49,8
18 a 24 anos no ensino superior	25,1	29,3	21,0	14,3	15,8	12,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

TABELA 3.18. Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas e distribuição percentual por sexo, segundo o nível de ensino – Brasil – 2023

Nível de ensino	Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Educação infantil	33,3	47,9	52,1
Ensino fundamental	14,9	46,9	53,1
Ensino médio	19,7	51,5	48,5

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TABELA 3.19. Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas na educação infantil e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	33,3	47,9	52,1
Norte	10,3	46,4	53,6
Nordeste	21,7	47,1	52,9
Sudeste	41,5	48,1	51,9
Sul	46,1	48,5	51,5
Centro-Oeste	27,0	47,3	52,7

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula

TABELA 3.20. Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino fundamental e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	14,9	46,9	53,1
Norte	9,5	44,2	55,8
Nordeste	22,2	46,7	53,3
Sudeste	14,7	47,8	52,2
Sul	8,0	47,8	52,2
Centro-Oeste	9,3	45,3	54,7

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TABELA 3.21. Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	19,7	51,5	48,5
Norte	11,6	50,3	49,7
Nordeste	31,5	51,6	48,4
Sudeste	18,7	51,7	48,3
Sul	7,3	50,4	49,6
Centro-Oeste	14,1	51,2	48,8

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2. As matrículas totais usadas no denominador da proporção inclui matrículas presenciais e não presenciais (não presenciais são sempre de tempo parcial), podendo diferir do indicador de tempo integral calculado pelo INEP, que considera, no denominador, apenas matrículas presenciais.

TABELA 3.22. Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio técnico integrado à educação profissional com relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio técnico integrado à educação profissional (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	29,6	57,9	42,1
Norte	19,6	59,9	40,1
Nordeste	32,2	57,4	42,6
Sudeste	30,4	58,7	41,3
Sul	35,0	55,9	44,1
Centro-Oeste	19,0	57,2	42,8

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2. O ensino médio técnico integrado à educação profissional considera o ensino médio integrado, o normal/magistério, o curso técnico concomitante, o curso técnico subsequente e o curso técnico integrado na modalidade EJA.

TABELA 3.23. Pessoas matriculadas na educação profissional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	2.413.825	57,8	42,2
Norte	152.699	59,6	40,4
Nordeste	774.627	57,4	42,6
Sudeste	1.004.150	58,6	41,4
Sul	369.926	55,8	44,2
Centro-Oeste	112.423	57,2	42,8

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TABELA 3.24. Pessoas matriculadas em cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – Brasil – 2023

Grande Área	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
TOTAL	2.413.825	1.394.447	1.019.378	57,8	42,2
Ambiente e saúde	610.678	500.925	109.753	82,0	18,0
Controle e processos industriais	268.832	47.269	221.563	17,6	82,4
Curso FIC Concomitante	59.004	31.665	27.339	53,7	46,3
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA - Nível Fundamental	38.516	21.534	16.982	55,9	44,1
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA - Nível Médio	44.698	26.324	18.374	58,9	41,1
Desenvolvimento educacional e social	29.971	24.666	5.305	82,3	17,7
Ensino Médio - Normal / Magistério	41.458	35.109	6.349	84,7	15,3
Gestão e negócios	571.143	345.799	225.344	60,5	39,5
Informação e comunicação	301.787	116.427	185.360	38,6	61,4
Infraestrutura	52.934	24.820	28.114	46,9	53,1
Militar	864	229	635	26,5	73,5
Produção alimentícia	22.653	15.238	7.415	67,3	32,7
Produção cultural e design	45.346	28.994	16.352	63,9	36,1
Produção industrial	57.016	33.039	23.977	57,9	42,1
Recursos naturais	142.183	69.254	72.929	48,7	51,3
Segurança	98.959	54.893	44.066	55,5	44,5
Turismo, hospitalidade e lazer	27.783	18.262	9.521	65,7	34,3

Fonte: INEP, Censo Escolar.

TABELA 3.25. Pessoas concluintes de cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – Brasil – 2023

Grande Área	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
TOTAL	604.886	352.213	252.673	58,2	41,8
Ambiente e saúde	147.666	122.768	24.898	83,1	16,9
Controle e processos industriais	70.170	11.218	58.952	16,0	84,0
Curso FIC Concomitante	24.825	13.344	11.481	53,8	46,2
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA - Nível Fundamental	12.271	6.658	5.613	54,3	45,7
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA - Nível Médio	15.691	9.658	6.033	61,6	38,4
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	23	10	13	43,5	56,5
Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio)	6	1	5	16,7	83,3
Desenvolvimento educacional e social	5.789	4.719	1.070	81,5	18,5
Ensino Médio - Normal / Magistério	11.545	10.074	1.471	87,3	12,7
Gestão e negócios	149.039	91.068	57.971	61,1	38,9
Informação e comunicação	65.454	25.425	40.029	38,8	61,2
Infraestrutura	12.732	5.700	7.032	44,8	55,2
Militar	122	21	101	17,2	82,8
Produção alimentícia	5.404	3.798	1.606	70,3	29,7
Produção cultural e design	10.653	6.876	3.777	64,5	35,5
Produção industrial	13.950	8.096	5.854	58,0	42,0
Recursos naturais	29.036	14.732	14.304	50,7	49,3
Segurança	22.175	12.552	9.623	56,6	43,4
Turismo, hospitalidade e lazer	8.335	5.495	2.840	65,9	34,1

Fonte: INEP, Censo Escolar.

TABELA 3.26. Docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Mulheres					Homens				
		Total	Distribuição (%)				Total	Distribuição (%)			
			Branca	Preta ou parda	Outra	Não declarada		Branca	Preta ou parda	Outra	Não declarada
Brasil	2.354.194	1.871.210	42,9	32,0	1,3	23,8	482.984	38,2	34,2	2,9	24,7
Norte	202.742	141.196	13,3	55,5	2,9	28,4	61.546	10,6	54,2	9,0	26,3
Nordeste	653.727	502.912	17,0	46,7	2,3	33,9	150.815	16,7	44,2	2,7	36,4
Sudeste	968.843	790.763	54,3	25,7	0,6	19,3	178.080	56,8	25,1	1,0	17,0
Sul	363.564	305.645	72,8	10,7	0,6	16,0	57.919	70,4	12,0	1,3	16,4
Centro-Oeste	166.218	131.197	34,6	38,4	1,5	25,5	35.021	31,7	38,7	5,3	24,4

Fonte: INEP, Censo Escolar.

TABELA 3.27. Docentes em exercício na Educação Básica, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Mulheres			Homens		
		Total	Proporção (%)		Total	Proporção (%)	
			Público	Privado		Público	Privado
Brasil	2.354.194	1.871.210	78,4	24,2	482.984	81,6	23,6
Norte	202.742	141.196	87,8	13,6	61.546	91,5	10,7
Nordeste	653.727	502.912	81,3	21,5	150.815	84,7	20,3
Sudeste	968.843	790.763	73,8	28,9	178.080	76,0	30,2
Sul	363.564	305.645	80,8	21,8	57.919	80,1	25,1
Centro-Oeste	166.218	131.197	79,2	23,3	35.021	80,7	24,3

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Nota: As(os) docentes podem atuar em mais de uma rede de ensino. Por isso, a soma das proporções pode ser maior que 100%.

TABELA 3.28. Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, total e distribuição percentual, por sexo e faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Mulheres				Homens			
		Total	Distribuição (%)			Total	Distribuição (%)		
			<20 anos	20 a 59 anos	60 anos ou mais		<20 anos	20 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	2.589.815	1.343.126	18,7	71,9	9,4	1.246.689	31,3	61,5	7,2
Norte	281.753	143.448	25,0	70,6	4,5	138.305	39,0	56,9	4,1
Nordeste	1.297.101	681.229	14,6	71,5	13,9	615.872	27,3	61,2	11,5
Sudeste	634.748	335.165	19,9	74,8	5,3	299.583	32,3	65,0	2,7
Sul	217.981	106.297	22,9	73,0	4,1	111.684	33,0	64,8	2,1
Centro-Oeste	158.232	76.987	32,5	63,5	4,0	81.245	43,2	54,1	2,6

Fonte: INEP, Censo Escolar.

TABELA 3.29. Taxa de evasão escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres				Homens			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total
Brasil	2,0	1,5	2,6	4,5	2,5	1,8	3,5	7,3
Norte	2,5	2,0	3,1	2,7	3,0	2,4	3,7	3,8
Nordeste	2,8	2,3	3,4	4,3	3,4	2,7	4,1	6,6
Sudeste	1,3	1,0	1,7	3,8	1,8	1,1	2,6	6,6
Sul	1,6	0,6	2,8	8,1	2,3	0,7	4,2	13,3
Centro-Oeste	2,1	1,5	2,7	4,6	2,8	1,8	4,0	8,1

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

2. A taxa de evasão escolar expressa o percentual de alunos evadidos (alunos que, estando matriculados na série s no ano m, não se encontram na matrícula da série s ou s+1 no ano m+1).

TABELA 3.30. Taxa de promoção escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres				Homens			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	95,7	96,5	94,8	90,9	94,5	95,7	92,9	86,9
Norte	94,2	95,1	93,2	93,2	92,9	93,9	91,5	91,1
Nordeste	93,8	94,5	93	89,5	92,3	93,4	90,9	86,6
Sudeste	97,3	97,9	96,6	92,7	96,4	97,4	95,1	88,5
Sul	96,9	98,3	95,1	87,7	95,5	97,8	92,7	80,8
Centro-Oeste	95,4	96,2	94,5	89,9	93,9	95,3	92,1	83,9

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. A taxa de promoção escolar expressa o percentual de alunos promovidos (matriculados na série s+1, no ano m+1, em relação à matrícula total da série s no ano m).

2. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

TABELA 3.31. Taxa de repetência escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres				Homens			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	2,0	2,0	2,0	3,5	2,5	2,4	2,6	4,4
Norte	2,8	2,9	2,7	2,7	3,4	3,5	3,3	3,4
Nordeste	2,9	3,1	2,6	5,3	3,5	3,7	3,2	5,5
Sudeste	1,2	1,2	1,4	2,3	1,6	1,4	1,9	3,2
Sul	1,4	1,1	1,7	3,6	1,9	1,4	2,4	5,1
Centro-Oeste	2,3	2,2	2,4	4,4	3,1	2,9	3,3	6,4

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. A taxa de repetência escolar expressa o percentual de alunos repetentes (matriculados na série s no ano m+1 em relação à matrícula total da série s no ano m).

2. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

TABELA 3.32. Taxa de migração para EJA, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres				Homens			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total
Brasil	0,3	0,0	0,6	1,0	0,5	0,1	1,0	1,4
Norte	0,5	0,1	0,9	1,4	0,7	0,2	1,4	1,7
Nordeste	0,5	0,1	1,0	0,8	0,9	0,2	1,7	1,3
Sudeste	0,1	0,0	0,3	1,2	0,2	0,0	0,5	1,7
Sul	0,2	0,0	0,4	0,6	0,3	0,0	0,6	0,8
Centro-Oeste	0,2	0,0	0,4	1,2	0,3	0,0	0,7	1,6

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. A taxa de migração para EJA expressa o percentual de alunos que migraram para Educação de Jovens e Adultos de um ano para o ano consecutivo.

2. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

TABELA 3.33. Taxa de evasão escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres										Homens							
	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Anos Iniciais			Anos Finais		Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Outra	Anos Iniciais		Anos Finais		Branca	Preta ou parda	Outra	Outra
	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Preta ou parda						Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda				
Brasil	0,9	1,6	3,8	1,7	3,0	5,2	3,9	4,8	4,5	4,1	2,0	4,1	2,5	4,0	5,6	7,8	6,2	6,2
Norte	1,5	1,7	5,7	1,9	2,9	7,2	2,4	2,5	3,8	5,9	2,2	5,9	2,6	3,5	6,8	3,6	4,8	4,8
Nordeste	2,1	2,2	3,5	2,9	3,4	4,5	3,6	4,3	4,8	4,1	2,6	4,1	3,5	4,1	5,4	6,6	6,7	6,7
Sudeste	0,7	1,1	1,8	1,1	2,3	2,5	2,4	5,2	3,2	2,4	1,4	2,4	1,7	3,5	3,1	9,1	4,8	4,8
Sul	0,5	0,8	1,3	2,3	4,1	3,9	7,2	11,5	7,6	1,3	1,0	1,3	3,6	6,1	5,4	18,7	11,1	11,1
Centro-Oeste	1,5	1,6	3,0	2,2	3,2	5,9	3,8	5,2	4,9	2,9	2,0	2,9	2,9	4,8	6,2	9,5	6,7	6,7

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: 1. A taxa de evasão escolar expressa o percentual de alunos evadidos (alunos que, estando matriculados na série s no ano m, não se encontram na matrícula da série s ou s+1 no ano m+1). 2. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

TABELA 3.34. Taxa de promoção escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021

Grandes Regiões	Mulheres										Homens									
	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino Fundamental					Ensino Médio				
	Anos Iniciais			Anos Finais		Anos Iniciais			Anos Finais		Anos Iniciais			Anos Finais		Anos Iniciais			Anos Finais	
	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca	Preta ou parda	Outra	Branca
Brasil	97,9	96,1	89,4	96,6	93,9	88,7	92,8	89,7	88,7	97,4	95,1	95,1	88,5	91,8	87,4	88,9	85,4	85,9	85,9	85,9
Norte	96,4	95,8	82,0	95,5	93,7	81,5	93,4	93,4	86,8	95,4	93,9	93,9	81,5	91,9	81,1	91,1	91,2	84,5	84,5	84,5
Nordeste	94,8	94,8	91,5	94,1	93,0	90,6	92,5	89,1	87,5	93,7	92,3	92,3	89,9	90,9	88,7	89,7	86,2	85,8	85,8	85,8
Sudeste	98,5	97,5	96,7	97,8	95,5	95,9	95,1	90,1	93,9	98,2	96,7	96,7	95,5	93,4	94,6	92,1	84,4	91,2	91,2	91,2
Sul	98,6	97,7	97,1	95,8	93,1	93,6	88,8	83,3	88,4	98,1	93,7	93,7	97,0	89,7	91,5	82,3	74,5	84,2	84,2	84,2
Centro-Oeste	96,4	95,7	93,8	95,0	93,3	89,7	91,2	87,6	85,2	95,7	93,3	93,3	93,2	90,2	88,8	86,3	80,2	80,8	80,8	80,8

Fonte: INEP, Censo Escolar.

Notas: Expressa o percentual de alunos promovidos (matriculados na série s+1, no ano m +1, em relação à matrícula total da série s no ano m).

2. Últimos dados disponíveis são de 2020 e 2021.

TABELA 3.37. Matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância), total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil – 2022

Sexo	Matrículas		Ingressos		Concluintes	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	9.443.597	100,0	4.756.728	100,0	1.287.456	100,0
Mulheres	5.564.669	58,9	2.840.490	59,7	782.428	60,8
Homens	3.878.928	41,1	1.916.238	40,3	505.028	39,2

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Nota: Últimos dados disponíveis são de 2022.

TABELA 3.38. Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil – 2022

Curso	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Pedagogia	821.864	755.200	66.664	91,9	8,1
Direito	671.726	378.748	292.978	56,4	43,6
Administração	638.789	378.023	260.766	59,2	40,8
Enfermagem	457.968	382.334	75.634	83,5	16,5
Contabilidade	327.499	192.434	135.065	58,8	41,2
Psicologia	314.543	249.936	64.607	79,5	20,5
Sistemas de informação	308.850	57.217	251.633	18,5	81,5
Educação física	254.383	91.922	162.461	36,1	63,9
Medicina	245.501	150.790	94.711	61,4	38,6
Gestão de pessoas	209.691	169.525	40.166	80,8	19,2
Fisioterapia	199.960	151.495	48.465	75,8	24,2
Farmácia	192.080	137.543	54.537	71,6	28,4
Engenharia civil	184.784	53.843	130.941	29,1	70,9
Nutrição	167.784	135.770	32.014	80,9	19,1
Biomedicina	157.157	134.716	22.441	85,7	14,3
Odontologia	156.633	112.593	44.040	71,9	28,1
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	29.280	9.669	19.611	33,0	67,0
Ciência de dados	23.243	6.211	17.032	26,7	73,3
Engenharia de controle e automação	22.083	3.280	18.803	14,9	85,1
Física	6.759	1.718	5.041	25,4	74,6
Engenharia química	30.747	15.536	15.211	50,5	49,5
Sistemas para internet	14.066	3.572	10.494	25,4	74,6
Ciência da computação	93.360	12.106	81.254	13,0	87,0

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Notas: 1. No RASEAM, estão sendo apresentados os 16 primeiros cursos de graduação do Ensino Superior com maiores números de matrículas totais (até Odontologia), seguidos de 7 cursos que, na nossa classificação, poderiam se encaixar na categoria STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), para fins de análise.

2. Últimos dados disponíveis são de 2022.

TABELA 3.39. Docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2022

Grandes Regiões	Total	Mulheres					Homens				
		Total	Distribuição (%)				Total	Distribuição (%)			
			Branca	Preta ou parda	Outra	Não declarada		Branca	Preta ou parda	Outra	Não declarada
Brasil	316.792	149.710	56,6	17,9	1,1	24,3	167.082	55,0	18,9	1,2	24,8
Norte	23.856	11.428	37,4	39,6	1,2	21,8	12.428	34,2	42,5	1,2	22,1
Nordeste	74.215	36.586	35,7	32,8	1,0	30,4	37.629	34,3	33,8	1,0	30,9
Sudeste	130.646	59.092	63,2	10,6	1,2	25,1	71.554	62,4	11,8	1,4	24,4
Sul	62.901	30.575	77,7	4,5	0,9	16,9	32.326	74,4	5,7	1,1	18,9
Centro-Oeste	30.391	14.767	52,9	20,8	1,5	24,8	15.624	48,1	23,9	1,6	26,5

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

TABELA 3.40. Docentes em exercício na Educação Superior, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2022

Grandes Regiões	Total	Mulheres			Homens		
		Total	Proporção (%)		Total	Proporção (%)	
			Público	Privado		Público	Privado
Brasil	316.792	149.710	51,9	50,4	167.082	57,2	45,4
Norte	23.856	11.428	59,9	42,9	12.428	67,1	35,2
Nordeste	74.215	36.586	59,8	43,0	37.629	67,1	35,9
Sudeste	130.646	59.092	44,3	57,7	71.554	49,9	52,7
Sul	62.901	30.575	48,7	53,1	32.326	53,4	48,3
Centro-Oeste	30.391	14.767	55,3	47,1	15.624	59,5	42,9

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Nota: As(os) docentes podem atuar em mais de uma rede de ensino. Por isso, a soma das proporções pode ser maior que 100%.

TABELA 3.41. Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil – 2023

Modalidades	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	70.846,8	36.585,5	34.261,3	51,6	48,4
Iniciação Científica	30.621,3	18.320,7	12.300,6	59,8	40,2
Mestrado	4.291,0	2.280,0	2.011,0	53,1	46,9
Doutorado	6.051,0	3.099,3	2.951,7	51,2	48,8
Pós-Doutorado (2)	1.985,3	1.097,0	888,3	55,3	44,7
Produtividade em Pesquisa	15.605,2	5.543,7	10.061,50	35,5	64,5
Estímulo à inovação para Competitividade (3)	9.030,4	4.601,2	4.429,2	51,0	49,0
Outras (4)	3.262,6	1.643,6	1.619,0	50,4	49,6

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 6 mensalidades/12 meses = 0,5 bolsas-ano.

(1) Não corresponde à totalidade das bolsas, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

(2) Inclui Pós-Doutorado Júnior, Sênior e Pós-Doutorado.

(3) Inclui ATP, DT, DTI, EV, EXP, DTI e ITI. As bolsas SWI, DTS e DCNM não constam do Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

4) Inclui as demais modalidades de bolsas no país, inclusive bolsas dos programas de capacitação institucional do MCT (PCI) e do CNPq.

TABELA 3.42. Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil – 2023

Modalidades	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	366,2	187,1	179,1	51,1	48,9
Doutorado no Exterior	9,4	4,5	4,9	47,9	52,1
Doutorado Sanduíche no Exterior	186,5	109,7	76,8	58,8	41,1
Especialização no Exterior (2)	0,9	0,2	0,7	22,2	77,8
Estágio no Exterior	0,2	0,2	0,0	100,0	0,0
Graduação Sanduíche no Exterior	-	-	-	-	-
Pós-Doutorado Exterior	169,2	72,5	96,7	42,8	57,1

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 6 mensalidades/12 meses = 0,5 bolsas-ano.

(1) Não corresponde à totalidade das bolsas, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

(2) Inclui Des. Tecn. e Inovação Sênior no Exterior em TIC's

TABELA 3.43. Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível – Brasil – 2023

Categoria/ Nível (1)	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	5.542,9	10.093,5	35,4	64,6
1A	318,8	852,6	27,2	72,8
1B	393,4	771,7	33,8	66,2
1C	477,7	903,9	34,6	65,4
1D	813,7	1.634,6	33,2	66,8
2	3.470,4	5.716,0	37,8	62,2
SR	68,9	214,7	24,3	75,7

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não corresponde à totalidade das bolsas PQ, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 6 mensalidades/12 meses = 0,5 bolsas-ano.

(1) As bolsas da categoria Sênior são destinadas a pesquisadoras(es) que se destacam como líderes e são reconhecidas(os) como paradigma em sua área de atuação. As bolsas de categoria 1 são designadas a pesquisadoras(es) com no mínimo oito anos de doutorado e os níveis A, B, C e D são definidos, com base comparativa entre seus pares, no que se refere à produção científica, formação de pós-graduandos, contribuição científica, coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de administração de instituições científicas. As bolsas de categoria 2, por sua vez, são reservadas a pesquisadores com no mínimo três anos de doutorado, com base em sua produtividade, publicações e orientações.

TABELA 3.44. Bolsas-ano no país e no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	92.204,5	47.562,5	44.642,0	51,6	48,4
Norte	4.003,0	2.217,1	1.785,9	55,4	44,6
Nordeste	15.241,8	7.989,9	7.251,9	52,4	47,6
Sudeste	42.053,1	20.474,1	21.579,0	48,7	51,3
Sul	14.875,6	7.994,4	6.881,2	53,7	46,3
Centro-Oeste	16.032,2	8.888,0	7.144,2	55,4	44,6

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais; Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: nº de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano.

3. Bolsas no país: região de destino. Bolsas no exterior: região da instituição de vínculo ou do endereço da(o) bolsista no Brasil.

4. Não corresponde à totalidade das bolsas no país, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

5. Inclusive as bolsas dos programas de capacitação institucional do MCT (PCI) e do CNPq.

TABELA 3.46. Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil – 2023

Modalidades	Total	Mulheres						Homens					
		Total	Distribuição (%)					Total	Distribuição (%)				Não desejo declarar
			Branca	Preta	Parda	Outra	Não desejo declarar		Branca	Preta	Parda	Outra	
Total (1)	366,1	187,0	66,2	2,9	18,9	2,0	10,0	179,1	61,0	4,4	21,8	1,1	11,6
Doutorado Sanduíche no Exterior	186,5	109,7	60,5	3,7	22,5	2,0	11,2	76,8	55,2	5,6	29,4	2,3	7,4
Doutorado no Exterior	9,4	4,5	66,7	0,0	6,7	0,0	26,7	4,88	38,9	1,6	32,8	0,0	26,6
Especialização no Exterior (2)	0,9	0,2	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,7	42,9	0,0	57,1	0,0	0,0
Estágio no Exterior	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pós-Doutorado Exterior	169,2	72,5	74,6	1,8	14,3	2,1	7,2	96,7	66,9	3,6	15,0	0,2	14,3

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 6 mensalidades/12 meses = 0,5 bolsas-ano.

(1) Não corresponde à totalidade das bolsas, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

(2) Inclui Des. Tecn. e Inovação Sênior no Exterior em TIC's

TABELA 3.47. Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, por sexo e cor ou raça, segundo a categoria/nível - Brasil – 2023

Categoria/ Nível	Total	Mulheres						Homens					
		Total	Distribuição (%)					Total	Distribuição (%)				
			Branca	Preta	Parda	Outra	Não desejo declarar		Branca	Preta	Parda	Outra	Não desejo declarar
Total (1)	15.636,4	5.542,9	76,3	1,4	8,4	2,2	11,7	10.093,5	67,0	1,8	11,5	1,8	17,9
1A	1.171,4	318,8	83,1	0,0	2,8	2,2	11,9	852,6	70,4	0,6	5,4	2,2	21,3
1B	1.165,1	393,4	80,0	0,5	5,3	1,8	12,5	771,7	69,8	1,4	6,5	1,5	20,8
1C	1.381,6	477,7	80,0	0,8	5,8	2,0	11,4	903,9	70,2	1,3	8,8	1,6	18,0
1D	2.448,3	813,7	75,7	1,3	6,9	2,0	14,2	1.634,6	67,6	1,5	11,0	1,9	18,0
2	9.186,4	3.470,4	74,8	1,7	10,2	2,3	11,1	5.716,0	65,5	2,0	13,5	1,8	17,1
SR	283,6	68,9	80,3	0,0	1,5	5,8	12,5	214,7	62,1	4,5	15,4	2,7	15,4

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não corresponde à totalidade das bolsas PQ, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 6 mensalidades/12 meses = 0,5 bolsas-ano.

(1) As bolsas da categoria Sênior são destinadas a pesquisadoras(es) que se destacam como líderes e são reconhecidas(os) como paradigma em sua área de atuação.

As bolsas de categoria 1 são designadas a pesquisadoras(es) com no mínimo oito anos de doutorado e os níveis A, B, C e D são definidos, com base comparativa entre seus pares, no que se refere à produção científica, -formação de pós-graduandos, contribuição científica, coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de administração de instituições científicas.

As bolsas de categoria 2, por sua vez, são reservadas a pesquisadores com no mínimo três anos de doutorado, com base em sua produtividade, publicações e orientações.

TABELA 3.48. Bolsas-ano no país e no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Mulheres						Homens					
	Total	Distribuição (%)					Total	Distribuição (%)				
		Branca	Preta	Parda	Outra	Não desejo declarar		Branca	Preta	Parda	Outra	Não desejo declarar
Brasil	47.562,5	53,3	5,0	22,7	3,5	15,6	44.641,8	52,8	5,5	21,7	1,7	18,3
Norte	2.217,1	29,4	10,2	53,6	3,0	3,9	1.785,9	31,0	9,7	50,9	2,7	5,8
Nordeste	7.988,9	40,9	1,2	41,0	11,9	5,0	7.251,9	41,7	10,4	39,0	1,3	7,7
Sudeste	20.474,1	62,6	7,0	19,5	2,0	8,9	21.578,6	59,5	4,7	18,9	2,0	14,9
Sul	7.994,4	81,0	3,2	9,9	1,5	4,3	6.881,2	78,6	2,9	9,8	1,6	7,1
Centro-Oeste	8.888,0	23,8	4,3	17,4	1,0	53,5	7.144,2	24,7	4,1	17,1	1,0	53,1

Fonte: CNPq, Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Notas: 1. Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais; Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

2. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano.

3. Bolsas no país: região de destino. Bolsas no exterior: região da instituição de vínculo ou do endereço da(o) bolsista no Brasil.

4. Não corresponde à totalidade das bolsas no país, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da(o) bolsista.

5. Inclusive as bolsas dos programas de capacitação institucional do MCT (PCI) e do CNPq.

4. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

TABELA 4.1. Distribuição percentual da mortalidade por sexo, segundo o grupo de causas – Brasil – 2023

Grupo de causas	Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Doenças infecciosas e parasitárias	5,3	5,3	5,3
Neoplasias	18,3	19,6	17,2
Doenças do aparelho circulatório	27,8	28,9	26,9
Doenças do aparelho respiratório	12,3	13,4	11,4
Afecções originadas no período perinatal	1,3	1,2	1,3
Causas externas	11,0	5,2	15,8
Demais causas definidas	24,0	26,4	22,0

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas: 1. Demais causas definidas: III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár; IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas; V. Transtornos mentais e comportamentais; VI. Doenças do sistema nervoso; VII. Doenças do olho e anexos; VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastoide; XI. Doenças do aparelho digestivo; XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo; XIII.Doenças sist. osteomuscular e tec conjuntivo; XIV. Doenças do aparelho geniturinário; XV. Gravidez parto e puerpério; XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas. 2. Excluídos os registros com sexo preenchido como ignorado.

3. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.2. Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil – 2023

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda
Neoplasias malignas dos órgãos digestivos	34,9	44,0	26,7
Neoplasias malignas do aparelho respiratório e dos órgãos intratorácicos	15,0	19,6	11,0
Neoplasias malignas da mama	19,2	24,3	14,6
Neoplasias malignas dos órgãos genitais femininos	16,1	17,8	14,2
Diabetes mellitus	35,7	40,1	31,2
Doenças reumáticas crônicas do coração	1,4	1,6	1,2
Doenças hipertensivas	31,8	36,0	27,5
Doenças isquêmicas do coração	45,4	55,0	36,5
Doenças cerebrovasculares	8,9	10,7	7,2
Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	23,3	30,0	17,3

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas: 1. A coluna total inclui mulheres indígenas, amarelas e com cor ou raça não informada.

2. Para o cálculo das taxas segundo cor ou raça foram utilizados, como denominador, os resultados do CENSO 2022 sobre estimativa populacional.

3. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.3. Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) - Brasil - 2023

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda
Neoplasias malignas dos órgãos digestivos	46,4	58,5	36,1
Neoplasias malignas do aparelho respiratório e dos órgãos intratorácicos	21,9	29,2	15,9
Neoplasias malignas dos órgãos genitais masculinos	18,4	21,2	15,8
Neoplasias malignas dos tecidos linfáticos, hematopoéticos e correlatos	9,3	12,6	6,6
Diabetes mellitus	32,6	37,0	28,5
Doenças reumáticas crônicas do coração	0,9	1,1	0,7
Doenças hipertensivas	29,7	31,2	27,9
Doenças isquêmicas do coração	70,9	84,3	59,5
Doenças cerebrovasculares	10,4	12,2	8,9
Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	26,4	34,7	19,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas: 1. A coluna total inclui homens indígenas, amarelos e com cor ou raça não informada.

2. Para o cálculo das taxas segundo cor ou raça foram utilizados, como denominador, os resultados do CENSO 2022 sobre estimativa populacional segundo cor ou raça.

3. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.4. Razão de mortalidade materna (RMM) segundo o tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil - 2023

Causas de morte	Razão de Mortalidade Materna
Total	50,9
Causas obstétricas diretas	34,9
Aborto	2,3
Hemorragia	6,5
Hipertensão	9,0
Infecção puerperal	2,6
Outras causas obstétricas diretas	55,3
Causas obstétricas indiretas	14,5
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	4,3
Outras causas obstétricas indiretas	10,1
Causas obstétricas não especificadas	1,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Nota: Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.5. Distribuição percentual da mortalidade materna, por ano, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil - 2013 – 2023

Causas de morte	Distribuição (%)										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Causas obstétricas diretas	68,0	65,7	66,5	67,2	68,0	67,2	65,7	53,0	34,0	67,5	68,5
Aborto	4,7	3,2	4,1	3,4	4,0	4,1	2,7	2,9	1,6	3,9	4,6
Hemorragia	12,0	11,7	13,9	12,5	13,3	13,6	12,4	9,9	6,9	13,5	12,9
Hipertensão	20,0	18,5	18,9	19,2	19,3	18,9	20,1	16,1	10,3	21,6	17,6
Infecção puerperal	6,3	6,0	5,2	5,9	5,1	6,4	4,4	3,9	2,1	4,8	5,1
Outras causas obstétricas diretas	25,0	26,3	24,4	26,2	26,4	24,2	26,0	20,2	13,0	23,7	28,4
Causas obstétricas indiretas	28,5	31,7	31,0	29,7	28,5	29,5	30,4	42,9	64,0	29,6	28,4
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	7,3	9,6	8,1	7,9	7,8	8,5	8,3	5,6	3,9	7,3	8,5
Outras causas obstétricas indiretas	21,2	22,1	22,9	21,8	20,7	21,0	22,2	37,3	60,1	22,3	19,9
Causas obstétricas não especificadas	3,4	2,6	2,5	3,1	3,5	3,3	3,9	4,1	2,0	2,9	3,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Notas: 1. Percentual calculado pelo total de morte materna.

2. Os dados de 2023 são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.6. Distribuição percentual da mortalidade materna, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil – 2023

Causas de morte	Distribuição (%)
Total	100,0
Causas obstétricas diretas	68,5
Aborto	4,6
Hemorragia	12,9
Hipertensão	17,6
Infecção puerperal	5,1
Outras causas obstétricas diretas	28,4
Causas obstétricas indiretas	28,4
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	8,5
Outras causas obstétricas indiretas	19,9
Causas obstétricas não especificadas	3,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Notas: 1. Percentual calculado pelo total de morte materna.

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.7. Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Distribuição (%)		
	Causa direta	Causa indireta	Causa não especificada
Brasil	68,5	28,4	3,1
Norte	75,1	23,4	1,5
Nordeste	70,2	27,7	2,0
Sudeste	64,9	29,8	5,3
Sul	64,3	33,3	2,3
Centro-Oeste	69,7	28,6	1,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nota: Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.8. Razão de mortalidade materna, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 ou mais
Brasil	50,9	43,1	39,1	40,0	61,6	122,0
Norte	69,4	29,8	46,3	54,3	103,8	193,3
Nordeste	55,9	57,0	31,3	45,4	71,3	148,7
Sudeste	46,9	63,6	43,2	36,1	55,0	94,7
Sul	36,1	-	36,2	29,3	36,8	106,0
Centro-Oeste	53,1	-	43,1	37,9	68,0	149,9

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Nota: Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.9. Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo o ano - Brasil - 2020 – 2023

Ano	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
2020	81,2	64,8	112,7	68,8	127,6
2021	49,4	121,0	149,0	100,0	194,8
2022	34,1	46,6	72,7	51,5	102,4
2023	8,4	46,3	142,5	49,9	72,9

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Nota: Os dados de 2023 são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.10. Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Brasil	50,9	8,4	46,3	142,5	49,9	72,9
Norte	69,4	-	139,2	140,0	58,2	77,6
Nordeste	55,9	-	69,1	136,9	53,5	74,9
Sudeste	46,9	-	43,0	-	43,5	78,8
Sul	36,1	99,1	35,6	169,3	35,5	33,3
Centro-Oeste	53,1	-	48,3	191,6	49,4	71,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Notas: 1. Excluídos da distribuição percentual os com informação ignorada de cor ou raça.

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.11.A. Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023

Grupos de idade	Distribuição (%)		
	Causa direta	Causa indireta	Causa não especificada
Total	68,5	28,4	3,1
10 a 14 anos	83,3	16,7	0,0
15 a 19 anos	73,5	23,9	2,7
20 a 34 anos	67,3	29,2	3,6
35 a 39 anos	70,4	26,8	2,9
40 a 49 anos	64,6	33,9	1,6
50 anos ou mais	100,0	0,0	0,0

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas: 1. Nos casos de inconsistência entre a causa materna declarada e o momento da morte (durante a gravidez, parto ou aborto, durante o puerpério até 42 dias, durante o puerpério, de 43 dias a 1 ano ou fora destes períodos), para efeito de determinação se óbito materno ou não, foi priorizada a informação sobre a causa.

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.11.B. Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022

Grupos de idade	Distribuição (%)		
	Causa direta	Causa indireta	Causa não especificada
Total	67,5	29,6	2,9
10 a 14 anos	91,7	8,3	0,0
15 a 19 anos	72,5	25,0	2,5
20 a 34 anos	65,7	31,1	3,2
35 a 39 anos	70,2	26,9	2,9
40 a 49 anos	66,1	32,3	1,6
50 anos ou mais	100,0	0,0	0,0

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nota: Nos casos de inconsistência entre a causa materna declarada e o momento da morte (durante a gravidez, parto ou aborto, durante o puerpério até 42 dias, durante o puerpério, de 43 dias a 1 ano ou fora destes períodos), para efeito de determinação se óbito materno ou não, foi priorizada a informação sobre a causa.

TABELA 4.12.

Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Câncer de mama		Câncer de colo de útero	
	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)
Brasil	20.055	17,4	7.161	6,7
Norte	927	13,2	935	13,2
Nordeste	4.471	15,6	2.192	7,9
Sudeste	9.698	18,3	2.375	5,0
Sul	3.554	19,5	1.069	6,8
Centro-Oeste	1.405	17,4	590	7,5

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nota: Faixa etária de 15 anos ou mais.

TABELA 4.13. Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e de colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo os grupos de idade - Brasil - 2023

Grupos de idade	Câncer de mama		Câncer de colo de útero	
	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)
15 a 19 anos	1	0,0	-	0,0
20 a 24 anos	21	0,0	28	0,0
25 a 29 anos	121	0,2	175	0,2
30 a 39 anos	1.175	1,5	942	1,2
40 a 49 anos	2.987	3,9	1.509	2,0
50 a 59 anos	4.446	5,8	1.482	1,9
60 a 69 anos	4.496	5,9	1.353	1,8
70 anos ou mais	6.808	8,9	1.672	2,2

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

TABELA 4.14. Distribuição percentual de óbitos por câncer de mama e de colo de útero, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023

Cor ou raça	Câncer de mama (%)	Câncer de colo de útero (%)
Amarela	0,6	0,5
Branca	57,2	40,3
Indígena	0,2	0,5
Parda	33,2	48,1
Preta	8,8	8,7

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nota: Exclusive cor ou raça não informados.

TABELA 4.15. Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o ano - Brasil - 2013 – 2023

Ano	Total
2023	79.283
2022	56.790
2021	50.123
2020	42.714
2019	54.360
2018	38.939
2017	29.686
2016	17.765
2015	14.924
2014	10.715
2013	8.606

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.
Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.
2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)
3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

TABELA 4.16. Registros de violência autoprovocada, total e distribuição percentual, segundo o sexo da vítima - Brasil – 2023

Sexo da vítima	Total	Distribuição (%)
Total	171.039	100,0
Masculino	51.257	30,0
Feminino	119.782	70,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.
Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.
2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)
3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

TABELA 4.17. Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil – 2023

Cor ou raça da vítima	Total	Distribuição (%)
Total	79.283	100,0
Branca	34.881	46,5
Preta	5.516	7,4
Amarela	771	1,0
Parda	33.595	44,8
Indígena	242	0,3
Sem informação	4.278	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

TABELA 4.18. Registros de violência autoprovocada, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	171.039	70,0	30,0
Norte	6.673	67,6	32,4
Nordeste	28.617	70,5	29,5
Sudeste	83.709	70,7	29,3
Sul	33.636	68,7	31,3
Centro-Oeste	18.404	69,6	30,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Excluídos Ignorados.

TABELA 4.19. Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	79.283	100,0
Norte	2.779	3,5
Nordeste	13.226	16,7
Sudeste	39.736	50,1
Sul	14.891	18,8
Centro-Oeste	8.651	10,9

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Exclusive Ignorados.

TABELA 4.20. Registros de violência autoprovocada por mulheres, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil – 2023

Faixa etária	Total	Distribuição (%)
Total	119.782	100,0
Até 14 anos	11.970	10,0
15 a 24 anos	45.566	38,0
25 a 39 anos	37.225	31,1
40 a 59 anos	22.002	18,4
60 anos ou mais	3.019	2,5

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Exclusive Ignorados.

TABELA 4.21. Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil – 2023

Escolaridade	Total	Distribuição(%)
Total	79.283	100,0
Analfabeto	219	0,4
1ª a 4ª série incompleta do EF	1.640	3,4
4ª série completa do EF (antigo 1º grau)	1.286	2,6
5ª à 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau)	5.073	10,4
Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau)	4.489	9,2
Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau)	6.149	12,6
Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau)	21.802	44,8
Educação superior incompleta	3.820	7,8
Educação superior completa	4.219	8,7
Sem Informação	30.586	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016)

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Exclusive Ignorados.

TABELA 4.22. Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total		Mulheres		Homens	
	Total	Taxa padronizada (por 100.000 habitantes)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 homens)
Brasil	16.207	7,6	3.544	3,3	12.663	12,1
Norte	1.425	7,5	315	3,3	1.110	11,7
Nordeste	3.927	6,8	777	2,6	3.150	11,3
Sudeste	5.789	6,5	1.373	3,0	4.416	10,1
Sul	3.472	11,4	740	4,8	2.732	18,3
Centro-Oeste	1.594	9,5	339	4,0	1.255	15,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.23. Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.00 habitantes), por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2023

Grupos de idade	Total		Mulheres		Homens	
	Total	Taxa padronizada (por 100.000 habitantes)	Total	Taxa padronizada (por 100.000)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 homens)
10 a 14 anos	160	1,1	89	1,2	71	0,9
15 a 19 anos	920	5,9	277	3,6	643	8,1
20 a 24 anos	1.587	9,3	353	4,2	1.234	14,3
25 a 29 anos	1.803	10,6	353	4,2	1.450	17,0
30 a 39 anos	3.466	10,1	711	4,1	2.755	16,3
40 a 49 anos	3.066	10,3	716	4,6	2.350	16,3
50 a 59 anos	2.358	9,7	495	3,9	1.863	16,2
60 a 69 anos	1.574	9,1	333	3,6	1.241	15,6
70 anos ou mais	1.273	9,1	217	2,7	1.056	18,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.24. Óbitos por lesões autoprovocadas (suicídio), total e distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil – 2023

Cor ou raça	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	16.207	100,0	100,0
Amarela	55	0,3	0,3
Branca	7.456	50,7	44,7
Indígena	183	1,5	1,0
Parda	7.427	41,9	46,9
Preta	959	4,7	6,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.25.A. Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,2	3,2	7,2
Norte	7,0	4,4	9,6
Nordeste	4,5	2,5	6,7
Sudeste	4,6	2,8	6,5
Sul	7,0	5,2	8,9
Centro-Oeste	4,7	2,8	6,6

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DANTPS/ Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM). População: MS/ SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas:1. Exclusive casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.25.B. Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,4	3,4	7,5
Norte	7,2	4,3	10,1
Nordeste	4,6	2,7	6,5
Sudeste	4,9	3,0	6,8
Sul	7,8	5,5	10,2
Centro-Oeste	4,8	3,2	6,6

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DANTPS/ Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM). População: MS/ SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Exclusive casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.26.A. Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil – 2022

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Até 4 anos	0,3	0,2	0,1
5 a 9 anos	0,1	0,0	0,0
10 a 14 anos	0,1	0,0	0,0
15 a 19 anos	0,4	0,2	0,1
20 a 24 anos	4,2	1,2	1,5
25 a 29 anos	10,5	2,5	4,0
30 a 39 anos	15,1	4,4	5,2
40 a 49 anos	20,8	6,7	6,6
50 a 59 anos	19,8	5,6	6,5
60 a 69 anos	15,8	4,7	4,7
70 anos ou mais	9,7	2,3	2,7

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DANTPS/ Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM). População: MS/ SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.26.B. Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil – 2021

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Até 4 anos	0,3	0,2	0,1
5 a 9 anos	0,1	0,0	0,0
10 a 14 anos	0,1	0,1	0,0
15 a 19 anos	0,8	0,2	0,3
20 a 24 anos	4,1	1,2	1,5
25 a 29 anos	10,9	3,1	3,9
30 a 39 anos	16,0	5,0	5,4
40 a 49 anos	21,7	7,0	6,9
50 a 59 anos	21,0	5,8	6,9
60 a 69 anos	16,3	4,6	5,0
70 anos ou mais	9,8	2,6	2,6

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DANTPS/ Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM). População: MS/ SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.27. Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013 – 2023

Ano	(%)
2013	56,6
2014	57,0
2015	55,5
2016	55,4
2017	55,7
2018	55,9
2019	56,3
2020	57,2
2021	57,0
2022	58,1
2023	59,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.28. Distribuição percentual de partos, por local de realização, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Distribuição (%)				
	Hospital	Outro estabelecimento de saúde	Domicílio	Aldeia indígena	Outros
Brasil	98,4	0,7	0,6	0,1	0,3
Norte	95,4	1,2	2,2	0,7	0,5
Nordeste	98,1	1,2	0,4	0,0	0,3
Sudeste	99,2	0,3	0,4	0,0	0,2
Sul	99,0	0,4	0,4	0,0	0,2
Centro-Oeste	98,7	0,4	0,6	0,0	0,3

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Excluídos casos com informação ignorada de local de parto. 2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.29. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção (%)				
	Sem instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	33,4	44,3	47,3	56,4	29,9
Norte	20,9	36,5	42,9	51,0	73,0
Nordeste	42,4	44,3	46,9	55,5	75,6
Sudeste	47,9	49,6	48,2	56,3	73,6
Sul	53,0	48,5	50,4	59,9	74,7
Centro-Oeste	38,4	49,9	52,1	62,0	76,6

Fonte: Ministério da Saúde , Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Excluímos casos com informação ignorada de tipo de parto e escolaridade da mãe.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.30. Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013 – 2023

Ano	Brasil
2013	27.989
2014	28.245
2015	26.701
2016	24.139
2017	22.146
2018	21.172
2019	19.333
2020	17.579
2021	17.458
2022	14.293
2023	13.934

Fonte: Ministério da Saúde , Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.31. Percentual de crianças nascidas vivas de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013 – 2023

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2013	19,3	26,5	22,2	16,1	17,0	18,9
2014	18,9	26,2	21,8	15,7	16,4	18,6
2015	18,1	25,6	21,3	15,0	15,4	17,5
2016	17,5	24,8	21,1	14,3	14,4	16,9
2017	16,5	23,7	20,0	13,3	13,1	15,5
2018	15,5	22,9	18,7	12,4	12,2	14,6
2019	14,7	22,1	17,8	11,6	11,4	14,2
2020	14,0	21,4	17,0	11,0	10,5	13,5
2021	13,6	21,2	16,5	10,5	10,1	13,3
2022	12,3	19,7	14,9	9,4	9,2	12,3
2023	11,9	19,4	14,4	9,2	8,8	11,8

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.32. Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Distribuição (%)				
	Menor de 15 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais
Brasil	0,5	11,4	49,1	34,6	4,3
Norte	1,2	18,2	51,9	25,8	2,9
Nordeste	0,7	13,6	49,6	32,1	3,9
Sudeste	0,3	8,9	47,9	37,9	5,0
Sul	0,3	8,5	48,8	38,0	4,5
Centro-Oeste	0,5	11,3	50,2	33,8	4,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Excluímos casos com informação ignorada de idade materna.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.33. Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo o ano - Brasil - 2013 - 2023

Ano	Nenhuma consulta	1 a 3 consultas	4 a 6 consultas	7 ou mais consultas
2013	2,7	7,4	26,8	63,1
2014	2,6	6,7	25,6	65,1
2015	2,3	6,3	24,5	66,9
2016	2,0	6,2	23,6	68,1
2017	2,0	6,0	22,5	69,6
2018	1,7	5,7	21,5	71,1
2019	1,5	5,4	20,3	72,7
2020	1,6	6,1	20,8	71,4
2021	1,7	5,4	19,3	73,5
2022	1,3	5,0	18,2	75,2
2023	1,2	4,5	16,6	77,5

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclui os casos com informação ignorada de consultas.

2. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.34. Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Distribuição (%)			
	Nenhuma consulta	1 a 3 consultas	4 a 6 consultas	7 ou mais consultas
Brasil	1,4	4,5	16,6	77,5
Norte	2,5	9,4	25,5	62,6
Nordeste	1,8	4,7	18,5	75,0
Sudeste	1,0	3,5	14,3	81,2
Sul	0,9	2,8	11,7	84,6
Centro-Oeste	1,2	4,8	17,4	76,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclui os casos com informação ignorada de consultas.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.35. Proporção de nascidas(os) vivas(os) cujas mães fizeram o acompanhamento pré-natal adequado, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção (%)					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Brasil	75,4	82,5	72,3	78,1	72,6	49,8
Norte	60,3	72,1	63,6	69,4	60,5	42,8
Nordeste	71,9	77,1	67,0	72,3	72,1	61,2
Sudeste	80,0	84,2	75,3	82,3	77,5	73,9
Sul	81,3	82,5	75,2	85,1	78,9	65,7
Centro-Oeste	76,4	82,2	72,8	75,5	75,4	48,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclui casos com informação ignorada de consultas e de cor ou raça da mãe não declarada.

2. A categorização da "Adequação quantitativa de pré-natal" mostrada na variável "Adeq quant pré-natal" considera o início do pré-natal no primeiro trimestre e um mínimo de seis consultas de pré-natal.

3. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.36. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção (%)					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Brasil	59,6	67,1	53,2	60,1	56,6	27,4
Norte	52,6	69,1	55,0	62,7	53,0	19,8
Nordeste	57,4	66,9	49,3	56,3	56,7	38,6
Sudeste	60,4	67,2	54,1	59,2	55,6	41,9
Sul	63,6	65,7	54,6	60,4	58,5	44,2
Centro-Oeste	65,4	72,7	58,4	66,0	64,4	30,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e cor ou raça da mãe.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.37. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por grupos de idade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil – 2023

Grupos de Robson	Menor de 15 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais
Grupo 1	30,6	32,5	46,1	59,9	74,1
Grupo 2	60,7	62,2	74,9	85,0	91,1
Grupo 3	21,3	16,3	17,4	23,7	31,2
Grupo 4	51,6	48,1	50,9	59,4	65,4
Grupo 5	82,4	79,9	84,4	88,7	91,0
Grupo 6	77,0	85,7	92,6	95,9	96,5
Grupo 7	68,4	79,6	86,5	90,9	93,6
Grupo 8	66,7	79,2	86,3	89,8	92,1
Grupo 9	86,7	94,4	97,0	97,4	98,9
Grupo 10	32,4	36,5	53,2	66,5	72,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclusive casos com informação ignorada.

2. Cada grupo corresponde a um tipo de gravidez segundo a classificação proposta por Robson e adotada pela OMS. A tipificação considera diversos fatores, entre eles o risco da gravidez. A lista dos grupos, bem como sua descrição encontram-se na seção sobre parto cesáreo deste capítulo.

3. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.38. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil – 2023

Grupos de Robson	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Grupo 1	41,9	49,4	24,1	43,5	35,9
Grupo 2	73,3	79,6	65,0	72,7	68,6
Grupo 3	19,1	20,7	7,5	20,8	15,6
Grupo 4	56,4	57,9	47,8	54,7	47,8
Grupo 5	86,8	88,8	67,7	85,8	83,6
Grupo 6	93,7	94,9	81,9	90,6	89,5
Grupo 7	92,8	92,1	72,5	87,6	86,6
Grupo 8	92,2	91,1	65,5	85,9	85,8
Grupo 9	91,7	97,4	94,9	97,4	94,7
Grupo 10	58,3	64,3	23,1	53,6	54,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclusive casos com informação ignorada.

2. Cada grupo corresponde a um tipo de gravidez segundo a classificação proposta por Robson e adotada pela OMS. A tipificação considera diversos fatores, entre eles o risco da gravidez. A lista dos grupos, bem como sua descrição encontram-se na seção sobre parto cesáreo deste capítulo.

3. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.39. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Proporção (%)									
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10
Brasil	44,7	75,5	20,0	55,2	86,7	92,4	89,1	87,8	97,1	56,6
Norte	43,9	76,2	21,0	58,9	83,6	88,5	85,9	83,6	95,6	48,4
Nordeste	46,6	74,8	24,0	60,2	87,0	90,1	86,7	84,9	97,8	53,8
Sudeste	41,8	74,2	16,0	51,6	86,5	93,4	90,1	88,6	97,5	58,7
Sul	44,2	76,2	15,8	51,8	86,9	95,0	92,0	90,5	96,8	61,1
Centro-Oeste	50,2	82,5	22,7	64,2	89,2	92,2	90,0	91,3	96,2	61,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclui-se casos com informação ignorada de local do parto.

2. Cada grupo corresponde a um tipo de gravidez segundo a classificação proposta por Robson e adotada pela OMS. A tipificação considera diversos fatores, entre eles o risco da gravidez. A lista dos grupos, bem como sua descrição encontram-se na seção sobre parto cesáreo deste capítulo..

3. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.40. Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil – 2023

Grupos de Robson	Sem instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos ou mais
Grupo 1	45,6	38,2	35,1	41,1	56,9
Grupo 2	79,2	70,0	64,7	70,7	84,4
Grupo 3	18,1	15,8	15,9	19,3	29,8
Grupo 4	61,3	50,5	46,6	52,1	70,0
Grupo 5	82,9	76,0	80,2	86,1	91,2
Grupo 6	89,2	84,4	85,2	90,7	95,9
Grupo 7	80,4	81,6	83,0	88,7	93,9
Grupo 8	67,5	76,7	80,5	86,5	93,3
Grupo 9	92,3	98,4	96,6	97,1	97,6
Grupo 10	36,3	43,3	45,7	53,8	73,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc.

Notas: 1. Exclusive casos com informação ignorada.

2. Cada grupo corresponde a um tipo de gravidez segundo a classificação proposta por Robson e adotada pela OMS. A tipificação considera diversos fatores, entre eles o risco da gravidez. A lista dos grupos, bem como sua descrição encontram-se na seção sobre parto cesáreo deste capítulo..

3. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.41. Novos casos de AIDS, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	36.753	28,9	71,1
Norte	4.909	29,1	70,9
Nordeste	8.812	27,8	72,2
Sudeste	13.527	26,6	73,3
Sul	6.464	36,4	63,6
Centro-Oeste	3.041	26,0	74,0

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

Notas: 1.Exclusive casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.42.A. Taxa de detecção de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	17,1	10,2	26,5
Norte	25,7	16,4	40,2
Nordeste	15,2	8,7	24,1
Sudeste	15,0	8,2	24,3
Sul	21,1	15,3	28,2
Centro-Oeste	18,0	9,6	28,1

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

População: MS/SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.42.B. Taxa de detecção de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	16,6	9,3	24,2
Norte	25,9	15,0	36,6
Nordeste	14,4	8,2	21,0
Sudeste	14,5	7,4	22,1
Sul	20,7	14,0	27,6
Centro-Oeste	17,3	8,8	25,9

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

População: MS/SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.43. Novos casos AIDS, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2022

Grupos de idade	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	36.753	28,9	71,1
Menor de 5 anos	224	46,0	53,6
5 a 12 anos	87	42,5	57,5
13 a 19 anos	680	32,1	67,8
20 a 24 anos	3.545	19,5	80,5
25 a 29 anos	5.759	19,1	80,9
30 a 34 anos	5.373	24,3	75,6
35 a 39 anos	5.044	27,9	72,1
40 a 49 anos	8.391	34,2	65,8
50 a 59 anos	4.982	37,1	62,8
60 anos ou mais	2.657	38,9	61,1

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.44.A. Taxa de detecção de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil – 2022

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Total	17,2	9,7	25,0
Menor de 5 anos	1,5	1,4	1,6
5 a 12 anos	0,4	0,3	0,4
13 a 19 anos	3,2	2,1	4,2
20 a 24 anos	20,8	8,2	33,0
25 a 29 anos	33,9	12,9	54,7
30 a 34 anos	31,4	15,2	47,8
35 a 39 anos	29,5	16,1	43,3
40 a 49 anos	28,1	18,6	38,2
50 a 59 anos	20,6	14,6	27,2
60 anos ou mais	8,5	5,9	11,8

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

População: MS/SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.44.B. Taxa de detecção de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil – 2021

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Total	16,6	9,3	24,2
Menor de 5 anos	1,2	1,0	1,3
5 a 12 anos	0,4	0,4	0,3
13 a 19 anos	3,7	2,2	5,1
20 a 24 anos	21,3	8,7	33,5
25 a 29 anos	33,8	13,6	53,9
30 a 34 anos	30,1	13,9	46,4
35 a 39 anos	28,6	16,6	41,0
40 a 49 anos	26,7	18,0	36,0
50 a 59 anos	18,6	12,6	25,3
60 anos ou mais	7,8	5,1	11,2

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

População: MS/SE/DATASUS, em datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas, acessado em 26/10/2023.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.45. Proporção de casos de AIDS por sexo, segundo a categoria de exposição - Brasil – 2022

Categoria de exposição	Total	Proporção (%)	
		Mulheres	Homens
Sexual	13.868	27,6	72,4
Heterossexual	8.234	45,0	55,0
Homossexual	4.518	1,4	98,6
Bissexual	1.116	4,9	95,1
Sanguínea	593	27,2	72,8
Usuário de drogas injetáveis (UDI)	340	21,2	78,8
Transfusão sanguínea	1	100,0	0,0
Hemofílico	5	0,0	100,0
Transmissão vertical	247	35,6	64,4

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis.

Notas: 1. Excluídos casos com sexo ignorado/sem informação.

2. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 4.46. Número de exames citopatológicos, cervico-vaginal e microflora realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)				
		Até 14 anos	15 a 19 anos	20 a 34 anos	35 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	9.371.280	0,1	2,9	27,8	35,4	33,8
Norte	732.855	0,1	3,1	34,8	37,6	24,4
Nordeste	2.408.509	0,2	3,6	29,8	36,7	29,8
Sudeste	4.025.775	0,1	2,4	25,5	35,2	36,9
Sul	1.637.738	0,1	2,7	27,1	33,2	37,0
Centro-Oeste	566.403	0,1	3,4	28,7	35,9	31,8

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informação ambulatorial SIA/SUS.

Nota: Corresponde aos procedimentos exame citopatológico cervico-vaginal/microflora e exame citopatológico cervico vaginal/microflora - rastreamento, aprovados.

TABELA 4.47. Número de exames de mamografias realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)		
		20 a 34 anos	35 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	4.361.591	0,3	27,9	71,8
Norte	142.956	0,1	35,5	64,4
Nordeste	1.020.318	0,1	30,1	69,8
Sudeste	2.136.767	0,3	26,3	73,5
Sul	836.610	0,9	26,8	72,2
Centro-Oeste	224.940	0,1	32,7	67,2

Fonte:Ministério da Saúde, Sistema de Informação ambulatorial SIA/SUS.

Notas: 1. Corresponde aos procedimentos mamografia e mamografia bilateral para rastreamento, aprovados.

2. Os totais incluem 543 exames (0,01% do total) referentes aos exames realizados em pessoas do sexo feminino menores de 19 anos.

TABELA 4.48. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal – 2023

Capitais/DF	Total %	Sexo	
		Feminino %	Masculino %
Aracaju	29,2	29,9	28,4
Belém	22,9	24,7	20,8
Belo Horizonte	28,5	33,4	22,6
Boa Vista	19,5	19,3	19,9
Campo Grande	26,9	33,2	19,8
Cuiabá	27,6	26,9	28,3
Curitiba	25,4	25,7	25,1
Florianópolis	22,7	25,7	19,4
Fortaleza	24,8	25,6	23,8
Goiânia	24,0	25,6	22,3
João Pessoa	25,0	23,2	27,1
Macapá	20,4	21,7	19,0
Maceió	26,7	26,3	27,2
Manaus	21,3	25,2	17,1
Natal	28,5	29,3	27,7
Palmas	21,5	23,8	19,0
Porto Alegre	33,0	32,8	33,1
Porto Velho	22,1	24,1	20,3
Recife	32,6	36,0	28,4
Rio Branco	22,0	23,5	20,4
Rio de Janeiro	34,4	36,5	31,9
Salvador	29,4	33,8	24,1
São Luís	19,2	22,6	15,0
São Paulo	28,9	28,7	29,1
Teresina	23,8	22,6	25,2
Vitória	25,4	27,5	23,1
Distrito Federal	26,1	23,9	28,6

Fonte: Ministério da Saúde, Vigitel.

Nota: Percentual ponderado ajustado à projeção populacional. As distribuições de cada variável sociodemográfica, estimadas para cada cidade em 2023, foram obtidas a partir de projeções fundamentadas nas distribuições das variáveis nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, considerando-se a variação média anual (taxa distribuída) observada no período intercensitário.

TABELA 4.49. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de diabetes, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal – 2023

Capitais/DF	Total %	Sexo	
		Feminino %	Masculino %
Aracaju	9,6	11,1	7,8
Belém	6,9	7,1	6,6
Belo Horizonte	8,7	9,5	7,7
Boa Vista	6,9	9,9	3,7
Campo Grande	9,0	12,9	4,6
Cuiabá	9,0	8,1	10,0
Curitiba	9,8	10,0	9,5
Florianópolis	7,2	9,1	5,1
Fortaleza	11,6	13,6	9,2
Goiânia	8,8	10,5	6,8
João Pessoa	7,2	7,3	7,2
Macapá	6,8	6,2	7,5
Maceió	9,6	10,6	8,3
Manaus	8,2	8,3	8,2
Natal	11,8	12,0	11,6
Palmas	8,2	9,5	6,8
Porto Alegre	12,0	12,1	11,9
Porto Velho	6,6	7,0	6,2
Recife	8,3	9,3	6,9
Rio Branco	5,6	7,6	3,5
Rio de Janeiro	11,0	12,1	9,5
Salvador	9,0	11,2	6,4
São Luís	6,0	6,8	5,0
São Paulo	12,1	12,7	11,5
Teresina	10,2	11,1	9,1
Vitória	9,6	11,7	7,2
Distrito Federal	12,1	12,2	11,9

Fonte: Ministério da Saúde, Vigitel.

Nota: Percentual ponderado ajustado à projeção populacional. As distribuições de cada variável sociodemográfica, estimadas para cada cidade em 2023, foram obtidas a partir de projeções fundamentadas nas distribuições das variáveis nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, considerando-se a variação média anual (taxa distribuída) observada no período intercensitário.

TABELA 4.50. Estabelecimentos que fazem interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	154	100,0
Norte	14	9,1
Nordeste	47	30,5
Sudeste	70	45,5
Sul	13	8,4
Centro-Oeste	10	6,5

Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

TABELA 4.51. Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)

Grandes Regiões	Total	Até 14 anos	15 a 19 anos	20 a 34 anos	35 a 49 anos
Brasil	2.022.662	159.586	301.927	827.624	769.108
Norte	60.039	4.312	8.624	25.331	22.609
Nordeste	1.240.979	100.692	189.527	501.926	472.985
Sudeste	161.116	13.332	26.486	66.473	58.690
Sul	496.185	36.100	66.829	205.390	192.114
Centro-Oeste	69.063	5.320	10.773	29.892	23.985

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Notas: 1. No dado Brasil, a diferença entre o número de mulheres no total e o número em cada faixa etária é referente a mulheres que podem ter feito a aquisição de absorventes mais de uma vez com idades diferentes, mudando de faixa etária. Por exemplo, uma mulher que fez mais de uma aquisição de absorventes, no ano de 2024, pode ter 19 anos em março/2024 e ter completado 20 anos em maio/2024, fazendo com que ela apareça em duas faixas etárias ("15 a 19 anos" e "20 a 34 anos"). Isso ocorre, pois o sistema considera a idade da beneficiária na data em que houve a aquisição de absorventes. Diante do exposto, ao somar o número de mulheres atendidas por faixa etária, esse número será maior que o número total de mulheres atendidas no Brasil.

2. A mesma mulher pode fazer a aquisição de absorventes em mais de uma região. Por esta razão, a soma das regiões para a obtenção do total Brasil de mulheres atendidas por cor ou raça não se aplica. Diante do exposto, ao somar o número de mulheres atendidas por região, esse número será maior que o número total de mulheres atendidas no Brasil ou por faixa etária.

3. Para ter acesso aos absorventes higiênicos, por meio do Programa Farmácia Popular, a pessoa beneficiária deve ter de 10 a 49 anos. Diante do exposto, não há dados de mulheres atendidas para a faixa etária de 50 anos ou mais.

TABELA 4.52. Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)

Grandes Regiões	Total	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Brasil	2.022.662	10.577	440.998	6.623	1.395.699	150.065
Norte	60.039	558	11.829	253	42.807	4.069
Nordeste	1.240.979	6.305	209.595	4.712	930.616	79.252
Sudeste	161.116	779	13.708	950	138.345	6.210
Sul	496.185	2.788	161.417	537	270.756	54.772
Centro-Oeste	69.063	170	45.246	185	16.755	6.055

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Notas: 1. No dado Brasil, a diferença entre o número de mulheres no total e o número em cada classificação é referente a mulheres que não tem a informação de raça ou cor preenchida, sendo assim são consideradas como não classificadas. Diante do exposto, ao somar o número de mulheres atendidas por raça ou cor, esse número será menor que o número total de mulheres atendidas no Brasil.

2. A mesma mulher pode fazer a aquisição de absorventes em mais de uma região. Por esta razão, a soma das regiões para a obtenção do total Brasil de mulheres atendidas por cor ou raça não se aplica. Diante do exposto, ao somar o número de mulheres atendidas por região, esse número será maior que o número total de mulheres atendidas no Brasil ou por raça/cor.

TABELA 4.53. Pessoas de 5 anos ou mais de idade, total e percentual que se vacinou contra a COVID-19, por sexo, segundo o grupo de idade - Brasil - 1º trimestre de 2023

Grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Percentual que se vacinou contra a COVID-19 (%)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	188.297	97.515	90.782	93,9	94,8	93,0
5 a 11 anos	15.762	7.686	8.077	77,0	76,8	77,2
12 a 17 anos	16.693	8.187	8.506	93,1	93,6	92,6
18 a 59 anos	123.659	63.566	60.093	95,9	97,0	94,8
60 anos ou mais	32.183	18.076	14.107	97,1	97,5	96,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 4.54. Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, por sexo e grupo de idade, segundo as Grandes Regiões - 1º trimestre de 2023

Grandes Regiões	Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19 (%)								
	Grupo de idade e sexo								
	Total			5 a 17 anos			18 anos ou mais		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,6	4,8	6,4	14,8	14,7	14,9	3,4	2,6	4,3
Norte	11,1	9,6	12,6	23,0	22,4	23,7	7,4	5,8	9,0
Nordeste	5,5	4,6	6,5	13,4	13,2	13,6	3,4	2,4	4,5
Sudeste	3,7	3,3	4,2	10,8	11,2	10,4	2,2	1,7	2,8
Sul	6,3	5,5	7,1	18,3	18,0	18,5	3,7	2,9	4,5
Centro-Oeste	8,5	7,2	9,8	22,4	21,0	23,9	5,0	3,8	6,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 4.55. Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o principal motivo de não ter tomado a vacina - Brasil - 1º trimestre de 2023

Principal motivo de não ter tomado a vacina	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	11.177	4.922	6.255	100,0	100,0	100,0
Medo de reação adversa ou de injeção	3.767	1.749	2.018	33,7	35,5	32,3
Não confia ou não acredita na vacina	2.940	1.217	1.723	26,3	24,7	27,5
Não tinha a vacina que queria tomar	401	184	217	3,6	3,7	3,5
Por recomendação de profissional de saúde	572	307	266	5,1	6,2	4,2
Não acha necessário, acredita na imunidade e/ou já teve COVID	2.703	1.128	1.575	24,2	22,9	25,2
Outro	794	338	456	7,1	6,9	7,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 4.56. Pessoas de 5 anos ou mais de idade que tiveram COVID-19, total e percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 1º trimestre de 2023

Cor ou raça	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que tiveram COVID-19					
	Total (1000 pessoas)			Percentual (%)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total¹	55.029	29.900	25.129	27,4	29,1	25,7
Branca	28.365	15.389	12.976	33,3	34,8	31,7
Preta ou parda	25.976	14.125	11.851	23,0	24,6	21,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

TABELA 5.1. Total de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2013-2023

Grandes Regiões	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	159.897	165.593	185.250	195.136	234.650	260.304	277.240	228.094	256.634	296.520	429.379
Norte	11.184	11.328	12.880	14.894	14.767	15.989	18.393	18.211	19.547	22.539	29.482
Nordeste	31.604	28.915	30.676	31.357	38.205	43.820	45.664	37.374	45.421	53.684	81.529
Sudeste	72.108	75.898	89.796	97.664	122.516	133.237	139.686	112.398	128.183	147.557	214.771
Sul	31.361	35.780	38.119	37.435	43.582	49.796	54.387	43.000	44.517	50.789	71.399
Centro-Oeste	13.640	13.672	13.779	13.786	15.580	17.462	19.110	17.111	18.966	21.951	32.198

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.2. Percentual de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo o sexo – Brasil - 2013-2023

Sexo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mulheres (%)	71,0	73,9	70,8	73,9	73,0	73,3	71,6	72,4	73,0	72,9	70,6
Homens (%)	29,0	26,1	29,2	26,1	27,0	26,7	28,4	27,6	27,0	27,1	29,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.3. Total de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023

Ano	Total
2013	113.476
2014	122.222
2015	131.176
2016	144.086
2017	171.316
2018	190.642
2019	198.415
2020	165.193
2021	187.204
2022	216.024
2023	302.856

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.4. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	302.856	100,0
Norte	21.793	7,2
Nordeste	56.829	18,8
Sudeste	152.011	50,2
Sul	50.436	16,7
Centro-Oeste	21.787	7,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Exclusive Ignorados.

TABELA 5.5. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo o sexo do(a) agressor(a) - Brasil – 2023

Sexo do(a) agressor(a)	Total	Distribuição (%)
Total	302.856	100,0
Masculino	201.486	76,6
Feminino	41.938	15,9
Ambos os sexos	19.717	7,5
Sem informação	39.715	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.6. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo Grandes Regiões de notificação - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	110.218	75,2	24,8
Norte	8.423	74,7	25,3
Nordeste	19.299	77,5	22,5
Sudeste	56.084	74,8	25,2
Sul	17.578	76,3	23,7
Centro-Oeste	8.834	70,7	29,3

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.7. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil – 2023

Cor ou raça	Total	Distribuição (%)
Total	173.829	100,0
Branca	62.303	37,5
Preta	20.447	12,3
Amarela	1.804	1,1
Parda	79.917	48,1
Indígena	1.578	1,0
Sem informação	7.780	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.8. Registros de violência doméstica, sexual e/ outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação conjugal da vítima - Brasil – 2023

Situação conjugal	Total	Distribuição (%)
Total	173.829	100,0
Solteira(o)	65.418	46,1
Casada(o)/união consensual	58.477	41,2
Viúva(o)	1.551	1,1
Separada(o)	14.595	10,3
Não se aplica	1.750	1,2
Sem informação	32.038	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.9. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, com algum tipo de deficiência/transtorno, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência da vítima - Brasil – 2023

Tipo de deficiência	Total	Distribuição (%)
Total	11.434	100,0
Física	1.354	11,8
Intelectual	1.618	14,2
Visual	425	3,7
Auditiva	426	3,7
Transtorno mental	5.753	50,3
Transtorno de comportamento	2.450	21,4
Outra deficiência	1.684	14,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Os dados sobre o tipo de deficiência/transtorno só são apresentados para os casos em que o campo 38("Possui deficiência/transtorno") foi preenchido com a opção '1-Sim'. As categorias desta variável são de preenchimento múltiplo (um mesmo registro pode apresentar mais de uma deficiência/transtorno).

TABELA 5.10. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a situação do domicílio - Brasil – 2023

Situação do domicílio	Total	Distribuição (%)
Total	173.829	100,0
Urbana	156.752	93,4
Rural	10.502	6,3
Periurbana	599	0,4
Sem informação	5.976	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Utilizou-se o campo 31 ("Zona de residência") para a variável situação do domicílio.

TABELA 5.11. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção dos casos de violência de repetição - Brasil – 2023

Violência de repetição	Total	Proporção (%)
Total	173.829	100,0
Casos de violência de repetição	77.780	44,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.12. Registros de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência - Brasil – 2023

Local de ocorrência	Total	Distribuição (%)
Total	173.829	100,0
Residência	108.505	71,6
Habitação coletiva	926	0,6
Escola	1.141	0,8
Local de prática esportiva	390	0,3
Bar ou similar	4.997	3,3
Via pública	22.581	14,9
Comércio/serviços	3.673	2,4
Indústrias/construção	178	0,1
Outros	9.074	6,0
Sem informação	22.364	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.13. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência - Brasil – 2023

Tipo de violência	Mulheres	Distribuição (%)
Total	302.856	100,0
Física	172.051	56,8
Psicológica/moral	90.424	29,9
Negligência/ abandono	32.546	10,7
Sexual	68.995	22,8
Tráfico de seres humanos	172	0,1
Financeira	8.149	2,7
Tortura	7.246	2,4
Trabalho infantil	581	0,2
Intervenção legal	393	0,1
Outros	5.240	1,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. As categorias desta variável possuem preenchimento múltiplo (um mesmo registro pode apresentar mais de um tipo de violência).

TABELA 5.14. Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o meio de agressão - Brasil – 2023

Meio de agressão	Total	Distribuição (%)
Total	173.829	100,0
Objeto perfurocortante	13.681	7,9
Arma de fogo	3.279	1,9
Objeto contundente	10.178	5,9
Força corporal/ espancamento	119.058	68,5
Enforcamento/ sufocação	13.206	7,6
Substância/objetos quentes	901	0,5
Envenenamento	1.192	0,7
Ameaça	47.816	27,5
Outros	11.705	6,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. As categorias desta variável são de preenchimento múltiplo (um mesmo registro pode apresentar mais de um meio de agressão).

TABELA 5.15. Casos de violência de repetição nos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023

Grandes Regiões	Total	Proporção (%)
Brasil	77.780	44,7
Norte	5.235	51,2
Nordeste	15.384	45,4
Sudeste	40.794	43,5
Sul	12.221	48,8
Centro-Oeste	4.146	38,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.16. Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e proporção em relação ao total de casos, segundo o sexo da vítima - Brasil – 2023

Sexo da vítima	Total	Proporção (%)
Total	110.256	25,7
Masculino	27.379	21,7
Feminino	82.839	27,4
Sem informação	38	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Notas: 1. Dados são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

TABELA 5.17. Mortalidade por homicídio, total e taxa padronizada (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total		Mulheres		Homens	
	Total	Taxa padronizada (por 100.000 habitantes)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 mulheres)	Total	Taxa padronizada (por 100.000 homens)
Brasil	45.640	21,4	3.816	3,5	41.734	40,0
Norte	6.054	32,0	461	4,9	5.583	58,8
Nordeste	19.859	34,4	1.427	4,8	18.406	65,9
Sudeste	11.336	12,6	1.076	2,3	10.217	23,4
Sul	4.792	15,8	541	3,5	4.248	28,5
Centro-Oeste	3.599	21,5	311	3,7	3.280	39,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Projeção da população.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.18. Taxa de mortalidade por homicídio específica por sexo (por 100.000 habitantes), segundo os grupos de idade - Brasil – 2023

Grupo de idade	Total	Mulheres	Homens
Até 4 anos	1,1	1,1	1,1
5 a 9 anos	0,4	0,5	0,3
10 a 14 anos	1,9	1,0	2,8
15 a 19 anos	30,8	4,4	56,2
20 a 24 anos	51,5	6,0	95,8
25 a 29 anos	48,9	6,4	91,3
30 a 39 anos	32,5	5,4	60,3
40 a 49 anos	22,3	4,4	41,5
50 a 59 anos	12,2	2,6	22,9
60 a 69 anos	7,5	1,7	14,4
70 anos ou mais	4,8	1,5	9,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Projeção da população.
 Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.
 2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.19. Óbitos de mulheres por homicídio, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil – 2023

Cor ou raça	Mulheres	Distribuição (%)
Total	3.816	100,0
Amarela	7	0,2
Branca	1.145	30,0
Indígena	32	0,8
Parda	2.302	60,3
Preta	295	7,7
Não informada	35	NA

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
 Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.
 2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.20. Total e taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, segundo o sexo (por 100.000 habitantes) – Brasil - 2012 e 2023

Sexo	Mortalidade por homicídio		Taxa padronizada de mortalidade por homicídio por ano		Variação relativa (%)
	2012	2023	2012	2023	2012-2023
Total	58.163	45.640	29,3	21,4	-27,0
Feminino	4.799	3.816	4,7	3,5	-26,2
Masculino	53.289	41.734	54,9	40,0	-27,0

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Projeção da população.
Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.
2. Os dados são preliminares, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.21. Ocorrências policiais de feminicídio por ano - Brasil - 2015-2024

Ano	Total
2024	1.450
2023	1.438
2022	1.443
2021	1.351
2020	1.344
2019	1.318
2018	1.157
2017	960
2016	662
2015	527

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.
2. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.22.A. Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	1.450	108.921.464	1,3
Acre	8	438.884	1,8
Alagoas	21	1.667.559	1,3
Amapá	2	401.255	0,5
Amazonas	30	2.129.205	1,4
Bahia	106	7.632.196	1,4
Ceará	41	4.749.310	0,9
Distrito Federal	23	1.557.961	1,5
Espírito Santo	39	2.092.956	1,9
Goiás	55	3.721.543	1,5
Maranhão	69	3.553.820	1,9
Mato Grosso	47	1.904.239	2,5
Mato Grosso do Sul	35	1.464.566	2,4
Minas Gerais	133	10.866.275	1,2
Pará	50	4.313.795	1,2
Paraíba	25	2.138.409	1,2
Paraná	109	6.046.638	1,8
Pernambuco	77	4.956.611	1,6
Piauí	40	1.724.357	2,3
Rio de Janeiro	104	9.035.062	1,2
Rio Grande do Norte	19	1.768.102	1,1
Rio Grande do Sul	72	5.778.778	1,2
Rondônia	14	868.133	1,6
Roraima	7	352.946	2,0
Santa Catarina	51	4.071.859	1,3
São Paulo	251	23.715.051	1,1
Sergipe	10	1.188.432	0,8
Tocantins	12	783.522	1,5

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.22.B. Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	1.438	108.443.605	1,3
Acre	9	436.943	2,1
Alagoas	18	1.666.403	1,1
Amapá	3	399.205	0,8
Amazonas	23	2.109.003	1,1
Bahia	115	7.617.375	1,5
Ceará	41	4.730.055	0,9
Distrito Federal	32	1.549.407	2,1
Espírito Santo	35	2.078.813	1,7
Goiás	56	3.681.755	1,5
Maranhão	49	3.548.427	1,4
Mato grosso	46	1.873.843	2,5
Mato Grosso do Sul	30	1.452.267	2,1
Minas Gerais	167	10.825.454	1,5
Pará	56	4.289.392	1,3
Paraíba	34	2.127.839	1,6
Paraná	79	6.007.799	1,3
Pernambuco	76	4.943.748	1,5
Piauí	28	1.718.885	1,6
Rio de Janeiro	98	9.030.956	1,1
Rio Grande do Norte	23	1.762.941	1,3
Rio Grande do Sul	85	5.774.114	1,5
Rondônia	19	864.583	2,2
Roraima	6	342.577	1,8
Santa Catarina	57	4.005.280	1,4
São Paulo	219	23.645.504	0,9
Sergipe	16	1.183.150	1,4
Tocantins	18	777.887	2,3

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.23. Ocorrências policiais de homicídio e de lesão corporal seguida de morte de mulheres - Brasil - 2015-2024

Ano	Total
2024	2.485
2023	2.707
2022	2.620
2021	2.758
2020	2.798
2019	2.712
2018	3.497
2017	3.916
2016	3.198
2015	2.968

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1.Dados atualizados em fevereiro de 2025.
2. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.24.A. Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	2.485	108.921.464	2,3
Acre	7	438.884	1,6
Alagoas	49	1.667.559	2,9
Amapá	5	401.255	1,2
Amazonas	49	2.129.205	2,3
Bahia	290	7.632.196	3,8
Ceará	269	4.749.310	5,7
Distrito Federal	10	1.557.961	0,6
Espírito Santo	57	2.092.956	2,7
Goiás	64	3.721.543	1,7
Maranhão	86	3.553.820	2,4
Mato grosso	53	1.904.239	2,8
Mato Grosso do Sul	58	1.464.566	4,0
Minas Gerais	181	10.866.275	1,7
Pará	194	4.313.795	4,5
Paraíba	41	2.138.409	1,9
Paraná	142	6.046.638	2,3
Pernambuco	181	4.956.611	3,7
Piauí	32	1.724.357	1,9
Rio de Janeiro	232	9.035.062	2,6
Rio Grande do Norte	30	1.768.102	1,7
Rio Grande do Sul	132	5.778.778	2,3
Rondônia	67	868.133	7,7
Roraima	11	352.946	3,1
Santa Catarina	40	4.071.859	1,0
São Paulo	177	23.715.051	0,7
Sergipe	13	1.188.432	1,1
Tocantins	15	783.522	1,9

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. .

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações..

TABELA 5.24.B. Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	2.707	108.443.605	2,5
Acre	5	436.943	1,1
Alagoas	61	1.666.403	3,7
Amapá	13	399.205	3,3
Amazonas	81	2.109.003	3,8
Bahia	332	7.617.375	4,4
Ceará	223	4.730.055	4,7
Distrito Federal	14	1.549.407	0,9
Espírito Santo	53	2.078.813	2,5
Goiás	72	3.681.755	2,0
Maranhão	84	3.548.427	2,4
Mato grosso	58	1.873.843	3,1
Mato Grosso do Sul	52	1.452.267	3,6
Minas Gerais	164	10.825.454	1,5
Pará	226	4.289.392	5,3
Paraíba	40	2.127.839	1,9
Paraná	172	6.007.799	2,9
Pernambuco	197	4.943.748	4,0
Piauí	36	1.718.885	2,1
Rio de Janeiro	289	9.030.956	3,2
Rio Grande do Norte	35	1.762.941	2,0
Rio Grande do Sul	143	5.774.114	2,5
Rondônia	26	864.583	3,0
Roraima	13	342.577	3,8
Santa Catarina	50	4.005.280	1,2
São Paulo	229	23.645.504	1,0
Sergipe	23	1.183.150	1,9
Tocantins	16	777.887	2,1

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.25. Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino - Brasil - 2015-2024

Ano	Total
2024	71.892
2023	72.939
2022	69.317
2021	63.401
2020	56.991
2019	63.734
2018	60.040
2017	52.297
2016	43.175
2015	37.709

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. A quantidade total inclui os números relativos aos estupro de vulneráveis.
2. Dados atualizados em fevereiro de 2025.
3. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.26.A. Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	71.892	108.921.464	66,0
Acre	698	438.884	159,0
Alagoas	776	1.667.559	46,5
Amapá	580	401.255	144,5
Amazonas	1.355	2.129.205	63,6
Bahia	4.015	7.632.196	52,6
Ceará	1.756	4.749.310	37,0
Distrito Federal	672	1.557.961	43,1
Espírito Santo	1.532	2.092.956	73,2
Goiás	3.369	3.721.543	90,5
Maranhão	1.610	3.553.820	45,3
Mato Grosso	2.360	1.904.239	123,9
Mato Grosso do Sul	1.968	1.464.566	134,4
Minas Gerais	4.612	10.866.275	42,4
Pará	4.898	4.313.795	113,5
Paraíba	1.039	2.138.409	48,6
Paraná	5.922	6.046.638	97,9
Pernambuco	2.298	4.956.611	46,4
Piauí	1.204	1.724.357	69,8
Rio de Janeiro	5.013	9.035.062	55,5
Rio Grande do Norte	1.101	1.768.102	62,3
Rio Grande do Sul	4.410	5.778.778	76,3
Rondônia	1.314	868.133	151,4
Roraima	529	352.946	149,9
Santa Catarina	3.435	4.071.859	84,4
São Paulo	13.790	23.715.051	58,1
Sergipe	655	1.188.432	55,1
Tocantins	981	783.522	125,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. A quantidade total inclui os números relativos aos estupros de vulneráveis.

2. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

3. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.26.B. Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023

Unidade da Federação	Total	População de Mulheres	Taxa por 100 mil mulheres
Brasil	72.939	108.443.605	67,3
Acre	671	436.943	153,6
Alagoas	745	1.666.403	44,7
Amapá	451	399.205	113,0
Amazonas	951	2.109.003	45,1
Bahia	4.536	7.617.375	59,5
Ceará	1.855	4.730.055	39,2
Distrito Federal	719	1.549.407	46,4
Espírito Santo	1.336	2.078.813	64,3
Goiás	3.361	3.681.755	91,3
Maranhão	1.688	3.548.427	47,6
Mato Grosso	2.226	1.873.843	118,8
Mato Grosso do Sul	2.367	1.452.267	163,0
Minas Gerais	4.278	10.825.454	39,5
Pará	5.010	4.289.392	116,8
Paraíba	522	2.127.839	24,5
Paraná	6.505	6.007.799	108,3
Pernambuco	2.265	4.943.748	45,8
Piauí	1.014	1.718.885	59,0
Rio de Janeiro	4.759	9.030.956	52,7
Rio Grande do Norte	1.157	1.762.941	65,6
Rio Grande do Sul	5.005	5.774.114	86,7
Rondônia	1.523	864.583	176,2
Roraima	645	342.577	188,3
Santa Catarina	3.528	4.005.280	88,1
São Paulo	13.537	23.645.504	57,2
Sergipe	817	1.183.150	69,1
Tocantins	1.468	777.887	188,7

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção da População (revisão de 2024).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. A quantidade total inclui os números relativos aos estupro de vulneráveis.

2. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

3. Dados sujeitos a revisões e alterações.

TABELA 5.27.A. População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024

Grandes Regiões	Mulheres no sistema penitenciário	Distribuição (%)	Vagas disponíveis para mulheres em estabelecimentos penais	Distribuição (%)	Taxa de ocupação carcerária (%)	Estabelecimentos penais exclusivamente femininos	Distribuição (%)
Brasil	28.770	100,0	30.546	100,0	94,2	125	100,0
Norte	1.764	6,1	2.474	8,1	71,3	16	12,8
Nordeste	4.171	14,5	4.570	15,0	91,3	23	18,4
Sudeste	14.164	49,2	16.050	52,5	88,2	38	30,4
Sul	5.300	18,4	4.245	13,9	124,9	25	20,0
Centro-Oeste	3.371	11,7	3.207	10,5	105,1	23	18,4

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

TABELA 5.27.B. População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023

Grandes Regiões	Mulheres no sistema penitenciário	Distribuição (%)	Vagas disponíveis para mulheres em estabelecimentos penais	Distribuição (%)	Taxa de ocupação carcerária (%)	Estabelecimentos penais exclusivamente femininos	Distribuição (%)
Brasil	26.876	100,0	31.938	100,0	84,2	125	100,0
Norte	1.692	6,3	2.467	7,7	68,6	16	12,8
Nordeste	3.820	14,2	4.622	14,5	82,6	21	16,8
Sudeste	13.589	50,6	17.039	53,4	79,8	39	31,2
Sul	4.584	17,1	4.463	14,0	102,7	24	19,2
Centro-Oeste	3.191	11,9	4.463	10,5	95,3	25	20,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

TABELA 5.28.A. População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024

Grandes Regiões	Homens no sistema penitenciário	Distribuição (%)	Vagas disponíveis para homens em estabelecimentos penais	Distribuição (%)	Taxa de ocupação carcerária (%)	Estabelecimentos penais exclusivamente masculinos	Distribuição (%)
Brasil	635.136	100,0	459.445	100,0	138,2	1.164	100,0
Norte	42.002	6,6	33.952	7,4	123,7	123	10,6
Nordeste	108.675	17,1	79.731	17,4	136,3	257	22,1
Sudeste	322.523	50,8	230.782	50,2	139,8	416	35,7
Sul	98.606	15,5	73.602	16,0	134,0	229	19,7
Centro-Oeste	63.330	10,0	41.170	9,0	153,8	139	11,9

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

2. Foram contabilizadas as Penitenciárias de Segurança Máxima sob responsabilidade de união.

TABELA 5.28.B. População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023

Grandes Regiões	Homens no sistema penitenciário	Distribuição (%)	Vagas disponíveis para homens em estabelecimentos penais	Distribuição (%)	Taxa de ocupação carcerária (%)	Estabelecimentos penais exclusivamente masculinos	Distribuição (%)
Brasil	616.132	100,0	456.150	100,0	135,1	1.120	100,0
Norte	41.201	6,5	33.911	7,4	121,5	120	10,7
Nordeste	105.341	16,6	81.595	17,8	129,1	254	22,7
Sudeste	316.586	49,8	226.343	49,3	139,9	383	34,2
Sul	91.036	14,3	74.578	16,2	122,1	223	19,9
Centro-Oeste	61.968	9,8	39.723	8,6	156,0	140	12,5

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

2. Foram contabilizadas as Penitenciárias de Segurança Máxima sob responsabilidade de união.

TABELA 5.29.A. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024

Cor ou raça	Total	Mulheres		Homens	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total da população	663.906	28.770	100,0	635.136	100,0
Branca	187.384	9.054	33,0	178.330	30,1
Preta	103.799	3.819	13,9	99.980	16,9
Parda	320.821	14.250	52,0	306.571	51,8
Amarela	5.963	214	0,8	5.749	1,0
Indígena	1.436	91	0,3	1.345	0,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Notas: 1. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.
2. O valor total da população inclui as(os) com cor ou raça não informada.
3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram a cor ou raça informada.

TABELA 5.29.B. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023

Cor ou raça	Total	Mulheres		Homens	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total da população	643.008	26.876	100,0	616.132	100,0
Branca	179.142	8.457	31,5	170.685	27,7
Preta	98.179	3.537	13,2	94.642	15,4
Parda	303.193	12.820	47,7	290.373	47,1
Amarela	6.084	116	0,4	5.968	1,0
Indígena	1.281	82	0,3	1.199	0,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Notas: 1. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.
2. O valor total da população inclui as(os) com cor ou raça não informada.
3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram a cor ou raça informada.

TABELA 5.30.A. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade – Brasil - junho de 2024

Nacionalidade	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total	663.906	28.770	635.136	100,0	100,0
Brasileira(o) nata(o)	652.569	27.976	624.593	97,2	98,3
Brasileira(o) naturalizada(o)	560	3	557	0,0	0,1
Estrangeira(o)	2.610	298	2.312	1,0	0,4

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Notas: 1. O valor total inclui as com nacionalidade não informada.
2. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.
3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a nacionalidade informada.

TABELA 5.30.B. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade – Brasil - dezembro de 2023

Nacionalidade	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total	643.008	26.876	616.132	100,0	100,0
Brasileira(o) nata(o)	621.928	25.599	596.329	89,0	93,9
Brasileira(o) naturalizada(o)	51	3	48	0,0	0,0
Estrangeira(o)	2.388	269	2.119	0,9	0,3

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Notas: 1. O valor total inclui as com nacionalidade não informada.
2. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.
3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a nacionalidade informada.

TABELA 5.31.A. População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - junho de 2024

Tipo de regime prisional	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total da população	888.791	50.646	838.145	100,0	100,0
Custodiadas(os) pela polícia e segurança pública	4.664	205	4.459	0,7	0,7
Presas(os) sem condenação (provisórias(os)) no sistema penitenciário	183.806	9.285	174.521	32,0	27,3
Regime Fechado	360.430	14.205	346.225	49,0	54,1
Regime Semi-Aberto	112.980	4.761	108.219	16,4	16,9
Regime Aberto	4.774	402	4.372	1,4	0,7
Medida de Segurança - Internação	1.750	103	1.647	0,4	0,3
Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	166	14	152	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: 1. População prisional em cumprimento de pena é a soma da quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário (Presos em celas físicas, domiciliares sem monitoramento eletrônico e domiciliares com monitoramento eletrônico) e dos presos em Delegacias de Polícia e outros estabelecimentos da Segurança Pública. 2. Nem todas as unidades prisionais prestaram informações. 3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma dos informados por tipo de regime prisional.

TABELA 5.31.B. População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - dezembro de 2023

Tipo de regime prisional	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total da população	850.377	46.602	803.775	100,0	100,0
Custodiadas(os) pela polícia e segurança pública	5.989	115	5.874	0,2	0,7
Presas(os) sem condenação (provisórias(os)) no sistema penitenciário	202.893	12.556	190.337	26,9	23,7
Regime Fechado	350.211	13.939	336.272	29,9	41,8
Regime Semi-Aberto	185.733	10.523	175.210	22,6	21,8
Regime Aberto	103.009	9.314	93.695	20,0	11,7
Medida de Segurança - Internação	2.330	137	2.193	0,3	0,3
Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	212	18	194	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: População prisional em cumprimento de pena é a soma da quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário (Presos em celas físicas, domiciliares sem monitoramento eletrônico e domiciliares com monitoramento eletrônico) e dos presos em Delegacias de Polícia e outros estabelecimentos da Segurança Pública.

TABELA 5.32.A. População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024

Crimes tentados/ consumados	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total da população	663.906	28.770	635.136	100,0	100,0
Crimes contra a pessoa	123.436	4.076	119.360	14,3	17,2
Crimes contra o patrimônio	272.182	7.642	264.540	26,8	38,2
Crimes contra a dignidade sexual	24.085	946	47.224	3,3	6,8
Crimes contra a paz pública e contra a fé pública	17.172	584	16.588	2,0	2,4
Crimes contra a administração pública	3.117	95	3.022	0,3	0,4
Crimes de Trânsito	3.990	91	3.899	0,3	0,6
Drogas	205.741	14.074	191.667	49,3	27,7
Estatuto do Desarmamento	34.452	514	33.938	1,8	4,9
Outros crimes relativos a legislações específicas	13.141	518	12.623	1,8	1,8

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. Esta tabela contabiliza apenas a população carcerária cujo crime tentado/consumado foi informado, ou seja, presos provisórios não são contabilizados. O número total de crimes pode ser maior que a população, pois 1 preso pode ter sido condenado a mais de 1 crime.

2. população carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

3. O valor total inclui as(os) com crime tentado/consumado não informado.

4. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram crime tentado/consumado informado.

TABELA 5.32.B. População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - dezembro de 2023

Crimes tentados/ consumados	Total	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
				Mulheres	Homens
Total da população	643.008	26.876	616.132	100,0	100,0
Crimes contra a pessoa	114.335	3.607	110.728	13,3	16,3
Crimes contra o patrimônio	277.243	7.055	270.188	26,0	39,8
Crimes contra a dignidade sexual	43.671	847	42.824	3,1	6,3
Crimes contra a paz pública e contra a fé pública	16.916	543	16.373	2,0	2,4
Crimes contra a administração pública	1.215	66	1.149	0,2	0,2
Crimes praticados por particular contra a administração pública	2.208	74	2.134	0,3	0,3
Crimes de Trânsito	3.974	61	3.913	0,2	0,6
Drogas	199.633	13.829	185.804	51,0	27,4
Estatuto do Desarmamento	34.137	450	33.687	1,7	5,0
Outros crimes relativos a legislações específicas	12.588	558	12.030	2,1	1,8

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. Esta tabela contabiliza apenas a população carcerária cujo crime tentado/consumado foi informado, ou seja, presos provisórios não são contabilizados. O número total de crimes pode ser maior que a população, pois 1 preso pode ter sido condenado a mais de 1 crime.

2. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

3. O valor total inclui as(os) com crime tentado/consumado não informado.

4. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram crime tentado/consumado informado.

TABELA 5.33.A. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - junho de 2024

Faixa Etária	Total	Distribuição (%)
Total	28.770	100,0
18 a 24 anos	4.442	15,7
25 a 29 anos	5.858	20,7
30 a 34 anos	5.349	18,9
35 a 45 anos	8.471	30,0
46 a 60 anos	3.639	12,9
61 a 70 anos	447	1,6
Mais de 70 anos	45	0,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as com faixa etária não informada.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a faixa etária informada.

TABELA 5.33.B. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023

Faixa Etária	Total	Distribuição (%)
Total	26.876	100,0
18 a 24 anos	4.207	15,7
25 a 29 anos	5.248	19,5
30 a 34 anos	4.856	18,1
35 a 45 anos	7.834	29,1
46 a 60 anos	3.282	12,2
61 a 70 anos	366	1,4
Mais de 70 anos	45	0,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as com faixa etária não informada.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a faixa etária informada.

TABELA 5.34.A. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024

Escolaridade	Total	Distribuição (%)
Total	28.770	100,0
Analfabeta	381	1,4
Alfabetizada sem cursos regulares	671	2,5
Ensino Fundamental incompleto	11.061	41,0
Ensino Fundamental completo	2.926	10,8
Ensino Médio incompleto	5.141	19,0
Ensino Médio completo	5.512	20,4
Ensino Superior incompleto	774	2,9
Ensino Superior completo	584	1,8
Acima de Superior completo	42	0,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as com escolaridade não informada.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a escolaridade informada.

TABELA 5.34.B. População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023

Escolaridade	Total	Distribuição (%)
Total	26.876	100,0
Analfabeta	408	1,6
Alfabetizada sem cursos regulares	615	2,5
Ensino Fundamental incompleto	10.321	41,5
Ensino Fundamental completo	2.457	9,9
Ensino Médio incompleto	4.903	19,7
Ensino Médio completo	4.968	20,0
Ensino Superior incompleto	680	2,7
Ensino Superior completo	497	2,0
Acima de Superior completo	31	0,1

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as com escolaridade não informada.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das que tiveram a escolaridade informada.

TABELA 5.35.A. População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - junho de 2024

Atividades Educacionais	Total	Proporção em relação à população total de mulheres encarceradas (%)
Total da população feminina	28.770	100,0
Ensino escolar	9.688	28,5
Ensino Superior e curso técnico (acima de 800 horas aula)	220	0,7
Curso de formação inicial e continuada (Capacitação profissional, acima de 160 horas de aula)	2.486	7,3
Programas de remição pelo estudo, através da leitura e do esporte	21.580	63,5

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. Ensino escolar corresponde às pessoas em Alfabetização, no ensino fundamental e no ensino médio.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. Os itens "Curso de formação inicial e continuada" e "Remição pelo estudo" são contabilizados por número de atividades, ou seja, 1 preso pode ter participado de diversos programas.

TABELA 5.35.B. População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - dezembro de 2023

Atividades Educacionais	Total	Proporção em relação à população total de mulheres encarceradas (%)
Total da população feminina	26.876	100,0
Ensino escolar	12.765	35,8
Ensino Superior e curso técnico (acima de 800 horas aula)	228	0,6
Curso de formação inicial e continuada (Capacitação profissional, acima de 160 horas de aula)	3.367	9,4
Programas de remição pelo estudo, através da leitura e do esporte	19.344	54,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. Ensino escolar corresponde às pessoas em Alfabetização, no ensino fundamental e no ensino médio.

2. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

3. Os itens "Curso de formação inicial e continuada" e "Remição pelo estudo" são contabilizados por número de atividades, ou seja, 1 preso pode ter participado de diversos programas.

TABELA 5.36.A. População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - junho de 2024

Total da população carcerária feminina	Total em atividade laboral	Proporção em atividade laboral (%)
28.770	11.904	41,4

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.36.B. População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - dezembro de 2023

Total da população carcerária feminina	Total em atividade laboral	Proporção em atividade laboral (%)
26.876	14.097	52,5

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.37.A. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024

Cor ou raça	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes	
	Mulheres	Homens
Total da população	26,4	612,7
Branca	8,3	172,0
Preta	3,5	96,4
Parda	13,1	295,7
Amarela	0,2	5,5
Indígena	0,1	1,3
Não Informado	1,1	31,9

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.
Nota: População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.37.B. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023

Cor ou raça	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes	
	Mulheres	Homens
Total da população	24,8	596,7
Branca	7,8	165,3
Preta	3,3	91,7
Parda	11,8	281,2
Amarela	0,1	5,8
Indígena	0,1	1,2

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.
Nota: População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.38.A. Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil -junho de 2024

Faixa Etária	Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres
Total	26,4
18 a 24 anos	4,1
25 a 29 anos	5,4
30 a 34 anos	4,9
35 a 45 anos	7,8
46 a 60 anos	3,3
61 a 70 anos	0,4
Mais de 70 anos	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.38.B. Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023

Faixa Etária	Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres
Total	24,8
18 a 24 anos	3,9
25 a 29 anos	4,8
30 a 34 anos	4,5
35 a 45 anos	7,2
46 a 60 anos	3,0
61 a 70 anos	0,3
Mais de 70 anos	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.39.A. Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024

Escolaridade	Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres
Total	26,4
Analfabeta	0,3
Alfabetizada sem cursos regulares	0,6
Ensino Fundamental incompleto	10,2
Ensino Fundamental completo	2,7
Ensino Médio incompleto	4,7
Ensino Médio completo	5,1
Ensino Superior incompleto	0,7
Ensino Superior completo	0,5
Acima de Superior completo	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.39.B. Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023

Escolaridade	Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres
Total	24,8
Analfabeta	0,4
Alfabetizada sem cursos regulares	0,6
Ensino Fundamental incompleto	9,5
Ensino Fundamental completo	2,3
Ensino Médio incompleto	4,5
Ensino Médio completo	4,6
Ensino Superior incompleto	0,6
Ensino Superior completo	0,5
Acima de Superior completo	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. IBGE, Projeção da População.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

TABELA 5.40.A. Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024

Grandes Regiões	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais		Estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes		Filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais	Estabelecimentos que possuem berçários ou creches		Capacidade dos berçários ou creches	
	Total	Proporção em relação às mulheres privadas de liberdade (%)	Total	Proporção em relação ao total de estabelecimentos prisionais femininos (%)		Total	Proporção em relação ao total de estabelecimentos prisionais femininos (%)	Total	Proporção ao número de filhos que estão com mães em estabelecimentos prisionais (%)
Brasil	329	1,1	63	50,4	119	52	41,6	433	27,5
Norte	18	0,1	10	62,5	5	9	56,3	61	8,2
Nordeste	49	0,2	12	52,2	26	10	43,5	65	40,0
Sudeste	163	0,6	17	44,7	65	14	36,8	183	35,5
Sul	55	0,2	10	40,0	11	6	24,0	47	23,4
Centro-Oeste	44	0,2	14	60,9	12	13	56,5	77	15,6

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

2. Na Capacidade dos berçários ou creches foram somados os valores das capacidades.

TABELA 5.40.B. Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023

Grandes Regiões	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais		Estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes		Filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais	Estabelecimentos que possuem berçários ou creches		Capacidade dos berçários ou creches	
	Total	Proporção em relação às mulheres encarceradas (%)	Total	Proporção em relação ao total de estabelecimentos prisionais femininos (%)		Total	Proporção em relação ao total de estabelecimentos prisionais femininos (%)	Total	Proporção ao número de filhos que estão com mães em estabelecimentos prisionais (%)
Brasil	333	1,2	61	48,8	99	51	40,8	577	17,2
Norte	19	0,1	10	62,5	4	9	56,3	61	6,6
Nordeste	47	0,2	13	61,9	11	11	52,4	79	13,9
Sudeste	146	0,5	17	43,6	60	14	35,9	289	20,8
Sul	55	0,2	8	33,3	8	5	20,8	64	12,5
Centro-Oeste	66	0,2	13	52,0	16	12	48,0	84	19,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

2. Na Capacidade dos berçários ou creches foram somados os valores das capacidades.

TABELA 5.41.A. População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023

Tempo de pena total	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total da população	663.906	28.770	635.136	100	100
Até 6 meses	29.209	1.442	27.767	10,0	9,1
6 meses a 1 ano	2.614	58	2.556	0,4	0,8
1 a 2 anos	6.289	402	5.887	2,8	1,9
2 a 4 anos	17.376	753	16.623	5,2	5,5
4 a 8 anos	72.536	3.935	68.601	27,2	22,5
8 a 15 anos	86.344	4.074	82.270	28,2	27,0
15 a 20 anos	42.150	1.656	40.494	11,5	13,3
20 a 30 anos	36.164	1.445	34.719	10,0	11,4
30 a 50 anos	19.347	535	18.812	3,7	6,2
50 a 100 anos	6.330	133	6.197	0,9	2,0
Mais de 100 anos	976	21	955	0,1	0,3

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as(os) com tempo de pena total não informado.

2. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram o tempo de pena total informado.

TABELA 5.41.B. População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023

Tempo de pena total	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total da população	643.008	26.876	616.132	100	100
Até 6 meses	25.706	1.099	24.607	8,4	8,3
6 meses a 1 ano	2.827	57	2.770	0,4	0,9
1 a 2 anos	6.372	247	6.125	1,9	2,1
2 a 4 anos	18.405	797	17.608	6,1	5,9
4 a 8 anos	75.223	3.760	71.463	28,7	24,1
8 a 15 anos	82.311	3.764	78.547	28,8	26,5
15 a 20 anos	38.838	1.579	37.259	12,1	12,5
20 a 30 anos	34.359	1.203	33.156	9,2	11,2
30 a 50 anos	18.046	432	17.614	3,3	5,9
50 a 100 anos	6.158	109	6.049	0,8	2,0
Mais de 100 anos	1.733	39	1.694	0,3	0,6

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Notas: 1. O valor total inclui as(os) com tempo de pena total não informado.

2. População carcerária inclui somente quem é presa(o) em cela física, ou seja, presas(os) que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. Para taxa de ocupação, considera-se apenas a população em celas físicas.

3. A distribuição percentual foi realizada sobre a soma das(os) que tiveram o tempo de pena total informado.

TABELA 5.42.A. Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - junho de 2024

Causas do óbito	Total	Total		Proporção (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.064	27	1.037	0,1	0,2
Causas naturais/ Motivos de saúde	747	17	730	0,1	0,1
Causas criminais	100	2	98	0,0	0,0
Suicídios	84	5	79	0,0	0,0
Causas acidentais	32	1	31	0,0	0,0
Causa desconhecida	101	2	99	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Nota: Percentual de óbitos no total de pessoas encarceradas (apenas celas físicas).

TABELA 5.42.B. Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - dezembro de 2023

Causas do óbito	Total	Total		Proporção (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	860	39	821	0,1	0,1
Causas naturais/ Motivos de saúde	615	26	589	0,1	0,1
Causas criminais	65	2	63	0,0	0,0
Suicídios	102	7	95	0,0	0,0
Causas acidentais	7	0	7	0,0	0,0
Causa desconhecida	71	4	67	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.
Nota: Percentual de óbitos no total de pessoas encarceradas (apenas celas físicas).

TABELA 5.43. Denúncias de transfobia, total e distribuição percentual - Brasil – 2023

	Total de denúncias	Distribuição (%)
Total	1.155	100,0
Mulher transexual	575	49,8
Homem transexual	487	42,2
Não informado	93	8,1

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Disque 100.

TABELA 5.44. Denúncias de lesbofobia, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – Brasil – 2023

Tipo de violência	Total de denúncias	Distribuição (%)
Total	4.794	100,0
Abuso financeiro e econômico/violência patrimonial	139	2,9
Discriminação	391	8,2
Negligência	396	8,3
Outras violações/outros assuntos relacionados a direitos humanos	590	12,3
Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	942	19,6
Violência física	893	18,6
Violência institucional	4	0,1
Violência psicológica	1.283	26,8
Violência sexual	156	3,3

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Disque 100.

TABELA 5.45. Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o segmento – Brasil – 2023

Segmento	Total		Mulheres		Homens		Sexo não informado	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	1.890	100,0	452	100,0	901	100,0	540	100,0
Criança e adolescente	549	29,0	212	46,9	160	17,8	177	32,8
LGBT	45	2,4	13	2,9	27	3,0	5	0,9
Pessoa idosa	332	17,6	149	33,0	127	14,1	59	10,9
Pessoa com deficiência	188	9,9	60	13,3	120	13,3	8	1,5
Pessoa em restrição de liberdade	755	39,9	13	2,9	459	50,9	283	52,4
População em situação de rua	21	1,1	5	1,1	8	0,9	8	1,5
Outro	1.220	64,6	-	0,0	738	81,9	482	89,3

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Disque 100.

TABELA 5.46. Violações relatadas contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024

Tipo de violação de direitos	Total	Distribuição (%)
Total	156.096	100,0
Violência psicológica	50.898	32,6
Violência física	46.421	29,7
Violência moral	36.656	23,5
Violência patrimonial	11.102	7,1
Violência sexual	9.420	6,0
Cárcere privado	1.573	1,0
Tráfico de pessoas	26	0,0

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Notas: 1. Uma mesma pessoa pode relatar mais de um tipo de violação.

2. Violações relatadas são “Qualquer fato que atente ou viole os direitos humanos de uma vítima”.

TABELA 5.47. Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a relação do(a) agressor(a) com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024

Relação agressor-vítima	Total	Distribuição (%)		
		Relação do(a) agressor(a) com a vítima	Sexo do(a) agressor(a)	
			Mulheres	Homens
Total	67.589	100,0	100,0	100,0
Companheiro(a)	18.915	28,4	3,1	36,5
Ex- companheiro(a)	15.647	23,5	3,7	30,5
Familiares	12.834	19,3	48,3	15,3
Outros	8.976	13,5	17,5	7,1
Pessoas do convívio interpessoal	5.395	8,1	18,6	6,3
Pessoas do convívio de trabalho	2.380	3,6	4,4	2,9
Pessoas desconhecidas	2.410	3,6	4,4	1,5
Não informado	1.032	NA	NA	NA

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Mulheres em situação de violência que buscaram a Central de atendimento do Ligue 180.

TABELA 5.48. Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024

Cor ou raça	Total	Distribuição (%)
Total	67.589	100,0
Branca	24.926	40,0
Preta	8.667	13,9
Parda	28.074	45,1
Amarela	341	0,6
Indígena	279	0,5
Não informado	5.302	NA

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Mulheres em situação de violência que buscaram a Central de atendimento do Ligue 180.

TABELA 5.49. Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo os grupos de idade – Brasil - 1º semestre de 2024

Grupos de idade	Total	Distribuição (%)
Total	67.589	100,0
18 a 24 anos	8.877	13,2
25 a 39 anos	28.580	42,4
40 a 59 anos	29.936	44,4
Não informado	196	NA

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Mulheres em situação de violência que buscaram a Central de atendimento do Ligue 180.

TABELA 5.50. Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade – Brasil - 1º semestre de 2024

Escolaridade	Total	Distribuição (%)
Total	67.589	100,0
Analfabeta	868	1,3
Ensino fundamental incompleto	3.230	4,8
Ensino fundamental completo	1.096	1,6
Ensino médio incompleto	1.694	2,5
Ensino médio completo	7.085	10,5
Nível técnico	0	0,0
Ensino superior incompleto	1.527	2,3
Ensino superior completo	2.118	3,1
Pós-graduação	446	0,7
Não informado	49.424	73,1
Outros	101	0,1

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Mulheres em situação de violência que buscaram a Central de atendimento do Ligue 180.

TABELA 5.51. Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	67.589	100,0
Norte	3.718	5,6
Nordeste	14.059	21,3
Sudeste	35.080	53,0
Sul	7.587	11,5
Centro-Oeste	5.720	8,7
Não Informado	1.425	NA

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Mulheres em situação de violência que buscaram a Central de atendimento do Ligue 180.

TABELA 5.52. Relatos de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	322.207	100,0
Norte	21.391	6,7
Nordeste	80.335	25,1
Sudeste	160.415	50,0
Sul	30.533	9,5
Centro-Oeste	28.015	8,7
Não informado	1.518	NA

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.
Nota: Relatos de violência se referem aos relatos que constam no protocolo de denúncia. Um protocolo de denúncia pode conter uma ou mais denúncias.

TABELA 5.53. Relatos de violência psicológica contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência psicológica - Brasil - 1º semestre de 2024

Tipo de violência psicológica	Total	Distribuição (%)
Total	50.898	100,0
Ameaça	37.893	74,4
Assédio moral (trabalho)	2.241	4,4
Dano emocional/ diminuição da autoestima	0	0,0
Perseguição	3.240	6,4
Outro	7.524	14,8

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

TABELA 5.54. Relatos de violência sexual contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência sexual - Brasil - 1º semestre de 2024

Tipo de violência sexual	Total	Distribuição (%)
Total	9.420	100,0
Estupro	2.694	28,6
Exploração sexual	209	2,2
Assédio sexual (trabalho)	1.196	12,7
Outros tipos	5.321	56,5

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

TABELA 5.55. Relatos de violência moral contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência moral -Brasil - 1º semestre de 2024

Tipo de violência moral	Total	Distribuição (%)
Total	36.656	100,0
Calúnia	6.274	17,1
Difamação	10.964	29,9
Injúria	19.418	53,0

Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

TABELA 5.56. Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço - 2024

Tipo de serviço	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2.609	303	754	786	351	415
Casas Abrigo e Casa de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem)	122	17	24	44	29	8
Casas da Mulher Brasileira	15	2	8	2	1	2
Centros de Referência (ou de Atendimento) à Mulher em situação de violência / Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros Integrados da Mulher)	321	29	102	101	53	36
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher	712	58	210	253	116	75
Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	170	19	40	57	22	32
Núcleos de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas	56	9	16	12	3	16
Patrulha Maria da Penha	55	12	27	5	3	8
Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos	107	21	16	34	5	31
Serviços de Saúde a Pessoas em situação de violência sexual	1.051	136	311	278	119	207

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV).

6. Mulheres em espaços de poder e decisão

TABELA 6.1. Eleitoras(es) inscritas(os), total e distribuição percentual por sexo - Brasil – 2024

Eleitoras(es)	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
155.883.911	81.806.914	74.076.997	52,5	47,5

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Exclusive os eleitores inscritos com sexo não informado.

TABELA 6.2. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
Norte	15.199	28.316	34,9	65,1
Nordeste	41.194	78.429	34,4	65,6
Sudeste	60.728	118.424	33,9	66,1
Sul	28.395	54.229	34,4	65,6
Centro-Oeste	13.489	24.946	35,1	64,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: No ano de 2024, estão inclusas todas as candidaturas, não apenas as com status "aptas", porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025. Para os anos de 2016 e 2020, foram considerados apenas as(os) candidatas(os) aptas(os).

TABELA 6.3. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, segundo o cargo - Brasil - 2016/2020/2024

Cargo	2016		2020		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	147.028	322.939	176.762	351.560	159.005	304.344
Prefeito(a)	2.132	14.134	2.520	16.056	2.381	13.190
Vice-prefeito(a)	2.867	13.458	3.986	14.755	3.678	12.137
Vereador(a)	142.029	295.347	170.256	320.749	152.946	279.017

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: No ano de 2024, estão inclusas todas as candidaturas, não apenas as com status "aptas", porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025. Para os anos de 2016 e 2020, foram considerados apenas as(os) candidatas(os) aptas(os).

TABELA 6.4. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil – 2024

Cargo	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
Prefeito(a)	2.381	13.190	15,3	84,7
Vice-prefeito(a)	3.678	12.137	23,3	76,7
Vereador(a)	152.946	279.017	35,4	64,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.5. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil – 2024

Cor ou raça	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
Branca	74.571	142.450	34,4	65,6
Preta	19.387	33.065	37,0	63,0
Parda	62.480	124.264	33,5	66,5
Amarela	666	1.125	37,2	62,8
Indígena	961	1.617	37,3	62,7
Não Informado	940	1.823	34,0	66,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.6. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil – 2024

Faixa Etária	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
18 a 19 anos	563	599	48,5	51,5
20 a 24 anos	3.719	4.284	46,5	53,5
25 a 29 anos	7.913	11.555	40,6	59,4
30 a 39 anos	33.569	57.148	37,0	63,0
40 a 49 anos	52.092	97.483	34,8	65,2
50 a 59 anos	40.881	82.465	33,1	66,9
60 a 69 anos	16.979	41.072	29,2	70,8
70 ou mais	3.289	9.736	25,3	74,7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas:1. Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.
2. O total geral inclui os não informados.

TABELA 6.7. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil – 2024

Grau de instrução	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
Analfabeta(o)	4	9	30,8	69,2
Lê e escreve	3.002	6.927	30,2	69,8
Ensino fundamental incompleto	12.219	36.154	25,3	74,7
Ensino fundamental completo	13.727	37.357	26,9	73,1
Ensino médio incompleto	6.444	14.680	30,5	69,5
Ensino médio completo	60.856	119.800	33,7	66,3
Superior incompleto	8.238	12.872	39,0	61,0
Superior completo	54.515	76.545	41,6	58,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.8. Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil – 2024

Partido político	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	159.005	304.344	34,3	65,7
AGIR	2.536	4.838	34,4	65,6
AVANTE	5.585	10.923	33,8	66,2
CIDADANIA	1.852	3.184	36,8	63,2
DC	2.450	4.722	34,2	65,8
MDB	14.988	29.495	33,7	66,3
MOBILIZA	2.223	4.397	33,6	66,4
NOVO	2.603	4.999	34,2	65,8
PC do B	1.299	1.887	40,8	59,2
PCB	11	25	30,6	69,4
PCO	60	119	33,5	66,5
PDT	7.906	15.027	34,5	65,5
PL	12.052	23.974	33,5	66,5
PMB	1.464	2.701	35,2	64,8
PODE	8.166	15.639	34,3	65,7
PP	13.406	26.500	33,6	66,4
PRD	5.809	11.285	34,0	66,0
PRTB	1.477	2.812	34,4	65,6
PSB	9.151	17.404	34,5	65,5
PSD	13.075	25.850	33,6	66,4
PSDB	7.588	14.507	34,3	65,7
PSOL	1.602	2.364	40,4	59,6
PSTU	62	98	38,8	61,3
PT	10.917	19.216	36,2	63,8
PV	1.871	2.915	39,1	60,9
REDE	1.630	2.844	36,4	63,6
REPUBLICANOS	11.529	22.496	33,9	66,1
SOLIDARIEDADE	5.195	9.908	34,4	65,6
UNIÃO	12.439	24.163	34,0	66,0
UP	59	52	53,2	46,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.9. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	1.441	3.591	28,6	71,4
Norte	119	321	27,0	73,0
Nordeste	267	711	27,3	72,7
Sudeste	619	1.432	30,2	69,8
Sul	305	786	28,0	72,0
Centro-Oeste	131	341	27,8	72,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025..

TABELA 6.10. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil – 2024

Cargo	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	1.441	3.591	28,6	71,4
Prefeito(a)	17	100	14,5	85,5
Vice-prefeito(a)	1.394	3.389	29,1	70,9
Vereador(a)	30	102	22,7	77,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.11. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil – 2024

Tipo de deficiência	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	1.441	3.591	28,6	71,4
Auditiva	166	272	37,9	62,1
Autismo	75	59	56,0	44,0
Física	693	2.076	25,0	75,0
Visual	340	945	26,5	73,5
Outra	167	239	41,1	58,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.12. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
Norte	1.106	4.655	19,2	80,8
Nordeste	4.408	18.031	19,6	80,4
Sudeste	3.182	17.747	15,2	84,8
Sul	2.609	11.455	18,6	81,4
Centro-Oeste	1.044	4.691	18,2	81,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: No ano de 2024, estão inclusas todas as candidaturas, não apenas as com status "aptas", porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.13. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), segundo o cargo - Brasil - 2016/ 2020 /2024

Cargo	2016		2020		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	9.298	59.900	10.961	58.360	12.349	56.579
Prefeito(a)	654	5.026	675	4.919	729	4.791
Vice-prefeito(a)	834	4.845	927	4.667	1.068	4.452
Vereador(a)	7.810	50.029	9.359	48.774	10.552	47.336

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: No ano de 2024, estão inclusas todas as candidaturas, não apenas as com status "aptas", porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025. Para os anos de 2016 e 2020, foram considerados apenas as(os) candidatas(os) aptas(os).

TABELA 6.14. Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Prefeitas	Vereadoras	Vice-prefeitas
Total geral	100,0	100,0	100,0
Norte	10,2	8,8	9,9
Nordeste	45,1	34,7	39,1
Sudeste	20,6	26,3	24,2
Sul	15,8	21,9	17,3
Centro-Oeste	8,4	8,4	9,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

TABELA 6.15. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024

Cargo	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
Prefeito(a)	729	4.791	13,2	86,8
Vice-prefeito(a)	1.068	4.452	19,3	80,7
Vereador(a)	10.552	47.336	18,2	81,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.16. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2024

Cor ou raça	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
Branca	7.264	30.451	19,3	80,7
Preta	696	3.674	15,9	84,1
Parda	4.237	21.730	16,3	83,7
Amarela	56	193	22,5	77,5
Indígena	44	217	16,9	83,1
Não Informado	52	314	14,2	85,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.17. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil – 2024

Faixa Etária	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
18 a 19 anos	17	72	19,1	80,9
20 a 24 anos	182	625	22,6	77,4
25 a 29 anos	451	2.091	17,7	82,3
30 a 39 anos	2.642	12.183	17,8	82,2
40 a 49 anos	4.486	20.102	18,2	81,8
50 a 59 anos	3.216	14.458	18,2	81,8
60 a 69 anos	1.147	5.957	16,1	83,9
70 ou mais	208	1.091	16,0	84,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.18. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil – 2024

Grau de instrução	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
Analfabeta(o)	0	0	0,0	0,0
Lê e escreve	60	656	8,4	91,6
Ensino fundamental incompleto	271	5.306	4,9	95,1
Ensino fundamental completo	440	5.907	6,9	93,1
Ensino médio incompleto	148	1.961	7,0	93,0
Ensino médio completo	3.386	21.754	13,5	86,5
Superior incompleto	505	2.174	18,9	81,1
Superior completo	7.539	18.821	28,6	71,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.19. Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil – 2024

Partido político	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	12.349	56.579	17,9	82,1
AGIR	40	276	12,7	87,3
AVANTE	291	1.482	16,4	83,6
CIDADANIA	87	407	17,6	82,4
DC	46	217	17,5	82,5
MDB	1.796	7.905	18,5	81,5
MOBILIZA	50	349	12,5	87,5
NOVO	61	257	19,2	80,8
PC do B	59	317	15,7	84,3
PCB	0	0	-	-
PCO	0	0	-	-
PDT	496	2.329	17,6	82,4
PL	1.003	4.963	16,8	83,2
PMB	25	88	22,1	77,9
PODE	432	2.245	16,1	83,9
PP	1.509	6.808	18,1	81,9
PRD	246	1.361	15,3	84,7
PRTB	14	92	13,2	86,8
PSB	797	3.430	18,9	81,1
PSD	1.366	6.696	16,9	83,1
PSDB	600	2.936	17,0	83,0
PSOL	38	42	47,5	52,5
PSTU	0	0	-	-
PT	869	2.765	23,9	76,1
PV	104	424	19,7	80,3
REDE	28	161	14,8	85,2
REPUBLICANOS	939	4.545	17,1	82,9
SOLIDARIEDADE	238	1.170	16,9	83,1
UNIÃO	1.215	5.314	18,6	81,4
UP	0	0	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.20. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	43	401	9,7	90,3
Norte	3	34	8,1	91,9
Nordeste	10	92	9,8	90,2
Sudeste	16	127	11,2	88,8
Sul	12	102	10,5	89,5
Centro-Oeste	2	46	4,2	95,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Não inclui suplentes.

TABELA 6.21. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil – 2024

Cargo	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	43	401	9,7	90,3
Prefeito(a)	1	24	4,0	96,0
Vice-prefeito(a)	6	23	20,7	79,3
Vereador(a)	36	354	9,2	90,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Não inclui suplentes.

TABELA 6.22. Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil – 2024

Tipo de deficiência	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	43	401	9,7	90,3
Auditiva	9	28	24,3	75,7
Autismo	2	3	40,0	60,0
Física	18	241	6,9	93,1
Visual	9	113	7,4	92,6
Outra	5	16	23,8	76,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Não inclui suplentes.

TABELA 6.23. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
Norte	13,2	7,3	16,4
Nordeste	18,8	10,7	23,0
Sudeste	11,7	5,2	15,0
Sul	17,0	9,2	21,1
Centro-Oeste	14,9	7,7	18,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.24. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil – 2024

Cargo	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
Prefeito(a)	35,5	30,6	36,3
Vice-prefeito(a)	34,9	29,0	36,7
Vereador(a)	13,4	6,9	17,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.25. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a cor ou raça - Brasil – 2024

Cor ou raça	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
Branca	17,4	9,7	21,4
Preta	8,3	3,6	11,1
Parda	13,9	6,8	17,5
Amarela	13,9	8,4	17,2
Indígena	10,1	4,6	13,4
Não Informado	13,2	5,5	17,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.26. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a faixa etária - Brasil – 2024

Faixa Etária	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
18 a 19 anos	7,7	3,0	12,0
20 a 24 anos	10,1	4,9	14,6
25 a 29 anos	13,1	5,7	18,1
30 a 39 anos	16,3	7,9	21,3
40 a 49 anos	16,4	8,6	20,6
50 a 59 anos	14,3	7,9	17,5
60 a 69 anos	12,2	6,8	14,5
70 ou mais	10,0	6,3	11,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.27. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o grau de instrução - Brasil – 2024

Grau de instrução	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
Analfabeta(o)	0,0	0,0	0,0
Lê e escreve	7,2	2,0	9,5
Ensino fundamental incompleto	11,5	2,2	14,7
Ensino fundamental completo	12,4	3,2	15,8
Ensino médio incompleto	10,0	2,3	13,4
Ensino médio completo	13,9	5,6	18,2
Superior incompleto	12,7	6,1	16,9
Superior completo	20,1	13,8	24,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.28. Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o partido político - Brasil – 2024

Partido político	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Total geral	14,9	7,8	18,6
AGIR	4,3	1,6	5,7
AVANTE	10,7	5,2	13,6
CIDADANIA	9,8	4,7	12,8
DC	3,7	1,9	4,6
MDB	21,8	12,0	26,8
MOBILIZA	6	2,2	7,9
NOVO	4,2	2,3	5,1
PC do B	11,8	4,5	16,8
PCB	0	0,0	0,0
PCO	0	0,0	0,0
PDT	12,3	6,3	15,5
PL	16,6	8,3	20,7
PMB	2,7	1,7	3,3
PODE	11,2	5,3	14,4
PP	20,8	11,3	25,7
PRD	9,4	4,2	12,1
PRTB	2,5	0,9	3,3
PSB	15,9	8,7	19,7
PSD	20,7	10,4	25,9
PSDB	16	7,9	20,2
PSOL	2	2,4	1,8
PSTU	0	0,0	0,0
PT	12,1	8,0	14,4
PV	11	5,6	14,5
REDE	4,2	1,7	5,7
REPUBLICANOS	16,1	8,1	20,2
SOLIDARIEDADE	9,3	4,6	11,8
UNIÃO	17,8	9,8	22,0
UP	0	0,0	0,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025.

TABELA 6.29. Deputadas(os) federais, senadoras(es) e governadoras(es) em exercício, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o exercício do poder - Brasil – 2024

Exercício do Poder	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	513	88	425	17,2	82,8
Senado Federal	81	15	66	18,5	81,5
Governos Estaduais e do Distrito Federal	27	2	25	7,4	92,6

Fonte: Câmara dos Deputados, Senado Federal e Governos Estaduais e do Distrito Federal.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.30. Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

Presidência de comissões	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	30	5	25	16,7	83,3
Senado Federal	12	1	11	8,3	91,7
Comissões Mistas	13	2	11	15,4	84,6

Fonte: Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.31. Parlamentares na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e Mesa do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

Mesa Diretora	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	11	1	10	9,1	90,9
Senado Federal	11	2	9	18,2	81,8

Fonte: Sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.32.Parlamentares ocupando cargos de Liderança de partido ou Bloco partidário na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo – Brasil – 2024

Lideranças parlamentares	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	21	3	18	14,3	85,7
Senado Federal	9	1	8	11,1	88,9

Fonte: Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. A quantidade de lideranças na Câmara dos Deputados abrange líderes de blocos e partidos, do governo, da maioria, da oposição, da minoria e de partidos que participam de bloco parlamentar. 2. A quantidade de lideranças no Senado Federal abrange líderes de blocos parlamentares, líderes da maioria, da minoria, do governo, da oposição e da bancada feminina. 3. Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.33. Partidos com representação no Congresso que têm instâncias de mulheres – 2024

Partidos Políticos	Total	Total		Distribuição (%)	
		Possuem instância de mulheres	Não possuem instâncias de mulheres	Possuem instância de mulheres	Não possuem instâncias de mulheres
	29	29	0	100	0

Fonte: Sites dos Partidos Políticos.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.34. Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil – 2024

Partido político	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	152	377	25,8	74,2
AGIR	NI	NI	NI	NI
AVANTE	NI	NI	NI	NI
CIDADANIA	7	16	30,4	69,6
DEMOCRATA CRISTÃO	3	14	17,6	82,4
MDB	2	8	20,0	80,0
mobiliza	2	9	18,2	81,8
NOVO	1	6	14,3	85,7
PCB	NI	NI	NI	NI
PC DO B	10	18	35,7	64,3
pco	NI	NI	NI	NI
PDT	8	22	26,7	73,3
PL	NI	NI	NI	NI
PMB	NI	NI	NI	NI
PODEMOS	4	15	21,1	78,9
PP	5	25	16,7	83,3
PRD	0	7	0,0	100,0
PRTB	NI	NI	NI	NI
PSB	12	34	26,1	73,9
PSD	11	24	31,4	68,6
PSDB	11	33	25,0	75,0
PSOL	13	8	61,9	38,1
PT	14	15	48,3	51,7
PSTU	NI	NI	NI	NI
PV	15	39	27,8	72,2
REDE	22	38	36,7	63,3
REPUBLICANOS	3	14	17,6	82,4
SOLIDARIEDADE	7	22	24,1	75,9
UNIÃO	2	10	16,7	83,3
UNIDADE POPULAR	NI	NI	NI	NI

Fonte: Sites dos Partidos Políticos.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: 1. Consideraram-se os membros da Executiva Nacional/Diretório Nacional dos Partidos, tais como: Presidente, Vice-Presidentes, Secretários etc. 2. Foi atribuído "Não identificado (NI)" aos partidos que não divulgam, em seus sites, informações sobre sua direção. Em todos eles, porém, foi possível identificar o presidente do partido, que é do sexo masculino, com exceção do Partido da Mulher Brasileira (PMB), que tem como presidente uma mulher.

TABELA 6.35. Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo – Brasil – 2024

Centrais Sindicais	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	75	19	56	23,4	76,6
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	9	2	7	22,2	77,8
Central Única dos Trabalhadores - CUT	19	12	7	63,2	36,8
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	11	0	11	0,0	100,0
União Geral dos Trabalhadores - UGT	10	2	8	20,0	80,0
Força Sindical	26	3	23	11,5	88,5

Fonte: Sites das Centrais Sindicais.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. Inclui presidente(s), vice-presidente(s) e diretoria executiva. 2. Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.36. Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

Centrais Sindicais	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	179	52	127	30,9	69,1
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	38	22	16	57,9	42,1
Central Única dos Trabalhadores - CUT	31	13	18	41,9	58,1
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	20	4	16	20,0	80,0
União Geral dos Trabalhadores - UGT	72	9	63	12,5	87,5
Força Sindical	18	4	14	22,2	77,8

Fonte: Sites das Centrais Sindicais.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. Inclui Secretárias(os) Gerais e Secretárias(os) de áreas específicas, porém não adjuntas(os).
2. Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.37. Ministras(os) de Estado, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

Ministérios	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	38	10	28	26,3	73,7

Fonte: Presidência da República.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Notas: 1. Inclui as Secretarias de Estado com status de Ministério. 2. Dados de outubro de 2024.

TABELA 6.38. Servidoras(es) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por situação de vínculo e sexo, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total geral	Com vínculo			Sem vínculo*		
		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
			Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
DAS 1 ou equivalentes	10.095	9.108	43,0	57,0	987	50,5	49,5
DAS 2 ou equivalentes	7.286	6.277	45,1	54,9	1.009	57,9	42,1
DAS 3 ou equivalentes	11.805	10.480	41,9	58,1	1.325	55,9	44,1
DAS 4 ou equivalentes	8.083	6.859	37,6	62,4	1.224	49,1	50,9
DAS 5 ou equivalentes	3.931	3.438	35,9	64,1	493	44,0	56,0
DAS 6 ou equivalentes	659	471	28,0	72,0	188	27,1	72,9

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo Federal. 2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial. 4. Dados de dezembro de 2023. * Foram considerados como "Sem vínculo" os servidores que possuem a situação de vínculo "Nomeado Cargo Comis".

TABELA 6.39. Servidoras mulheres ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
DAS 1 ou equivalentes	4.413	2,7	64,0	0,4	28,5	4,4
DAS 2 ou equivalentes	3.412	2,2	64,4	0,2	28,4	4,8
DAS 3 ou equivalentes	5.136	2,0	63,6	0,5	27,4	6,5
DAS 4 ou equivalentes	3.179	1,6	66,6	0,8	24,2	6,9
DAS 5 ou equivalentes	1.452	1,4	69,4	0,9	22,2	6,1
DAS 6 ou equivalentes	183	1,6	62,8	3,3	21,3	10,9

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público. 2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. Dados de dezembro de 2023. 4. O total inclui os não informados por cor ou raça. 5. A distribuição percentual foi realizada sobre o total de informados por cor ou raça.

TABELA 6.40. Servidores homens ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
DAS 1 ou equivalentes	5.682	1,8	56,5	1,9	34,5	5,3
DAS 2 ou equivalentes	3.874	1,6	61,9	0,4	31,4	4,8
DAS 3 ou equivalentes	6.669	1,3	59,3	0,8	32,3	6,4
DAS 4 ou equivalentes	4.904	1,7	65,5	0,6	27,8	4,5
DAS 5 ou equivalentes	2.479	1,0	68,1	0,2	25,4	5,3
DAS 6 ou equivalentes	476	0,2	79,2	0,8	14,3	5,5

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público. 2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. Dados de dezembro de 2023. 4. O total inclui os não informados por cor ou raça. 5. A distribuição percentual foi realizada sobre o total de informados por cor ou raça.

TABELA 6.41. Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com filhos menores de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total geral	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
DAS 1 ou equivalentes	10.095	1.129	2.216	11,2	22,0
DAS 2 ou equivalentes	7.286	900	1.390	12,4	19,1
DAS 3 ou equivalentes	11.805	1.979	2.983	16,8	25,3
DAS 4 ou equivalentes	8.083	1.176	2.174	14,5	26,9
DAS 5 ou equivalentes	3.931	565	1.170	14,4	29,8
DAS 6 ou equivalentes	659	67	163	10,2	24,7

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo Federal.

2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial.

4. Dados de dezembro de 2023.

TABELA 6.42. Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, idade média, remuneração média (em R\$), distribuição percentual e proporção com nível superior por sexo, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total	Média de idade	Remuneração média (em R\$)	Distribuição (%)		Proporção com nível superior (%)	
				Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
DAS 1 ou equivalentes	10.095	54,2	12.817,91	43,7	56,3	73,5	73,0
DAS 2 ou equivalentes	7.286	53,5	13.509,24	46,8	53,2	81,0	80,8
DAS 3 ou equivalentes	11.805	47,2	14.742,66	43,5	56,5	94,3	93,0
DAS 4 ou equivalentes	8.083	48,6	17.809,55	39,3	60,7	96,1	95,4
DAS 5 ou equivalentes	3.931	48,8	21.097,92	36,9	63,1	97,7	97,3
DAS 6 ou equivalentes	659	53,0	22.100,31	27,8	72,2	94,5	96,6

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo Federal. 2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial. 4. Dados de dezembro de 2023.

TABELA 6.43. Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com deficiência, total e distribuição percentual em relação ao total de servidores, por sexo, segundo o nível da função - Brasil – 2023

Nível da Função	Total com deficiência	Total com deficiência		Proporção com deficiência (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
DAS 1 ou equivalentes	140	42	98	30,0	70,0
DAS 2 ou equivalentes	70	26	44	37,1	62,9
DAS 3 ou equivalentes	120	52	68	43,3	56,7
DAS 4 ou equivalentes	75	15	60	20,0	80,0
DAS 5 ou equivalentes	31	8	23	25,8	74,2
DAS 6 ou equivalentes	4	2	2	50,0	50,0

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, SIAPE.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo Federal. 2. A tabela inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4. 3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial. 4. Dados de dezembro de 2023.

TABELA 6.44. Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil – 2023

Força Armada	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	351.370	35.544	315.826	10,1	89,9
Exército Brasileiro	209.093	12.972	196.121	6,2	93,8
Marinha do Brasil	74.542	8.332	66.210	11,2	88,8
Aeronáutica	67.735	14.240	53.495	21,0	79,0

Fonte: Ministério da Defesa.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

TABELA 6.45. Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de carreira - Brasil – 2023

Tipo de carreira	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	351.370	35.544	315.826	10,1	89,9
Oficiais	54.009	14.930	39.079	27,6	72,4
Praças	297.361	20.614	276.747	6,9	93,1

Fonte: Ministério da Defesa.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: A categoria "Oficiais" inclui oficiais gerais, oficiais superiores, oficiais intermediários e oficiais subalternos.

TABELA 6.46. Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil – 2023

Força Armada	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	13.849	2.007	11.842	14,5	85,5
Exército	7.116	624	6.492	8,8	91,2
Aeronáutica	3.980	881	3.099	22,1	77,9
Marinha	2.753	502	2.251	18,2	81,8

Fonte: Ministério da Defesa.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

TABELA 6.47. Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil – 2023

Cargo	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.525	352	1.173	23,1	76,9
Ministra(o) de Primeira Classe (Embaixador(a))	235	47	188	20,0	80,0
Ministra(o) de Segunda Classe	253	51	202	20,2	79,8
Conselheira(o)	339	82	257	24,2	75,8
Primeira(o) Secretária(o)	360	93	267	25,8	74,2
Segunda(o) Secretária(o)	275	57	218	20,7	79,3
Terceira(o) Secretária(o)	63	22	41	34,9	65,1

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

TABELA 6.48. Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024

Instância	Total		Distribuição (%)	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Primeiro Grau	6.550	8.988	42,2	57,8
Segundo Grau	728	2.058	26,1	73,9
Tribunais Superiores	15	65	18,8	81,2

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, Painel Dados de Pessoal do Poder Judiciário.
Nota: As(os) magistradas(os) de 1º grau incluem: Juízes titulares, juízes auxiliares que atuam no 1º grau, juízes substitutos e magistrados que atuam no 1º grau eleitoral. As(os) magistradas(os) de 2º grau incluem: desembargadores, juízes substitutos de 2º grau, juízes da classe advogado que atuam como titulares ou substitutos no TRE ou TSE, magistrados que atuam como titulares ou substitutos no 2º grau eleitoral ou TSE. As(os) magistradas(os) de tribunais superiores incluem ministras(os) e conselheiras(os).

TABELA 6.49.A. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2º trimestre de 2024

Grandes Regiões	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	3.344	1.330	2.015	100,0	39,8	60,2
Norte	205	87	118	100,0	42,5	57,5
Nordeste	474	198	276	100,0	41,8	58,2
Sudeste	1.749	698	1.051	100,0	39,9	60,1
Sul	610	233	378	100,0	38,1	61,9
Centro-Oeste	306	114	192	100,0	37,2	62,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 6.49.B. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2023

Grandes Regiões	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Distribuição percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	3.232	1.287	1.945	100,0	39,8	60,2
Norte	184	69	116	100,0	37,2	62,8
Nordeste	431	183	248	100,0	42,4	57,6
Sudeste	1.698	697	1.002	100,0	41,0	59,0
Sul	589	227	362	100,0	38,6	61,4
Centro-Oeste	329	112	218	100,0	33,9	66,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 6.50.A. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil – 2º trimestre de 2024

Cor ou raça	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total ¹	3.344	1.330	2.015	3,8	3,5	4,1
Branca	2.197	867	1.331	5,7	5,0	6,2
Preta ou parda	1.098	445	654	2,3	2,2	2,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 6.50.B. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil – 2023

Cor ou raça	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total ¹	3.232	1.287	1.945	3,8	3,5	4,0
Branca	2.111	855	1.256	5,5	4,9	5,9
Preta ou parda	1.067	411	656	2,3	2,1	2,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

TABELA 6.51.A. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil – 2º trimestre de 2024

Grupamentos de atividade	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	3.344	1.330	2.015	3,8	3,5	4,1
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	76	9	67	1,1	0,7	1,2
Indústria geral	523	145	377	4,8	4,0	5,2
Construção	96	20	76	1,4	7,4	1,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	866	346	520	5,6	5,5	5,7
Transporte, armazenagem e correio	132	31	101	2,6	5,3	2,2
Alojamento e alimentação	281	122	159	6,4	4,7	8,8
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	787	322	464	7,1	7,0	7,1
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	494	286	208	2,9	2,6	3,5
Outros Serviços	89	48	41	1,9	1,8	2,0
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-
Atividades maldefinidas	1	-	1	4,1	-	8,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

TABELA 6.51.B. Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil – 2023

Grupamentos de atividade	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção					
	Total (1000 pessoas)			Percentual (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	3.232	1.287	1.945	3,8	3,5	4,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	67	8	58	0,9	0,6	1,0
Indústria geral	514	135	379	4,7	3,7	5,2
Construção	122	23	99	1,9	8,5	1,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	841	355	486	5,5	5,6	5,5
Transporte, armazenagem e correio	127	37	90	2,6	7,0	2,1
Alojamento e alimentação	280	123	157	6,4	4,8	8,6
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	724	312	412	6,7	7,0	6,5
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	460	254	206	2,8	2,4	3,6
Outros Serviços	93	38	55	2,1	1,5	2,9
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-
Atividades maldefinidas	5	3	2	13,0	22,0	8,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

TABELA 6.52.A. Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	1.019	1.019	0	100,0	0,0
Norte	122	122	0	100,0	0,0
Nordeste	600	600	0	100,0	0,0
Sudeste	111	111	0	100,0	0,0
Sul	107	107	0	100,0	0,0
Centro-Oeste	79	79	0	100,0	0,0

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Notas: 1. Esses dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres. Nesse sentido, não se tem os números referentes às secretarias/estruturas às quais estão vinculadas, que podem ou não ter um homem no comando. 2. O Ministério das Mulheres não tem os dados referentes às secretarias/estruturas às quais as Secretarias Municipais de Mulheres estão vinculadas, que podem ou não ter um homem no comando. 3. Informação atualizada em novembro de 2024.

TABELA 6.52.B. Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	920	920	0	100,0	0,0
Norte	101	101	0	100,0	0,0
Nordeste	582	582	0	100,0	0,0
Sudeste	57	57	0	100,0	0,0
Sul	106	106	0	100,0	0,0
Centro-Oeste	467	467	0	100,0	0,0

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Notas: 1. Esses dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres. Nesse sentido, não se tem os números referentes às secretarias/estruturas às quais estão vinculadas, que podem ou não ter um homem no comando. 2. O Ministério das Mulheres não tem os dados referentes às secretarias/estruturas às quais as Secretarias Municipais de Mulheres estão vinculadas, que podem ou não ter um homem no comando.

TABELA 6.53.A. Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres – SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total de municípios brasileiros	Total de municípios com SPM	Proporção (%)
Brasil	5.570	1.019	18,3
Norte	450	122	27,1
Nordeste	1.794	600	33,4
Sudeste	1.668	111	6,7
Sul	1.191	107	9,0
Centro-Oeste	467	79	16,9

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Notas: 1. Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres.

2. Informação atualizada em novembro de 2024.

TABELA 6.53.B. Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres – SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total de municípios brasileiros	Total de municípios com SPM	Proporção (%)
Brasil	5.570	920	16,5
Norte	450	101	22,4
Nordeste	1.794	582	32,4
Sudeste	1.668	57	3,4
Sul	1.191	106	8,9
Centro-Oeste	467	74	15,8

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Nota: Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres.

TABELA 6.54.A. Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	1.019	100,0
Norte	122	12,0
Nordeste	600	58,9
Sudeste	111	10,9
Sul	107	10,5
Centro-Oeste	79	7,8

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Notas: Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres. 2. Informação atualizada em novembro de 2024.

TABELA 6.54.B. Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)
Brasil	920	100,0
Norte	101	11,0
Nordeste	582	63,3
Sudeste	57	6,2
Sul	106	11,5
Centro-Oeste	74	8,0

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP.

Nota: Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres.

7. Mulheres no esporte

TABELA 7.1. Atletas brasileiras(os) e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

Modalidades	Atletas				Técnicas (os)			
	Total	Total		Distribuição (%)	Total	Total		Distribuição (%)
		Mulheres	Homens			Mulheres	Homens	
Total (1)	288	163	125	56,6	103	12	91	88,3
Atletismo	43	20	23	46,5	13	3	10	23,1
Basquete	12	0	12	0,0	4	0	4	100,0
Futebol	22	22	0	100,0	3	0	3	100,0
Ginástica Artística	7	5	2	71,4	4	1	3	25,0
Judô	13	6	7	46,2	3	2	1	66,7
Natação	18	7	11	38,9	5	0	5	100,0
Voleibol	26	13	13	50,0	7	0	7	100,0
Vôlei de praia	8	4	4	50,0	8	1	7	87,5

Fonte: Lista Final de Credenciados pelo COB nos Jogos Olímpicos.

Nota: Técnicas(os) incluem treinadoras(es) e assistentes.

(1) Inclui todas as modalidades, não só as descritas na tabela.

TABELA 7.2. Atletas brasileiras(os) e parceiras(os) de atletas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

Modalidades	Atletas				Parceiras(os) de atleta (1)						
	Total	Total		Distribuição (%)		Total	Total		Distribuição (%)		
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
	Total	254	117	137	46,1	53,9	25	2	23	8,0	92,0
	Atletismo	71	32	39	45,1	54,9	18	0	18	0,0	100,0
	Bocha	9	4	5	44,4	55,6	3	1	2	33,3	66,7
	Canoagem	8	4	4	50,0	50,0	0	-	-	-	-
	Ciclismo	6	3	3	50,0	50,0	0	-	-	-	-
	Esgrima em Cadeira de Rodas	7	3	4	42,9	57,1	0	-	-	-	-
	Futebol de Cegos	8	0	8	0,0	100,0	2	0	2	0,0	100,0
	Goalball	12	6	6	50,0	50,0	0	-	-	-	-
	Halterofilismo	11	7	4	63,6	36,4	0	-	-	-	-
	Hipismo	2	0	2	0,0	100,0	0	-	-	-	-
	Judô	15	8	7	53,3	46,7	0	-	-	-	-
	Natação	36	16	20	44,4	55,6	0	-	-	-	-
	Parabadminton	3	1	2	33,3	66,7	0	-	-	-	-
	Remo	7	4	3	57,1	42,9	1	0	1	0,0	100,0
	Taekwondo	6	4	2	66,7	33,3	0	-	-	-	-
	Tênis de Mesa	15	9	6	60,0	40,0	0	-	-	-	-
	Tênis em Cadeira de Rodas	4	0	4	0,0	100,0	0	-	-	-	-
	Tiro com Arco	5	2	3	40,0	60,0	0	-	-	-	-
	Tiro Esportivo	2	0	2	0,0	100,0	0	-	-	-	-
	Triathlon	3	2	1	66,7	33,3	1	1	0	100,0	0,0
	Vôleibol Sentado	24	12	12	50,0	50,0	0	-	-	-	-

Fonte: Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos

(1) Inclui atletas-guia do atletismo e do triathlon, calheiras(os) da bocha, goleiras(os) do futebol de cegos e timoneiras(os) do remo.

TABELA 7.3. Técnicas(os) e oficiais nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

Modalidades	Técnicas(os)						Oficiais					
	Total			Distribuição (%)			Total			Distribuição (%)		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Total	70	63	138	10,0	90,0	138	51	87	138	37,0	63,0	100,0
Atletismo	17	15	32	11,8	88,2	32	5	9	32	35,7	64,3	100,0
Bocha	4	4	8	0,0	100,0	8	3	7	8	30,0	70,0	100,0
Canoagem	3	3	6	0,0	100,0	6	1	3	6	25,0	75,0	100,0
Ciclismo	3	3	6	0,0	100,0	6	1	3	6	25,0	75,0	100,0
Esgrima em Cadeira de Rodas	2	2	4	0,0	100,0	4	0	2	4	0,0	100,0	100,0
Futebol de Cegos	1	1	2	0,0	100,0	2	1	5	2	16,7	83,3	100,0
Goalball	2	2	4	0,0	100,0	4	3	5	4	37,5	62,5	100,0
Halterofilismo	3	3	6	0,0	100,0	6	2	1	6	66,7	33,3	100,0
Hipismo	1	0	1	100,0	0,0	1	6	1	7	85,7	14,3	100,0
Judô	2	2	4	0,0	100,0	4	1	3	4	25,0	75,0	100,0
Natação	16	13	29	18,8	81,3	29	2	7	29	22,2	77,8	100,0
Parabadminton	1	1	2	0,0	100,0	2	1	1	2	50,0	50,0	100,0
Remo	4	4	8	0,0	100,0	8	0	1	8	0,0	100,0	100,0
Taekwondo	2	2	4	0,0	100,0	4	1	1	4	50,0	50,0	100,0
Tênis de Mesa	1	1	2	0,0	100,0	2	3	6	2	33,3	66,7	100,0
Tênis em Cadeira de Rodas	2	2	4	0,0	100,0	4	1	0	4	100,0	0,0	100,0
Tiro com Arco	1	1	2	0,0	100,0	2	1	3	2	25,0	75,0	100,0
Tiro Esportivo	1	1	2	0,0	100,0	2	0	2	2	0,0	100,0	100,0
Triathlon	2	1	3	50,0	50,0	3	0	2	3	0,0	100,0	100,0
Vôleibol Sentado	2	2	4	0,0	100,0	4	2	6	4	25,0	75,0	100,0
Equipe Saúde	-	-	-	-	-	-	12	7	19	63,2	36,8	100,0
Equipe Escritório	-	-	-	-	-	-	5	12	17	29,4	70,6	100,0

Fonte: Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos

TABELA 7.4. Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

Modalidades	Medalhas			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	20	13	8	61,9	38,1
Atletismo	2	0	2	0,0	100,0
Boxe	1	1	0	100,0	0,0
Canoagem velocidade	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	1	1		100,0	0,0
Ginástica artística	4	4	0	100,0	0,0
Judô (1)	4	3	2	60,0	40,0
Skate	2	1	1	50,0	50,0
Surfe	2	1	1	50,0	50,0
Taekwondo	1	0	1	0,0	100,0
Vôlei	1	1	0	100,0	0,0
Vôlei de praia	1	1	0	100,0	0,0

Fonte: Comitê Olímpico Internacional.
(1) Uma medalha foi por equipe mista, sendo contabilizada para homens e mulheres.

TABELA 7.5. Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

Modalidades	Medalhas			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	89	46	46	50,0	50,0
Futebol de cegos	1	0	1	0,0	100,0
Goalball	1	0	1	0,0	100,0
Atletismo	36	16	20	44,4	55,6
Parabadminton	1	0	1	0,0	100,0
Canoagem	4	0	4	0,0	100,0
Judô	8	5	3	62,5	37,5
Halterofilismo	4	4	0	100,0	0,0
Natação (1)	26	16	13	55,2	44,8
Tênis de mesa	4	3	1	75,0	25,0
Taekwondo	2	2	0	100,0	0,0
Triathlon	1	0	1	0,0	100,0
Tiro esportivo	1	0	1	0,0	100,0

Fonte: Comitê Olímpico Internacional.
(1) Três medalhas foram por equipe mista, sendo contabilizadas para homens e mulheres.

TABELA 7.6. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - Brasil – 2023

Categorias	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	8.292	3.669	4.623	44,2	55,8
Atleta de Base	378	159	219	42,1	57,9
Estudantil	568	235	333	41,4	58,6
Internacional	1.433	710	723	49,5	50,5
Nacional	5.149	2.222	2.927	43,2	56,8
Olimpico / Paralímpico	359	160	199	44,6	55,4
Pódio	405	183	222	45,2	54,8

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

TABELA 7.7. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta que possuem alguma deficiência, total, distribuição percentual por sexo e proporção em relação ao total de atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta - Brasil – 2023

Sexo	Total	Distribuição (%)	Atletas com deficiência		
			Total	Distribuição (%)	Proporção em relação ao total de atletas (%)
Total	8.292	100,0	2.232	100,0	26,9
Mulheres	3.669	44,2	831	37,2	22,6
Homens	4.623	55,8	1.401	62,8	30,3

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

TABELA 7.8. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria nacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil – 2023

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.969	835	1.134	42,4	57,6
Atletismo	843	323	520	38,3	61,7
Basquete	325	146	179	44,9	55,1
Ginástica artística	24	3	21	12,5	87,5
Judô	193	94	99	48,7	51,3
Natação	347	153	194	44,1	55,9
Voleibol	204	99	105	48,5	51,5
Vôlei de praia	33	17	16	51,5	48,5

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

TABELA 7.9. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria olímpica/paralímpica, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil – 2023

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	171	69	102	40,4	59,6
Atletismo	76	29	47	38,2	61,8
Basquete	0	0	0	-	-
Ginástica artística	2	0	2	0,0	100,0
Judô	13	4	9	30,8	69,2
Natação	51	20	31	39,2	60,8
Voleibol	29	16	13	55,2	44,8
Vôlei de praia	0	0	0	-	-

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

TABELA 7.10. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria Pódio, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil – 2023

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	206	83	123	40,3	59,7
Atletismo	96	34	62	35,4	64,6
Ginástica artística	9	4	5	44,4	55,6
Judô	29	14	15	48,3	51,7
Natação	57	23	34	40,4	59,6
Vôlei de praia	15	8	7	53,3	46,7

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

TABELA 7.11. Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria internacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil – 2023

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	434	223	211	51,4	48,6
Atletismo	120	61	59	50,8	49,2
Basquete	93	48	45	51,6	48,4
Ginástica artística	28	13	15	46,4	53,6
Judô	61	29	32	47,5	52,5
Natação	37	17	20	45,9	54,1
Voleibol	74	42	32	56,8	43,2
Vôlei de praia	21	13	8	61,9	38,1

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.

ANEXOS

Legislação

DECRETO Nº 11.351 DE 01 DE JANEIRO DE 2023.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Mulheres e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

PORTARIA Nº 31, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, instituído no âmbito do Ministério das Mulheres.

PORTARIA Nº 329, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

DECRETO Nº 8.131, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010.

LEI Nº 12.227, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Lista de gráficos

GRÁFICO 1

Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 2

Percentual de mulheres na população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo as Grandes Regiões - 2022 (%)

GRÁFICO 3

Razão de sexo da população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022

GRÁFICO 4

Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2023

GRÁFICO 5

Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (em milhares)

GRÁFICO 6

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 7

Percentual de domicílios com pessoa responsável com deficiência, por sexo do responsável, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)

GRÁFICO 8

Percentual de mulheres no total da população de 2 anos ou mais de idade, por existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)

GRÁFICO 9

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta ou indiretamente no total de domicílios particulares permanentes, por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 10

Distribuição percentual das mulheres que moravam em domicílios particulares improvisados, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)

GRÁFICO 11

Distribuição percentual das pessoas que moravam em domicílios coletivos, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)

GRÁFICO 12

Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)

GRÁFICO 13

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)

GRÁFICO 14

Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)

GRÁFICO 15

Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas em situação de informalidade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024

GRÁFICO 16

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)

GRÁFICO 17

Razão entre o rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, de mulheres e homens de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%)

GRÁFICO 18

Razão entre a remuneração média de mulheres e homens, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024 (%)

GRÁFICO 19

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)

GRÁFICO 20

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo o grupamento de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)

GRÁFICO 21

Percentual de domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por recebimento de programa social, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023 (%)

GRÁFICO 22

Taxa de alfabetização das mulheres de 15 anos ou mais de idade por situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 23

Taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade segundo determinados segmentos - Brasil (%)

GRÁFICO 24

Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023 (%)

GRÁFICO 25

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)

GRÁFICO 26

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de homens, por cor ou raça - Brasil, 2020/2021 (%)

GRÁFICO 27

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)

GRÁFICO 28

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de homens, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)

GRÁFICO 29

Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023

GRÁFICO 30

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, segundo sexo e grupos de idade, por cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023

GRÁFICO 31

Taxa bruta de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 32

Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero, por 100.000 mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 33

Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica - Brasil - 2013-2023 (%)

GRÁFICO 34

Razão de mortalidade materna, por cor ou raça - Brasil - 2020-2023

GRÁFICO 35

Razão de mortalidade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023

GRÁFICO 36

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 37

Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013 - 2023

GRÁFICO 38

Percentual de nascidas(os) vivas(os) de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013-2023 (%)

GRÁFICO 39

Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013-2023 (%)

GRÁFICO 40

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 41

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal - Brasil - 2013-2023 (%)

GRÁFICO 42

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 43

Proporção de mulheres atendidas no programa dignidade menstrual, por cor ou raça - Brasil - 2024 (%)

GRÁFICO 44

Registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por ano - Brasil - 2013-2023

GRÁFICO 45

Distribuição dos registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 46

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovoçadas (suicídio de mulheres por 100.000 habitantes), por Grandes Regiões - 2023

GRÁFICO 47

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovoçadas (suicídio), por grupos de idade (por 100.00 habitantes) - Brasil - 2023

GRÁFICO 48

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023

GRÁFICO 49

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo as Grandes Regiões - 2023

GRÁFICO 50

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 51

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 52

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 53

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por meio de agressão - Brasil - 2023 (%)

GRÁFICO 54

Ocorrências policiais de estupro de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024

GRÁFICO 55

Distribuição das mulheres em situação de violência, por cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)

GRÁFICO 56

Distribuição dos registros de violações contra as mulheres, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)

GRÁFICO 57

Distribuição das mulheres em situação de violência, segundo a relação do agressor com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)

GRÁFICO 58

Ocorrências policiais de feminicídio e homicídio e lesão corporal seguida de morte de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024

GRÁFICO 59

Taxa padronizada de mortalidade por homicídio de mulheres, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 mulheres) – 2023

GRÁFICO 60

Distribuição percentual da população carcerária de mulheres, por cor ou raça - Brasil - junho de 2024 (%)

GRÁFICO 61

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024 (%)

GRÁFICO 62

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024 (%)

GRÁFICO 63

Proporção de estabelecimentos prisionais que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes e que possuem berçários ou creches, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)

GRÁFICO 64

Quantidade de candidatas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024

GRÁFICO 65

Quantidade de eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024

GRÁFICO 66

Proporção de mulheres e homens eleitas (os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)

GRÁFICO 67

Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2024 (%)

GRÁFICO 68

Distribuição percentual de servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2022 e 2023 (%)

GRÁFICO 69

Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2022 - 2023 (%)

GRÁFICO 70

Total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios - 2024

GRÁFICO 71

Atletas e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos por edição, segundo o sexo

GRÁFICO 72

Atletas, parceiras(os) de atletas, técnicas(os), oficiais e medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, segundo o sexo - 2024

Lista de tabelas

TABELA 1

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

TABELA 2

Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo o agrupamento de atividade - Brasil - 2º trimestre de 2024

TABELA 3

Valor da remuneração média, por sexo, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024

TABELA 4

Número de estabelecimentos e percentual em relação ao total de estabelecimentos, por tipo de política de incentivo às mulheres - Brasil - 1º semestre de 2024

TABELA 5

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

TABELA 6

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)

TABELA 7

Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022

TABELA 8

Número de docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2022

TABELA 9

Número de docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2023

TABELA 10

Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)

TABELA 11

Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país para mulheres, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil – 2023

TABELA 12

Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil – 2023

TABELA 13

Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço – 2024

TABELA 14

Mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)

TABELA 15

Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

TABELA 16

Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil – 2024

TABELA 17

Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil – 2024

TABELA 18

Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil – 2023

TABELA 19

Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil – 2023

TABELA 20

Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil – 2023

TABELA 21

Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024

TABELA 22

Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2024

TABELA 23

Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias – 2023

Lista de base de dados

Censo Demográfico 2022

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Gerência Técnica do Censo Demográfico)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Decenal

Resumo: O Censo Demográfico percorre todo o território nacional desde 1872 levantando informações sobre a situação de vida da população. A coleta de dados se dá por meio de questionários aplicados presencialmente às(aos) residentes de domicílios de todo o Brasil, possibilitando a desagregação das informações até o nível de município. O principal objetivo do Censo é produzir informações que auxiliem na criação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis de governo e até da iniciativa privada. As principais variáveis do Censo dizem respeito a: situação do domicílio (urbano ou rural); características do domicílio; emigração internacional; sexo; idade; cor ou raça; etnia ou povo e língua falada (para a população indígena); religião ou culto; registro de nascimento; deficiência física ou mental; migração interna e imigração internacional; educação; deslocamento para estudo; nupcialidade; características do trabalho e do rendimento; deslocamento para trabalho; fecundidade e mortalidade.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Instituição responsável: Ministério das Mulheres

Tipo de base: Registro administrativo

Resumo: A Central de Atendimento à Mulher, criada em 2005 pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres, é um serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, orientando as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, informando a respeito dos serviços disponíveis para atendê-las e, desde março de 2014, recebendo e encaminhando denúncias de casos de violência contra as mulheres para as autoridades competentes. A partir das ligações feitas à Central, constitui-se uma base de dados, preenchidas pelas atendentes, com o perfil das mulheres atendidas e dos tipos de atendimento. Com

detalhamento ao nível de Unidades Federativas e municípios, a base classifica os registros a partir de variáveis como: a) tipo de crime: ameaça; assédio moral (trabalho); assédio sexual (trabalho); atentado violento ao pudor; calúnia; cárcere privado; dano emocional/diminuição da autoestima; difamação; estupro; exploração sexual; homicídio; injúria; lesão corporal grave; lesão corporal gravíssima; lesão corporal leve; perseguições; tentativa de homicídio; violência patrimonial; b) tipo de violência: cárcere privado; violência física; violência moral; violência patrimonial; violência psicológica; violência sexual; c) outras variáveis relacionadas à violência e sua caracterização: trata-se de caso de violência doméstica; relação com a(o) agressor(a); tempo da relação; há quanto tempo ocorre a violência; frequência com que ocorre a violência; qual o risco que se percebe; se depende financeiramente da(o) agressor(a); d) variáveis de descrição do perfil da pessoa atendida: sexo; escolaridade; idade; cor ou raça.

Censo Escolar da Educação Básica

Instituição responsável: MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo INEP em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a educação básica brasileira. O(a) informante do Censo Escolar é a(o) Diretor(a) ou pessoa responsável indicada. Nesta pesquisa são coletados dados educacionais, tanto sobre a infraestrutura da escola, como sobre o pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, perfil das(os) alunas(os), entre outros. Os dados coletados são transmitidos diretamente ao INEP. A coleta dos dados está dividida em duas etapas: 1ª etapa: aplicação dos questionários de cadastro da escola, da turma, da(o) aluna(o) e da(o) docente, e 2ª etapa: informações de movimento e rendimento escolar.

Censo do Ensino Superior

Instituição responsável: MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Censo da Educação Superior é de âmbito nacional e periodicidade anual. Foi criado com a finalidade de produzir informações sobre a educação superior no Brasil. No ano de 2001, com a Portaria Ministerial nº 2.517, de 22 de novembro de 2001, ficou estabelecido que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem responder, anualmente, ao Censo da Educação Superior, no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIED-Sup) e que devem designar um(a) pesquisador(a) institucional para ser a(o) interlocutor(a) e responsável pelas informações da IES junto ao INEP. A coleta tem por objetivo principal oferecer, às(aos) dirigentes das instituições, às(aos) gestoras(es) das políticas educacionais, às(aos) pesquisadoras(es) e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. Com abrangência regional, estadual e municipal, o Censo é aplicado a todas as Instituições de ensino superior que possuem um ou mais cursos com data de início de funcionamento até 30 de outubro do ano base do levantamento. Os dados produzidos constituem a matriz para a construção de indicadores da educação superior. São dispostas informações administrativas e acadêmicas referentes às seguintes variáveis: a) graduação presencial; b) graduação à distância; c) cursos sequenciais; d) cursos sequenciais de formação específica – à distância; e) cursos sequenciais de complementação de estudos – presencial; f) cursos sequenciais de complementação de estudos – à distância; g) pessoal técnico-administrativo; h) pessoal docente; i) dados financeiros; j) infraestrutura; l) instalações, equipamentos e outros recursos institucionais; e m) área total, área construída e área de laboratórios (em m²).

CNPq - Portal de Dados Abertos

Estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Instituição responsável: Assessoria de estatísticas de informação – CNPq

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual ou bianual

Resumo: O CNPq disponibiliza informações administrativas a respeito da demanda e atendimento de bolsas e da distribuição do financiamento pela instituição, além de informações censitárias a respeito dos grupos de pesquisa no país. Estes indicadores têm como fontes de dados os censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e os investimentos do CNPq em bolsas e auxílios. As informações contemplam as seguintes variáveis: demanda e atendimento de bolsas por área de conhecimento, instituição, região, chamada, entre outras; distribuição do financiamento por ano, área, grande área, faixa etária, instituição de ensino, linha de atuação, modalidade, programa, região, sexo, Unidade da Federação, entre outras; grupos de pesquisa por Unidade da Federação, instituição, área, grande área, setor de aplicação e ano de formação. Os grupos de pesquisa são recenseados a cada dois anos.

Dados Nacionais de Segurança Pública

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Mensal

Resumo: Os indicadores que compõem os Dados Nacionais de Segurança Pública são informados pelos Estados, Distrito Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais), através dos Gestores Estaduais de Estatística, por meio do SINESP VDE (Validador de Dados Estatísticos), que é uma das soluções da Plataforma Sinesp desenvolvida para inserção, consolidação, homologação e consulta dos Dados Nacionais de Segurança Pública. O sistema permite que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) tenha dados nacionais oficiais validados até o décimo quinto dia do mês subsequente, otimizando os subsídios para as tomadas de decisões e implementação de políticas

públicas, assim como para a produção e para a publicação de estatísticas criminais em âmbito nacional. Os 28 indicadores definidos conforme Resolução n. 06 ConSinesp/MJSP, são: Homicídio doloso, Roubo seguido de morte, Lesão corporal seguida de morte, Homicídio na forma tentada, Feminicídio, Morte por intervenção de agente do estado, Morte a esclarecer (sem indício de crime), Morte no trânsito ou em decorrência dele, Morte de Agente do estado, Suicídio, Suicídio de agente do Estado, Estupro, Roubo de veículos, Roubo a instituição financeira, Roubo de carga, Furto de veículos, Tráfico de drogas, Apreensão de cocaína, Apreensão de maconha, Apreensão de arma de fogo, Pessoa desaparecida, Pessoa localizada, Mandado de prisão cumprido, Atendimento pré-hospitalar, Busca e salvamento, Combate a incêndios, Emissão de alvará de licença, e Realização de vistorias. É importante ressaltar que os dados disponíveis refletem o nível de alimentação e consolidação de cada Unidade da Federação no Sinesp VDE na data de sua extração, podendo ocorrer atualizações posteriores à publicação.

Estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral

Instituição responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Bianual

Resumo: O objetivo das estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral é disponibilizar informações sobre eleitoras(es), candidaturas e eleitas(os) com abrangência nacional, Unidades Federativas e municípios. Os dados disponíveis referem-se a: a) estatística de resultados: quadro de comparecimento, quadro de votação, quocientes eleitoral e partidário, resultado da eleição, faixa etária/cargo, cargo/partido, cargo/ocupação, cargo/sexo, cargo/partido/sexo, cargo/ sexo/faixa etária, cargo/situação da candidatura, cargo/estado civil, cargo/grau de instrução/sexo, cargo/ocupação/sexo, cargo/partido/coligação/sexo, quantidade de candidatas/os por vaga e candidatas/os a reeleição; b) estatísticas de candidatura: sexo, faixa etária, filiação partidária, estado civil, cargo para que concorre, cargo/situação da candidatura, grau de instrução, ocupação, reeleição; e c) estatísticas de eleitorado: sexo, faixa etária, grau de instrução, filiação, justificativa de votos.

Observatório de Pessoal

Instituição responsável: Ministério da Gestão

Tipo de base: Registro Administrativo

Resumo: Reúne em um só lugar, todas as publicações, painéis, bases de dados e informações de gestão de pessoas da Administração Pública Federal. O Portal disponibiliza ao público dados e informações sobre gestão de pessoas do Governo Federal presentes em bases de dados e páginas de transparência ativa já existentes. No Observatório de Pessoal, o cidadão encontra divulgação qualificada de informações sobre a gestão pública de pessoas. A iniciativa é da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do MGI. O portal do Observatório de Pessoal fornece dados sobre o perfil das lideranças no Governo Federal, com recorte de gênero e raça.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Tipo de base: Pesquisa por amostragem probabilística

Periodicidade de produção: Mensal - Conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil;

Trimestral - Conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa;

Anual - Demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho; e

Variável - Outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Resumo: Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos,

tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. A PNAD Continua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados.

Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios

Periodicidade de produção: semestral

Resumo: As empresas com 100 ou mais empregados devem garantir que o relatório seja divulgado de forma visível nas redes sociais e outros canais. É uma obrigação prevista na Lei de Igualdade Salarial para empresas privadas. O objetivo original é garantir um instrumento de transparência para averiguar a equidade salarial e critérios remuneratórios.

Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O objetivo do Sistema de Informações de Mortalidade é obter regularmente dados sobre a mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. Implementado pelo Ministério da Saúde a partir de 1994, o SIM tem abrangência nacional, com detalhamento no nível estadual e municipal. O controle

dessas informações é feito por meio da Declaração de Óbito preenchida pelos médicos ou pessoas responsáveis que presenciaram a morte. As declarações são coletadas pela Secretarias de Saúde municipais ou estaduais e os dados são inseridos no sistema. As variáveis consideradas referem-se a: a) falecido(a): local de nascimento, data de nascimento, idade, sexo, raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação, distrito e município de residência; b) óbito: data, local, estabelecimento de saúde, município; c) mãe (em caso de morte fetal ou de criança com menos de 1 ano): idade, escolaridade, ocupação, número de filhas(os) nascidas(os) vivas(os), número de filhas(os) nascidas(os) mortas(os), tipo de gravidez (única ou múltipla), semanas de gestação, tipo de parto (vaginal ou cesáreo), doenças relativas ao parto, peso ao nascer; d) causa primária da morte (CID), causas secundárias; e) prováveis circunstâncias de morte não natural.

Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Sistema de Informações de Nascidos Vivos visa reunir informações epidemiológicas referentes às(aos) nascidas(os) vivas(os) em todo território nacional com detalhamento no nível estadual e municipal. Implementado gradualmente desde 1994 pelo Ministério da Saúde em todas as Unidades da Federação, o SINASC tem como principais variáveis: a) nascimento: data, local, estabelecimento de saúde, distrito e município de nascimento; b) mãe: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, número de filhas(os) vivas(os) e mortas(os), cidade de residência; c) gravidez e parto: semanas de gestação, tipo de gravidez (única, múltipla), tipo de parto (vaginal ou cesáreo), número de consultas pré-natais; d) nascida(o): sexo, índice APGAR no primeiro minuto, índice APGAR no quinto minuto, peso, anomalias congênitas, Código da Anomalia Congênita usando a CID.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Instituição responsável: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: Implantado no país entre 1990 e 1993, o SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal. Os dados são coletados de forma contínua a partir da Ficha Individual de Notificação (FIN), preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando da suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal. As principais variáveis abordadas são: a) período e localidade em (i) mês, (ii) ano, (iii) estado e município; b) informações sobre a(o) paciente: sexo, escolaridade, raça ou cor, área residencial (urbano ou rural), estado e município de residência; e o agravo, considerando a data dos primeiros sintomas, município, estado e país da infecção. Outras variáveis são coletadas, dependendo do tipo de agravo.

Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL)

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS)

Tipo de base: Pesquisa por Amostragem Probabilística (cobertura somente para capitais; não tem representatividade nacional)

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Vigitel é um sistema de monitoramento e vigilância implantado pelo Ministério da Saúde a partir de 2006 que visa monitorar a magnitude das DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis) e analisar seus determinantes sociais, econômicos, comportamentais e políticos, para: subsidiar políticas e estratégias de promoção da saúde; reduzir o nível de exposição de indivíduos e populações aos fatores de risco mais comuns para as DANT; fortalecer o sistema de saúde para o controle das(os) pacientes com DANT. O sistema abrange todas as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal tendo como variáveis principais: a)

características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos: idade, sexo, estado civil, etnicidade, nível de escolaridade, número de pessoas e cômodos no domicílio, número de adultos(os) e número de linhas telefônicas; b) características do padrão de alimentação e de atividade física associadas à ocorrência de DCNTs (Doenças Crônicas Não Transmissíveis): frequência do consumo de frutas, legumes e verduras e de alimentos fonte de gordura saturada e frequência e duração da prática de exercícios físicos e do hábito de assistir televisão; c) características individuais e hábitos: peso e altura recordados, frequência do consumo de cigarros e de bebidas, autoavaliação do estado de saúde da(o) entrevistada(o) e referência a diagnóstico médico anterior de hipertensão arterial, diabetes e colesterol elevado.

Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Semestral

Resumo: O SISDEPEN é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro e concentra informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. O SISDEPEN foi criado para atender a Lei nº 12.714/2012 que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro. As informações sobre os estabelecimentos penais, em posse da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), são resultado dos questionamentos presentes no Formulário de Informações Prisionais, respondido de forma eletrônica via SISDEPEN, semestralmente, por servidores indicados pelas administrações prisionais dos Estados, Distrito Federal e do Sistema Penitenciário Federal. Ao final de cada ciclo de seis meses, dados estatísticos são extraídos do SISDEPEN e sintetizados em painéis dinâmicos a fim de tornar a visualização mais interativa e ágil.



APOIO:

COLABORAGOV

REALIZAÇÃO:



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

